



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**O PODER OLIGÁRQUICO NA PARAÍBA:
DESCONTINUIDADE E RECRIAÇÃO^o
(1889-1945)**

Eliete de Queiroz Gurjão Silva

Campina Grande, Maio de 1985

ELIETE DE QUEIROZ GURJÃO SILVA

O PODER OLIGÁRQUICO NA PARAÍBA :
DESCONTINUIDADE E RECRIAÇÃO
(1889 - 1945)

Dissertação apresentada ao Cur
so de MESTRADO EM SOCIOLOGIA da
Universidade Federal da Paraíba,
em cumprimento às exigências pa
ra obtenção do Grau de Mestre.

CHARLES BEYLIER
Orientador

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

WALDOMIRO CAVALCANTI DA SILVA
Orientador

0
CAMPINA GRANDE - 1981

As gerações mais jovens da Paraíba, especialmente, aos meus filhos e aos alunos do Curso de História da UFPb - Campus II dedico este trabalho como instrumento à investigação de um passado que, constantemente, se faz presente.

A memória dos trabalhadores da Paraíba cujas vazes foram abafadas pelo conservadorismo dominante.

AGRADECIMENTOS

- . Ao Professor *Waldomiro Cavalcanti da Silva*, orientador desta dissertação e desbravador das primeiras trilhas de nosso caminho para a apreensão do real.
 - . Ao Professor *Charles Bénélier*, orientador, pela assistência e estímulo.
 - . Ao Departamento de Sociologia e Antropologia da UFPA - Campus II, em especial, à Área de História e Geografia pelo apoio prestado.
 - . À Professora *Maria do Socorro Rodrigues* que, pacientemente, fez a revisão da ortografia.
 - . Ao pessoal do Instituto Histórico e Geográfico paraibano pela assistência atenciosa no decorrer da pesquisa.
 - . Àqueles que através de valiosos depoimentos preencheram as lacunas deixadas pelas fontes primárias.
 - . À professora *Maria Brada de Sá* grande incentivadora e organizadora das etapas.
 - . A *José Andrade Costa Filho* pela ajuda na coleta de dados.
 - . Aos revisores do texto, *Kátia, Keila, Socorinha e José Andrade* a dedicada colaboração.
 - . A *Joanildo Burity* pela ajuda como tradutor.
- E, finalmente, a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUME

Cette dissertation analyse la structure du pouvoir dans l'Etat de la Paraíba durant la période 1889-1945, soulignant les aspects généraux de l'oligarchie ainsi que les mécanismes de son maintien et de sa re-définition. Elle s'attache à décrire tout d'abord la configuration initiale de "L'Espace Nordestin", le rôle exercé par la production de sucre et de coton dans le processus de régionalisation du Nordeste, pour ensuite considérer la structure du pouvoir comme instrument d'intervention de l'Etat dans un processus dont le colonialisme et les oligarchies constituent la base sociale et idéologique.

Après avoir ainsi ébauché les conditions plus générales qui ont présidé à la formation du système oligarchique et colonialiste, l'étude de la période 1889-1930 permet de comprendre comment s'est réalisée la consolidation et la crise du pouvoir oligarchique dans la Paraíba. Une analyse comparative entre les changements économiques qui se sont effectués au cours de cette période et le renouveau de pouvoir des oligarchies traditionnelles permet en outre d'explicitier la dynamique des mouvements sociaux durant cette phase d'apogée du colonialisme et de la domination oligarchique. Cette étude cherche enfin à définir le contenu et les conséquences de la crise des oligarchies en considérant le processus de réorganisation des oligarchies de la Paraíba pendant la période 1930-1945. En analysant les relations qui existent entre la crise économique locale et ses conséquences sur le pouvoir oligarchique, elle montre comment le pouvoir oligarchique, obligé à ouvrir un espace qui permet

la mobilisation de la classe dominée, réagit immédiatement, d'une manière forte, incisive et conservatrice. Cette étude se termine par une analyse qui explicite comment les forces politiques organisées transforment la confrontation en conciliation, assurant ainsi le maintien du pouvoir des oligarchies.

S U M A R I O

O PODER OLIGÁRQUICO NA PARAÍBA: DESCONTINUIDADE E RECRIAÇÃO (1889-1945)

	pág.
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - A DIVISÃO DO TRABALHO E A ESTRUTURAÇÃO DO ES PAÇO OLIGÁRQUICO NO NORDESTE	7
1.1 - A Configuração Inicial do Espaço Nordestino	8
1.2 - O Açúcar e o Algodão na Regionalização do Nordeste	16
1.3 - Estrutura de Poder e Intervenção do Estado na Re- gionalização do Nordeste	32
1.4 - Coronelismo e Oligarquias no Nordeste	52
1.5 - Conclusão	82
CAPÍTULO 2 - CONSOLIDAÇÃO E CRISE DO PODER OLIGÁRQUICO NA PARAÍBA (1889 - 1930)	86
2.1 - As Mudanças Econômicas e a Renovação do Poder das Oligarquias	87
2.2 - Os Rumos dos Movimentos Sociais	114
2.3 - Auge do Coronelismo e da Dominação Oligárquica	139
2.4 - A Crise das Oligarquias	161
2.5 - Conclusão	188
CAPÍTULO 3 - CRISE E REDEFINIÇÃO DAS OLIGARQUIAS PARAIBA NAS (1930-1945)	191
3.1 - Redefinição e Recomposição das Oligarquias	193
3.2 - O Algodão e o Açúcar na Crise das Oligarquias	217

	pág.
3.3 - O Movimento Operário e a Reação Conservadora	252
3.4 - As Forças Políticas Organizadas: Conciliação e Confronto	291
3.5 - Confronto, Conciliação e Reiteração do Poder das Oligarquias	308
3.6 - Conclusão	324
CONCLUSÕES	328
BIBLIOGRAFIA	333

INTRODUÇÃO

O encaminhamento deste estudo partiu da premissa de que o movimento de 1930 e seus desdobramentos posteriores, não obstante seu discurso anti-oligárquico, enveredou para a recomposição das tradicionais oligarquias nordestinas. Estas perseveraram no controle da política regional, ao mesmo tempo em que é mantida e reproduzida a sua base econômica fundamentada no latifúndio agro-pastoril.

A partir desta evidência, nosso estudo tem por objeto a estruturação e manutenção do poder oligárquico na Paraíba, bem como a sua caracterização no decorrer do período 1889 - 1945.

O fato de estarmos ligadas por nascimento e residência à Paraíba justifica, em primeiro lugar, a delimitação da área estudada. Outro aspecto desta opção diz respeito à pertinência do nosso objeto de investigação à realidade paraibana atual: é incontestável a predominância das oligarquias na vida política da Paraíba ainda hoje. Finalmente, ao interesse de contribuir para o estudo de sua formação histórica mais recente.

Levando em conta que o processo político em curso na Paraíba no decorrer do período estudado não pode ser entendido por si mesmo, fazendo parte de uma totalidade dialeticamente estruturada, analisamos também as condições econômicas, sociais e ideológicas que, entrelaçadas, configuraram e definiram seu sistema oligárquico-coronelístico. Neste sentido, investigamos também o papel dos trabalhadores neste processo e o re

lacionamento entre estes e o poder dominante. Ao mesmo tempo, procuramos não perder de vista a conjuntura regional e nacional, cujas determinações encadeiam-se às locais. A este respeito, relevamos os mecanismos de concentração/centralização de capital no Sudeste do país, implícitos ao processo da divisão regional do trabalho nos marcos da transição para o Estado Nacional. Assim, consideramos que as condições persistentes na formação econômico-social da Paraíba não são produto de sua imutabilidade e sim, resultantes do interrelacionamento das contradições locais às mais gerais, que se operam nos planos nacional e internacional. Portanto, quando nos referimos à persistência das velhas estruturas, não estamos defendendo a sua intocabilidade. Apesar de sua sobrevivência, elas passam por uma redefinição, na medida das injunções do movimento histórico de que elas fazem parte.

A delimitação do período 1889-1945 deveu-se ao significado que ele encerra para a própria investigação do objeto, uma vez que ele abrange a conjuntura em que se define e redefine o poder das oligarquias regionais. Consequentemente, não consideramos a pertinência do corte temporal comumente feito, desvinculando-se o período anterior e posterior a 1930, a partir da chamada Revolução de 1930. Entretanto, embora não aceitemos a tese que caracteriza o movimento de 1930 como Revolução, e, enquanto tal, propulsora de transformações radicais da sociedade brasileira, é forçoso reconhecer que alterações significativas evidenciam-se a partir de então. Convém no entanto não esquecer que estas alterações não constituem simples efeito da "Revolução de 1930". Seu encaminhamento já vinha se operando desde a Primeira República, no bojo da emergência das

crises internas interligadas aos efeitos das crises do capitalismo, consubstanciadas na I Grande Guerra e, mais ainda, na Grande Depressão.

Tendo em vista o acima exposto e a possibilidade de analisá-la criticamente, utilizamos a periodização de uso corrente na historiografia política brasileira, que divide a conjuntura em dois períodos: a Primeira República (1889-1930) e a Era de Vargas (1930-1945).

Para os fins que temos em vista - desvendar as condições em que se fundamenta e se mantém o poder oligárquico na Paraíba -, o período inicial se justifica pela sua importância como fase de consolidação do sistema oligárquico-coronelístico, nos marcos da institucionalização da teia de compromissos entre os poderes local, regional e central, através da "política dos governadores". Concomitantemente, intensificava-se a regionalização do Nordeste que fora desencadeada desde a segunda metade do século XIX sob o impulso da divisão do trabalho, favorecendo, sobretudo, a burguesia agro-exportadora do Sudeste.

O período 1930-1945 tem sua importância no aceleramento do processo de mudanças em curso. Iniciado com a ruptura do pacto oligárquico que sustentava o bloco dominante durante a Primeira República, caracteriza-se pela diversificação na composição de forças políticas, viabilizando a emergência de um novo Estado e a redefinição do poder das oligarquias regionais, em consonância com a transição para a predominância da economia urbano-industrial.

Norteadas nas considerações que acabamos de assinalar

e limitadas pela inexistência de literatura histórica sobre o período pós-1930 na Paraíba, iniciamos nossa pesquisa tendo em vista as seguintes hipóteses:

- A manutenção da infra-estrutura agrária e da super-estrutura oligárquica na Paraíba está inserida nos mecanismos de transição para a constituição do Estado Nacional, de acordo com as limitações da forma de desenvolvimento do capitalismo nacional;

- A tradicional estrutura de apropriação e dominação da Paraíba se mantém e se redefine no período 1930-1945, face ao processo de redivisão do trabalho que ora se operava, no plano nacional, interligado às particularidades locais:

- A persistência da tradicional estrutura de dominação na Paraíba, no período em estudo, tem como condição fundamental a reprodução de relações não-capitalistas no campo e preservação de sua base econômica fundada no setor agrário-exportador:

- Frente ao avanço do fortalecimento do poder de Vargas, as oligarquias paraibanas assumiram uma atitude de colaboração com o poder central, tendo como contrapartida a manutenção de suas prerrogativas de poder no plano estadual.

Estas hipóteses foram, no decorrer da pesquisa, acrescidas de indicadores particulares às condições concretas da Paraíba que nos permitiram complementá-las.

Tendo em vista as hipóteses formuladas, direcionamos nossas leituras concernentes ao período abrangido pela investigação, no plano nacional e regional, no sentido de captar as determinações e caracterização do sistema oligárquico-coro

nelístico. No que se refere a conjuntura da Paraíba na Primeira República, utilizamos a historiografia específica disponível, complementando-a com artigos de periódicos que tratam do período estudado e jornais editados em 1930. Quanto ao período 1930-1945, as dificuldades foram maiores, uma vez que a historiografia da Paraíba pós-1930 é praticamente inexistente. Tal situação, levou-nos a trabalhar, preferencialmente com fontes primárias (jornais, revistas, cartas e telegramas). Centramos, assim, nossa pesquisa nos jornais editados nesta fase, subsidiados por depoimentos pessoais, conforme se poderá verificar na bibliografia deste trabalho.

Realizada a crítica, classificação, análise e interpretação dos dados coletados procedemos à análise do objeto proposto. A utilização do método histórico-comparativo permitiu nos analisar o objeto, situando-o na totalidade mais ampla - o que viabilizou captar a articulação entre a conjuntura nacional e local -, e identificar as semelhanças e diferenças entre os dois períodos enfocados.

O texto final foi redigido a partir de um plano, onde tentamos combinar a síntese histórico-cronológica com a síntese lógico-sistemática. A dissertação ficou então constituída de três capítulos.

No primeiro, "A Divisão do Trabalho e a Estruturação do Espaço Oligárquico no Nordeste", procuramos analisar a gênese, constituição e configuração do sistema oligárquico-coronelístico no Nordeste, consoante a divisão nacional e internacional do trabalho e o processo correlato de regionalização do Nordeste. Este enfoque e a sua localização no início da dissertação justifica-se como suporte à compreensão dos demais

capítulos.

No segundo, "Consolidação e Crise do Poder Oligárquico na Paraíba" (1889-1930), traçamos o quadro econômico, social e político da Paraíba na Primeira República procurando dele extrair, primordialmente, a estruturação do sistema oligárquico-coronelístico, bem como a relação entre este e o poder central.

No terceiro, "Crise e Redefinição das Oligarquias Paraibanas" (1930-1945), analisamos esta conjuntura enfatizando sua fundamentação político-ideológica e a articulação com o Estado Nacional. Estabelecemos as similitudes e diferenças entre a ordem oligárquica prevalescente e o período anterior, o que nos possibilitou estabelecer seus vínculos e, assim, atingir a compreensão real do objeto de estudo.

CAPÍTULO 1

A DIVISÃO DO TRABALHO E A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO OLIGÁRQUICO NO NORDESTE

- 1.1. A CONFIGURAÇÃO INICIAL DO ESPAÇO NORDESTINO
- 1.2. O AÇÚCAR E O ALGODÃO NA REGIONALIZAÇÃO DO NORDESTE
- 1.3. ESTRUTURA DE PODER E INTERVENÇÃO DO ESTADO NA REGIONALIZACÃO DO NORDESTE
- 1.4. CORONELISMO E OLIGARQUIAS NO NORDESTE
- 1.5. CONCLUSÃO

CAPÍTULO 1

A DIVISÃO DO TRABALHO E A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO OLIGÁRQUICO NO NORDESTE

1.1-A CONFIGURAÇÃO INICIAL DO ESPAÇO NORDESTINO

O processo de organização do espaço⁽¹⁾ nordestino remonta ao século XVI, quando o Brasil, na qualidade de colônia, era inserido na divisão internacional do trabalho, resultante do avanço do capital mercantil, intermediado por Portugal. Essa intermediação portuguesa proporcionou singularidade à organização do espaço conquistado gerando, assim, contradições específicas. O interrelacionamento destas com as contradições inerentes ao processo de expansão do capital mercantil criaram as condições objetivas para a emergência de uma sociedade de conteúdo histórico particular, no contexto do espaço colonizado da América Latina.

A ocupação econômica do território colonial brasileiro teve como ponto de partida a implantação da lavoura açucareira

(1) O termo **espaço** está sendo por nós entendido, como produto da relação entre a infra-estrutura e a área territorial em que se efetuam as relações de produção. Neste sentido constitui-se, a base, em que se formam as "**regiões**", cuja configuração é por sua vez, resultante da organização de espaços diferenciados. Quando falarmos em área, estaremos nos referindo apenas à base territorial. Para melhor explicação do conceito de espaço aqui utilizado, ver Milton Santos, **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.**

ra no litoral e zona da Mata⁽²⁾ do Nordeste. (MAPA I) Nesta área, o colonizador português encontrou condições naturais propícias à montagem de uma estrutura de produção adequada aos objetivos do Estado⁽³⁾ português e do capital mercantil a ele associado. O sucesso da economia agroexportadora escravista açucareira permitiu que se constituísse no Nordeste o centro de gravidade político e econômico da colônia, posição que se manteve até a segunda metade do século XIX. A estrutura de produção colonial monopolizava os meios de produção ao seu alcance concentrando-os na agroindústria açucareira, fato que era agravado pela crescente demanda do produto no mercado ex

- (2) O litoral e zona da Mata do Nordeste correspondem a faixa territorial de largura inferior a 100 km que se estende do Rio Grande do Norte até a Bahia. A denominação Mata se justifica pelo clima úmido e pela presença da floresta que a ocupava à época do descobrimento. Cf. Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o homem no Nordeste*, pp. 25-26 e Maria Braga de Sá, *Os engenhos rapadureiros e a expansão da agroindústria açucareira no município de Areia, microrregião do brejo paraibano*, p. 33. Nota 11.
- (3) Utilizaremos a concepção gramsciana de Estado, cuja amplitude permite-nos apreender melhor sua real configuração. Para Gramsci "... por "Estado" se deve entender, além do aparato governamental, também o aparato "privado" de "hegemonia" ou sociedade civil". (Cf. Antonio Gramsci, *Obras escolhidas*, p.232). Gramsci faz, assim, um desdobramento do conceito de Estado em sociedade política + sociedade civil que dá conta de sua complexidade. A sociedade política é representada pelo aparelho governamental (político-repressivo) que exerce a dominação direta, enquanto a sociedade civil corresponde, ao conjunto dos órgãos, através dos quais, são exercidas as funções educativas e ideológicas, ou seja, a hegemonia. Estes dois níveis - dominação e hegemonia - estão dialeticamente relacionados, garantindo o poder de uma classe. "O Estado é sempre o "orgão próprio" de um grupo social, o instrumento da ditadura de uma classe: mas essa dominação não se manifesta e não se exerce como afirmação e defesa exclusiva de um estrito "interesse econômico corporativo". "(...) o conceito de Estado como "ditadura de classe não se reduz pura e simplesmente ao aparelho de repressão e comando, mas abrange o conjunto de relações complexas através das quais se exerce o trabalho de mediação e de compromisso entre os interesses do grupo dominante e os dos grupos aliados e subordinados, determinando a unidade dos objetivos políticos e econômicos". Maria Antonietta Macciocchi, *A favor de Gramsci*, p. 152.



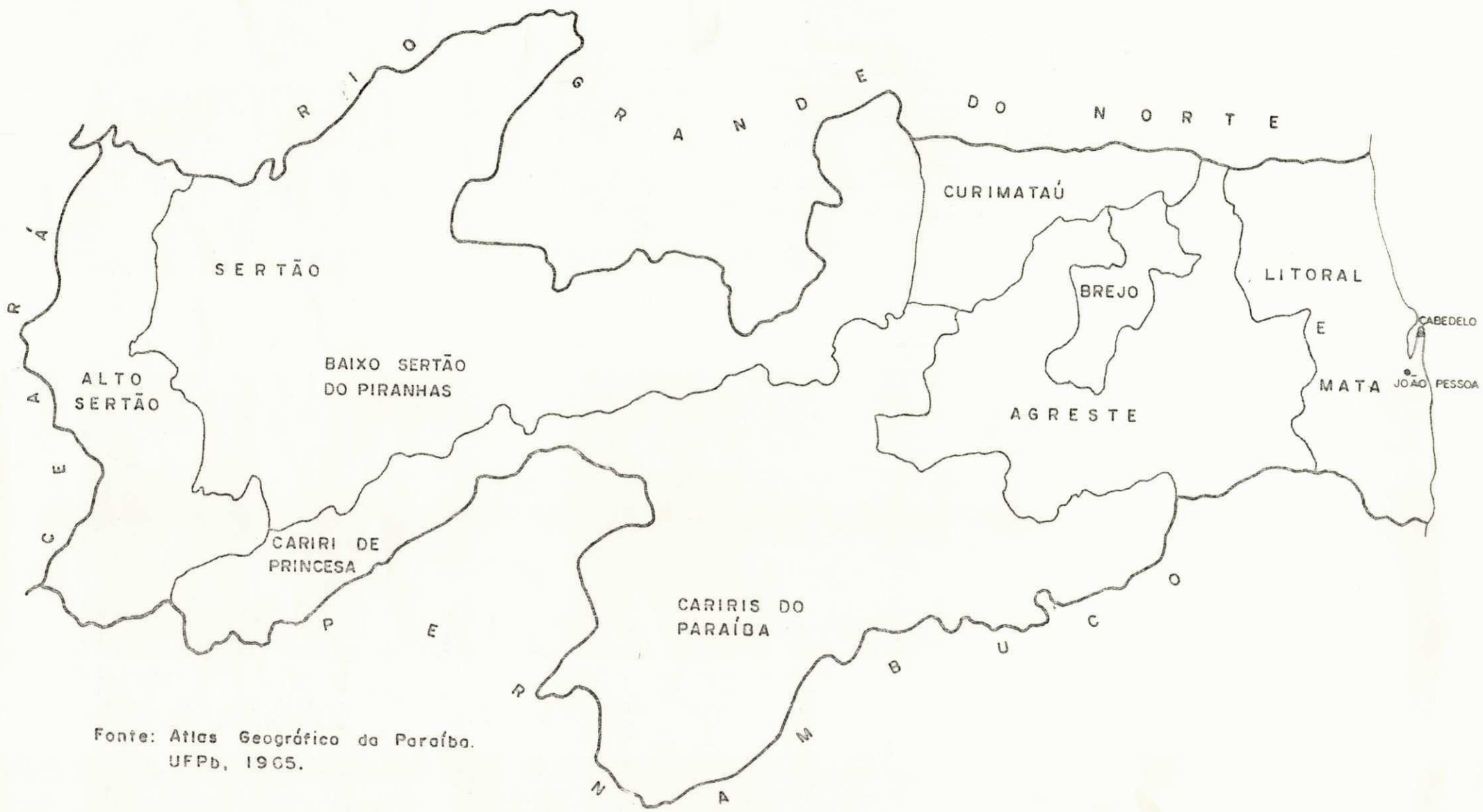
Fonte: ATLAS Das Potencialidades
Brasileiras - MEC - 1974.

MAPA I - REGIÃO NORDESTE.

terno. Por isso, o litoral e a zona da Mata do Nordeste se especializavam cada vez mais na produção açucareira, não suprimindo suas próprias necessidades de alimentos e animais de tração. Assim, a partir do núcleo açucareiro, foi incrementada a divisão social do trabalho que resultou na emergência do Agreste e Sertão ⁽⁴⁾ enquanto espaços colonizados. (MAPA II).

A partir dos fins do século XVI, o Agreste e o Sertão estruturaram-se progressivamente como setores complementares, dedicados à lavoura de subsistência e à pecuária. Somente na segunda metade do século XVIII, ambas as micro-regiões consolidam-se, sob o estímulo do novo surto migratório português, constituído de camponeses pobres que aí se estabelecem. Simultaneamente, a interação das contradições internas e externas, reproduzidas na produção colonial, foi, pouco a pouco, aprofundando a divisão social do trabalho e direcionando o movimento de organização do espaço nordestino, delineando a organização social, política e econômica de que viria a ser, a partir da segunda metade do século XIX, o Nordeste, enquanto região. Região, não no sentido natural, nem político-administrativo, e sim, como espaço diferenciado, historicamente determinado, como produto do capital, segundo a concebe Francisco de Oliveira:

(4) O Agreste é uma área de transição entre a Mata e o Sertão, onde se alternam trechos úmidos como a Mata e secos como o Sertão. Em suas áreas de maior altitude e expostos aos ventos úmidos do Sudeste, encontram-se os **brejos**, cujas condições pluviométricas e de umidade assemelham-se às da Zona da Mata. O Sertão é a área mais característica e mais extensa do Nordeste, abrangendo quase a metade do seu território (49%). Estende-se desde o litoral norte do Ceará e Rio Grande do Norte até o norte de Minas Gerais e apresenta uma variedade de zonas, dominando, contudo, as zonas de caatinga. Cf. Manuel Correia de Andrade, **A terra e o homem no Nordeste e Geografia econômica do Nordeste**, pp. 33 a 47 e 29 e 31 respectivamente.



Fonte: Atlas Geográfico da Paraíba.
UFPb, 1965.

MAPA II - REGIÕES GEOGRÁFICAS DA PARAÍBA.

"Uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição"⁽⁵⁾.

Em consonância com o conceito de região aqui exposto, infere-se que a constituição do Nordeste - enquanto espaço historicamente determinado e estruturado no movimento de reprodução do capital e das relações de produção - só se acelera a partir da segunda metade do século XIX, na medida que em seu espaço vão se organizando "regiões" que, pelas suas peculiaridades, se diferenciam entre si e se distinguem de outras que se estruturam no espaço brasileiro.

"Essa divisão territorial do espaço nordestino, que já está plenamente constituída no século XVIII, não forma, ainda uma região no sentido aqui, considerado. Será necessário que relações de produção capitalistas se constituam em sua tessitura, para que a divisão social do trabalho resultante, produza uma redivisão do espaço com base na especialização e articule o espaço dividido através do equivalente geral, contido no valor de troca da produção mercantil. Este processo, contudo, somente será desencadeado, a partir do século XIX, quando a Revolução Industrial, na Europa, redefinir a divisão internacional do trabalho acionando, assim, as contradições internas do espaço regional, em ação, conferindo à burguesia fundiária a condição de alterar qualitativamente, em seu benefício, as relações de produção

(5) Cf. Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião*, p. 29.

até então dominantes"⁽⁶⁾

As condições para a regionalização do Nordeste vinham se gestando no âmbito dos próprios espaços da "região", nas formas de reprodução do capital e das relações de produção, ao longo do seu percurso. Este movimento permeou o espaço nordestino de condições objetivas que determinaram sua feição regional a partir do século XIX.

O conteúdo das diferenciações na organização do espaço regional, até a primeira metade do século XIX, é importante porque encerra, no seu bojo, a determinação dos embriões da distribuição espacial das oligarquias⁽⁷⁾ e de seu esquema de poder. As diferenciações espaciais entrelaçam-se às contradições entre as diversas oligarquias que orientam a luta pelo poder no interior da região, cujas manifestações ocorrem paralelamente à reestruturação do espaço nordestino a partir da segunda metade do século passado. Localizar as diversas áreas, na conjuntura anterior, corresponde, assim, a apontar o cenário em que se gestam as condições para a constituição das várias frações da classe dominante e para o início da atuação do poder local.

Como produto da organização do espaço colonial no Nor

(6) Waldomiro Cavalcanti da Silva, **A indústria têxtil algodoeira tradicional do nordeste brasileiro** - A dialética espacial da sua formação, p. 69.

(7) Oligarquias aqui entendidas, como núcleos dirigentes compostos de frações da classe dominante que se constituem, concomitantemente ao processo de reorganização do espaço. Neste sentido, as oligarquias nordestinas emergem, no bojo do movimento de reestruturação das "regiões" açucareira e agro-pastoril, a partir da segunda metade do século XIX. Desenvolveremos melhor este conceito na última parte deste capítulo, quando analisamos a constituição das oligarquias, do Nordeste, relacionando-as aos espaços de origem.

deste, constituíram-se áreas produtoras fundamentadas em três setores: o da produção açucareira, o da pecuária e o da lavoura de subsistência e produção algodoeira. Mesmo aquelas áreas dedicadas a um mesmo produto se diferenciavam entre si, como era o caso do território maranhense e Sertão de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte: embora tendo em comum a produção algodoeira, distinguíam-se pela circularidade do produto.

Enquanto isso, uma mesma área cuja produção era diversificada apresentava similaridades estruturais. É o caso, por exemplo, do Sertão daqueles Estados. Constituído, inicialmente, em função da pecuária aliada à lavoura de subsistência, seu espaço foi organizado de forma peculiar. A natureza da atividade criatória (requerendo pouco investimento em capital e força de trabalho e a reprodução natural dos rebanhos) permitiu-lhe compor com a lavoura de subsistência uma base comum. Quando da ampliação da lavoura algodoeira no seu interior - a partir dos fins do século XVIII - sua estrutura de produção não mudou. O algodão se alastrou por essa área, reproduzindo o espaço já elaborado pela pecuária.

Concomitantemente à formação de espaços diferenciados dentro do Nordeste, desta-se uma estrutura de poder, que, na conjuntura da regionalização do Nordeste, configura-se em oligarquias. Entendemos que a composição destas não pode ser apreendida na simples identificação de sua base geográfica e sim nas distintas formas de organização do espaço e nas articulações entre um espaço e outro.

Pela relevância da "região" açucareira e da agro-pecuária no processo histórico que define a formação das áreas descritas, privilegiaremos estes espaços enquanto básicos no exercício do poder das oligarquias regionais.

1.2. O AÇUCAR E O ALGODÃO NA REGIONALIZAÇÃO DO NORDESTE

O processo de regionalização, ou seja, de reestruturação da "região" enquanto espaço de reprodução do capital que se opera, como já salientamos, a partir da segunda metade do século XIX, é precipitado sob o efeito de um duplo movimento:

1. a passagem para a etapa industrial do modo de produção capitalista desencadeia a redivisão internacional do trabalho, reestruturando o espaço dos países dominantes e, ao mesmo tempo, os espaços coloniais;
2. interligada à dinâmica do capital industrial, processa-se, concomitantemente, a redivisão nacional do trabalho, condicionando a emergência da região cafeeira, que se integra no circuito internacional de mercadorias, aliando-se à crise da lavoura tradicional nordestina e deslocando o centro de gravidade econômica do Nordeste para o Sudeste.⁽⁸⁾

Centrando nossa abordagem no processo de regionalização do Nordeste, passamos a analisar as condições concretas da constituição das suas "regiões" açucareira e algodoeira-pecuária, no bojo do movimento de sua reestruturação onde se reorientam as formas de reprodução do capital em moldes mais plenamente capitalistas.

A respeito da "região" algodoeira-pecuária, Waldomiro Cavalcanti chama a atenção para a sua importância:

(8) Esta elaboração está fundamentada em: Rosa Maria Godoy Silveira, **Regionalismo: a formação do conceito de Nordeste**, Caio Prado Júnior, **História Econômica do Brasil** e Francisco de Oliveira, op cit.

Todos os candidatos elitacistas foram eleitos, garan tindo-lhe a consolidação do seu poder. Até 1930, todas as de cisões da política da Paraíba são ditadas por ele, mesmo dis tante, no Rio de Janeiro ou na Europa. O chefe político que ou sar desafiá-lo sofrerá represálias, como ocorreu com Camilo de Holanda. (112)

A administração Solon de Lucena coincide com o apogeu do elitacismo. Foi favorecida pela presença de Eitácio na presidência da República que injetou grande quantidade de verbas para as obras contra as secas e para a construção do porto do Varadouro. Além do mais, as rendas do Estado foram au mentadas consideravelmente com o incremento das exportações, sobretudo de algodão. Por conseguinte, recursos não faltaram e foram utilizados beneficiando as oligarquias e reforçando o seu poder conforme já salientamos.

Durante o penúltimo governo elitacista - João Suassuna - a conjuntura econômico-financeira apresenta-se bastante desfavo rável como já vimos anteriormente. Ao lado disto, as contra dições acumuladas nos anos imediatamente anteriores (início da década de vinte) emergem no recrudescimento do canção, no agravamento das disputas inter-oligárquicas, e no fortalecimento das práticas coronelísticas. Assim, a fragilidade da estru tura econômica, submetida cada vez mais aos interesses exter nos, sobretudo, às injunções do capital internacional aliada

(112) Camilo de Holanda, eleito presidente do Estado sob indica ção de Eitácio (regra geral, desde 1915), substituiu alguns auxiliares de seu governo que, lhe foram impos tos por Eitácio, por outros sem consultá-lo. Em carta, Eitácio chama-lhe a atenção para o seu dever de obediên cia absoluta ao Partido (encarnado nele) cuja auto ridade é incontestável. Ver Edgard Carone, **A primeira República** pp. 115-117.

ao baixo grau do desenvolvimento de suas forças produtivas é acentuada nesta fase de retraimento do mercado externo. As oligarquias apegam-se cada vez mais às prerrogativas de poder e, disputam tenazmente seu acesso aos cargos públicos como forma de incrementar suas práticas clientelísticas. É neste contexto que se unem mais ainda as oligarquias e o governo do Estado para combater o cangaço e a Coluna Prestes, ambos temidos por colocar em risco a ordem oligárquica. O presidente Sua organiza os chamados "batalhões patrióticos", constituídos de "coronéis" e jagunços para perseguir Lampião e os te nentes em marcha pelo interior da Paraíba, tratando-os indis tintamente como cangaceiros. (113)

Orris Barbosa mostra a atitude das massas rurais dian te do quadro acima referido:

"As populações do interior estavam sob a ameaça da guerra civil, pois a columna Prestes marchava resolutamente para os sertões nordestinos. Tropas do exercito e das policcias estaduais movimentavam-se incessantemente.

A columna Prestes, cansada e morosa, atravessava os sertões, quasi incolume.

Mas, na Parahuba, se viu obrigada a travar um com bate que aterrorizou as populações do interior.

Na capital da Parahuba houve uma tentativa de le vante militar (...)

Entretanto, Luiz Carlos Prestes - a esse tempo o idolo das massas - não se aproximou do littoral em virtude de fracassos dos levantes combinados nas capitães nordestinas. E lá se foi, atravessan do o rio S. Francisco e se internando nos invi os sertões da Bahia. Elle dava por linda a sua pre

(113) Sobre a passagem da Coluna Prestes na Paraíba, consultar Lúcia de Fátima Guerra, A coluna Prestes e a Paraíba.

*ação revolucionária, ainda hoje tão incomprehen-
dida (...)* (114)

Assim, a massa sertaneja, submetida às formas de trabalho baseadas na dependência pessoal aos "coronéis" e presa aos laços de compadrio e clientelismo, não atinava com as causas de sua progressiva miséria. Tais relações tinham o mérito de entrelaçar, ideologicamente, o trabalhador ao "seu" "coronel", legitimando sua subordinação e garantido a preservação da ordem oligárquica.

2.4. A CRISE DAS OLIGARQUIAS

O sistema coronelístico-oligárquico dominante na Primeira República em todo o Brasil a partir do pós-guerra, passa por um processo de alterações que engendra sua paulatina de sacredação. A "política dos governadores" que vinha presidindo as relações entre os diversos setores dominantes do país, proporcionando sua unidade e a estabilidade do sistema, vai pouco a pouco tornando-se inviável, face à emergência do Rio Grande do Sul e do Exército como novas forças políticas e o enfraquecimento das oligarquias nordestinas que contribuíam para o equilíbrio da estrutura de poder e ao mesmo tempo para a submissão do Nordeste ao poder dos grandes Estados. (115)

Não nos deteremos na análise dos fatores determinantes

(114) Orris Barbosa, op. cit.

(115) Ver a este respeito, o item 3 do capítulo I, no qual fazemos a relação entre a "política dos governadores" e a regionalização do Nordeste.

"A história da regionalização do Nordeste arranca com a economia algodoeira (...). Não é, contudo, (...), o algodão em si, o agente da regionalização e sim a forma sócio-econômica como ele é produzido. As relações de produção que se implantam no processo de seu cultivo precipitam o movimento de acumulação capitalista cuja distribuição no espaço, vai modelar a região como espaço dividido".⁽⁹⁾

Um aspecto importante, relativo à configuração desta "região": ressaltado por esse autor, é o papel representado pela fazenda que, já na primeira metade do século XVIII, portanto, antes do incremento da lavoura algodoeira, estava organizada em bases produtivas mais dinâmicas. Estas lhe conferiram características específicas que facilitaram sua transição de espaço natural para espaço capital. Tais condições se definem na utilização de relações de produção diferenciadas (parceria, sujeição e assalariamento) e na vinculação de uma produção de subsistência à produção mercantil. Além da pecuária, pequenos excedentes de cereais, produção de farinha de mandioca, de aguardente e rapadura, movimentavam um incipiente comércio, gerador de núcleos urbanos.

Faz-se mister, no entanto, chamar a atenção para as diferenciações existentes nas áreas agro-pastoris. Neste sentido, desponta a "região" do Agreste, cuja configuração lhe imprimiu peculiaridades que a distinguem da "região" do Sertão.

Ambas - Agreste e Sertão - foram organizadas, inicialmente, como criadoras de gado, associada às lavouras de subsistência, de cana-de-açúcar e fabricação de rapadura, nos marcos

(9) Waldomiro Cavalcanti da Silva, op. cit., p. 71.

da divisão social do trabalho a partir do núcleo açucareiro do litoral, como já vimos no item anterior deste capítulo. Somente na segunda metade do século XVIII, a lavoura algodoeira expandiu-se no seu interior, estimulada pela conjuntura favorável da demanda, advinda da Revolução Industrial da Europa. Tal fato, aliado à conjuntura desfavorável à pecuária, permitiu que o algodão não só se apropriasse do espaço, como passasse a comandar a sua reestruturação.

Entretanto, aspectos significativos diferenciam qualitiativamente a organização da "região" do Agreste em relação à do Sertão, imprimindo-lhe, desde seus primórdios, uma feição diversa, o que se reflete posteriormente na peculiaridade de suas oligarquias.

Enquanto a fazenda sertaneja configurava a grande propriedade, no Agreste, a menor concentração fundiária permitiu a predominância da pequena e média propriedades. Grande número de pequenos proprietários, além de cultivarem a lavoura, fabricavam a farinha de mandioca sendo, muitos deles, também artesãos. A produção fazia-se, assim, mais diversificada o que, aliado a maior facilidade de escoamento - nela relativa proximidade com a "região" açucareira - dinamizava o comércio.

As relações de produção do Agreste apresentavam-se mais diversificadas do que as do Sertão: arrendatários, rendeiros e "corumbas" são categorias acrescentadas às demais, comuns às duas áreas: assalariados, parceiros, moradores e a "sujeição", também conhecida por "cambão".⁽¹⁰⁾ Utilizando relações de pro

(10) Sobre este assunto ver Manuel Correia de Andrade, A terra e o homem no Nordeste, pp. 163 - 197-198.

X MFG
700

dução tão diversificadas, a divisão social do trabalho no campo era mais ampliada bem como a divisão campo-cidade, permitindo maior dinamismo urbano. Em torno das feiras de gado e de artigos de consumo, da concentração de tropeiros, emergiam núcleos urbanos que atestavam os efeitos da maior divisão do trabalho no espaço do Agreste. Segundo Manuel Correia de Andrade

"... estas vilas, como as cidades agrestinas próximas aos brejos, têm grandes feiras, uma vez que a menor concentração fundiária permite maior divisão do dinheiro: diminui o número de ricos e de pobres, aumentando o de remediados..."(11)

Os núcleos urbanos do Agreste, em meados do século XVIII, antes portanto de sua constituição em "região" algodoeira; já haviam adquirido importância como centros de circulação e distribuição de mercadorias, contando com seis frequesias e uma população total de 14.095 habitantes.(12)

Comparada à diversificada e complexa divisão social do trabalho que molda o espaço agrestino, na área sertaneja, constituíram-se relações de produção que não ultrapassam o nível de uma economia natural, que não evolui na direção da divisão campo-cidade. Daí a fragilidade de sua formação urbana, comprovada no marasmo das "agro-vilas" que emergem no seu interior. Estas se configuram, na realidade, como simples prolongamento das fazendas, como vias de escoamento de sua produção agro-pastoril. Contudo, sua importância política é bem mais significativa. enquanto centros da representação política dos latifundiários locais, sobretudo quando elevadas à condição

(11) Manuel Correia de Andrade, op. cit., p. 163.

(12) Cf. Manuel Correia de Andrade, op. cit., p. 149.

de sedes municipais. (13)

Como se pode ver, o espaço do Nordeste, apesar da sua similaridade com o do Sertão, apresentou peculiaridades que lhe permitiram destacar-se de forma qualitativa, o que se reflete na caracterização de seus núcleos urbanos.

Desta forma, é pertinente a ênfase dada por Waldomiro Cavalcanti à existência no espaço nordestino - mais precisamente no Nordeste - de condições objetivas, a partir do século XIX, para a reprodução do capital.

"As informações empíricas existentes autorizam sustentar o ponto de vista de que o capital financeiro, que articula a produção algodoeira, não foi a causa determinante do processo descrito. Pelo contrário, o Nordeste somente se torna área econômica vantajosa para a penetração e reprodução do capital financieiro, porque já estavam postas as relações de produção necessárias para a sua valorização!" (14)

As profundas modificações do capitalismo, a partir de 1870, de que são exemplos a ampliação de suas áreas de domínio e as rivalidades imperialistas, implicam na reestruturação da divisão internacional do trabalho. No curso desta ampliação do espaço capitalista regional, ocorre a crescente integração do Brasil na economia capitalista mundial e se processa a recomposição do seu espaço para a reprodução do capital. Efetuam-se, a partir de então, transformações substantivas nas relações de produção da "região" Nordeste, resultando em sua definitiva inserção como região para a reprodução do capital.

(13) Ver, a este respeito, a última parte deste capítulo.

(14) Waldomiro Cavalcanti da Silva, *op. cit.*, p. 83.

As "regiões" açucareira e algodoeira-pecuária nordesti-
nas passam, paulatinamente, por transformações que constituem
sintomas da penetração de formas capitalistas de produção.

A economia açucareira, montada como polo dominante da
organização do espaço colonial, criara, dentro de si, contra-
dições inerentes à sua composição escravocrata-exportadora. O
domínio absoluto dos senhores de engenho, associados à burgue-
sia comercial e ao aparelho administrativo metropolitanos, "fe-
chou" a "região" a outros produtos e a outras formas de produ-
ção, imprimindo-lhe definitivamente sua feição monocultora. Es-
ta sua configuração lhe impôs sérios limites e tornou-a extre-
mamente dependente das oscilações da demanda externa.

A produção açucareira que estava parcialmente recupera-
da (da crise que vinha atravessando desde a segunda metade do
século XVII, face a concorrência do açúcar antilhano), desde
os fins do século XVIII, sob o impulso da retomada da demanda
externa, atravessa, no decorrer do século XIX, um crescente de-
clínio: foi atingida, drasticamente, pela redução dos mercados
externos - sobretudo da Inglaterra e dos Estados Unidos - na
medida em que estes encontram no açúcar de beterraba uma pro-
dução mais vantajosa para a valorização do capital, passando,
por isso, de importadores a produtores e exportadores.

Outro fato que contribuiu para agravar a redução do mer-
cado externo do açúcar produzido no Nordeste foi a dominação
colonial que os Estados Unidos passam a exercer sobre várias
ex-colônias açucareiras da Espanha, a partir de 1898. Cuba, Por-
to Rico e Filipinas passam a abastecer o mercado dos Estados
Unidos, onde têm preferência tributária. Fecha-se, assim, o
mercado dos Estados Unidos ao açúcar de outras procedências.

Recrudescem-se, portanto, nesta fase, as disputas pe los mercados mundiais entre as potências capitalistas que bus cavam, cada vez mais, ampliar suas esferas de influência. Pa ra isso, dilatavam suas áreas coloniais, ao mesmo tempo que procuravam exercer a dominação dos mercados de economias colo niais, embora independentes politicamente, como é o caso do Brasil.

Neste contexto, vai-se operando a redivisão nacional do trabalho. O centro de interesses do capital internacional, até então situado no território do Nordeste, desloca-se para o Sudeste, onde a "região" cafeeira está se configurando. Es ta apresenta-se mais atraente para o capital comercial e finan ceiro que passa a investir nela impulsionando suas forças pro dutivas, retirando lucros fabulosos; no controlado comércio ex portador de café, nos juros sobre os empréstimos públicos, nas taxas cobradas sobre a prestação de serviços, nos subsídios que o governo lhe favorece, etc. Não significa, contudo, que os interesses do capital internacional se afastem do Nordeste. Eles continuam presentes, sim, e, inclusive, são eles que li deram o processo de "modernização" do espaço implantando fer rovias, aparelhando usinas, enfim, operando a reestruturação do espaço, homogeneizando-o em função da reprodução do capital.

Premido pela concorrência dos novos mercados produto res, o açúcar nordestino, que até 1830 mantinha predominância na pauta das exportações, passa a decair de forma crescente. Enquanto isto, o café se destacava e já em 1831-1840 sua posi ção na pauta das exportações superava a do açúcar, conforme se depreende da tabela seguinte:

TABELA I

BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO (1821-1929)

Datas	Participação (em %) na Receita das Exportações						Total
	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros e peles	Outros	
1821-1830	18,4	30,1	20,6	0,1	13,6	17,2	100,0
1831-1840	43,8	24,0	10,8	0,3	7,9	13,2	100,00
1841-1850	41,4	26,7	7,5	0,4	8,5	15,5	100,0
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,3	7,2	14,3	100,0
1861-1870	45,5	12,3	18,3	3,1	6,0	14,8	100,0
1871-1880	56,6	11,8	9,5	5,5	5,6	11,0	100,0
1881-1890	61,5	9,9	4,2	8,0	3,2	13,2	100,0
1891-1900	64,5	6,0	2,7	15,0	2,4	9,4	100,0
1901-1910	52,7	1,9	2,1	25,7	4,2	13,4	100,0
1911-1913	61,7	0,3	2,1	20,0	4,2	11,7	100,0
1914-1918	47,4	3,9	1,4	12,0	7,5	27,8	100,0
1919-1923	58,8	4,7	3,4	3,0	5,3	24,8	100,0
1924-1928	72,5	0,4	1,9	2,8	4,5	17,9	100,0

FONTES: H. Schlittler Silva, "Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no século XIX", Revista de História da Economia Brasileira, São Paulo, Ano I, nº 1, Junho 1953. A. Villanova Vilela e W. Suzigan, Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945, IPEA/INPES, Rio, 1973. ^{Apud} Paul Singer, O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional in História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano, Tomo III, Vol. 1, p. 355.

Vale salientar que o incremento da demanda do café foi determinado, sobretudo, pela competição, no mercado, entre as potências imperialistas. (15)

A crescente crise de mercado atingiu, assim, em cheio, os senhores de engenho do Nordeste. A queda da taxa de lucro era, no entanto, revertida para os trabalhadores. Face à escassez do braço escravo, após a abolição do tráfico, os senhores de engenho passam a utilizar a força de trabalho do contingente sub-ocupado, no setor de subsistência, através de relações de produção não-capitalista, sobretudo os chamados "moldadores de condição". Portanto, a redução dos lucros não afetou a classe proprietária.

Do ponto de vista da estrutura do poder, entretanto, o movimento de redefinição da "região" foi acompanhado por uma alteração na antiga hierarquia ocupada pelos senhores de engenho, como veremos no próximo segmento deste estudo. Esse fenômeno, em última instância, acompanha o processo de subordinação do Nordeste ao novo polo de acumulação e dominação inscrito no Sudeste.

A reestruturação do espaço nordestino que então se opera **desorganiza** as "regiões" do açúcar e do algodão-pecuária e, ao mesmo tempo, inicia o processo de **recomposição** que, na economia açucareira, vai se operar de forma contraditória, impon

(15) A produção brasileira de café foi estimulada grandemente, pelo incremento da demanda do mercado dos Estados Unidos após a Independência. Os maiores mercados produtores neste período eram: Índias ocidentais controladas pela Inglaterra, Java e Sumatra-colônias holandesas. Daí, os Estados Unidos se voltam para a produção brasileira como forma de se libertarem dos interesses europeus. Ver sobre este assunto: Caio Prado Júnior, op. cit., p. 160.

do melhorias técnicas e reproduzindo relações de produção não capitalistas como já referimos acima.

A partir da última década do século XIX, a produção açucareira passa por um processo de modernização, com a implantação das usinas. Nesse sentido, Paul Singer supõe que:

"..a aplicação de métodos modernos de produção deveria garantir a compatibilidade do nosso produto. Na realidade, porém, ele não tinha condições de enfrentar a posição privilegiada do açúcar porto-riquenho, cubano e filipino no mercado americano, nem a do açúcar de beterraba nos mercados europeus.

O açúcar de nossas usinas passa a ser vendido apenas no mercado interno, só voltando ao mercado externo de forma transitória no período da Primeira Guerra Mundial e imediatamente após e mesmo assim em proporções modestas..." (16)

O espaço açucareiro em processo de redefinição apresenta-se portanto, bastante contraditório. A modernização se opera apenas no setor industrial, com a instalação das usinas que operam com o trabalho assalariado, pois, no setor agrícola, ocorre um retrocesso nas relações de produção. Reproduzem-se, então, formas de trabalho que reduzem os custos com mão-de-obra e permitem maiores parcelas de lucro no comércio do açúcar. Tais acomodações na produção açucareira, entre o velho e o novo, refletem a herança escravocrata e a dependência regional ao capitalismo internacional.

Esta fase contraditória marcou, definitivamente, a "região" açucareira nordestina, refletindo-se no seu progressivo declínio e, ainda hoje, no caráter extremamente reacionário

(16) Paul Singer, *O Brasil no contexto do capitalismo internacional*, pp. 357-358.

rio dos usineiros, o que é frequentemente comprovado pela vilenta repressão dirigida contra os movimento^s reivindicat^orios dos canavieiros.

A economia algodoeira foi atingida diretamente, também, pela conjuntura desfavorável do mercado internacional. Diferentemente do açúcar, contudo, cuja procura foi decrescente, o algodão apresentou oscillações que lhe possibilitaram superar o primeiro na pauta das exportações, durante 1861-1870, 1901-1910 e 1911-1913, como se pode observar na Tabela I.

Com a eclosão da Guerra da Secessão e a paralização das exportações norte-americanas para a Europa e a crise de matéria-prima na indústria têxtil europeia, a produção e exportação do algodão brasileiro cresceu consideravelmente no período de 1861-1870. Na década seguinte, a exportação voltou a decair (Tabela I). Esta nova queda foi motivada pela disputa interimperialista. As potências europeias (Inglaterra sobretudo, Alemanha e França, em menor escala) temendo a concorrência da produção dos Estados Unidos (pós-guerra da Secessão), que ameacava agora monopolizar os mercados da indústria têxtil, trataram de implantar a produção algodoeira nos seus espaços coloniais. Nesse sentido, Paul Singer sublinha que

"A Alemanha promoveu o plantio de algodões, em suas colônias do Camerum e do Togo. A Inglaterra conquistou o Egipto e o Sudão, tendo em vista desenvolver ali a cotonicultura. Em 1902 foi fundada a Cotton Growing Association, em Manchester, que iniciou em todo o mundo pesquisas de novas terras para o cultivo do algodão". (17)

(17) idem, ibidem, p. 360.

Assim, espalharam-se algodoeais na África oriental e o cidental na Índia ocidental e nas ilhas dos mares do sul.

Sem contar com os estímulos dos mercados externos, a produção brasileira sobreviveu, desde a Abolição até o fim da Primeira Guerra, sob o impulso da expansão interna da indústria têxtil. É importante assinalar que nessa conjuntura, caracterizada por um forte aceleramento do ritmo da expansão interna, sob o impulso da expansão da indústria têxtil nacional, aprofundou-se o corte da divisão cidade-campo e a relação entre os diferentes complexos de aglomerados urbanos provocando, assim, um acabamento mais consistente da tecitura regional. Esse fato torna-se mais significativo na linha de nosso raciocínio, na medida em que o mesmo nos aponta, também, os diferentes centros de gravidade urbanos onde se manifesta efetivamente o poder dos distintos núcleos oligárquicos que compõem o conjunto de forças da classe dominante regional.

Não significa contudo que, nesta fase, os interesses do imperialismo não penetrem na economia algodoeira local. O capitalismo norte-americano, agora também inserido na disputa por mercados, concorrendo com as potências europeias, lança-se na expansão externa e vai constituindo sua esfera de influência a partir do domínio dos mercados da América Latina. A economia algodoeira do Nordeste foi, a partir de então, inserida, também nos interesses do capital norte-americano.

Destarte, a "região" algodoeira-pequária nordestina, face à ampliação da divisão internacional do trabalho é capturada pelo imperialismo, como produtora de valor, cujo excedente é revertido em prol do capital internacional e de seus agentes nordestinos, os fazendeiros locais. Estes ascendem no ce

nário político, disputando com os "coronéis"⁽¹⁸⁾ do açúcar a do minação no plano regional.

Sobre o efeito concreto da ação expansionista imperia lista no Nordeste, Francisco de Oliveira destaca que

"Fazem sua aparição grandes trustes internacionais que controlam a circulação internacional dessa mercadoria: o "abc" do Nordeste algodoeiro-pecuário começa pelas siglas SANBRA e CLAYTON (...). O fazendeiro apropria parte desse valor, tanto sob a forma de sobre-produto, resultado da partilha entre ele e o meeiro, quanto sob a forma de so bre-trabalho, no "cambão" (...); sob as duas for mas oculta-se uma terceira, a renda da terra que raramente é explícita. (...)

O capital internacional, sob a égide das "três irmãs", SANBRA, CLAYTON e MACHINE COTTON, realiza internacionalmente, sob seu controle, o valor des sa mercadoria".⁽¹⁹⁾

Com efeito, sem interferir diretamente na produção, o capital internacional atua na esfera da circulação regional de modo a extrair o máximo de valor gerado na economia algodoeira. As relações de produção e a divisão social do trabalho domi nantes são não são mantidas, mas, também, reproduzidas, na me dida que favorecem o baixo custo da força de trabalho e, por tanto, menor custeio da produção. Com isto, são favorecidos os fazendeiros e, sobretudo, o capital comercial e o financeiro, que podem disputar, com maiores vantagens, a renda, os lucros e os juros no mercado internacional.

Processa-se, assim, a recomposição da "região" agro-pas

(18) Sobre a constituição dos "coronéis" ver o último segmen to deste capítulo.

(19) Francisco de Oliveira, op. cit., p. 42.

toril do Agreste e do Sertão nordestinos para a reprodução do capital, sem que seja necessário a sua modernização (como a conteceu com a "região" acucareira) uma vez que sua estrutura de produção já estava montada de modo a favorecer a sua inserção no circuito internacional de mercadorias.. Trata-se da estruturacão de uma base produtiva, desde seus primórdios, como já salientamos, onde a divisão social do trabalho adquiriu maior amplitude, gerando núcleos urbanos - sobretudo no Agreste - que exercem papel primordial de capturar o excedente produzido nas fazendas.

Conforme já vimos, no espaço agrestino da "região" algodoeira-pecuária, forjaram-se núcleos urbanos que se caracterizavam pelo seu relativo dinamismo, articulando os diversos espaços produtores. No âmbito do movimento que ora analisamos, a divisão do trabalho campo-cidade no interior do espaço agropastoril é aprofundada e aqueles núcleos urbanos são também reestruturados.

A partir do século XIX, constitui-se no Agreste uma rede urbana, na qual se realizam a circulação e a acumulação do capital comercial, polarizando a zona rural e as vilas, tanto do Agreste quanto do Sertão. Seus exemplos mais significativos são Campina Grande, Feira de Santana, Caruaru, Mossoró e Crato-Juazeiro. O raio de influência destas cidades ultrapassa os limites da "região" algodoeira-pecuária na medida em que articula esta com as demais "regiões" do Nordeste e, neste movimento, acaba por transferir o valor excedente para as capitais nordestinas, de onde se desencadeia o movimento de sua realização no exterior.

Os núcleos originários destas capitais constituíram-se

como elementos necessários à consolidação da dominação colonial e garantia da captação do "exclusivo metropolitano". O linda, Salvador e Recife distinguem-se, assim, pelas funções administrativa e comercial-portuária, assegurando a repartição do excedente produzido pelo escravo entre a classe pro prietária local e a burguesia comercial e financeira.

Com a emergência do capital industrial e a divisão in ternacional do trabalho, que repercutem no Brasil, reestruturando o espaço nacional e regional para o capital, a função destas cidades são redefinidas e Salvador, Recife e, mais tarde, Fortaleza, firmam-se como centros de gravidade e "polos de comando" da economia nordestina.

O sentido deste comando continua sendo o da captação do valor gerado nas áreas produtoras. Entretanto, a destinação destes recursos se modifica no decorrer do tempo. A emergência - nos fins do século XIX - da "região" cafeeira capitalista e o correlato avanço das forças produtivas no Sudeste imprimiam nova divisão nacional do trabalho. Neste contexto, o Nordeste cada vez mais se especializa como produtor e exportador de produtos primários e fornecedor de mão-de-obra para o Sudeste e como consumidor dos manufaturados lá produzidos. Por conseguinte, Salvador, Recife e Fortaleza canalizam, agora, a maior parte do excedente dos espaços produtores do Nordeste para as duas instâncias do capital: o internacional e o nacional. Em outras palavras, o bloco dominante agro-comercial nordestino captura o excedente do produto e intermedeia sua distribuição entre o bloco-comercial-financeiro internacional e o blo

co agro-comercial do Sudeste. (20)

Sistematizando o papel dos centros urbanos do Nordeste, neste processo, Waldomiro Cavalcanti classifica-os em duas categorias que, no nosso entender, expressam as funções que eles exercem, enquanto articuladores dos vários espaços nordestinos e vinculadores do mercado nacional com o mercado internacional: Sede Polo de Comando e Sede Polo Mercantil. Essas duas categorias estão assim definidas em seu trabalho:

"A Sede Polo de Comando, assim denominada por capturar os excedentes das outras áreas, constituiu se na formação do espaço nordestino, a área por excelência, onde se acumula e se concentra o capital regional (...).

A Sede Polo Mercantil tem raízes na divisão social do trabalho ocorrida a partir do sêculo XVII, (...) (e) culmina a partir da segunda metade do sêculo XIX, com a formação de uma expressiva rede urbana, tornando esta área (o areste) o centro de gravidade econômico e político da região. Dessa forma, consideramos ser a sede polo mercantil o primeiro momento onde a distribuição e a troca operam o seu movimento importante de realização do valor. Num segundo momento, a distribuição e a troca desse valor estabelece na sede polo de comando as premissas fundamentais de forma

(20) O conceito de **bloco** é aqui entendido, no sentido gramsciano de sistema de alianças de classes e/ou frações de classes. Neste sentido, conceituamos como bloco agro-co^mercial nordestino a aliança entre os latifundiários e comerciantes de exportação do Nordeste, movidos pelo in^{ter}esse comum de reprodução da economia primário-expo^{rta}dora. Como bloco comercial-financeiro internacional com^{pre}endemos a associação entre os grandes comerciantes, industriais e banqueiros ligados aos interesses do impe^{rialismo}. O bloco agro-comercial do Sudeste é represen^{tado} pelos cafeicultores e comerciantes de exportação, cujos interesses também convergem. Para melhor compreen^{são} do conceito, consulte-se: Antonio Gramsci, **Alguns temas da questão meridional**, Maria Antonieta Macciocchi, op. cit.

ção da indústria têxtil tradicional". (21)

Sede polo mercantil e sede polo de comando constituem, portanto, os pontos de concentração, os espaços da realização interna do valor, que articulam as diversas "regiões" produtoras do Nordeste, efetivam as trocas e, por fim, vinculam o espaço nordestino ao espaço do Sudeste e do exterior. Estes mecanismos reproduzem a dependência do Nordeste ao capital internacional, submetem-no aos interesses da região capitalista do Sudeste e, portanto, constituem-se em veículos da regionalização do Nordeste.

1.3-ESTRUTURA DE PODER E INTERVENÇÃO DO ESTADO NA REGIONALIZAÇÃO DO NORDESTE

A estrutura do poder político no Nordeste é, simultaneamente, causa, efeito e legitimação do processo de sua regionalização. O intercruzamento das condições econômicas, sociais e políticas proporcionou os elementos necessários à formação da região Nordeste e sua articulação interna e externa. Contudo, é a instância política que desempenha o duplo papel de elemento definidor e preservador da região. Segundo Francisco de Oliveira, a dimensão política constitui, talvez, a forma mais elaborada do conceito de "região", uma vez que é a dominação política da classe proprietária que garante a reprodução das relações de produção e a conseqüente estruturação da região. Diz o autor de *Elegia para uma religião* que

(21) Waldomiro Cavalcanti da Silva, op. cit., pp. 21 e 85.

"... O "fechamento" de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, por tanto, enquanto estas classes dominantes consequem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção. E nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção". (22)

A história da formação regional do Nordeste constitui, pois, a própria evidência da tese acima enunciada. A classe dominante nordestina, quando da reestruturação e redefinição do espaço regional, atua no sentido da reprodução de relações servis de produção: face à situação conjuntural de crise do escavismo e de demanda de seus produtos, intensifica a utilização da força de trabalho dos "moradores de condição" e, assim, "fecham" a região, impedindo seu crescimento qualitativo. Enquanto isto, os cafeicultores paulistas, em situação diversa, estimulados pela dinamização da economia cafeeira, privilegiam o trabalho assalariado, abrindo sua região à configuração capitalista.

A compreensão do papel da instância política no processo de regionalização do Nordeste, entretanto, não se reduz à atuação do poder local e regional de suas oligarquias. Faz-se necessário analisar as relações entre estas e o poder central, Sua complementaridade e a constituição da unidade contraditôria das diversas frações da classe dominante, cuja expressão maior se efetiva através do Estado.

O Estado mercantilista português teve como pressupostos de sua atuação no Brasil a garantia do domínio sobre o ter

(22) Francisco de Oliveira, op. cit.

ritório colonial contra as ameaças externas e internas e, sobretudo, a extração da maior parte do excedente do valor gerado na produção colonial.

Perseguindo tais objetivos, o Estado português montou todo um esquema político-administrativo na colônia (Capitanias, Governos-Gerais e Vice-Reinados) que funcionava como agência do poder metropolitano, garantindo assim, a dominação do território e a organização de áreas produtivas especializadas e voltadas essencialmente para o mercado externo. No território nordestino, a partir do núcleo açucareiro, outros espaços foram organizados sob o impulso da divisão do trabalho e como vimos, no início deste capítulo, constituíram-se em "regiões" complementares. O estado mercantilista português estava aqui consubstanciado no bloco de poder dominante, constituído pelo aparelho administrativo estatal, comerciantes e proprietários de terras locais que efetivavam e garantiam a apropriação do excedente da colônia.

O movimento que gerou a emancipação política do Brasil correspondeu à quebra da unidade deste bloco. Esta se efetuou, a partir da percepção, pelos proprietários de terras, de sua condição de explorados, no contexto da repressão tributária e reforçamento dos monopólios que a Coroa impunha à colônia a partir do século XVIII. Este rompimento se manifestou através dos chamados "movimentos nativistas", porém evoluiu lentamente e somente se completou quando a insatisfação dos proprietários rurais somou-se à da fração de mercadores que se constituiu a partir do livre comércio adotado pela política joanina.

A emancipação política do Brasil não trouxe consigo transformações substanciais na estrutura de poder. A ruptura com

a metrópole não significou a quebra da velha estrutura produtiva, escravocrata, latifundiária e voltada para o mercado externo. O bloco dominante foi apenas reformulado, conservando a sua substância agrário-exportadora. Por conseguinte, a fração dos proprietários rurais passou a ser dominante e se compôs com a fração dos comerciantes-exportadores, cujos interesses eram complementares e, juntos, empreenderam a luta pela captura do aparelho de Estado, que se concretizou em 1831, com a abdicação de Pedro I.

A política do Estado nacional construído e redefinido ao longo de todo o Império reflete a dominação absoluta da elite agrário-exportadora. Ao longo do seu percurso transpareceu o esforço pela unificação da classe dominante, pelo atendimento das demandas de suas várias frações e, sobretudo, pela consolidação de sua base econômica escravista. Assevera Manuel Maurício de Albuquerque que:

"Pela manutenção da forma monárquica, preserva-se a estrutura fundamental do Estado escravista, como convinha ao bloco de classes hegemônico, para garantir o poder necessário ao controle das diversas relações que mantinham a coesão social. O sistema de classes que se conservava estava organizado, predominantemente, para reproduzir a principalidade dos interesses dos proprietários dos meios de produção e dos que detinham a iniciativa nas relações de intercâmbio e de fornecimento de créditos.

Desta forma, o Estado Monárquico reproduzia o sistema de classe, pelo exercício da dominação da ordem social vigente e dos tipos de exploração econômica que nele se reproduziam, além de manter a hegemonia necessária para que tal sistema pudesse ser aceito pelo conjunto social sem obstáculos maio

res". (23)

Na realidade, o Estado Monárquico impôs-se muito mais pelo exercício da dominação, que pela hegemonia. (24) A própria forma de governo adotada revela sua natureza, sua interação com os pressupostos econômicos e sociais:

"Para impor-se o Estado nacional, recorreu-se a um Executivo forte, encarnado na figura do monarca, que, a despeito de acumular um poder destinado a neutralizar as fricções entre os poderes Executivo (onde se dava a unificação da classe dominante) e o Legislativo (onde se manifestava a diversidade das várias frações de proprietários), converteu, na prática, aquele poder neutralizador em um poder pessoal bastante acentuado, reforçador do Executivo. (...)

Assim posta, a preservação de um regime monárquico unitário, configurado na soberania do príncipe, teve por função, em última instância, dar corpo ao sistema neocolonial, ao preservar a ordem social interna hegemônica dos espaços de produção para o capital, mas dando-lhes uma tessitura comum, unificando-os para o exterior". (25)

O Estado Monárquico ajustou, assim, os mecanismos institucionais, de forma a garantir a ordem social necessária à preservação da economia agrário-exportadora. Enquanto sistema representativo, permitiu, através do voto censitário, que

(23) Manuel Maurício de Albuquerque, **Pequena História da Formação Social Brasileira**, p. 333.

(24) Estamos nos referindo às categorias de dominação e hegemonia no sentido gramsciano, enquanto elementos através dos quais o Estado se impõe. Enquanto a dominação é exercida através dos aparelhos político-repressivos, a hegemonia proporciona o consenso, no âmbito da sociedade civil. Ver nota 3.

(25) Rosa Maria Godoy Silveira, **O regionalismo nordestino**, pp. 111-112, grifo da autora.

as diversas frações da classe dominante exprimissem suas diferenças, ao mesmo tempo que aliava a classe subalterna do processo político. Após o período de instabilidade da fase regencial, o golpe de maioria e a implantação do parlamentarismo criaram condições para a unificação da classe dominante. A centralização política foi o principal instrumento para contrapor ao caráter particularista do poder dos proprietários rurais, uma diretriz geral que se sobrepunha aos diversos interesses das frações da classe dominante. Desse modo, a atuação do Estado nacional que então se constituía organizava o território em torno do interesse comum de reprodução da ordem escravista. Ao mesmo tempo, o processo em curso definia a relação entre o Estado e os espaços regionais desencadeando a nacionalização do espaço.

Entendendo que é sobretudo no plano da política econômica que se evidenciam as formas utilizadas pelo Estado na organização do espaço, bem como o sentido de sua intervenção, tentaremos, em seguida, resumir suas linhas gerais e a reação das frações dominantes, na conjuntura da reestruturação das "regiões" a partir da segunda metade do século XIX.

Até 1850, a intervenção do Estado na organização do espaço, privilegiara a política de repressão e conciliação que contribuiu para assegurar a ordem estabelecida. (26)

A partir da segunda metade do século XIX, contudo, o a

(26) A este respeito, constituem exemplos sua intervenção no plano político-militar na Revolução Pernambucana de 1817 e 1824, nas rebeliões Regenciais e na Revolução Praieira. No plano institucional foram relevantes o Ato Adicional de 1834 seguido e corrigido pela Lei Interpretativa de 1840 e a reforma eleitoral de 1846.

vanco das forças produtivas fazia vir à tona as contradições postas pela reintegração do Brasil à divisão internacional do trabalho nos parâmetros da disputa interimperialista. Neste contexto, o Estado foi levado a intervir de forma mais direta na esfera econômica.

Premido pelas pressões britânicas, desde a primeira década do século, o tráfico de escravos para o Brasil foi abolido em 1850. Tal medida acarretou reacções diversas, entre as frações regionais da elite agrária, quanto à substituição do braço escravo. (27) A fração cafeeira escravista passa a pleitear a liberação do tráfico interprovincial, como forma de suprir a carência de mão-de-obra, enquanto que a fração escravista do Norte e Nordeste se posicionava contra. O contraditório no posicionamento desta última é que, antes mesmo da abolição do tráfico, ela já vinha empregando outras formas de trabalho, por conta das oscilações dos preços de seus produtos no mercado externo e do encarecimento do escravo. Na região cafeeira escravista, pelo contrário, o progressivo crescimento da demanda do café reforçou a escravidão. Portanto, eram justamen

(27) Quanto à substituição do braço escravo por mão-de-obra livre, Celso Furtado coloca uma questão muito pertinente. "A chave de todo o problema econômico estava portanto, na oferta de mão-de-obra. Caberia portanto indagar: não existia uma oferta potencial de mão-de-obra no amplo setor de subsistência, em permanente expansão?" O autor responde à questão, de acordo com a tese de que esta mão-de-obra potencial estava presa à terra do fazendeiro, na condição de roceiros e, portanto, atada por laços econômicos e sociais que não lhe permitiam desligar-se. Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, p. 120. Ver também Maria Sylvania de Carvalho Franco, *Homens livres na Ordem escravocrata* e Sérgio Silva, *Expansão Cafeeira e origens da indústria no Brasil*.

te os setores que já vinham dispensando o braço escravo que se manifestavam contra a emigração dos escravos para a lavoura cafeeira. Ladislau Dowbor fornece uma explicação convincente para esta aparente contradição, dizendo que:

"O interesse da agricultura de exportação é constituir um vasto exército rural de reserva capaz de prover à sua própria subsistência, deixando pois de nesar sobre o orçamento do latifúndio durante a maior parte do ano, mas disposto ou forcado a participar nos trabalhos do latifúndio nos períodos de grande atividade. Compreendemos pois a generosidade dos empresários do Nordeste que a bandonem as relações escravagistas de produção, substituindo-as por uma série de mecanismo extraeconômicos ou semieconômicos que Gilberto Freyre explicará pelo "patriarcalismo" natural dos grandes plantadores, que simultaneamente pressionavam as autoridades locais (governos estaduais) nara que proibissem a emigração da população local para outras zonas do país". (28)

Vale salientar que de nada adiantaram as pressões dos proprietários rurais do Norte/Nordeste junto aos governos provinciais, uma vez que o governo central, atendendo aos reclames da fração cafeeira, liberou o tráfico interno de escravos.

Em outras questões os desacordos entre frações da classe dominante manifestaram-se: a regulamentação da propriedade fundiária, a política imigratória, a modernização das estruturas de produção e o privilegiamento da esfera da circulação constituíam pleitos da fração cafeeira e da burguesia comer

(28) Ladislau Dowbor, A formação do capitalismo dependente no Brasil, p. 128. Apud Rosa Godoy, O regionalismo nordestino, p. 129.

cial do Sudeste, a que se opunham as frações escravistas das províncias do Norte e Nordeste. O governo central foi colocado entre interesses diversos: no contexto do abolicionismo, os escravocratas das províncias do Norte/Nordeste e da área cafeeira da vale do Paraíba apelavam no sentido da preservação da escravidão, enquanto os cafeicultores do oeste paulista invocavam sua intervenção em prol da implantação de subsídios para a imigração europeia. O Estado era, assim, pressionado a tomar medidas ambíguas, uma vez que os interesses das diversas áreas se tornavam conflituosos, fazendo-se necessárias medidas conciliatórias como afirma Rosa Godoy.

"Foi diante desse quadro que se desenhou a função de interventor econômico do Estado. Premido entre duas tendências políticas em vias de se constituírem em antagônicas, posto que estribadas em estadios diferentes das forças produtivas regionais e requerentes de condições diversas de produção, procurou conciliá-las porque lhe era essencial o esteio econômico-financeiro da região para o capital cafeeiro, geradora do maior montante de recursos da balança comercial, e o sustentáculo político das demais regiões para o capital (sobretudo as em crise econômico-financeira), algumas das quais com expressiva representatividade no Parlamento. Sem qualquer das escoras, cuja junção mantinha unificado o poder que o cimentava, o edifício imperial ameaçava seriamente ruir."⁽²⁹⁾

Não obstante seus esforços - intervindo de forma a conciliar os interesses em luta -, e por isto mesmo, o Estado ruiu. Na medida que interveio nos espaços que se reestruturavam para a reprodução do capital e no espaço que se transmudava em

(29) Rosa Maria Godoy Silveira, op. cit. pp. 130-131.

capitalista, acabou por privilegiar o segundo, em detrimento do primeiro. (30)

Neste processo, o Estado Monárquico reorganizava o espaço brasileiro, redefinindo sua integração à divisão internacional do trabalho, acentuando as diferenças regionais e, paralelamente, sucumbia perante o rompimento do seu bloco de sustentação. O regime imperial não era mais capaz de unificar a classe dominante, cujas frações se apartavam às vistas de interesses que se contrapunham.

A partir de então, a república federativa passa a ser invocada como solução, para um novo pacto social e político mais condizente com a nova correlação de forças engendrada no bojo das modificações de ordem econômico-social.

O regime republicano implantado no Brasil estava estreitamente identificado com o processo de regionalização, que vinha se operando desde as últimas décadas do Império. O federalismo que acompanha a república e lhe dá sentido estava em perfeita sintonia com os novos interesses em jogo. Em 1870, o manifesto do partido republicano já colocara o federalismo como princípio básico:

(30) "... Quer nas regiões em crise (ao Norte), buscando alisar a circulação dos seus produtos - mediante aquisição de uma infra-estrutura viária - e ensaiando a unificação técnica da produção açucareira - mediante a implantação dos engenhos centrais - ; quer na região cafeeira, a intervenção do Estado, em graus diferentes, é certo, acabou por reforçar o espaço mercantil, favorecendo o capital comercial e o capital bancário. No primeiro caso, foi longe demais no sentido de desorganizar os espaços regionais em crise, que começaram a deixar de se reproduzirem nos moldes em que o vinha fazendo; no outro, foi contida em excesso, no sentido de incluir em um novo arranjo espacial." Cf. Rosa Maria Godoy Silveira, *op. cit.* p. 131.

"A autonomia das províncias é para nós mais do que um interesse imosto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira.

O regime da Federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios unicamente ligadas pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso partido." (31)

A República instalou-se, assim, sob o signo da autonomia das províncias que, na realidade, significava a autonomia das frações da classe dominante, sobretudo da região cafeeira do oeste paulista, cuja ascensão, enquanto região capitalista, teria no federalismo condições ideais de consolidar-se. Em contrapartida, nas regiões que se forjavam para a reprodução do capital - caso do Nordeste - a fração dominante tradicional, representada pelo setor açucareiro, atravessava um processo de declínio. Contudo, o federalismo constituiu-se num fator de convergência, possibilitando a consolidação das diversas frações regionais nos seus respectivos espaços políticos. Nesse sentido Rosa Godoy afirma que

"... a República encontrou, em âmbito nacional, elites políticas representativas de grupos sociais em processos diferentes: uma em ascensão, outra em declínio. O ponto de convergência política de ambos se fazia ao nível estadual, onde a base econômica agrário-monocultora lhes dava condições

(31) Trecho do manifesto do partido republicano, in Maria do Carmo Campello de Sousa, **O processo político partidário na primeira república**, p. 162.

de liderar outros grupos sociais locais. O federalismo republicano pôde, dessa maneira, ter flexibilidade dupla: assegurar essa liderança estadual dos grupos agrários e promover a liderança federal do grupo agrário cafeeiro. Essa disposição que a ordem sócio-política firmou, permitiu a articulação dos dois processos referidos, aparentemente antagônicos". (32)

A autonomia dos Estados proporcionou, portanto, o reforçamento das oligarquias nordestinas, na medida da reestruturação de sua base agrário-exportadora, sobretudo do seu segmento agro-pastoril que, com a ascensão da lavoura algodoeira, passa a posição de liderança no conjunto político da região. A "política dos governadores", por sua vez, operou a articulação que faltava entre as diversas instâncias do poder como veremos mais adiante.

Do ponto de vista econômico-financeiro, o federalismo só beneficiou as regiões prósperas. A autonomia dos Estados de contrair empréstimos no exterior, de constituir forças militares e justiça próprias, de decretar impostos de exportação, de bens imóveis, de transmissão de propriedades, de indústrias e profissões, revertia sobretudo, em favor dos grandes Estados. A região cafeeira era a mais beneficiada, na medida em que se constituía na maior área exportadora do país.

As áreas produtoras do Nordeste, que já vinham em crise (sobretudo a açucareira), teve agravada a sua situação. Contudo os Estados mais ricos do Nordeste - Pernambuco e Bahia - eram menos atingidos. Através de Recife e Salvador, concentra

(32) Rosa Maria Godoy Silveira, **Republicanism and federalism**, p. 100.

vam o excedente da produção dos demais estados nordestinos e, com isto, adquiriam rendas expressivas dos impostos de expor
tação. A este respeito Rosa Godoy conclui que:

*"Os pequenos estados, cuja receita de exportação era reduzida e onde a taxação sobre a proprieda
de arária era difícil, cadaram-se à extrema ne
núria, sem possibilidades de se fazerem ouvir nas suas reclamações, uma vez que a representação na Câmara dos Deputados era proporcional ao número de habitantes de cada unidade federada". (33)*

Nesse sentido, podemos afirmar que a adoção do sistema federativo não foi suficiente para garantir a estabilidade da República: à fragmentação do espaço acrescenta-se o distancia
mento administrativo entre a União e os Estados. Portanto, fal
tava um elo que vinculasse as várias instâncias do poder, ou me
lhor, as frações dominantes regionais ao poder estadual e ao poder central. As crises políticas do início da República re
fletiam esta falta de sintonia, a fragmentação da ordem sócio
econômica e político-administrativa.

A "política dos governadores" implantada a partir do governo Campos Sales criou mecanismos eficientes à estabiliza
ção política. Articulou as várias instâncias do poder, através de um esquema de compromissos mútuos entre a União e os Esta
dos e entre estes e os municípios. Colocava-se, portanto, o elo que faltava para unir os espaços diferenciados. Entretanto, este elo era construído simplesmente, na base de troca de favores, beneficiando os grupos que detinham maior poder da barganha e, portanto reforçando sua dominação. Assim, garan

(33) idem, ibidem, p. 102.

tiu-se o poder das oligarquias situacionistas nos Estados, e a nível do poder central, favoreceu-se o predomínio dos grandes Estados. Estes, dotados de maior representatividade e dinamismo econômico, têm a liderança no Congresso e facilidades de acesso ao poder Executivo.

A política dos governadores funcionou como meio de reduzir a autonomia dos Estados menores - das "regiões" - para a reprodução do capital no Nordeste, ao mesmo tempo que possibilitava a ampliação da autonomia dos grandes Estados - da "região" capitalista cafeeira -, reformulando, na prática, o federalismo e consolidando a reestruturação do espaço brasileiro. Conseqüentemente, o sistema de compromissos estabelecido por essa política selou o pacto entre as diversas frações regionais da elite dominante, em torno da supremacia econômica, financeira e política da fração cafeeira do Sudeste. Em troca da preservação e reprodução do seu poder econômico e político local, as oligarquias nordestinas redefinem os espaços e sua função intermediadora, veiculando a reprodução do capital no Nordeste aos interesses dos blocos comercial-financeiro internacional e agro-comercial do Sudeste. Desta forma, fica assegurada a tradicional estrutura de produção e dominação internamente, ao mesmo tempo que se estrutura a região Nordeste, em função da divisão internacional, nacional e regional do trabalho.

O quadro político da Primeira República constitui, assim, o reflexo do processo de regionalização em curso. O bloco de poder no plano nacional é constituído por representantes da região cafeeira, mas têm como seus suportes político-eleitorais as frações regionais, as oligarquias que, dispõem de

uma verdadeira máquina de votos controlados localmente pelos "coronéis". Estes exercem o controle do eleitorado "de cabresto", ora pela força bruta dos seus "cabras", ora pelo relacionamento clientelístico que as próprias relações sociais de produção lhes possibilitam.

O Estado que se organizava na Primeira República criava, ao mesmo tempo, condições institucionais para a unificação das diversas frações da classe dominante e para a regionalização do espaço. Neste sentido, o federalismo e a política dos governadores adequava os instrumentos jurídicos à reordenação do espaço. Conseqüentemente, o processo de inserção do país no capitalismo internacional foi acelerado e acrescentado da reprodução no plano interno da subordinação já existente no plano externo. Neste contexto, o Nordeste emerge enquanto região duplamente subordinada. (34)

Outra dimensão do processo de regionalização do Nordeste refere-se à percepção da classe dominante regional, ou seja, da sua tomada de consciência quanto à estruturação regional. Na medida em que foi ela a protagonista interna da reestruturação do espaço para a reprodução do capital, resta saber até que ponto vai sua conscientização quanto ao papel do Nordeste.

A este respeito, o discurso dos representantes da classe dominante nordestina expressa a elaboração ideológica

(34) Vale acrescentar que a conjuntura da Primeira República constituiu, apenas, parte da etapa preliminar do processo de subordinação, que iniciado nos fins do Império, prolonga-se até os dias atuais, logicamente sob novas roupagens.

ca⁽³⁵⁾ regionalista contida na tão decantada diferenciação entre o Nordeste e o Sudeste. Cabe indagar no entanto, como se forjou esta conceção e qual o seu real significado, como essa classe vê o Nordeste e até que ponto o conceito emitido em seus discursos contribui para a reprodução da dependência nordestina.

Em estudo recente sobre a percepção da classe dominante de Pernambuco e Paraíba acerca do processo de reestruturação do espaço regional, na segunda metade do século XIX, Rosa Godoy fornece subsídios para elucidar estas indagações. Através da análise das condições estruturais da regionalização, a autora enfoca como se constituiu concomitantemente sua elaboração ideológica. Mostra a evolução do conceito de Nordeste, como resposta da classe dominante à intervenção do Estado no espaço regional, conceito este que só aparece no século atual. Até o século passado a elaboração corrente era expressada na oposição entre o Norte e o Sul:

"Das reações para o capital - acucareira, algodoei
ra, tabacaria, cacauera, cafeeira, - apenas a úl
tima se desdobraria, no decorrer do século XIX,
para configurar uma reação capitalista. As demais
reorganizaram seus espaços, em função de uma da
da situação de crise, mas não conseguiriam apro

(35) O ideológico está aqui sendo entendido, não no sentido de falsa consciência e alienação e sim, como "... uma forma (dupla) de conhecimento e de dominação. Conhecimento porque procura fornecer ao homem uma certa inteligibilidade do mundo e porque o conhecimento sobre a ideologia permite, em suma, conhecer as relações sociais em que a mesma se concretiza. Forma de dominação porque, tendo por fundamento as condições objetivas da existência (relações sociais de produção) em uma sociedade de classes, exprime as relações que as classes estabelecem entre si e a dominação que uma delas exerce sobre as demais". Rosa Maria Godoy Silveira, O regionalismo nordestino, p. 39.

fundar a divisão social do trabalho. É desta diferenciação entre regiões no processo que se interfere a polarização neorabicamente verbalizada entre o Norte e o Sul, cuja leitura deve ser estabelecida no fato de que todas aquelas regiões para o capital - que se mantêm como tal, descapitalizadas e com relações pré-capitalistas de produção - localizavam-se nas províncias neorabicamente situadas ao Norte do país". (36)

Relacionada à consciência espacial que se expressava na oposição Norte/Sul, está portanto a situação objetiva que, na segunda metade do século XIX, estruturava o espaço para a reprodução do capital nas províncias do Norte, enquanto a "região" cafeeira paulista estruturava-se em bases capitalistas.

Os espaços para a reprodução do capital apresentavam aspectos comuns como relações pré-capitalistas de produção, produção para o mercado externo e a constante ocorrência de crises. Esta identificação contribuía, objetiva e subjetivamente, para "homogeneizar" o espaço "Norte". Contudo, as contradições contidas neste espaço denominado Norte, às vezes se expressavam também no plano ideológico, embora, elaboradas de forma incompleta e/ou defeituosa (como não podia deixar de ser) e, obscurecidas pelos elementos homogeneizadores acima referidos e, pelos esforços da classe dirigente. Esta anelava para as tradições comuns, para o passado de lutas, e para a consciência de superioridade etc, a fim de impor uma visão homogênea dos vários espaços contidos no Norte.

Os momentos que evidenciam as diferenciações contidas

(36) idem, ibidem, p. 94.

no interior dos espaços emergem no plano de suas representações político-administrativas:

"... o recorte político-administrativo, nomeado de provincia, sugerindo a rearticulação da região (...) entre vários e distintos grupos da classe dominante regional. Uma segunda diferenciação interna solta-se no discurso, apesar da imagem de fraternidade que tente revassar (ou seja, de laços atados em torno de um mesmo objeto - a organização da região): a preponderância pernambucana no bloco, equivale a dizer nas regiões, desvendada à luz do fato de que o mercado do Recife capturava os espaços produtores da própria provincia de Pernambuco, do Ceará, Pão Grande do Norte, Paraíba, Alagoas". (37)

Esta diferenciação, mascarada no discurso através da imagem protetora de Pernambuco, refletia, portanto, uma recorrência do processo de regionalização, cuja dinâmica redefiniu o papel da sede polo de comando exercida por Recife que, como já descrevemos anteriormente, articulava os espaços produtores através das sedes polos mercantis.

O conceito de Nordeste, que somente aparece no século atual, teve, no nosso entender, condições objetivas de ser elaborado, pelo desencadeamento mais efetivo da regionalização, com a integração efetiva da "região" algodoeira no circuito internacional de mercadorias, com a limitação da produção açucareira ao mercado interno e, finalmente, com o pacto inter-oligárquico deflagrado pela política dos governadores.

Resumindo as constantes do discurso regionalista, duas

(37) idem, ibidem, p. 161, grifo da autora. A respeito da pre dominância comercial de Recife, ver também Francisco de Oliveira, Elegia para uma re(li)gião, p. 34.

constatações se evidenciam: a primeira é a homogeneização do espaço nordestino ; a segunda é a diferenciação/oposição Nordeste-Sudeste. Estas representações se complementam constituindo subsídios à chamada questão regional, que contrapõe ao Nordeste pobre o Sudeste rico.

A ideologia regionalista, como já vimos, foi se forjando no âmago do processo de regionalização. Conseguiu impor a imagem do Norte e depois do Nordeste como um todo indiferenciado, abstraíndo as diferenças sociais contidas no seu interior, ocultando, assim, as relações de dominação e ao mesmo tempo legitimando-as. A região aparece como a vítima, na medida em que se apresenta a miséria de sua classe subalterna como sendo da região. Dessa forma, transmuda o sujeito da exploração em proveito dos exploradores e assegura a reprodução da dominação.

Além de elevar a região à categoria de sujeito justifica a miséria como decorrência de fatores alheios à vontade de seus dirigentes e totalmente incontroláveis. Sublinha Rosa Maria Godoy que

"... O espaço regional como um todo, internamente indiferenciado, é encarado como uma vítima, ou melhor, um paciente dos acontecimentos, cujas causas lhe fogem, não ficam acima de seu controle, ora sendo muito vagas, abstratas - o infortúnio -, ora sendo de origem natural - a seca - ou, ainda, concretas, porém esvaziadas de sua causalidade, remetidas à mão providencial - a fome e novamente a seca..." (38)

(38) Cf. Rosa Maria Godoy Silveira, O regionalismo nordestino, pp. 163-164.

Como se vê, reduzindo-se a causalidade dos males do Nordeste aos fatores naturais, iustificam-se os constantes pleitos ao poder central, no sentido de privilegiar a região através de uma política de aplicação de recursos que, no entanto, atendem tão somente aos interesses da classe proprietária.

Ao mesmo tempo, a classe dominante nordestina revela o grau de sua percepção quanto à diferenciação entre o Nordeste e o Sudeste. Percebe a fragilidade das forças produtivas da região em contraposição ao dinamismo do Sudeste, contudo não percebe a essência da questão implícita na própria lógica das desigualdades entre o espaço capitalista e o espaço para a reprodução do capital.

Desde o Império, os discursos expressam a preocupação com os desequilíbrios regionais, porém reduzindo-os sempre ao tratamento preferencial que o governo proporciona ao Sudeste. Nesse sentido, a autora de "O Regionalismo Nordestino" destaca que

"O elemento desequilibrador é, segundo o entendimento dos discursantes, a predileção do governo pela parte do Império que lhe é próxima: 'e a quem devemos esse estado desanimador à que tem chegado principalmente a minha infeliz província? É pena, mas forçoso é confessá-lo: ao governo, e só ao governo, que além de surdo aos reclamos das províncias do Norte, traz sempre a viseira caída para não encher o ar muito além das províncias que lhe são limitróphes...' Também aqui se renova uma idéia de equilíbrio - desta vez da parte do governo - que deveria haver entre as províncias, isto é, entre todas as frações espaciais da classe agrária, distribuindo igualmente benefícios..."⁽³⁹⁾

(39) idem, ibidem, p. 201.

Assim, a "correção" dos desequilíbrios regionais é a pontada através de modificações na política creditícia e tributária além da proliferação de obras públicas que, segundo o discurso, beneficiará a população que perambula esfarranada no Nordeste.

A intervenção do Estado que se faz presente, obviamente, não consegue corrigir as desigualdades regionais: antes, reforça-as. Entretanto, do ponto de vista da classe proprietária nordestina ela é eficaz, uma vez que a inversão dos recursos contribui para reproduzir seu poder econômico. Paralelamente, as oligarquias regionais reforçam seu poder político, na medida em que se apropriam da direção e controle dos ôrdãos implantados pelo poder central, ora utilizando-os como cabides de empregos, ora como instrumentos para ampliação de sua base de apoio.

Desta forma, a classe dominante regional subordina-se à fração dominante nacional em troca da reprodução de seu poder econômico e político no âmbito regional. Neste sentido, a ideologia regionalista é bastante eficiente como elemento reprodutor da regionalização.

1.4-CORONELISMO E OLIGARQUIAS NO NORDESTE

Coronelismo e oligarquias constituem instâncias do noder originadas em comum e intrinsecamente relacionadas. Operam como elos de uma cadeia que articula a estrutura de dominação local - exercida pessoalmente - ao âmbito dos poderes esta

duais, regionais e central. O coronelismo corresponde ao núcleo gerador da estrutura de dominação, desenvolvendo-se e atuando no plano restrito do poder local. Sua influência se irradia às demais instâncias do poder através da intermediação das oligarquias cujo raio de atuação se situa a partir do plano estadual. Neste sentido, o oligarca é também um "coronel", cuja liderança extrapola o seu município e até mesmo o seu Estado. A análise do coronelismo pressupõe, assim, a compreensão do processo de organização dos espaços e a concomitante constituição do poder local.

A formação da base econômico-social do poder dos "coronéis"⁽⁴⁰⁾ remonta à Colônia. O coronelismo só se conssubstancia, entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, no bojo do movimento de reestruturação e regionalização do espaço brasileiro. Sua configuração mais acabada somente se efetua na Primeira República. Ao abordarmos, no início deste capítulo, a organização do espaço nordestino em suas diversas áreas, analisamos a estrutura de produção. Enfocaremos agora de que maneira, paralelamente à estruturação da base produtiva, conssubstanciou-se o poder local. Não se pode esquecer que sua configuração está também relacionada à esfera do poder central que, na fase inicial, personifica-se no Estado mercantilista português.

Como já vimos, o Estado mercantilista português montou uma estrutura de produção fundamentada na organização do espaço colonial e obviamente voltado para a realização externa do valor. Neste sentido, a administração colonial funcionava como

(40) Aspeamos o termo "coronéis" porque estamos empregando-o em sentido amplo, identificando-os com os potentados locais conforme explicitamos mais adiante.

agência garantidora dos pressupostos do Estado português.

A estrutura político-administrativa implantada na Colônia reproduziu as formas adotadas na administração da Metrôpole, apenas ajustadas às peculiaridades da Colônia. É o que nos assegura Caio Prado Júnior:

"De um modo geral, pode-se afirmar que a administração portuguesa estendeu ao Brasil sua organização e seu sistema, e não criou nada de original para a colônia (...) É só no regime fiscal, quando se tratava de tributos e a melhor forma de arrecadá-los, que a administração portuguesa procurava sair um pouco de sua rotina". (41)

Assim, a centralização política vigente em Portugal foi transplantada para o Brasil, concentrando as autoridades nas capitais e vilas, não obstante as imensas distâncias que as separavam das áreas que pretendiam administrar. Ocorre que

"... em vez de obviar aqueles inconvenientes com uma dispersão máxima de agentes, a administração metropolitana, repetindo fielmente o que se praticava no minúsculo Reino, deixava-as todas, ou a maior parte delas, nos centros principais onde sua ação se tornava quase inútil pela distância em que ficavam de seus administradores". (42)

A divisão territorial-administrativa, a exemplo da Metrôpole, era também centralizada. Criaram-se vilas (sedes dos termos e comarcas) onde se concentravam ouvidores, juizes, câmaras e demais agentes da administração. Tendo em vista primordialmente a arrecadação dos tributos a máquina administra

(41) Caio Prado Júnior, **Formação do Brasil contemporâneo**, pp. 301-302.

(42) idem, *ibidem*, pp. 302-303.

tiva funcionava de forma desordenada, misturando esferas de competência de forma desorganizada e confusa. Na medida em que aos objetivos da colonização portuguesa se contrapunham a deficiência da administração, esta foi reaiustada de forma a permitir a inserção dos proprietários rurais da Colônia como efetiva força auxiliar da administração, tornando assim a Colônia governável.

Vejamos concretamente como a classe proprietária atuou na administração da Colônia, e em que medida esta sua participação contribuiu para fundamentar o mandonismo local, precursor do futuro coronelismo.

No esquema administrativo português a Capitania constituía a unidade política e econômica por excelência.⁽⁴³⁾ Era governada pelo capitão-general ou governador (as principais): capitão-mor ou governados (as subalternas). Suas funções eram tão abrangentes que os colocava como "a cabeça de toda a administração em geral"⁽⁴⁴⁾ mas, na realidade exerciam muito mais suas atribuições militares que as civis. Neste plano, eram meios executores das ordens diretas de Lisboa, não dispondo, por tanto, de poder decisório.

A **capitania** estava dividida em **comarcas** e estas constituídas de **têrmos** sediados nas **vilas**. Estas últimas, por sua vez, dividiam-se em **freguesias** que se organizavam em **bairros**.

Para os fins do nosso estudo, privilegiaremos a análi

(43) "O Brasil não constitui para os efeitos da administração Metropolitana uma unidade. O que havia nesta banda do oceano, aos olhos dela, eram várias colônias ou províncias, até mesmo "naíses", se dizia às vezes, que, sob o nome oficial de **capitanias**, se inteiravam ao conjunto da monarquia portuguesa..." Cf. Caio Prado Júnior, *op. cit.* p. 304, grifo do autor.

(44) *idem*, *ibidem*, p. 307.

se da organização administrativa das vilas, onde as **câmaras municipais** constituíam o reduto político-administrativo dos proprietários rurais. Além das Câmaras, as vilas (nos seus bairros) também dispunham das **ordenanças**, cuja chefia era confiada também à elite local. Por conseguinte, entendemos que o exercício destas funções administrativas coloniais, paradoxalmente, permitiram à classe proprietária reproduzir a dominação da Metrôpole, ao mesmo tempo que favorecia e fundamentava sua própria dominação no plano local.

Em cada vila funcionava um Senado da Câmara⁽⁴⁵⁾, cuja área de jurisdição estendia-se, por todo o termo. Devido ao caráter não especializado das funções na administração colonial, as câmaras acumulavam atribuições, funcionando na prática como órgãos inferiores da administração geral das Capitânicas. Não só sua atuação extrapolava a administração local como englobava as funções legislativa, executiva e judiciária, conforme salienta Carvalho Mourão as câmaras tinham

"funções muito mais importantes do que as modernas municipalidades. Assim é que, além das atribuições de interesse peculiar do município, exerciam elas funções hoje a cargo do Ministério Público, denunciando crimes e abusos aos juizes, desempenhavam funções de polícia rural e de inspeção da higiene pública, auxiliavam os alcaides no policiamento da terra e eleaiam grande número de funcionários da administração geral..."⁽⁴⁶⁾

(45) Auto-denominação das Câmaras durante a Colônia.

(46) João Martins de Carvalho Mourão, **Os municípios - sua importância política no Brasil-Colonial e no Brasil-Reino** in. Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., Tomo Especial, p. 299. Apud. Victor Nunes Leal, **Coronelismo, enxada e voto**, p. 62.

Caio Prado aponta outras atribuições das câmaras:

"... o poder das câmaras é nois o dos proprietá
rios. E seu raio de ação é grande, muito maior
que o estabelecido nas leis. Vemos as câmaras fi
xarem salários e o preço das mercadorias; reula
rem o curso e valor das moedas; proporem e recu
sarem tributos reais, organizarem expedições con
tra o gentio, e com ele celebrarem pazes; tratarem
da ereção de arraiais e novações; proverem sobre
o comércio, a indústria e a administração núbli
ca em geral; chegam a suspender governadores e
conitães, nomeando-lhes substitutos, e prender e
pôr a ferro funcionários e delegados reais. Al
umas câmaras mantinham até representantes efeti
vos em Lisboa, tratando assim diretamente com o
governo metropolitano, por cima da autoridade
dos seus delegados no Brasil". (47)

A composição do Senado da Câmara⁽⁴⁸⁾ fazia-se através do voto "popular" restrito aos eleitores devidamente qualifi-
cados. "Os homens bons", conforme expressão das leis, identi-
cados nas pessoas que possuíam riqueza através de eleição in-
direta indicavam seus representantes na câmara.

Até o século XVII o poder das câmaras irradiava-se por toda a Capitania, extrapolando suas funções legais, cometendo abusos de poder que a Coroa, incapacitada de impedi-los, san-
cionava:

"Legalizava-se, assim, uma situação concreta, sub-
versiva do direito legislador, mas em plena cor-
respondência com a ordem econômica e social esta-
belecida nestas lonanquas paraens. Seria difícil

(47) Cf. Caio Prado Júnior, Evolução política do Brasil, p.29.

(48) Constituída por dois juizes (o presidente e o ordinário) três vereadores e um procurador.

conter essas manifestações do poder privado em uma estrutura cuja unidade fundamental - que imprimia seu selo no conjunto das demais instituições - era o extenso domínio rural, essencialmente monocultor e construído sobre o trabalho escravo". (49)

A dependência da Metrôpole ao suporte econômico-social representado pelos proprietários rurais e a deficiência da aparelhagem administrativa da Colônia permitiam, assim, que a classe proprietária se constituísse no verdadeiro núcleo de poder da Colônia, simbolizada no pelourinho que era erigido nas vilas.

A partir dos fins do século XVII, mediante a nova conjuntura de Portugal⁽⁵⁰⁾ e a emergência da economia mineira no Brasil, a máquina administrativa foi melhor aparelhada. As concessões aos mandões locais foram limitadas, procedendo-se uma verdadeira repressão político-administrativa. Emergem, a partir de então, as contradições entre os interesses da Coroa e da classe proprietária local. As câmaras municipais passam a ser controladas por autoridades metropolitanas que interferem em todos os seus negócios.⁽⁵¹⁾

Com a emancipação política do país, o senhorato rural procedeu a centralização do poder político reduzindo as câmaras municipais a funções meramente administrativas e colocou as sob a tutela dos conselhos gerais, dos presidentes de província e do poder central. Desta forma, os núcleos geradores

(49) Victor Nunes Leal, op. cit., p. 65.

(50) Portugal, recém-saído do domínio espanhol, procurava recuperar-se da crise econômico-financeira que atravessava. Para isso, reforçou a administração das Colônias objetivando extrair o máximo de lucros.

(51) Ver Caio Prado Júnior, Formação do Brasil Contemporâneo, p. 212.

do poder da elite agrária são devidamente controlados, evitando sua conversão em instrumentos de agitação política e perturbação da ordem estabelecida. A este respeito, Victor Nunes Leal comenta:

"Resumindo a lista, (das funções das câmaras) declarava o art. 71 que as câmaras deliberariam em geral sobre os meios de promover e manter a tranquilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes, asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações". (52)

Voltando à administração colonial, vejamos o papel das ordenanças na fundamentação do mandonismo local.

Além da tropa de linha e das milícias, as forças armadas na colônia contavam também com as ordenanças. Todo o contingente da população masculina entre 18 e 60 anos que não servia nas demais tropas era automaticamente arrolado como efetivo das ordenanças. Do ponto de vista militar, as ordenanças não tinham grande importância. Mal equipadas, estacionárias e isentas de instrução, desempenharam, contudo, o papel de garantidoras da ordem estabelecida, conforme assegura Caio Prado:

"Mas se como força armada as ordenanças ocupam em nossa história um plano obscuro, noutro setor, aliás não previsto pelas leis que as criaram, elas têm uma função ímpar. Sem exatidão, pode-se afirmar que são elas que tornaram possível a ordem legal e administrativa neste território imenso, de população dispersa e escassez de funcionários regulares..." (53)

(52) Victor Nunes Leal, op. cit., p. 75, grifo nosso.

(53) Caio Prado Júnior, op. cit., p. 324.

As ordenanças estavam submetidas ao poder da classe proprietária local. As patentes de seus oficiais superiores⁽⁵⁴⁾ eram distribuídas pelas câmaras entre as pessoas capazes de organizar e conter a população em regime de obediência.

Os capitães de ordenanças tinham também atribuições administrativas que lhes permitiam obrigar seus comandados a contribuir com trabalho ou com dinheiro para a construção de obras públicas, e a permanecerem no trato da lavoura. Além disso, mantinham contactos permanentes com o governador para tratar de assuntos relativos a problemas de interesse público.⁽⁵⁵⁾

Por conseguinte, as limitações da aparelhagem administrativa colonial não permitindo sua atuação efetiva nas vilas, possibilitou à elite rural ocupar posições de mando, dispondo, assim, de instrumento de controle da classe subalterna e, portanto, consolidando sua dominação. Desta forma, nestam-se condições para a emergência no futuro dos "coronéis" e seus complementos necessários, os contingentes submissos que comporão sua clientela.

Vale salientar, que a ascensão dos potentados locais aos postos de comando não revela fragilidade do poder metropolitano e sim, a inserção da elite local, enquanto componente efetiva garantidora da dominação colonial. Em contrapartida, a sua participação na estrutura do poder metropolitano consoli

(54) "As patentes superiores das ordenanças conservavam também as antigas denominações: **Capitão-mor**, que correspondia ao coronel na organização em regimento, e **sargento-mor** o major da organização regimental, ou antes, o **tenente-coronel**". Comandos estes entre os (...), a nata da população colonial, os seus expoentes económicos e sociais". Caio Prado Jr. op.cit. pp. 313 e 327, nota 42. Grifo do autor.

(55) Ver Caio Prado Jr. op. cit., pp 326-27.

dou sua dominação local. Contudo, convém não esquecer que as condições objetivas para a fundamentação do poder senhorial estavam inscritas nas formas de produção. O entrecruzamento das condições objetivas e subjetivas, portanto, organizou o espaço rural, configurando-o como núcleo da produção e do mandonismo local.

Todavia, levando em consideração que a organização das unidades produtivas na colônia não se fez de forma homogênea, a estruturação do poder nos diversos espaços produtivos efetivou-se de forma diferenciada. É sobretudo nas diferenças entre as relações sociais de produção que se moldam caracteres diferenciados nos padrões de dominação. Neste sentido, torna-se inteligível que o mandonismo local no Nordeste, desde o período colonial, apresente matizes diversas entre o espaço açucareiro e o espaço agro-pecuário. Enquanto no primeiro o predomínio das relações escravistas de produção imprimem maior rigor à aceitação do poderio senhorial, no segundo, outras formas de trabalho permitem maior flexibilidade nas relações de dominação-submissão, legitimando mais facilmente o poderio do fazendeiro:

"Constitui-se assim no grande domínio um conjunto de relações diferentes das de simples propriedade de escravista e exploração econômica. Relações mais amenas, mais humanas, que envolvem toda sorte de sentimentos afetivos. E se de um lado estas novas relações abrandam e atenuam o poder absoluto e o rigor da autoridade do proprietário, doutro elas a reforçam, porque a tornam mais consentida e aceita por todos. Ele já será ouvido como um protetor, quase um pai. Há mesmo um rito católico que se aproveitará para sancionar a situação e as novas relações: o testemunho nas cerimônias

religiosas do batismo e do casamento, que criam títulos oficiais para elas: padrinho, afilhado, compadres". (56)

Assim se estabelecem os laços de compadrio e filhotismo que se constituíram em caracteres do coronelismo. Como já vimos anteriormente, no Sertão e Agreste nordestinos desde o início da ocupação predominaram relações não escravistas de produção, baseadas na dominação pessoal, no compadrio, na dependência direta do trabalhador ao fazendeiro, permitindo que o coronelismo se instaurasse com mais facilidade e maior estabilidade que na área do litoral e zona da Mata.

Feita a digressão histórica dos fatores que plasmaram o mandonismo local, passemos à análise das condições conjunturais que favoreceram a configuração do coronelismo, no bojo do processo de reestruturação do espaço brasileiro a partir da segunda metade do século XIX.

Os potentados rurais estavam localmente integrados na estrutura de poder monárquico, na condição de comandantes da Guarda Nacional. Criada em 1831, como tropa auxiliar do exército, substituiu as milícias e as ordenanças. Na hierarquia da Guarda Nacional a patente de coronel correspondia a um comando municipal que era concedido, em geral, ao chefe político local:

"Eram, de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam, em cada município, o comando-em-chefe da Guarda Nacional, ao mesmo tempo que a direção política, quase ditatorial, senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial.

(56) idem, ibidem, p. 289. Grifos do autor.

Tal estado de coisas passou da Monarquia para a República, até ser declarada extinta a criação de Feijão. Mas o sistema ficou arraigado de tal modo na mentalidade sertaneja, que até hoje recebem popularmente o tratamento de "coronéis" os que têm em mãos o bastão de comando da política edilícia ou os chefes de partidos de maior influência na comuna, isto é, os mandões dos corrilhos de campanário". (57)

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, cada batalhão da Guerra Nacional representava praticamente uma parentela.⁽⁵⁸⁾

Vários membros da hierarquia familiar unidos num mesmo batalhão refletiam a solidariedade existente entre seus componentes e ao mesmo tempo, espelhavam suas diferenças sócio-econômicas. Assim, no grau superior estava o coronel, que detinha maior soma de fortuna, e nos graus inferiores encontravam-se os menos favorecidos. A lealdade entre os membros da parentela se manifestava no irrestrito apoio ao chefe. A solidariedade interna assentava na interdependência de seus componentes, que, no entanto, continha um estado latente de conflito. Daí sua fragilidade que permitia o rompimento da sua unidade e seu fracionamento em grupos rivais. (59)

A referida autora mostra ainda, que a conservação da estrutura de parentelas constitui uma das bases do coronelismo

(57) Cf. Basílio de Magalhães, **Algumas notas sobre o municipalismo brasileiro**. Apud Victor Nunes Leal, op. cit., p. 21.

(58) Grupo de parentes consanguíneos ou unidos por laços de comadrio ou por matrimônio. Ver Maria Isaura Pereira de Queiroz, **O coronelismo numa interpretação sociológica**.

(59) Idem, *ibidem*, p. 168. Um exemplo concreto de fragmentação de uma parentela foi o ocorrido com a família Pessoa às vésperas do movimento de 1930 na Paraíba, Ver a este respeito, o capítulo II deste estudo.

mo. Conservação que se efetua pelo próprio caráter contraditório das relações coronelísticas, na qual solidariedade e conflito se associam, enquanto elementos complementares, manifestados no apoio incondicional aos aliados e na violência contra os adversários, resumida na expressão:

"Para os amigos, tudo; para os inimigos, o rigor da lei". (60)

A autoridade do "coronel" se afirma na liderança efetiva por ele exercida como chefe político, na sua capacidade de "arrebatar" e manter o eleitorado de "cabresto". Neste sentido, sua atuação é permanente e abrange múltiplas funções jurídicas, policiais, financeira, etc., exercidas pretensamente como favores. Correspondem na realidade, à penhora do voto, à submissão do eleitor à fidelidade incondicional ao candidato do "coronel". Destarte, o prestígio deste último evolui na razão direta de sua capacidade de fazer favores que lhe possibilitará maioria eleitoral e condicionará sua posição na hierarquia política como chefe municipal, estadual ou federal.

Quando o "coronel" ascende ao plano estadual ou federal, tornando-se absenteísta⁽⁶¹⁾ entrega a chefia do município a seus prepostos, parentes ou amigos que funcionam como chefes intermediários. Nem sempre, são eles fazendeiros, encontrando-se comumente médicos, advogados, tabeliões, etc., exercendo esta função. Todavia, seja de forma direta ou indireta a configuração do coronelismo se faz na medida da força político

(60) Apud Maria Isaura Pereira de Queiroz, op. cit., p. 171.

(61) O absenteísmo justifica-se ora pela ascensão do "coronel" a cargos de deputação federal ou estadual, ora pela posição administrativa relevante, bem como pela expansão de seus negócios nas atividades urbanas.

eleitoral do "coronel". Neste sentido, a legislação republicana lhe foi muito favorável.

Desde o Império, as eleições eram falseadas, seus resultados eram prē-fabricados na composição das mesas eleitorais. A este respeito Raimundo Faoro faz colocações elucidativas:

"Desde a reacção centralizadora de 1837 até o último ato de 1889, o sistema representativo será a imensa cadeia do "cabresto" e do comando da vontade do eleitor.

A peça principal da eleição, denunciada no sorites do senador Nabuco e lamentada pelo Imperador, é o presidente de província. Agente de confiança do chefe do ministério, movimenta a máquina na província, organiza as molas da qualificação e da eleição, comanda os bonecos eleitorais, inclusive os potentados rurais.

Emprego, comendas e patentes da Guarda Nacional fazem seu ofício, em conexão com a polícia e a justiça cativas, antes que o aramento decisivo do recrutamento devaste as fazendas e as cidades. Depois de 1881,⁽⁶²⁾ com a lei Saraiva e, sobretudo, com a autonomia crescente da lavoura, mudam as rearas adjetivas do jogo. Cresce a influência local, já apta a recusar a indicação, embora incapaz de fazer prevalecer outra, criada no distrito eleitoral... os problemas não se limitam à de liberação dos chefes, na corte. Havia um fator novo, em ascensão, a influência local, personificada no chefe local, um coronel..."⁽⁶³⁾

(62) A reforma de 1881 ~~ex~~cluiu o voto do analfabeto e manteve o censo, reduzindo o contingente eleitoral de 10% para 1% da população. Ver Raimundo Faoro, **Os donos do poder**, vol. 1, p. 382.

(63) idem, *ibidem*, pp. 375 a 385. Grifo nosso.

Prossigue o autor mostrando a força crescente do poder local, o empenho de "coronéis" para eleger seus filhos deputados:

"O deputado será o agente que cuida das nomeações, das promessas, dos favores, dos arranjos, árbitro das disputas de campanário". (64)

A legislação eleitoral da República instituiu o "sufrágio amplo" (65) preservando, no entanto, os vícios eleitorais do Império e ampliando ainda mais o poder dos "coronéis". Restringiu a competência da União às eleições para cargos federais, deixando os Estados livres para legislar sobre as eleições estaduais e municipais.

A este respeito, Victor Nunes Leal chama atenção para dois dispositivos da legislação republicana. Um deles (66) coloca a qualificação sob o poder das comissões municipais constituídas do juiz, do presidente da câmara e do delegado de polícia.

O outro dispositivo legal (67) conhecido como Regulamento Alvim, regia o processo eleitoral deliberando sobre a composição e atribuições das mesas eleitorais. Determinava que estas fossem constituídas por cinco membros, um dos quais, o presidente da câmara nomeava os demais, resolvia dúvidas e incidentes, enfim, controlava a eleição. Terminada a eleição, era

(64) idem, ibidem, p. 385.

(65) "Sufrágio amplo" que excluía as mulheres, os mendigos, os analfabetos, as praças de pré e os religiosos sujeitos a voto de obediência. Ver Victor Nunes Leal, op. cit. p. 226.

(66) Nº 200 - A, de 8 de fevereiro de 1890. Cf. Victor Nunes Leal, op. cit., p. 225.

(67) Nº 511, de 23 de junho de 1890, idem, ibidem.

a mesa que apurava os votos e lavrava a ata.

Algumas alterações foram feitas durante a Primeira República, porém a apuração dos votos continuou como incumbência das mesas eleitorais e a qualificação dos eleitores para os pleitos estaduais e municipais foi conservada sob regulamento dos Estados.

Sob efeito do federalismo republicano os Estados eram colocados, assim, como centros de irradiação do processo político. Não concordamos, contudo, com a opinião de Faoro de que o fortalecimento dos governos estaduais haja atrofiado os poderes locais.⁽⁶⁸⁾ Tal concepção foge à lógica da política dos governadores que, como já dissemos, estabeleceu uma teia de compromissos entre as situações dominantes nos planos federal, regional, estadual e local, baseada na reciprocidade, que, em última instância, se apoia no coronelismo, como muito bem coloca Victor Nunes Leal:

"Mas em todos esses graus da escala política impera, como não podia deixar de ser, o sistema de reciprocidade, e todo o edifício vai assentar na base, que é o coronel, fortalecido pelo entendimento que existe entre ele e a situação política dominante em seu Estado, através dos chefes intermediários".⁽⁶⁹⁾

É o apoio político do governo estadual que permite ao "coronel" prestar favores pessoais, arranjar empregos, indicar nomes para nomeações, promoções ou demissões. O governador do Estado lhe dá carta branca para amparar correligionários e per

(68) Ver Raymundo Faoro, op. cit., Vol 2. p. 623.

(69) Victor Nunes Leal, op. cit., pp. 43-44.

seguir adversários de acordo com o preceito coronelista "para os amigos pão, para os inimigos pau".

Importante também, é a liberação de verbas para a realização de obras e serviços públicos pleiteados pelo "coronel". Estas reforçam seu prestígio junto à comunidade e lhe fornecem a auréola de benfeitor do município. Além disso, o governo estadual lhe dá ajuda financeira para as despesas eleitorais-que são imensas -, para custear a compra dos votos de um eleitorado que não tem outra motivação para votar que não seja a gratidão e/ou a recompensa em roupa, calçado, documentos , etc; ou dinheiro.

Todo este apoio do governo estadual destina-se preferencialmente às chefias municipais situacionistas que dispõem da máquina eleitoral e, assim, podem garantir a vitória dos candidatos governistas. Daí porque as facções dominantes no município se degladiam em busca da preponderância e portanto da preferência do governo do Estado. A eleição é o campo de batalha onde tudo é válido, desde que conduza à vitória. A luta iniciada no recrutamento de eleitores, prossegue na boca da urna e mais além, na anuração e reconhecimento dos eleitos. O clientelismo, o favoritismo, o filhotismo e o mandonismo forjam o "curral eleitoral". Na ocasião das eleições, a violência e a fraude fazem o resto:

"Duas falsificações mais importantes dominavam as eleições da Primeira República: o bico de pena e a degola ou depuração. A primeira era praticada pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes compareciam; na leitura das atas, a pena toda-poderosa dos mesários rea

lizava miliares portentosos. A segunda metamorfose era obra das câmaras legislativas no reconhecimento de poderes: muitos dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na provação final". (70)

Destarte, fica patente que a relação de compromisso entre o situacionismo estadual e municipal⁽⁷¹⁾ se assenta na manipulação do eleitorado e das eleições pelos "coronéis". Por isso, não concordamos com Victor Nunes Leal quando ele separa poder público e poder privado e afirma que o coronelismo é produto da fragilidade do segundo frente ao fortalecimento do primeiro.⁽⁷²⁾ Entendemos que poder público e privado se interpenetram, sendo o poder privado, apenas uma instância do poder público. Neste sentido, o poder local constitui o núcleo que, articulado à esfera estadual, regional e federal realiza a unidade das diversas frações da classe dominante, através do Estado.⁽⁷³⁾

Correlacionado ao coronelismo, estruturou-se o sistema oligárquico, dominado por duas ou três famílias poderosas em cada Estado. Todavia, a dinâmica das oligarquias apresenta di-

(70) *idem*, *ibidem*, p. 229.

(71) Não significa, contudo, que as relações entre os "coronéis" e o governo do Estado sejam de submissão ou sempre amistosas. Quando não há sintonia entre eles ocorrem manifestações de rebeldia por parte de poderosos coronéis. Ver, a este respeito, o capítulo II deste estudo.

(72) "... este sistema político dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido (...) na Primeira República (...) o a parelhamento de Estado já se achava suficientemente desenvolvido, salvo em casos esporádicos, para conter qualquer rebeldia do poder privado". Victor Nunes Leal, *op. cit.* p. 252.

(73) A este respeito, *ver* Décio Saes, *Coronelismo e estado burguês: elementos para uma reinterpretação*, Renato Lessa, *A ordem oligárquica brasileira, esboço de uma reflexão alternativa* e Paulo Henrique M. Martins, *Coronelismo e dominação burguesa*.

ferenciações entre os Estados mais atrasados e mais adiantados.

Nos Estados do Sudeste, fortalecidos econômica e politicamente, a identidade de interesses econômicos possibilitou maior coesão entre seus "coronéis" que se agrupavam nas seções estaduais do Partido Republicano, permitindo maior equilíbrio entre os antagonismos diversos. As querelas eram, assim, captadas na ra o interior do partido, manifestando-se apenas como dissidências que não abalavam a unidade e a força suficientemente para projetar seu poderio ao plano federal. Nos Estados do Norte e Nordeste, porém, sua fragilidade econômica e política e a rígida estrutura social tornavam mínimas as perspectivas de ascensão, estimulando disputas internas pelo controle do poder. Por conseguinte, ocorriam cisões acarretando a fundação de novos partidos locais. Estes contrapunham grupos de "coronéis" e famílias oligárquicas que se alternavam no controle da política estadual. Assiste-se, assim, às constantes disputas inter-oligárquicas, cujos exemplos pontificam em toda a história política do Norte e Nordeste, na Primeira República. As principais oligarquias nordestinas nesta fase, segundo Eul Soo Pang, estavam assim distribuídas:

"... De um modo geral, o quadro foi o seguinte: no Amazonas o clã dos Nery; no Pará, os Chermont e os Lemos; no Maranhão, os grupos de Benedito Leite e de Urbano Santos; no Piauí, os Pires Ferreras; no Ceará a oligarquia Accioly e os seguidores do Pe. Cícero; no Rio Grande do Norte, as oligarquias dos Albuquerque Maranhão, dos Chaves e dos Medeiros; na Paraíba, de uma lado Lopes Machado e o Monsenhor Malfredo Leal e, de outro, os Venâncio Neiva e Epitácio Pessoa; em Pernambuco,

os grupos de Rosa e Silva e de Dantas Barreto; em Alagoas, a oligarquia dos Malta e Costa Peço; em Sergipe, a oligarquia Dória e a oligarquia Lobo; e na Bahia, o grupo de Luis Vianna, Severino Vieira e José Marcelino de Souza até 1912, J.J. Seabra e Antônio Muniz de 1912 a 1924 e após 1924 o domínio dos Calmon e Manoabeira". (74)

Frente às disputas inter-oligárquicas, o poder central assumia atitude legitimadora da rebeldia reconhecendo a maior parte das vezes o grupo vitorioso. Foi, por exemplo, o que ocorreu no Ceará em 1914, quando os jagunços de Padre Cícero derrubaram o governo de Franco Rabelo, ou em Pernambuco, com a queda de Rosa e Silva e a ascensão de Dantas Barreto. Quando os contendores chegam a um acordo ou o governo federal resolve intervir, firmam-se pactos entre governo estadual e "coronéis" rebelados, tal como ocorreu na Bahia em 1920: "Coronéis" liderados por Horácio de Matos afrontam o governador eleito; Epitácio Pessoa, então presidente, manda emissário para negociar a paz que é conseguida através de concessões aos "coronéis" em troca do reconhecimento do governo estadual.

O fator essencial destas disputas inter-oligárquicas no Nordeste assenta-se nas formas diferenciadas de reprodução do capital que no bojo do processo de regionalização são aprofundadas, gerando disputas entre frações da classe dominante. No plano político, opera-se a emergência de novas oligarquias, que abrem competição com as velhas pela dominação política dos Estados.

(74) Eul-Soo Pang, **Coronelismo in northeast Brazil** Apud Carlos Alberto Dória, **Coronelismo e Oligarquia in Brasil História Texto e Consulta**, vol 3, p. 191.

Neste processo, os tradicionais senhores de engenho que dominavam o poder central em termos de representação política são substituídos pela dominação dos cafeicultores do Centro-Sul. No plano regional, o incremento da lavoura algodoeira possibilita a ascensão dos "coronéis" do Sertão e Agreste.

Tentando compensar a crise que atingia a economia açucareira, os "coronéis" do açúcar ampliam as relações de produção não capitalistas recriando formas de trabalho semi-compulsório. Do ponto de vista econômico, impediram, assim, sua expansão, porém, foram eficazes, no sentido da preservação do seu poder local.

O processo de modernização da indústria açucareira, por sua vez, acarretou conflitos intra-oligárquicos. Como exemplo, temos o caso de Pernambuco onde, por muito tempo houve desentendimentos no interior da oligarquia açucareira dividida entre os interesses dos senhores de engenho e dos usineiros, que redundou na vitória dos últimos, concretizada no reaparelhamento do porto de Recife.

Quanto à configuração da oligarquia algodoeira-pecuária, vale observar suas diferenciações internas. Como já salientamos, os espaços algodoeiros do Sertão e Agreste guardavam peculiaridades entre si, sendo o último melhor favorecido apresentando maior dinamismo que se manifestou no crescimento de uma rede urbana, cujas funções lhe conferiram o caráter de sedes polos mercantis. Nesta zona, a estrutura de poder também se fundamentou no domínio dos "coronéis", contudo, o crescimento do comércio de algodão favoreceu estes últimos, permitindo que exercessem a dupla função de fazendeiros e comerciantes de exportação.

Em síntese, a estrutura de poder no Nordeste fundamentada nas oligarquias apresentava diferenciações internas que, em última instância, significavam divergências entre frações da classe dominante quanto às diferentes formas de reprodução do capital. Todavia, do ponto de vista do relacionamento entre as oligarquias regionais e o poder central, o processo de regionalização em curso unificou-as, enquanto componentes do Estado burguês na condição de forças subordinadas à oligarquia dominante, à nível nacional e às forças do imperialismo. Outrossim, o poder local exerce a função de controlar os trabalhadores do campo. Neste sentido, é sintomático que a ideologia oligárquica justifique a necessidade de proteção da massa inculta, incapaz de se orientar:

"As oligarquias constituíam verdadeiras expressões de reação orgânica da sociedade no sentido de estabelecer uma forma de ordem política, que substituisse o caos a que fatalmente seríamos arrastados, se não surgissem núcleos de força para orientar coletividades incapazes de seguir diretrizes próprias no jogo das instituições, que não conseguiram assimilar e que a grande maioria de seus membros não podia sequer compreender". (75)

Assim, em nome da incapacidade dos trabalhadores rurais, justifica-se sua sujeição às relações de dominação e dependência mantendo-os tutelados, sob as rédeas dos "coronéis", preso à ideologia do clientelismo que legitima sua subordinação e impede a emergência de sua consciência de classe.

Portanto, condições infra e superestruturais interagem para a reprodução do poder econômico do "coronel" e de sua dominação política que se exprime ideologicamente na própria o

(75) Raymundo Faoro, op. cit. vol 2. p. 654.

tica dos trabalhadores rurais, como obrigação de lealdade na ra com o "coronel" que lhe cede a posse da terra, assiste nas necessidades, etc.,.

No Nordeste, o incremento de relações de produção não capitalistas favoreceu o clientelismo e, portanto, a submis são aos potentados rurais, reforçando o poder das oligarquias. Estas por sua vez, manipulam seu eleitorado também em proveito da preservação do bloco de poder no plano nacional.

Neste sentido, torna-se claras as razões da sobrevivência do poder das oligarquias nordestinas ao longo da nossa his tória.

As lideranças que conduziram o movimento de 1930 anon tavam em seus discursos a necessidade de varrer os "carcomidos", de purificar a República. Como Coloca Raymundo Faoro:

"Essa soma de oligarquias dos municípios ao centro, não forma uma tirania, mas a contração do governo da maioria, em favor de poucos.

Atentamente lido o programa revolucionário, revela a filiação ao movimento de 1924-27: quebrar a cunula oligárquica para libertar o povo, juculado pelos coronéis e mandões". (76)

Entretanto, a reestruturação política pós-30 não atin diu a ordem social, como não era seu propósito fazê-lo. É o que se depreende da estratégia sugerida por Antônio Carlos a Vargas:

"... revolta sim, reformas sim, mas longe do ata ve risco do perder o domínio sobre as massas, sus cetíveis de seduzirem-se por amantes inesperados e ímpetuosos. Nada de tocar nos alicerces sobre

(76) idem, ibidem, pp. 667 e 680.

que renova a estrutura social". (77)

As mudanças políticas deveriam, portanto, limitar-se ao plano estritamente reformista. Neste sentido, a moralização do voto era colocada como solução básica:

"Restabelecido o livre jogo da verdade eleitoral, não haveria tutores, civis ou militares, mas dirigentes apoiados na confiança popular, talvez reunidos em partidos mais amplos que não os estadais". (78)

"Os jovens próceres da Aliança Liberal, formados e alimentados no seio das situações dominantes, filhos das combatidas oligarquias..." como diz Faoro⁽⁷⁹⁾, temiam acima de tudo que a pretendida insurreição desencadeasse um processo revolucionário. Daí a preocupação constante na manutenção da ordem, na conservação das instituições políticas e de sua base material.

(77) Cf. João Neves da Fontoura, **A Jornada Liberal**, p. XVIII Apud Faoro, p. 686.

(78) Cf. Raymundo Faoro, *op. cit.* p. 684.

(79) *idem*, *ibidem*, p. 679.

Vitoriosa a "Revolução de 1930"⁽⁸⁰⁾ empreendem-se as reformas pretendidas. Institui-se o voto secreto e a supervisão judicial das eleições. Procedem-se a centralização político-administrativa, colocando os Estados sob tutela do poder central através dos interventores e dos partidos manipulados pelo governo federal.

A pretexto de desmontar as máquinas político-eleitorais dos "coronéis" e dar maior eficiência à administração dos municípios, criam-se os departamentos das municipalidades. Estes, diretamente controlados pelos interventores colocam os municípios sob a supervisão administrativa dos governos estaduais. A constituição de 1934 completou a centralização, criando departamentos administrativos para assistir e controlar os governos estaduais e municipais.

O processo de reformas eleitorais, jurídicas e adminis

(80) Aspeamos a expressão porque não consideramos o movimento de 1930 como uma Revolução no sentido real do termo, de transformações estruturais da sociedade. Para nós, o referencial teórico mais condizente com a natureza deste movimento é o de "revolução passiva" ou "revolução sem revolução" desenvolvido por Gramsci. A configuração do período pós-1930 convenceu-nos de sua similitude com o contexto do Ressurgimento, em que Gramsci se apoiou inicialmente para desenvolver seu conceito de "revolução passiva". Para ele, na "revolução passiva" os antagonismos históricos são suplantados pelo conservadorismo. "... a revolução é passiva quando o Estado se sobrepõe a uma classe dirigente, quando o aspecto dominação (coerção) predomina sobre o aspecto direção (hegemonia como organização do consenso) (...) a "revolução passiva" realiza uma espécie de estatização de transição que destrói toda iniciativa popular na base e qualquer modificação nas relações governantes-governados no interior das superestruturas e das instituições..." Cf. Christine Buch Glucksmann, *Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva in Política e história em Gramsci.*

trativas postas em prática nos anos 1930-1945 realmente alterou as condições institucionais do coronelismo. A política econômica, por sua vez, favoreceu mais do que antes os centros dinâmicos do capitalismo, proporcionando a redivisão nacional e regional do trabalho. Ocorreu-se a transição do predomínio da economia agrário-exportadora para a economia urbano-industrial, no bojo de uma conjuntura externa favorável⁽⁸¹⁾ e de uma política econômica que privilegiou a concentração / centralização do capital e, assim, favoreceu o Sudeste, embora preservando até certo ponto a tradicional estrutura de apropriação/dominação no Nordeste.

A crescente centralização político-administrativa não acarretou maiores problemas para as oligarquias nordestinas que facilmente se reestruturaram. A base de sustentação do coronelismo, fundamentada na tradicional estrutura agrária não foi tocada. Enquanto o Estado intervinha no setor urbano, racionalizando as relações entre trabalho e capital, através da legislação social, os trabalhadores rurais continuavam sem o menor direito, sob o controle dos "coronéis". No Nordeste, principalmente, onde as relações pessoais de dominação e dependência continuam sendo reproduzidas, o coronelismo prossegue como núcleo de poder local, que, intermediado pelas oligarquias, ajusta-se à nova conjuntura político-econômica.

A preservação do poder das oligarquias nordestinas pós-30 ficou logo evidenciada no seu relacionamento com os interventores. Imediatamente após a vitória da "revolução", os tenentes ocuparam cargos de interventores na maioria dos Estados.

(81) Consubstanciada nos efeitos sobre a economia brasileira da Grande Depressão e da II Guerra Mundial.

No Nordeste, aqueles que procuraram por em prática o propósito de varrer os "carcomidos", entraram em choque com "coronéis" e oligarcas, acabando por deixar o cargo. É o caso, por exemplo, do Ceará, onde Fernando Távora, ao tentar liquidar o domínio da família Accioly, acaba entrando em conflito com a própria guarnição federal de Fortaleza e é substituído pelo capitão Roberto Carneiro de Mendonça. Este exerceu uma política de equidistância com as oligarquias, permitindo que elas se rearticulassem em torno da constituinte e recuperassem a política estadual. Na Bahia, o interventor Artur Neiva, porque abriu combate aos "coronéis" perrenistas, sofreu pressões e renunciou. Foi substituído por Juraci Magalhães, que conciliou com os coronéis do interior, arredimentando-os para combater os maiores da antiga política, fortalecendo assim seu esquema de poder incorporando os coronéis de menor prestígio.

Do ponto de vista da política econômica do novo governo para o Nordeste, também fica evidente sua conciliação com as oligarquias. Tratava-se objetivamente de acomodar a política oligárquica regional às diretrizes do novo regime, ou, como disse o chamado "vice-rei do Norte" justificando sua nomeação

"... tendo em vista consolidar, nessa parte do Brasil, o regime instituído pela Revolução". (82)

A atuação de Távora no Nordeste destaca claramente sua preocupação em incorporar as oligarquias ao projeto político do governo. Procurou apoiar os usineiros, através da criação de um Fundo e uma Comissão de Defesa da Produção de Açúcar que auxilia

(82) Juarez Távora, *Uma vida e muitas lutas*, vol. 2, p. 28.

va os produtores nordestinos através do Banco do Brasil, investiu na produção do álcool motor e, mais adiante, propôs a criação do IAA. (83)

José Américo de Almeida, por sua vez, na qualidade de ministro da Viação e Obras Públicas dinamizou o programa de combate às secas, através da construção de açudes públicos e particulares e a implantação de uma rede viária que propiciou a integração do Sertão ao litoral.

A criação de órgãos e serviços no Nordeste contribuiu para reforçar a inserção da economia regional no desenvolvimento do capitalismo, sem contudo, alterar as suas formas de reprodução do capital:

"... a intervenção do IAA na economia do "Nordeste" açucareiro não mudou a forma da reprodução do capital, contribuindo antes para reforçar certas características "primitivas" que tal economia tinha recriado em seu interior". (84)

O mesmo pode ser dito em relação a intervenção do Estado no espaço algodoeiro-pecuário através dos serviços de Obras Contra as Secas:

"O investimento do DNOCS reforçava, num caso como noutro, a estrutura arcaica: expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía

(83) Apesar de haver sido criado, sob pretexto de proteger a economia açucareira nordestina, o Instituto do Açúcar e do Alcool operou como um instrumento a mais para estimular a expansão capitalista no Centro-Sul. Fixando quotas de produção para os diversos espaços produtivos e preços mínimos, favoreceu a acumulação de capital no espaço paulista, na medida que, neste, o desenvolvimento das forças produtivas permitia maior produtividade do trabalho, que no Nordeste, onde, a reprodução de formas arcaicas de trabalho impedia que sua produção tivesse condições de competir com a de São Paulo. Veja-se Francisco de Oliveira, *Elegia para uma religião*.

(84) *idem*, *ibidem*, p. 59.

para reforçar a existência do "lundo de acumulação" próprio dessa estrutura, representado pelas "culturas de subsistência" dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes". (85)

Por conseguinte, o IFDCS, antecessor do DNDCS, foi capturado pela oligarquia algodoeira-pecuária, constituindo-se, ao mesmo tempo, em resultado e instrumento de sua hegemonia dentro da região. A oligarquia açucareira do Nordeste assumiu a direção do IAA, utilizando-o como instrumento para distribuição de cargos entre seus prepostos sem o menor escrúpulo quanto a sua inatividade conforme comprova o trecho abaixo:

"Zé Abílio, coronel de Bom Conselho, conseguiu o cargo de inspetor do Instituto do Açúcar e do Alcool numa terra que não tinha um só pé de cana: - Se passar algum caminhão carregado de açúcar por aqui-dizia- eu inspeciono ele". (86)

Coronéis e oligarcas do Nordeste sobrevivem assim, nos marcos da submissão aos interesses maiores do capitalismo concentrados no Sudeste e com estes se recompõem, através da integração no Estado nacional. O velho compromisso, antes expresso na política dos governadores, adquire novas formas, mas, em essência, resguarda o poder das oligarquias, enquanto elemento útil no controle das massas camponesas e sua manipulação como instrumento legitimador do bloco no poder.

As táticas coronelísticas se adaptam ao novo quadro institucional. Neste sentido, o trecho abaixo é bastante interessante:

(85) idem, ibidem, p. 48.

(86) José Hamilton Ribeiro, **Coronel não morre** in Rev. Realidade, s/d p. 34.

"O coronel Chico Heráclio reconhece que os tempos, hoje, não estão mais favoráveis aos chefes políticos do interior. Lembra-se de 1951, na eleição para a Prefeitura de Limoeiro: em quase 11 mil eleitores, a oposição não alcançou 5% da votação. Em 1952, o candidato a governador adversário só conseguiu 47 votos no município. O voto, então, já era secreto, mas conta-se que a coisa funcionava assim; o coronel dava toda a assistência ao eleitor. E lhe entregava, na boca da urna, o envelope com as cédulas, tudo prontinho. Às vezes o matuto perguntava se podia ver o nome dos candidatos. O coronel respondia: - Pode não, oxente. Não sabe que o voto é secreto?". (87)

Assim, através da nossa história, o poder local vai sendo redefinido, ao mesmo tempo que suas relações com o poder central são reformuladas. A este respeito, estudo recente constata que:

"as relações Estado/Região adotaram novas formas para a renovação de um velho compromisso político (...). O processo de centralização estatal, ampliado depois de 1964, redimensiona e reforça uma espécie de novo pacto neo-coronelístico entre o poder central e o Nordeste.

Dentro do novo pacto político redimensionado, os neo-coronéis não são mais, como os antigos coronéis, sujeitos da ação do Estado, mas objeto da mesma, passando a ser, simplesmente seus beneficiários. O novo pacto dispensa o coronelismo mas não os neo-coronéis. Um tal benefício é correspondido com o tradicional apoio nordestino, articulado pelas suas elites, ao governo federal, so

brevedade em época eleitoral". (88)

São discordamos da autora quando ela aponta os neo-coronéis como simples beneficiários, como objetos da ação do Estado. Entendemos que não se pode abstrair sua participação no Estado. Sua atuação como agentes do poder local está articulada às demais instâncias do poder, unindo-se às diversas frações da classe dominante através da ação intermediada de suas oligarquias que apesar de debilitadas, ainda constituem um dos suportes do regime em vigor.

1.5 CONCLUSÃO

Vimos que a fundamentação e configuração das oligarquias nordestinas operam-se como parte do processo de constituição do espaço regional nos marcos da divisão nacional e internacional do trabalho.

A partir do núcleo colonial acucareiro, a divisão social do trabalho desencadeou o processo de formação de "regiões" diferenciadas e complementares dentro do Nordeste, em cujo interior foram-se gerando os embriões da oligarquia local. Assim, a classe proprietária ao mesmo tempo que comandava a produção mercantil, sob a tutela do capital comercial e do capital usurário, no bojo, ainda, do processo de acumulação primitiva através da exploração da massa escrava e/ou servil, auxiliava na administração colonial e, contraditoriamente, organi-

(88) Maria Antonia Alonso de Andrade, **Clientelismo e máquina estatal** nas eleições de 1982, pp. 9, 24 e 25.

zava a base do seu próprio poderio nas Câmaras municipais e nos comandos das Ordenanças.

A regionalização do Nordeste, desencadeada a partir da segunda metade do século XIX, no bojo da afirmação do capital industrial, da redivisão internacional do trabalho e da reestruturação dos espaços dominados efetivou a configuração de suas oligarquias. Salientamos o papel do Estado brasileiro, sob a forma monárquica, neste processo, e mostramos a forma como ele atuou nesta fase em que o eixo econômico deslocava-se do Nordeste para o Sudeste, realizando, assim, a unidade da classe dominante, conciliando seus interesses diferenciados, discriminando a classe subalterna, ao castrá-la de quaisquer direitos civis e inserindo o Nordeste, como região, no processo de reprodução do capital. Ao mesmo tempo, a classe proprietária consolida seu poderio através dos comandos da Guarda Nacional, efetivando o coronelismo e seu papel político de controle do eleitorado facilitado pelas relações pessoais de dominação e de dependência que são, assim, reproduzidas.

Com a implantação da República, o processo de regionalização se intensificou, favorecido pelas novas condições político-institucionais, sobretudo com a substituição da divisão territorial do país em províncias pelo federalismo, Os Estados, sucedendo às províncias, passam, então, a constituir o eixo do processo político, e se estabelece, pela "política dos governadores", a relação de compromissos mútuos entre as oligarquias neles dominantes, reforçando, assim, o sistema oligárquico e, ao mesmo tempo, favorecendo a concentração do poder político e do capital no Sudeste. O núcleo desta estrutura de poder se situa nos redutos coronelísticos, no controle do elei

torado e nas relações entre "coronéis" e o governo federal e estadual, intermediadas por seus oligarcas.

As condições orgânicas do sistema oligárquico-coronelístico, no Nordeste, com sua debilidade econômica e política, e a rigidez de sua estrutura social, provocaram constantes disputas inter-oligárquicas, cujo substrato se insere nas formas diferenciadas de reprodução do capital que se aprofundam no decorrer do processo de regionalização, provocando, na sua evolução, agudas cisões internas. Todavia, o Estado Nacional atua como elemento moderador e unificador, congregando as oligarquias regionais na condição de componentes da ordem burguesa.

Paralelamente, a ideologia regionalista, inculcada pelas próprias oligarquias nordestinas, ao mesmo tempo que se reproduzia, funcionava como reprodutora da regionalização. Difundindo a imagem de homogeneização do espaço nordestino, abstraindo suas contradições de classe, representantes das oligarquias locais apresentam o Nordeste como vítima de condições naturais adversas e do descaso governamental em oposição ao Sudeste progressista, privilegiado. Apontam como solução, enfim, a interferência do Estado para corrigir os "desequilíbrios regionais". Assim, incapazes de perceber o real sentido da diferenciação Nordeste-Sudeste, inscrita na própria dinâmica da divisão nacional do trabalho, pleiteiam a intervenção protecionista e assistencialista do governo federal que, por sua vez, reforça as desigualdades regionais beneficiando os "coronéis" nordestinos com orçãos assistencialistas que são utilizados, em proveito próprio, como instrumentos para a reprodução de sua riqueza e poderio.

A reestruturação política, n.ºs 30, marcada por um acentuado reformismo conservador, promoveu a centralização político-administrativa e redefiniu o poder das oligarquias regionais, criando novos canais de ligação entre estas e o poder central, através das interventorias e de uma ampla rede burocrática, mantendo, desta forma, a base de sustentação coronelístico-oligárquica. Neste contexto, estabelecem-se novos compromissos entre a elite política local e o Estado Nacional, de acordo com os pressupostos da redivisão regional do trabalho, em escala nacional, nos marcos da transição do primado da economia agro-exportadora para a economia urbano-industrial.

CAPÍTULO 2

CONSOLIDAÇÃO E CRISE DO PODER OLIGÁRQUICO NA PARAÍBA

(1889 - 1930)

2.2. AS MUDANÇAS ECONÔMICAS E A RENOVACÃO DO PODER DAS OLIGARQUIAS

2.2. OS RUMOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

2.3. AUGE DO CORONELISMO E DA DOMINAÇÃO OLIGÁRQUICA

2.4. A CRISE DAS OLIGARQUIAS

2.5. CONCLUSÃO

CAPÍTULO 2

CONSOLIDACÃO E CRISE DO PODER OLIGÁRQUICO NA PARAÍBA - (1889 - 1930)

Procuramos, anteriormente, analisar a gênese e redefinição da estrutura do poder oligárquico no Nordeste, no bojo do processo de sua regionalização.

Vejamos, neste capítulo, as condições específicas deste processo na Paraíba, através da análise de sua conjuntura econômica, social e política na Primeira República.

2.1 AS MUDANÇAS ECONÔMICAS E A RENOVACÃO DO PODER DAS OLIGARQUIAS

A configuração da economia paraibana na Primeira República está intrinsecamente relacionada à sua posição no contexto da divisão do trabalho inscrita nos marcos da regionalização do Nordeste. (1)

O eixo econômico do Brasil, que até o século XIX situava-se nessa região, foi progressivamente deslocado para o Sudeste, ao mesmo tempo que a dependência econômica do Nordeste ao capital internacional foi reproduzida.

Neste processo, a economia paraibana foi redefinida de

(1) Conforme já foi explicitado no Capítulo 1, item 2.

acordo com os pressunostos do duplo movimento de concentração do capital, no plano externo e no Sudeste do país. Por consequente, as principais atividades produtivas da Paraíba, a lavoura canavieira, a algodoeira e a pecuária foram reestruturadas, proporcionando a inserção efetiva de seus respectivos espaços para a reprodução do capital.

O quadro econômico da Paraíba, a partir da segunda metade do século XIX, já reflete as determinações do processo em curso. A economia algodoeira, particularmente, passa por um movimento de expansão e reorganização, constituindo-se no sintoma mais expressivo da vinculação com a dinâmica do capitalismo e o fator econômico de maior relevância na história da Paraíba a partir de então.

Sob o estímulo da demanda da indústria têxtil de Manchester, a cultura do algodão foi incrementada na Paraíba na segunda metade do século XVIII em áreas do Sertão e do Cariri, que já contava inclusive com um rudimentar serviço de descarcamento.⁽²⁾ No início do século XIX, sua lavoura assumiu maior importância proporcionando lucros mais significativos e se expandindo até na área de domínio dos canaviais, conforme afirma Celso Mariz:

"Foi, porém no século XIX que o algodão tomou caráter de "ouro branco", passando a peso maior na balança econômica e nas rendas orçamentárias da capitania e da província.

Em 1816 eram consideráveis as lavras no distrito

(2) O Cariri ou Cariris Velhos é uma micro-região do Sertão. É a área mais seca do Estado. Sua denominação deve-se aos índios Cariris que nela habitavam. Cf. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**, VIII, Recenseamento Geral, 1970, Pb.

de Tainu e Pilar (...) Alguns senhores de engenho restringiam a cana, ensaiando a cultura nova. Uma Casa inglesa havia se estabelecido na capital. A capitania, que em 1807 arrecadara 29:000\$000 de impostos gerais, em 1815 só do algodão obtinha 25:668\$000 e naquele exercício de 1816 alcançava 45:000\$000".⁽³⁾

Apesar das crescentes exportações de algodão, na primeira metade do século XIX, o açúcar ainda se mantinha como o principal produto de exportação, posição que ocupou até 1864. Sob os efeitos da Guerra Civil nos Estados Unidos, o algodão alcançou altos preços estimulando a produção e exportação. Na Paraíba, a lavoura de algodão se expandiu, ocupando áreas do Agreste e do Brejo, permitindo que em 1865 este produto já liderasse a pauta das exportações, conforme pode-se observar na tabela abaixo.

TABELA II
EXPORTAÇÃO DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DE ALGODÃO
AÇÚCAR E COUROS (1862 - 1871) (em arrobas)

Anos	Algodão	Açúcar	Couros
1862	216.468	683.081	9.600
1863	197.505	574.274	21.377
1864	397.728	432.318	22.259
1865	446.937	269.885	13.258
1866	542.133	400.047	19.938
1867	398.620	320.275	12.867
1868	569.897	300.937	27.817
1869	533.609	448.445	30.126
1870	377.178	268.205	17.202
1871	681.355	230.481	45.497

FONTE: Silvano Alberto de Vasconcelos, *Ascensão e Queda da Economia Algodoeira*, de Campina Grande, Suplemento TUDO, DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande 27/2/1983.

(3) Celso Mariz, *Evolução Econômica da Paraíba*, p. 22.

Não obstante as constantes oscilações do mercado algodoeiro e o temor dos latifundiários quanto às perspectivas de preço, o algodão manteve-se na liderança da economia paraibana. O açúcar também tivera alta de preço nos anos 1864-65, porém os mercados externos se fechavam nos fins do século XIX e início do atual, face à produção cubana, portorriquenha e filipina, e à concorrência do açúcar de beterraba. Compreende-se, assim, as recomendações do presidente da Paraíba, o comendador Felizardo Toscano de Brito, no sentido de estimular a produção e o beneficiamento do algodão. (4)

Destarte, na segunda metade do século XIX o algodão passa a posição de relêvo na economia paraibana, contribuindo para sua dinamização e alteração de sua estrutura de poder. O Sertão, o Cariri e, principalmente, o Agreste constituíram-se no seu habitat natural e social. Nas fazendas de gado, responsáveis pela estruturação inicial destes espaços, haviam-se instituído relações de produção diversificadas e uma divisão interna do trabalho que se adequaram perfeitamente à produção algodoeira. (5) Nestas áreas, o algodão facilmente expandiu-se às expensas do trabalho de "moradores", "meeiros", assalariados e pequenos proprietários favorecidos pelo baixo custo de sua cultura, na medida que ela requeria pouco investimento de capital e complementava a atividade pecuária, uma vez que o restolho da lavoura servia de alimento para o gado. Outrossim, o algodão também se adaptou ao esquema de trocas já montado nas áreas agro-pastoris, dinamizando-o. As tropas de burros que conduziam couros, peles e produtos da lavoura de subsistência

(4) Idem, ibidem, pp. 27-28.

(5) Cf. capítulo I, item 2.

às feiras, passam a comercializar também com o algodão. A relativa facilidade de seu beneficiamento fez surgir nova atividade bastante rentável, acrescida de outras, como a corretagem, a classificação e a exportação. Assim, pode-se deduzir que realmente o algodão proporcionou um novo impulso à sociedade agro-pastoril do interior da Paraíba, possibilitando certa ascensão social. (6)

Não obstante o "boom" algodoeiro da década de sessenta do século passado, a situação econômico-financeira da Paraíba continuava precária. Existe um consenso entre os que estudam sua história de que tal situação se devia, primordialmente, a sua subordinação ao comércio de Recife. A este respeito, assim se expressa Celso Mariz:

"Estava se dando que o Recife atraía os lavradores da Paraíba, praticando-se o contrabando em detrimento de nossa praça e de nossa fazenda. De balde, protestavam pedindo medidas coibitivas os nossos governadores". (7)

Tal problema vinha sendo uma constante na história da Paraíba. De início, suas exportações eram feitas por Recife, porque aqui não se tinha barcos suficientes para fazê-las. A partir de 1755, com a anexação da Paraíba a Pernambuco e, mais ainda, a

(6) A este respeito, é ilustrativo que alguns dos grandes comerciantes de algodão de Campina Grande - maior reduto dos "coronéis" do algodão da Paraíba, no início do século atual, tenham se iniciado como tropeiros e a maioria deles associava a atividade agro-pastoril à atividade mercantil-algodoeira. Cf. dados biográficos constantes in William Tejo, **Campina Grande e o ciclo do algodão**, Gazeta Ilustrada, set/out. 1984 e Josefa Gomes de Almeida e Silva, **Os coronéis e o algodão**, Caderno Especial do Diário da Borborema, 11 de out. 1984.

(7) Celso Mariz, op. cit., pp. 22-23.

partir de 1759, com a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, Recife centralizou de forma efetiva o comércio das capitanias subalternas.⁽⁸⁾ Os produtos da Paraíba escoavam em grande quantidade pelo porto de Recife, provocando uma verdadeira sangria de suas rendas. No fim do século XVIII, proclamada a autonomia da Paraíba foram instituídos tributos sobre a saída de produtos da capitania, as chamadas "barreiras". Entretanto, o comércio por Recife continuava, feito agora de forma clandestina: Em 1817, produtores de algodão da Paraíba solicitavam do governo central o fim das "barreiras", alegando as maiores vantagens da praça de Recife. Porém, o governador Sousa Mafra recusou o pedido, argumentando que os melhores preços da praça de Recife eram compensados na Paraíba pelo menor custo do transporte.⁽⁹⁾ Entendemos que a absorção do comércio da Paraíba por Recife estava relacionada ao papel que esta cidade representava, como sede polo de comando do Nordeste⁽¹⁰⁾, atraindo a produção, concentrando o excedente dentro dos espaços sob seu raio de influência e transferindo a maior parte do valor para a reprodução do capital internacional.

A partir da segunda metade do século passado, o incre

(8) Desde 1755 a Paraíba foi anexada a Pernambuco por decisão do Conselho Ultramarino. Em 1759, foi criada pelo marquês de Pombal a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, como parte do plano de racionalização da economia portuguesa. Pretendia-se promover a restauração comercial e o fomento industrial através da ação conjunta do Estado e burguesia mercantil. Esta Companhia atuou até 1780, abrangendo Pernambuco e as capitanias que lhe eram subalternas: Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e parte de Alagoas. O estudo que melhor analisa esta Companhia de Comércio é o de José Ribeiro Júnior, **Colonização e Monopólio no nordeste brasileiro**.

(9) Cf. Celso Mariz, op. cit., pp 24-25.

(10) Ver o Capítulo I, item 2.

capítulo 1, item 2

mento da produção algodoeira na Paraíba, a modernização das técnicas de beneficiamento e a expansão do comércio impulsionou a divisão do trabalho campo-cidade, estimulando a evolução urbana e alterando a hierarquia de antigas cidades. Mamanquape era, então, a segunda cidade da Paraíba em população e comércio. Esta posição era decorrente de sua função portuária, como escoadouro natural da produção do Agreste e do Brejo. À mesma época também se destacava Areia como principal cidade do interior de antiga tradição canavieira, beneficiada então pela expansão do café.⁽¹¹⁾ Com o aumento da produção algodoeira no interior e a necessidade de facilitar sua exportação foram construídas vias férreas, cujo traçado do litoral aos principais centros de comércio redefiniu o espaço urbano da Paraíba. O governo imperial concedeu subsídios à Conde D'Eu Railway Company Limited⁽¹²⁾ para a incorporação de uma ferrovia ligando a capital a Alagoa Grande com ramais até Inã e Guarabira. (Ma

(11) Até meados do século XIX a principal riqueza de Areia era o algodão, apesar das condições naturais do Brejo não lhe serem favoráveis. A cana de açúcar implantada, a partir de então, adaptou-se perfeitamente à área, dominando-a até o início do século XX, sendo a rapadura o principal produto comercial. Face à crise do mercado, da rapadura oriunda dos altos impostos conjugada à moléstia que atacava os canaviais e à imigração de mão-de-obra para outras áreas do país, muitos proprietários substituíram a cana pela lavoura do café na tentativa de recuperar-se economicamente. A partir de então, o café passou a ser a principal cultura dos Brejos e do Agreste. Todavia, a dizimação dos cafezais atingidos pela praga - *Cercospora Parahybensis* - fez com que Areia e todo o Brejo paraíba no voltasse à lavoura açucareira, fortalecida na década de trinta pela implantação das usinas, que passam a coexistir com os engenhos. Cf. Maria Braga de Sá, *Os engenhos açucareiros e a expansão da agroindústria açucareira, no município de Areia; microrregião do brejo paraibano*.

(12) "A Lei Provincial nº 435, de 22 de junho de 1872, concedeu garantia de juros de 7% por um prazo de 30 anos sobre o capital 5.000.000\$000, quantia necessária à construção de todas as obras requeridas no trajeto e à aquisição do material rodante". Cf. Silvano Alberto de Vasconcelos, *Ascensão e queda da economia algodoeira, de Campina Grande (II)* in suplemento TUDB, Diário da Borborema, Campina Grande, 6/3/1983, p. 6.

1884

1901

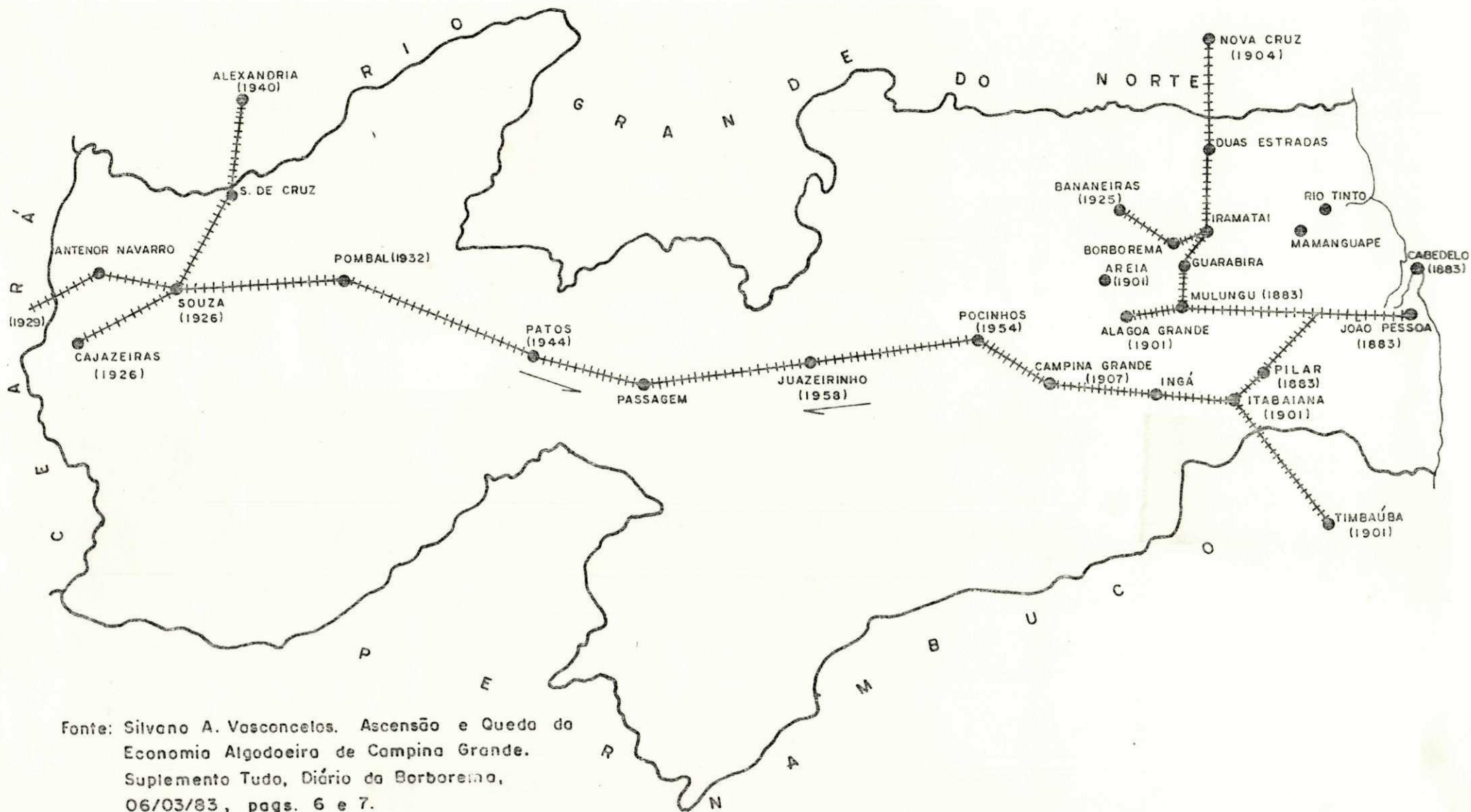
94

da III). Em 1884 foi inaugurado o ramal de Guarabira e em 1901 o de Alagoa Grande. Estas, transformadas em "pontas de trilho" se beneficiaram do dinamismo do Agreste, capturando também a produção do Cariri e Sertão. Neste contexto, Mamanguape e Areia entram em franco declínio.

O governo republicano levando à frente o plano de integração ferroviária, ligou a Paraíba ao Rio Grande do Norte, através do ramal de Nova Cruz em 1904, e a Pernambuco através do ramal de Timbaúba em 1901. O prolongamento das ferrovias aos Estados vizinhos acarretou prejuízo para as cidades paraibanas, com excessão de Itabaiana e Campina Grande. A primeira, porque permaneceu como "ponta de trilho" em relação à segunda.

Por conseguinte, a dinâmica do processo produtivo do Agreste viabilizou sua evolução urbana, podendo-se notar no Mapa III que a maior concentração urbana da Paraíba se situa no seu raio de influência, Campina Grande tem aí especial destaque. Entretanto, somos de opinião que não foi a estrada de ferro a grande responsável pelo seu desenvolvimento como tanto se propaga. Acreditamos que o seu dinamismo deve ser creditado principalmente à sua função comercial, que por sua vez está relacionada à estrutura de produção do agreste e à sua posição geográfica privilegiada, como assegura Mário Lacerda:

"A região é a do agreste, mas estamos perto de seus limites ocidentais, onde começam as caatingas dos Cariris Velhos. Praticamente no contacto entre as duas regiões. Poucos quilômetros ao norte e a nordeste, quando as cotas altimétricas se elevam no dorso do planalto, começa área úmida de altitude. É o contacto agreste-Brejo. Campina Grande fica em um quase centro de junção de três regiões: um



Fonte: Silvano A. Vasconcelos. Ascensão e Queda da Economia Algodoeira de Campina Grande. Suplemento Tudo, Diário da Borborema, 06/03/83, pags. 6 e 7.

MAPA III - REDE FERROVIÁRIA ORIGINAL DA PARAÍBA.

exemplo típico de cidade contacto (...) Se quisermos compreender, além disso, as razões de haver o crescimento de Campina Grande chegado ao ponto de torná-la uma segunda capital, precisamos ter em vista, antes do mais, que a região onde se encontra favoreceu a formação de uma estrutura econômica rural mais importante do que a da faixa úmida da costeira (...) Faixa onde se situa a capital do Estado. E não havendo em João Pessoa, pelo seu dinamismo econômico menor e, em particular, por motivos ligados ao problema portuário, forças capazes de gerar uma zona de influência onde se incluisse Campina Grande ficou esta, assim como ficou a capital paraibana, dentro do espaço de influência do Recife...". (13)

Destarte, Campina Grande, na primeira metade do século XIX, já se destacava como um dos principais núcleos urbanos do interior. Centro comercial, cujas feiras de gado e cereais atraíam tropeiros das áreas limítrofes, foi impulsionado pelo incremento da produção algodoeira. Segundo testemunhos que analisamos, podemos deduzir que no início do século XIX, fazendeiros, em sua maioria vindos de Pernambuco, e almocreves, atraídos pelas perspectivas de melhores negócios, instalaram-se em Campina Grande, onde adquiriam propriedades, e se dedicavam à agro-pecuária e ao comércio e beneficiamento do algodão. (14) No início do século atual, antes da estrada de ferro, Campina Grande já se constituía no principal centro de trocas da Paraíba, beneficiando e comercializando a produção algodoeira com o porto de Recife.

(13) Mário Lacerda de Melo, **O caso de Campina Grande in Os Agrestes** (Estudo dos espaços nordestinos do sistema gado policultura de uso de recursos) mimeog. pp. 2-3.

(14) Cf. Esmeraldina Agra, **Campina Grande no século XIX - O clã Agra e seus inventários**, caderno especial, Diário da Borborema, 11/10/1984, e William Tejo, op. cit.

fe, via Itabaiana. (15)

Podemos concluir que a estrada de ferro deu maior impulso ao desenvolvimento de Campina Grande. Entretanto, a sua implantação era uma decorrência das vantagens que a cidade oferecia, enquanto sede polo mercantil, capturando a produção algodoeira sertaneja, caririzeira, brejeira e agrestina e deslocando-a para Recife de onde era exportado para os centros industrializados da Europa. A ferrovia reforçou assim, o desenvolvimento da cidade, na medida que ela favorecia a reprodução do capital.

Neste contexto, intensificava-se a absorção da economia paraibana por Pernambuco, acarretando prejuízo às suas rendas públicas. Os tributos de "barreira" eram sonegados pelas facilidades de contrabando, e a capital ficava, assim, prejudicada, motivando queixas e gerando choques entre as oligarquias decadentes e as que se beneficiavam com o comércio através de Recife.

"Esse desvio do algodão comercializado em Campina Grande para o porto pernambucano estava de pleno acordo com os comerciantes campinenses, vez que aquele porto recebia navios de qualquer porte, evitando-se assim a excessiva manipulação de cargas, pois o algodão era embarcado em Campina Grande e desembarcado já dentro do Porto de Recife"(16)

A este respeito, é significativa a disputa que se tra

(15) "A produção de algodão depois de beneficiada e ensaciada, era transportada em costas de burros até Itabaiana, e dali, pela linha ferroviária para o comércio de Recife, uma vez que em Campina Grande não existia as tradicionais estradas de ferro". Esmeraldina Agra, op. cit.

(16) Cf. Silvano Alberto de Vasconcelos, **Ascensão e queda da economia algodoeira de Campina Grande**, (XIV) Revista TUDO, Diário da Borborema, 29/5/1983, p. 6.

vou em torno do plano da ferrovia de penetração da Paraíba, no início do governo Epitácio Pessoa. Os comerciantes campinenses e demais interessados no fortalecimento desta cidade eram naturalmente favoráveis a que o prolongamento se fizesse a partir de Campina Grande. Entretanto, outro grupo rejeitava este traçado, alegando, entre outros fatores, que o mesmo iria acarretar o agravamento da situação da capital. O porta voz deste ponto de vista, relator do memorial ao presidente da República, José Américo de Almeida, assim se justificava:

"Havia uma corrente quase imperceptível favorável ao prolongamento por Campina Grande. Mas esse traçado não teria a virtude, requerida, antes de tudo, pela solução do problema da seca, de ligar as zonas flageladas a um centro produtor. Demais, viria agravar, mortalmente, a situação da capital, encaminhando as energias de mais da metade do Estado para a praça do Recife". (17)

O comitê organizado em Areia pretendia que a ferrovia central da Paraíba partisse de Alagoa Grande, passando por Areia e toda a zona do Brejo, ligando-a ao Sertão. A construção foi iniciada segundo este traçado, começando do Ceará. Porém, a comissão Rondon determinou sua suspensão, alegando que este traçado não atingia zona de grande produção, podendo esperar. Primeiramente, dever-se-ia concluir os serviços de açudagem e irrigação; quando debeladas as causas das secas, o tráfego seria intensificado. José Américo refutou tais argumentos, defendendo o traçado através do brejo, por constituir esta zona "... um oásis de fartura" que, servido de estradas, basteceria a zona flagelada pela seca e evitaria o êxodo de

(17) José Américo de Almeida, **A Paraíba e seus problemas**, p.354.

138
15
170

sua população, alegando também a grande produtividade do ser
tão, sua função de maior fornecedor de algodão.

Assim, a oligarquia dos senhores de engenho procurou i
nutilmente recuperar o antigo fausto através da implantação
de uma rede ferroviária que lhe possibilitasse a captação do
excedente da economia algodoeira do sertão. Escapava de sua
compreensão que a "corrente quase imperceptível" representava
os interesses maiores do imperialismo através da Great Western
e dos comerciantes de exportação, e que a ferrovia não produz
ia o desenvolvimento. Ao contrário, ia em seu encontro para
capturá-lo em proveito próprio.

O quadro econômico-financeiro da Paraíba, nos fins do
século XIX, já apresentava contradições, cuja compreensão só
é perceptível vista pela ótica de sua subordinação ao capital
nos planos regional, nacional e internacional. A queda da dem
anda do algodão após o fim da guerra da Secessão e a crise da
economia açucareira acarretavam a redução de suas rendas, sit
uação esta agravada pela absorção de seu comércio pelo porto
de Recife. As secas de 1877 e 1889-90 encontraram a província sem
condições de reduzir seus efeitos que foram catastróficos na
ra a população pobre, aprofundando sua miséria. A abolição do
trabalho escravo não implicou na predominância do trabalho asl
alariado. Os ex-escravos em sua maioria permaneceram nas prop
riedades de seus senhores⁽¹⁸⁾ sob nova sujeição como "morador
es", "meeiros", etc. Além disto, com a crise da lavoura, mui

(18) "já a abolição da escravatura (...) não fôra aqui um
transtorno forte como em regiões cafeeiras ou açucareiras
dos Estados do Rio e de São Paulo (...) Ademais, os
nêgros paraibanos permaneceram, em maioria, em tórno
dos antigos patrões". Cf. Celso Mariz, op. cit., p.37.

tos já haviam sido vendidos para o Centro-Sul. Não obstante a precariedade da situação, as camadas dominantes prosperavam sob o impulso da modernização do processo produtivo, cuja rentabilidade já era absorvida em sua maior parte pelas forças do imperialismo. Destarte, as forças produtivas ampliavam-se, favorecendo a produtividade dos diferentes setores da economia: introdução do maquinismo a vapor para o beneficiamento do algodão, implantação da indústria-têxtil - Usina São João em 1882, Fábrica de Tecidos Tibiry em 1892 - e as estradas de ferro que começaram a atuar nos anos oitenta do século passado.

No início do século XX, a economia paraibana não apresentava alterações significativas. Com a eclosão da Grande Guerra, em 1914, o comércio de exportação caiu assustadoramente. Os estoques se acumulavam e os preços caíam enquanto os produtos de importação atingiam preços absurdos.

"O algodão, antes a 11 e 11\$ 500 por arroba, baixou a 7\$ 000, sem mercado", como declara Celso Mariz. (19)

A partir de 1916, contudo, com o incremento da demanda de matérias primas e alimentos pelos países beligerantes, nos seus principais produtos de exportação alcançaram preços altos, iniciando-se uma fase de equilíbrio econômico-financeiro do Estado.

Além do fator acima apontado, Celso Mariz acrescenta a intervenção do governo estadual no fomento da agricultura e as obras contra as secas durante o governo Epietácio Pessoa como

(19) idem, ibidem, p. 51.

responsáveis pelo dinamismo econômico da Paraíba até 1924. Ve
jamos concretamente como estes fatores alteraram o quadro eco
nômico do Estado.

O crescente aumento dos preços do algodão, aliado aos
 favores fiscais do governo estadual estimulou a implantação de
 várias usinas de beneficiamento e prensagem de algodão. Afir
ma o autor acima referido que,

*"A nossa produção algodoeira e os favores fiscais
 oferecidos atraíram iniciativas industriais. Em
 1918 Julio Von Shosten funda uma prensa hidrãuli
 ca em Cabedelo. Em 1920 o capitalista Heronides
 de Holanda incorporou a Companhia Paraibana de
 Prensagem e Beneficiamento, levantando prensa mo
 derna em Campina Grande. Brandão Cavalcanti, fi
 nanciado por Pinto Alves & Cia., de Recife, fun
 da em 1922 a usina de Santa Luzia, a primeira do
 sertão de além-Borborêma. Desta mesma época é a
 usina da Empresa Trajano Medeiros em Sapê, com be
 neficiamento, prensagem e fábrica de óleo". (20)*

Na década de 1920, foram implantadas algumas indústrias
 têxteis: Marques de Almeida & Cia, em 1923, em Campina Grande
 (fios de algodão e sacos), Fábrica de Tecidos Rio Tinto, em
 1924 (Mamanquape) do grupo Lundgren e S/A Têxtil de Campina
 Grande, em 1928. Além disto, a Fábrica Tibiry (Santa Rita) foi
 ampliada.

A produção açucareira foi também impulsionada pela va
lorização do produto, face à desorganização da produção do a
cúcar de beterraba na conjuntura da guerra. Pernambuco e Ala
goas mantiveram nos anos 1920-24 um ritmo estável de produção,

(20) idem, ibidem, p. 56.

enquanto a Paraíba ocupava a posição modesta de penúltimo lugar entre os Estados nordestinos como pode-se observar na tabela abaixo.

TABELA III

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DOS ESTADOS DO NORDESTE (1920-1924)

(em sacos de 60 quilos)

Anos	Ceará	R.G.do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas
1920	242.667	126.000	373.140	2.358.035	1.240.898
1921	528.516	115.000	160.150	3.570.665	1.134.780
1922	598.718	116.274	117.372	4.982.855	1.624.916
1923	745.050	117.530	352.742	3.760.292	1.165.450
1924	816.870	117.529	495.048	3.836.966	1.351.300

FONTE: Orris Barbosa, *Secca de 1932 (Impressões sobre a crise nordestina)*, Rio de Janeiro, Adersen-Editores, 1935, p.14.

Nesta fase, o número de engenhos continuava a crescer, sobretudo as engenhocas de rapadura do brejo, sob o efeito da devastação dos cafezais e sua substituição pela cana. Paralelamente, várias usinas foram surgindo, dando maior impulso à produção da Paraíba: usina Santa Rita em 1922, Tanques e Santa Alexandrina em 1926, Pedrosa e São Gonçalo em 1928.⁽²¹⁾

(21) A esse respeito, ver Maria Braga de Sá, op. cit., Celso Mariz, op.cit., pp 64-65 e José Octávio de Arruda Mello, *A Paraíba e a década de Vinte* in João Pessoa, *A Paraíba e a revolução de 1930*, p. 170.

O produto base da economia paraibana, desde os fins do século XIX era mesmo o algodão. Daí a preocupação dos governos do Estado no início do século atual em estimular sua expansão e modernizar as técnicas de beneficiamento:

"... Castro Pinto (1912 - 1915) decretou prêmios de 5:000\$000 para os agricultores que adotassem processos modernos de cultura, colheita e beneficiamento do algodão. (...) Camilo de Holanda (1916 - 1920) decretou uma carteira de crédito agrícola anexa ao Tesouro. Garantiu longa isenção de impostos a empresas que montassem usinas de beneficiamento e alta prensagem de algodão..."⁽²²⁾

Em 1921 a Paraíba já era o segundo maior produtor de algodão do Nordeste, segundo as estatísticas oficiais, conforme tabela abaixo. Cumpre esclarecer que estes dados tem limitações em vista do contrabando. José Américo em 1923 já afirmava que a Paraíba era o maior produtor entre os Estados nordestinos.⁽²³⁾

TABELA IV
PRODUÇÃO DE ALGODÃO DOS ESTADOS DO NORDESTE (1921 - 1925)
(em quilos)

Anos	Ceará	P. G. do Norte	Paraíba	Pernambuco
1921	15.762.137	8.460.009	11.726.225	10.221.630
1922	17.707.834	10.441.140	12.248.326	11.160.253
1923	16.515.607	12.358.467	13.069.571	12.726.594
1924	17.013.380	12.987.838	13.604.200	13.379.378
1925	21.580.489	17.533.050	18.876.453	19.338.560

FONTE: Orris Barbosa, Secca de 1932 (Impressões sobre a crise nordestina), Rio de Janeiro, Adersen-Editores, 1935, pp.13 e 30.

(22) Celso Mariz, op. cit., pp. 55-56.

(23) José Américo de Almeida, *A Paraíba e seus problemas*, p.581

A década de 1920 assistiu à consolidação do polo algodoeiro campinense. Suas exportações, que em 1919 totalizaram 81.422 sacas, em 1923, passaram a 219.587 sacas. O sucesso dos negócios algodoeiros proporcionava o crescimento da cidade. Segundo o Anuário de 1925, Campina Grande tinha

"... 340 estabelecimentos de comércio, sendo 40 grandes e 300 pequenos, dos grandes 32 compradores de algodão". (24)

Neste mesmo ano, a cidade passava a contar com seu primeiro abastecimento de água encanada (barragem de Puxinanã) e com uma linha de bondes a gasolina.

Assim, a conjuntura favorável proporcionada em última instância pela dinâmica do capitalismo pós-guerra impulsionou a produção algodoeira da Paraíba, incrementando o seu comércio e favorecendo a especulação e o enriquecimento dos "coronéis" latifundiários e comerciantes. Os lucros fáceis, e a alta dos gêneros de primeira necessidade estimulavam o processo de concentração de renda e agiotagem, favorecendo o capital usurário. Por outro lado,

"O algodão encontrava fácil collocação, tanto nos mercados nacionais como internacionais. Pequenos commerciantes, atirando-se aos negócios do ouro branco, enriqueciam durante uma safra, de especulação em especulação. E foram surgindo as primeiras prensas hidráulicas, abandonando-se velhos processos de enfardamento do produto. Firmas individuais convertiam-se em organizações poderosas, ligadas aos consumidores do estrangeiro". (25)

(24) apud William Tejo, op. cit., 26/8/1984.

(25) Cf. Orris Barbosa, *Secca de 32 (Impressões sobre a crise nordestina)*, p. 13.

Em contrapartida, a massa trabalhadora do campo e da cidade era penalizada pela alta do custo de vida, por salários insignificantes e, mais especificamente no campo, pela submissão a formas de trabalho como a "meiação" e o "cambão" que favorecem a apropriação do valor pelos fazendeiros e pelo capital comercial e financeiro. Além destes, os pequenos sítios, apesar de proprietários de terras, não escapavam à ganância de comerciantes que, financiando a produção dos primeiros e/ou comprando-a "na folha", fixam o preço do produto sempre com prejuízo para os produtores. Como se não bastasse, os fazendeiros ainda exploram seus trabalhadores através do fornecimento, no barracão, dos gêneros de primeira necessidade a preços exorbitantes, a serem descontados do pouco que lhes cabe na colheita. (26)

Destarte, a reorganização da produção, as inovações técnicas no beneficiamento do algodão e a especulação comercial concentravam nas cidades "empório" a maior parte do excedente gerado no campo.

Outro aspecto do processo de urbanização em curso foi a ênfase que, na década de 1920 em diante, passou a ser dada

(26) Francisco de Oliveira explicita, magistralmente estes mecanismos de exploração dos trabalhadores rurais do Nordeste algodoeiro, colocando que
"O fazendeiro apropria parte desse valor, tanto sob a forma de sobre-produto, resultado da partilha do algodão entre ele e o meeiro, quanto sob a forma de sobre-trabalho, no "cambão" (...); sob as duas formas oculta-se uma terceira, a renda da terra..." Anonta o grande fazendeiro como o intermediário comercial e, às vezes, intermediário financeiro do capital internacional, na medida que ele realiza a coleta e impõe o preço do produto através de sua compra na "folha". V. Francisco de Oliveira, Elegia para uma re(li)gião, pp. 42.43.

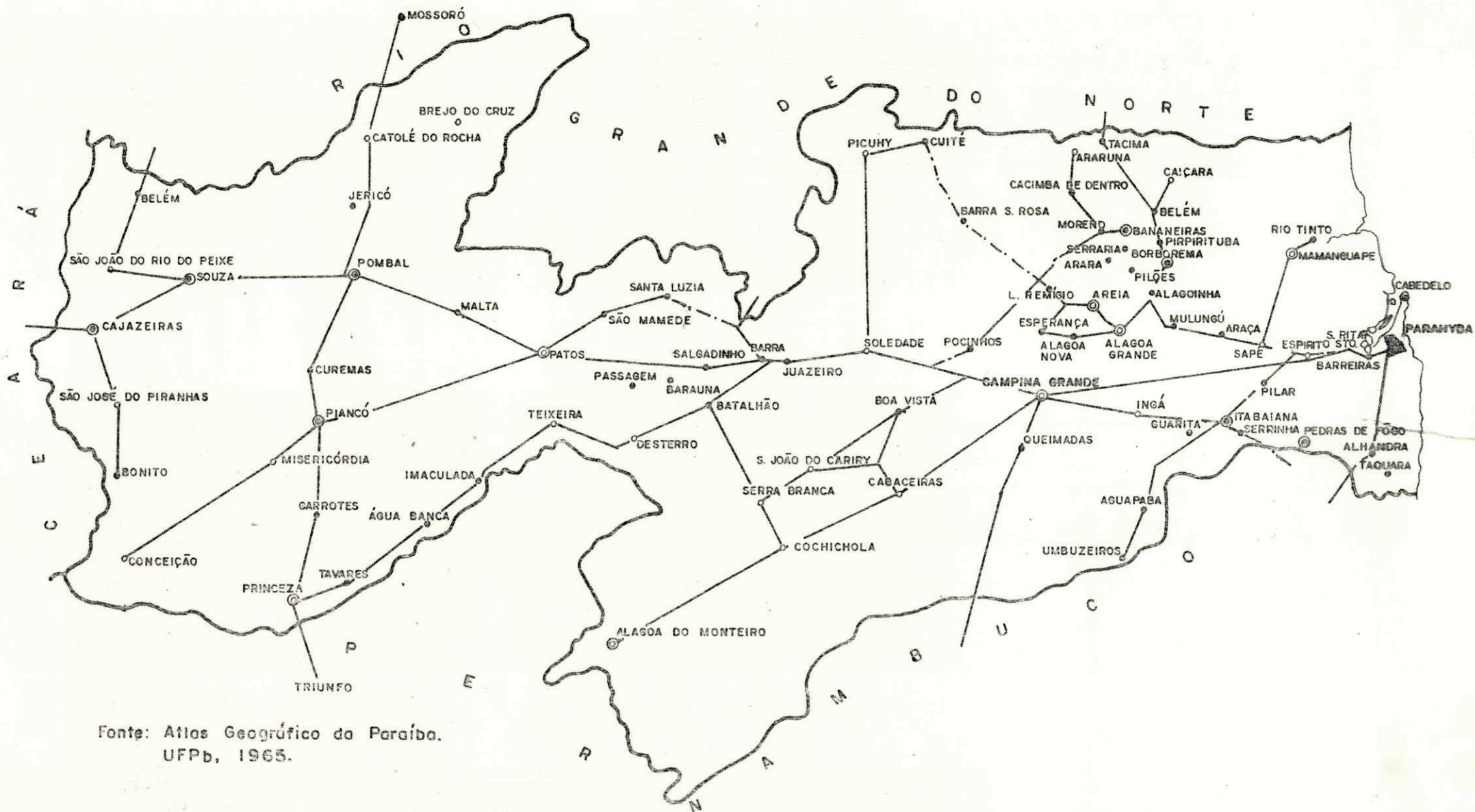
ãs estradas de rodagem. A partir de 1919, com a execução do plano de obras do governo Epitácio Pessoa foram construídas várias rodovias na Paraíba. Sobre a extensão das obras, conclui Arrojado Lisboa, em seu relatório de 1922 que

"... já se pode traçar numa extensão de 700km ,
680". (27)

O advento dos transportes rodoviários facilitou a ligação das cidades do sertão paraibano com os centros de comércio do algodão (MAPA IV). Campina Grande perde parte da intermediação deste comércio, uma vez que várias cidades sertanejas passaram a comercializar diretamente com outros mercados dos Estados vizinhos. Tal fato ocorria com mais frequência nas cidades limítrofes, que já desenvolviam intenso comércio com Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte antes da construção das rodovias. Era o caso, por exemplo, de Princesa, cuja produção agrícola bastante diversificada tinha no algodão sua principal riqueza. Inês Caminha mostra a profunda ligação desta cidade paraibana com cidades pernambucanas:

"Na ausência de vias de comunicação razoáveis com a capital paraibana (a 428 km de Princesa) e pelo fato de Recife se constituir um mercado mais atraente, pelos preços mais altos e pelas facilidades tributárias, o herbáceo era exportado para o Estado vizinho. Nessa transação, serviam de núcleos polarizadores as cidades pernambucanas de Triunfo (a 45 km), Flores (a 51 km), Açoados de Ingazeira (a 42 km), Rio Branco (a cerca de 130 km). O algodão era transportado em animais até esta última cidade de onde era enviado por via fêrrea ao Recife. Em contrapartida, as tropas tra

(27) Apud José Américo de Almeida, op. cit., p. 370.



Fonte: Atlas Geográfico da Paraíba.
 UFPb, 1965.

MAPA IV - RÊDE RODOVIÁRIA DA PARAÍBA PERÍODO DA I.F.O.C.S.

ziam os produtos manufaturados dos quais carecia a região".⁽²⁸⁾

Com a construção de estradas de rodagem, inscritas nos programas de obras contra as secas, as comunicações entre Princesa e os municípios vizinhos foram intensificadas permitindo que em 1925 ela atingisse o apogeu econômico-financeiro, como centro comercial que intermediava as trocas entre Pernambuco e as cidades da Paraíba que lhe eram adjacentes.⁽²⁹⁾

O plano de obras contra as secas da gestão Epitácio coincide, assim, com uma conjuntura especialmente favorável. O conjunto de realizações: estradas, porto Sanhauã,⁽³⁰⁾ barragens, etc., compreendiam meios para fomentar a produção agro-pastoril e facilitar a transferência do excedente do campo à cidade, aprofundando a divisão do trabalho, numa fase em que a economia caminhava em ritmo de expansão.

Em "A Paraíba e seus Problemas" José Américo de Almeida faz a apologia da política contra as secas de Epitácio Pessoa, mostrando a inutilidade das medidas postas em prática até então, cujos proveitos foram absorvidos pelos chefes políticos locais que dirigiam as obras, consumindo grande parte das verbas "no interesse partidário". Acrescenta que a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas em 1909 não trouxe alterações, particularmente para a Paraíba, cuja quantidade de obras até 1919 era insignificante.⁽³¹⁾

(28) Inês Caminha Lopes Rodrigues, A Revolta de Princesa, p.21

(29) Ver a este respeito, José Bastão Sobrinho, A heróica resistência de Princesa.

(30) Esse, não foi concluído. Ver o item 3 deste Capítulo.

(31) José Américo de Almeida, A Paraíba e seus problemas, p.323

Ainda segundo José Américo, durante o governo Eutácio Pessoa, o problema das secas foi atacado realmente com seriedade, comprometendo-se a

"... saldar o que Euclides da Cunha chamou uma dívida de quatrocentos anos..." (32)

Defende que as obras objetivavam fixar a população

"... em seu centro de atividade, para que ela não interrompesse a faina produtiva, nem fosse, intrusamente, perturbar, em levadas repentinas, as condições de vida de outros núcleos". (33)

Já nos referimos anteriormente à extensão das estradas de rodagem construídas neste período. No tocante à grande açudagem em 1921, foram iniciadas a construção das barragens do Piranhas, do São Gonçalo e do Pilões (34), obras estas suspensas no início do governo Bernardes, juntamente com a construção da ferrovia que deveria ligar Cajazeiras à Campina Grande.

As obras do governo Eutácio proporcionaram à Paraíba um clima de grande euforia. Aos altos rendimentos proporcionados pelos produtos de exportação, somavam-se grande quantidade de verbas que, segundo José Américo, proporcionavam a "remodelação de todo o aparelho de nossa riqueza".

Neste contexto, os "coronéis" auferiam lucros sobre a produção e na intermediação comercial e nas empreitadas das obras contra as secas, aumentando, conseqüentemente, a concentração da riqueza e permitindo a emergência de novas frações

(32) idem, ibidem, p. 328.

(33) idem, ibidem, pp. 392-393.

(34) A construção destas barragens foi contratada com a firma norte-americana Dwight P. Robinson & Co. Inc. Estata bem atuou juntamente com duas firmas inglesas na construção do porto de Sanhauã. A este respeito, ver Celso Mariz, op. cit. e José Joffily, Porto Político.

da classe dominante ligadas ao capital comercial e usurário. Co-
mentando a euforia reinante à época do governo Epitácio, diz
Orris Barbosa:

*"É que a dinheirama, correndo de mão em mão, volta-
va, velozmente, para os centros da economia orga-
nizada, atraída pelo iman da ganância commercial
dos atravessadores e fornecedores de mercadorias
as massas utilizadas, nas obras contra as secas,
enriquecendo empreiteiros e mandões políticos. E
as verbas jorravam continua e desmedidamente.
Tempestade de ouro para quem pedia aqua..." (35)*

Suspensos os trabalhos, logo que Epitácio deixou o go-
verno, as instalações e maquinarias ficaram praticamente aban-
donadas, acarretando o desemprego de muitos trabalhadores que
havam abandonado a lavoura e se dedicado a outras profissões.
Em consequência, as migrações campo-cidade se intensificaram.
Ex-lavradores, transformados em pedreiros, marceneiros, mecâ-
nicos, eletricitas e motoristas emigraram para as cidades co-
mo tentativa de continuarem a exercer suas novas profissões.
As cidades, por sua vez, não dispunham de mercado de trabalho
suficiente para absorvê-los. Desencadeava-se, então, a forma-
ção do contingente, de desempregados, cujo papel é descrito
lucidamente por Orris Barbosa.

*"Era o problema inédito do desemprego permanente
no Nordeste, constituído pelo exercito de reserva
organizada dos párias. As cidades do interior, que
se haviam tornado entrepostos das riquezas que
circulavam e as capitais, permanecendo prósperas,
dispunham de mão de obra abaixo do preço desen-
volvendo-se febrilmente..." (36)*

(35) Orris Barbosa, op. cit., p. 12.

(36) idem, ibidem, p. 25.

A esta fase promissora, se sucedeu um período de redução dos negócios, manifestadamente em 1924. Neste ano, uma grande enchente do rio Paraíba arrasou casas, plantações e destruiu o que restava das obras rodoviárias do período anterior. Ao mesmo tempo, a demanda do algodão caiu consideravelmente face às grandes safras americanas. Em Campina Grande, estoques de algodão eram acumulados esperando melhores preços. Os mercados consumidores, já saturados, tornavam-se mais exigentes quanto ao beneficiamento do produto. Pequenos comerciantes, não sustentando a concorrência de firmas exportadoras de maior vulto, faliam. Não obstante, a produção paraibana continuava a ocupar o segundo lugar entre os Estados do Nordeste (Tabela IV) e, a partir do ano seguinte a Paraíba, já se colocava como o maior exportador, conforme tabela abaixo.

TABELA V

ALGODÃO EXPORTADO PELOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES (1924-1929) (em toneladas)

Procedência	1924	1925	1926	1927	1928	1929
Ceará	1.488	4.231	2.288	1.482	1.292	10.656
P.G. do Norte	387	3.470	3.476	1.728	1.924	6.509
Paraíba	1.262	6.326	4.862	3.358	2.868	15.946
Pernambuco	2.046	5.580	3.665	3.325	3.368	9.061

FONTE: Orris Barbosa, *Secca de 32 (Impressões sobre a crise Nordestina)*, Rio de Janeiro, Adersen-Editores, 1935, p. 35.

O açúcar também foi atingido pela queda da demanda do mercado internacional. A exportação do Nordeste

"... que lôra, em 1923, de 153.175 toneladas, cahi na para 34.466, em 1924, chegando a quasi desampa recer em 1925, anno em que fiourãmos no mercado internacional com a quantidade inrisõria e alar mante de 3.182 toneladas, com a verda tõtãl dos consumidores dos Estados Unidos". (37)

Portanto, a situação do açúcar era bem mais grave que a do algodão. Perdido o mercado internacional, partiu-se para a luta entre os concorrentes para a conquista dos mercados in ternos. Enquanto a produção crescia, processava-se a corrida da baixa de preços. Os pequenos e médios produtores, não ten do condições de enfrentar a pressão baixista, sucumbiram face à concorrência dos grandes usineiros e acionistas das socieda des anônimas. A Paraíba mantinha-se na modesta posição de quar to produtor nordestino. Neste contexto, a²uçava-se a disputa entre fornecedores de cana, usineiros e senhores de engenho, dividindo a tradicional oligarquia açucareira em segmentos que procuram compensar-se agarrando-se às benesses do Estado.

A despeito destas limitações, o processo de urbanização se intensificava: iluminação elétrica, transportes coletivos e abastecimento d'água melhoravam as condições de algumas ci dades do interior e da capital. (38)

Em 1929, a pluviosidade abundante permitiu o crescimen to das safras agrícolas da Paraíba. A produção algodoeira nos

(37) idem, *ibidem*, pp. 30-31.

(38) Iluminação elétrica em 1924 em Picuí e em 1925 em Sousa. Neste ano, a capital e Campina Grande foram servidas por transportes coletivos, sendo a última também por água encanada.

anos 1929-30 cresceu, resultando na maior safra até então registrada. Nossa exportação bateu o record em 1929, como se pode observar na tavela V. Segundo o jornal A UNIÃO, as exportações do algodão paraibano, que até 1928 eram destinadas, principalmente, aos mercados do Rio e Santos, passaram, a partir de 1929, preferencialmente para os mercados europeus. Os esforços para a conquista de mercados externos redundou em grande proveito para a economia do Estado e contribuíram para aliviar o deficit da balança comercial do Brasil que se encontrava ameaçada pela desvalorização do café, do açúcar, da borracha, do cacau e de outros produtos. (39)

Em 1930, os efeitos da crise econômica mundial refletiam-se regionalmente. A produção dos quatro Estados algodoeiros crescia satisfatoriamente, contudo, o mercado se reduzia e os estoques se acumulavam. Não obstante, A Paraíba continuava como o maior produtor e exportador, condição esta que permitia o crescimento de suas rendas e relativa estabilidade financeira. (40)

Entretanto, a crise política que a atingiu desorganizou a produção, exportação e conseqüentemente as rendas públicas. A campanha pela sucessão presidencial, aliada às lutas de Princesa, desestabilizou sua economia. Nessas condições

"O Tesouro público se esvaziou na luta. Produção, exportação, rendas, baixaram grandemente em relação as do exercício anterior. De 65.609 toneladas de venda aeral, caímos a 43.933. Só no algodão

(39) Do total de 31.444 fardos exportados de agosto a dezembro de 1929 por Cabedelo, 25.829 destinaram-se a Liverpool. O restante estava assim distribuído: Rotterdam com 637, Leixões com 349, Rio de Janeiro com 392 e Santos com 265. A UNIÃO, 04/01/1930 e 09/01/1930.

(40) Celso Mariz, op. cit., p. 89.

decaímos de 26.100 a 14.843 toneladas". (41)

É neste quadro de determinações que tentamos delinear, portanto, como a economia paraibana foi progressivamente se reorganizando, paralelamente ao movimento de redefinição de suas oligarquias, cuja configuração no processo produtivo orienta o caráter das mudanças correspondentes.

22. OS RUMOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Entendemos que o alcance e os limites dos movimentos sociais na Paraíba na Primeira República só podem ser captados partindo dos pressupostos da sua inserção na estrutura econômica internacional, nacional e regional que, aliada às condições internas, forjou uma economia agrária, limitada pelo baixo nível de suas forças produtivas e consolidada no poder de suas oligarquias.

O início do século XX é marcado pela intensificação dos movimentos populares no plano internacional e nacional. As disputas interimperialistas e a I Grande Guerra aprofundam as contradições sociais, acirrando as lutas de classe, cujas manifestações assumem proporções inéditas na história, repercutindo na conjuntura nacional. O crescimento dos movimentos revolucionários na Europa e a Revolução proletária na Rússia, principalmente, abalam o mundo capitalista.

No Brasil, sob os efeitos da Guerra e da vulnerabilidada

(41) *idem, ibidem.*

de de sua economia agro-exportadora, o clima social, no meio das massas, era de grande insatisfação, face à alta do custo de vida e à depreciação dos salários. Desencadeou-se, então, uma grande quantidade de greves por todo o país:

"O ano de 1917 surte em o Brasil em ebulição, descontente e rebelde, sintonizando o ascenso mundial de massas que começava a se verificar nos países da Europa, especialmente na velha Rússia dos Czares.

Enquanto, na Europa, a logo crepitava sob as cinzas da guerra e o proletariado se preparava para intervir no campo de batalha como força independente, no Brasil, de norte a sul do País, manifestava a sua insatisfação e saía às ruas para a luta". (42)

Por conseguinte, a partir de 1917, as lutas sociais no Brasil se intensificam. O período 1917-1921 destaca-se como o de maior incidência de greves, só superado após 1945. O ano de 1919 corresponde ao ponto culminante das lutas desta fase que, a partir de então, vão enfraquecendo frente à crescente repressão. (43)

Na Paraíba, apesar das limitações do seu movimento operário, os anos 1917-1921 também se caracterizam pelo recrudescimento das lutas de classes, conforme veremos logo mais adiante.

Visando melhor aquilatar as condições objetivas e subjetivas dos movimentos sociais na Paraíba, nesta fase, convém re

(42) Moniz Bandeira, *O ano vermelho*, p. 51

(43) Estas informações se baseiam em: Moniz Bandeira, *op.cit.*, Edgard Carone, *A república velha* e Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*.

lembrar sua configuração econômica, social e política. A economia paraibana atravessava uma relativa dinamização, com base, principalmente, na ascensão do algodão cujo impulso significou um progressivo crescimento urbano. Concomitantemente, alterava-se a composição da classe dominante, com a emergência de novas frações, o enfraquecimento econômico-financeiro do seu setor mais tradicional, os senhores de engenho, e o fortalecimento do poder local dos "coronéis" do algodão-pecuária.

Fica patente, no entanto, que este processo de mudanças se operou de forma a preservar a velha estrutura agrária fomentando, inclusive, relações de produção não capitalistas e, assim, permitindo a ampliação do espaço coronelístico e oligárquico.

No bojo deste processo, as condições de vida da massa trabalhadora foram agravadas: nas cidades como no campo era submetida a extensas e intensas jornadas de trabalho, sem contar com nenhum direito nem assistência dos poderes públicos controlados pelas oligarquias. Segundo José Joffily, em 1927, 70% da população era analfabeta.⁽⁴⁴⁾ Quanto à mortalidade infantil, não conseguimos dados estatísticos, porém, as citações colhidas pelo referido autor, na imprensa, permite-nos inferir suas proporções. Em 1923 O JORNAL denunciava:

"Tem causado espanto a assombrosa cifra de mortalidade infantil neste capital.

A causa determinante de tamanha mortalidade é a deficiência de alimentação, a falta de nutrição, a miséria da chovana, a desarça da pobreza - a fome".⁽⁴⁵⁾

(44) Cf. José Joffily, **Revolta e revolução**, p. 176.

(45) O JORNAL, Pb., 19/12/1923, 1a. p. Anud. José Joffily, **Revolta e revolução**, p. 178.

"E horrível! Horrível porque morria mais da meta de da população infantil". (46)

A evolução campo-cidade que então se intensificava carecia de condições para o efetivo desenvolvimento de uma sociedade urbana. O campo continuava a comandar a vida das cidades, cujas funções principais eram o beneficiamento e a comercialização dos produtos agrícolas e o abastecimento do campo. Meste contexto, as maiores indústrias da Paraíba pertenciam ao setor têxtil e alimentício, (QUADRO I) caracterizando-se como atividades complementares do latifúndio agro-pastoril.

Além de poucas, as indústrias paraibanas apresentavam, ainda, um caráter eminentemente artesanal- precariamente mecanizadas que eram e insipiente concentração operária. Em 1920, o contingente operário era restrito a 3.035 ocupados em 251 estabelecimentos industriais. Destes, apenas cinco possuíam mais de 100 operários cada um, conforme se pode ver na tabela abaixo e especificadamente no Quadro I, no qual se pode observar que se destacavam as indústrias têxteis com 1.818 operários e as de alimentação com 420.

TABELA VI
DISTRIBUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL - (1920)
(exceto usinas açucareiras)

NÚMERO DE INDÚSTRIAS	NÚMERO DE OPERÁRIOS
71	até 4
164	entre 5 e 19
7	entre 20 e 49
5	entre 50 e 99
5	mais de 100

FONTE: Censo de 1920.

(46) idem, ibidem.

QUADRO I

INDÚSTRIA - 1920 CAPITAL/FORÇA MOTRIZ DE OPERÁRIOS/VALOR DA PRODUÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE INDÚSTRIAS
PARAÍBA

GRUPO DE INDÚSTRIAS	Nº EST.	CAPITAL EMP.	H.P.F.MOTRIZ	Nº OP.	VALOR DE P. ANUAL	Nº MÉDIO DE OP.
1. Indústrias Têxteis	169	6.485:338\$	1.495	1.818	21.380:951\$	11
2. Indústrias de Couros, de Peles e de outras matérias duras do reino animal	4	852:900\$	191	174	3.898:733\$	43
3. Indústrias de madeiras	2	168:000\$	27	28	295:576\$	14
4. Metalúrgica	-	-	-	-	-	-
5. Cerâmica	4	141:183\$	25	47	165:440\$	12
6. Produtos Químicos e Análogos	7	3.950:833\$	292	233	2.310:649\$	33
7. Indústria da Alimentação	31	1.545:721\$	177	420	4.298:206\$	14
8. Indústria do Vestuário e Toucador	22	546:298\$	8	144	932:147\$	7
9. Indústria do Mobiliário	2	325:750\$	34	75	537:818\$	37
10. Indústria de Edificação	9	119:150\$	-	96	315:869\$	10
11. Construção de aparelhos de transporte	1	1:000\$	-	-	5:590\$	-
12. Produção e transmissão de forças físicas	-	-	-	-	-	-
13. Indústrias relativas as ciências, Letras, Artes Industrias de Luxo	-	-	-	-	-	-
TOTAL	251	14.136:173\$	2.249	3.035	33.137:059\$	12

FONTE: CENSO DE 1920

As condições de trabalho do proletariado industrial brasileiro na primeira República eram bastante precárias. Subsistiam formas arcaicas de exploração até mesmo em grandes indústrias como a fábrica de tecidos Jaffet em São Paulo que, segundo Edgard Carone

"... em 1917 ainda paga seus operários com **vales**, que devem ser trocados em armazéns de seus parentes". (47)

Outra informação deste mesmo autor permite-nos inferir que, na Paraíba, as relações de produção na indústria estavam fortemente impregnadas das injunções coronelísticas. Segundo Carone, os Lundgren, da Fábrica de Tecidos Rio Tinto

"... usam os seus trabalhadores - como faz um coronel qualquer da época - para as lutas políticas armadas, ou simplesmente como expressão numérica nas eleições". (48)

A precariedade das condições de trabalho nas indústrias da Paraíba podem também ser inferidas das reivindicações contidas no capítulo referente à assistência social de

"Problemas e Necessidades da Paraíba". (49)

Várias categorias profissionais se manifestaram tendo como principais aspirações: jornada de trabalho de 8 horas, lei de férias, proteção ao trabalho da mulher e do menor, "para trabalho equal salario equal", pensões, aposentadorias e assistência médica. Os ferroviários demonstram maior nível de reivin

(47) Edgard Carone, **A república velha**, p. 194, grifo do autor.

(48) idem, ibidem.

(49) These visesima oitava in **Problemas e necessidades da Paraíba**.

dicações que as demais categorias.

O trabalhador urbano da Paraíba, a despeito das limitações impostas pela rigorosa dominação a que estava subordinado, durante a Primeira República empreendeu várias greves conforme está relacionado no Quadro II, destacando-se o ano de 1917 como o auge do movimento operário paraibano desta fase, enquanto que nos anos 1918-1930 há um descenso.

A paralização da indústria cigarreira marca o início do surto grevista de 1917, segundo Antonio Albino.⁽⁵⁰⁾ Tida pelo jornal oficial como

"o primeiro movimento grevista ocorrido na Paraíba" (51),

marca também o início da atuação do Sindicato Geral dos Trabalhadores que dirige as greves deste ano e intermedeia as negociações com o governo estadual e os patrões. Esta primeira greve de 1917 foi também a mais longa, terminando graças a intervenção do governador Camilo de Holanda que propôs uma tabela de conciliação, aumentando o salário dos operários em troca da redução dos impostos sobre a indústria cigarreira.⁽⁵²⁾

A intervenção do governador também se fez sentir durante as greves subseqüentes, promovendo entendimentos entre a Associação Comercial e as lideranças operárias, conseguindo por

(50) Antonio Albino Canelas Rubim, **Movimentos sociais e meios de comunicação: Paraíba - 1917 - 1921**, p. 14

(51) A UNIÃO, 02/08/1917, Apud Antonio Albino Canelas Rubim, *op. cit.*, p. 15.

(52) Segundo Antonio Albino, O NORTE de 29/06/1917 afirmava que a indústria cigarreira era "... talvez a única que usufrui os mais generosos favores orçamentários, com a taxa elevadíssima para cigarros de outros Estados", *op. cit.*, p. 18.

QUADRO II
G R E V E S
PARAÍBA 1902/1930

A N O	DIA/MÊS	CATEGORIA E/OU ESTABELECIMENTO
1902	Última semana de janeiro	Ferrovieiros da Great Western
1909	13 a 25/01	Ferrovieiros da Great Western
1917	25/06 a 05/07	Cigarreiros
1917	25/07	Jornaleiros da Great Western
1917	25 a 30/07	Operários da Casa Kroncke & Cia.
1917	30/07 a ?	Tecelões da Fábrica Tibiry
1917	30/07 a ?	Jornaleiros da Great Western
1917	30/07 a ?	Operários da Casa Iona & Cia.
1917	?	Carroceiros
1917	?	Costureiras
1917	?	Alfaiates
1917	? a 14/08	Estivadores
1918	?	Operários da Escola Normal
1919	?	Empresa de Tração, Luz e Força
1920	19 a 28/03 ?	Ferrovieiros da Great Western
1922	09/08	Foguistas e Carvoeiros das obras do porto Sanhauá
1928	?/10	Operários da Fábrica Rio Tinto

FONTES: Antonio Albino Canelas Rubim, **Movimentos sociais e meios de comunicação: Paraíba - 1917/1921**, Textos UFPb/NDIHR nº 3, 1983, Quadro 15, p.65; José Leal, **Itinerário da história**, João Pessoa, 1965, pp.345 e 348; José Joffily, **Entre a monarquia e a República**, Rio de Janeiro, Kosmos, 1982; Idem, **Porto político**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983; José Octávio, **Revolução estatizada**, João Pessoa, A União Cia.Ed., 1983, p.99.

fim às paralizações da casa Kronke & Cia, dos estivadores de Cabedelo, da Fábrica Tibiry e outras. Ao mesmo tempo que estimulava as negociações, Camilo de Holanda não descuidava de garantir a "liberdade de trabalho" e a "paz social", através da intervenção da polícia.⁽⁵³⁾ A repressão também foi feita diretamente pelos patrões, demitindo lideranças grevistas.⁽⁵⁴⁾

Sumariando as características gerais das greves de 1917-21 na Paraíba, Antonio Albino aponta:

"... 1 - a pouca duração das greves, que excetuando-se aquelas ligadas aos ferroviários, aos cigarreiros e talvez aos estivadores nunca tem duração superior ou igual a uma semana. Importante a notar que são as greves ligadas aos setores mais essenciais da economia açucárea - tipo transportes - aquelas que tem mais repercussão: 2 - as reivindicações são, no básico relativas a aumentos salariais, só em poucos casos, temos mobilização por demissões, delegados sindicais, jornada de trabalho, trabalho infantil, condições de trabalho, etc. Aliás estes quatro últimos itens entram quase sempre como reivindicações secundárias em lutas salariais: 3 - a presença constante do Estado em todas as lutas sociais".⁽⁵⁵⁾

Estas características estão relacionadas às limitações capitalistas da estrutura econômico-social da Paraíba, como já salientamos e à inexistência de espaço político para as massas, premidas pela dominação crescente dos "coronéis" e oligarcas. Neste sentido, é relevante que as greves que inspiraram mais preocupação à classe dominante tenham sido aquelas que afetaram

(53) Consultar Antonio Albino, op. cit., pp. 22-23.

(54) idem, ibidem, p. 21.

(55) idem, ibidem, p. 33.

o setor agro-exportador, como a dos ferroviários, que pôs em risco o escoamento da produção agrária, fator básico para o enriquecimento dos "coronéis", cujos interesses se concentravam no mercado externo.

Em alguns trechos da imprensa da época, citados por Antonio Albino, transparece o temor da classe patronal quanto a ocorrência das greves e sua atitude defensiva, alardeando o pretense despreparo dos trabalhadores da Paraíba para as idéias socialistas:

"... os operários da Paraíba, graças a Deus, não se acham eivados do fermento anarquista (...) A nos sa gente não tem a precisa educação para se embriagar com esses libertíssimos ideais socialistas..(56)

No período 1917-21, Antonio Albino identifica o Sindicato Geral dos Trabalhadores como a entidade mais atuante do movimento operário. Fundado em 1917 por Rafael de Holanda suas tendências pendiam desde o anarco-sindicalismo até ao corporativismo, cujos sintomas o autor acima referido detecta na sua postura que oscilava entre a conciliação e as atitudes independentes.

Quanto às Associações Benéficas existe um consenso

(56) Cf. Pe. Mathias Freire in DIÁRIO DO ESTADO 8/8/1917, a a pud Antonio Albino, op. cit., p. 38. Não obstante estas afirmações, a presença do socialismo é evidenciada "... nela participação paraibana no II Congresso Socialista em 1902, nela fundação do Centro Protetor dos Operários da Paraíba e nela carta do entusiasta socialista em meio a greve dos cigarreiros". Cf. Antônio Albino, op. cit. p. 35. A este respeito, Epaminondas Câmara afirma que, em Campina Grande, "O comunismo vem sendo pregado... desde 1927. Naquele ano a Sociedade União Geral dos Trabalhadores funcionava numa casa na rua do Progresso e dirigida por uns mecânicos e pedreiros do Recife, era os tensivamente marxista de cujas idéias fazia aberta no noando". Epaminondas Câmara, Datas Campinenses, p.210.

entre os historiadores da Paraíba sobre o seu caráter assistencialista. Antonio Albino classifica-as como entidades trabalhistas, cooperativistas e conciliatórias, todavia chama a atenção para a participação da Sociedade de Artistas Operários Mecânicos e Liberais durante a greve dos ferroviários em 1920, dando apoio aos grevistas e inclusive organizando um fundo de greve. Esta Sociedade, segundo nos informou seu atual presidente, Sr. Saturnino Ribeiro Alves representou importante papel como núcleo gerador de outras associações operárias e sindicatos.⁽⁵⁷⁾

Em 1931, A Aliança Proletária Beneficente fazia algumas solicitações ao governo estadual, denotando uma postura que ultrapassava o mero assistencialismo, abrangendo, inclusive, reivindicações tais como, terra e direitos para os trabalhadores rurais.⁽⁵⁸⁾

Somos de opinião que as limitações dos movimentos operários na Paraíba e de suas entidades representativas têm suas raízes no círculo de ferro da estrutura em que estavam inseri

(57) A sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais de João Pessoa foi fundada em 1881. Segundo seu atual presidente, ela congregava, no seu início, todos os operários da Paraíba. A partir de 1915 ocorreram dissidências, que, acarretaram a criação de outras associações: 1915 - Sociedade União Beneficente de Operários e Trabalhadores; em 1919 - "Época de grande luta operária", houve nova dissidência de que resultou a União Operária Beneficente. Em 1927, elementos da Mecânica fundaram a Sociedade Beneficente 2 de Setembro. O referido informante, declarou também que "os sindicatos são filhos das sociedades beneficentes" e que, após a criação destes, as sociedades beneficentes foram esvaziadas, porque os sindicatos têm mais força jurídica que elas. Saturnino Ribeiro Alves depoimento a autora em 20/09/84.

(58) Além da criação de escolas primárias e secundárias para os trabalhadores, de escolas técnico-profissionais, jornada de 8 horas, higienização de fábricas e oficinas e salários iguais para trabalhos iguais, pleiteava: "terras aos camponeses, direito de reunião, de manifestação de pensamento e direito de imprensa (...) garantia por parte das autoridades constituídas aos operários que se encontrarem prejudicados física e moralmente pelos seus patrões, direito de greve (...) representação genuinamente operária no Ministério da Agricultura". Aliança Proletária Beneficente in Problemas e necessidades da Paraíba, p.150.

dos. A precariedade do parque industrial paraibano não favorecia a concentração operária e a sua organização. As fábricas constituíam prolongamentos das fazendas e dos engenhos, permeadas pelas relações clientelísticas que asseguram o controle das oligarquias.

Mesmo assim, as incipientes manifestações operárias incutiam temor à classe dominante que, pela palavra de seus intelectuais prescrevia a tutela do Estado como medida preventiva. (59)

Nas sugestões apresentadas ao governo Antenor Navarro, em 1931, Adhemar Vidal deixa clara esta preocupação. Inicia reconhecendo a existência da questão social na Paraíba e reclamando uma solução imediata e, sobretudo, inteligente. Recomenda a criação de uma sociedade de seguros sociais subvencionada pelo governo, de um Sindicato Geral dos Trabalhadores que congregue todos os operários da indústria obrigatoriamente e que tenha amplos poderes

"... dentro da ordem, do direito e da justiça". (60)

(59) A este respeito, proclamava Silvino Olavo em 1928: " Na Europa, onde há lucta de classes as leis reformadas saem de baixo para cima. No Brasil, onde não há luctas, as leis sociais vêm de cima para baixo. Aproveitando a experiência de outros povos, o governo vai ao encontro das necessidades populares, resolvendo logo certas dificuldades sociais com um esforço de legislação que tem caracter preventivo dos factos. O governo, assim, não dá tempo a que o problema se agravé." ~~_____~~. Cf. Silvino Olavo, Movimento cooperativista, A UNIÃO, 27/11/1928, apud José Octávio, A Revolução estatizada, pp. 95-96, Grifos nossos.

(60) Adhemar Vidal, These vigesima oitava in Problemas e Necessidades da Paraíba,

O quadro dos movimentos sociais que ora tentamos descrever no contexto urbano tem sua fragilidade determinada, em última instância, na estrutura agrária, de onde emerge a maioria do operariado industrial da Paraíba na conjuntura enfocada. Por conseguinte, é indispensável mostrar as condições de vida e trabalho da massa rural no auge do coronelismo e da dominação oligárquica.

A situação do trabalhador rural nordestino, na época que enfocamos, é descrita realisticamente por Orris Barbosa⁽⁶¹⁾ que identifica, inclusive, os agentes das contradições sociais no campo.

"No drama secular da conquista do solo nordestino (...), vem se caldeando a paciência ferrea de um novo ao par de um espirito fatalista, proveniente da atormentação inibida pelo complexo desencadeador de suas contradições sociais: a secca, o grande senhor de terras ociosas e o chefe político, agentes das agressividades climáticas, econômicas e sociais da reação.

Esses têm sido os tres elementos básicos da desgracia nordestina.

Dahi, a impressionante submissão dessas massas a nalphabetas que mesmo no auge da miseria, suportam, quasi sem protesto algum, o inferno real da fome e da sede, como se toda aquella conjuncção de factores adversos kosse proveniente de uma lei natural". (62)

O referido autor compara a situação da população rural do Sertão e da zona canavieira mostrando que, fora o período da seca, a primeira tem um nível de vida relativamente melhor que a segunda,

(61) Orris Barbosa, op. cit.

(62) idem, ibidem, pp 7-8, grifos nossos.

"O mais nobre dos sertanejos reside em casa de tai na ou tiiolo, coberto de telha, de frente para o nascente.

O trabalhador rural, das zonas próprias para o plantio de canna, feijão, milho, mandioca, é bem mais infeliz que o seu irmão das terras asneras, onde vicejam as larragens e se cria gado". (63)

Acreditamos que as condições de vida relativamente melhores da população camponesa do Sertão explica-se pela própria natureza do processo produtivo implantado, desde os primórdios da atividade agro-pastoril.

Quanto aos salários na zona rural, Orris Barbosa mostra o grau de exploração a que estava submetido o trabalhador agrícola, sublinhando que

"Em face de mão de obra abundante, são comuns salários, que vão de 1\$000 a 3\$000 por dia, para o trabalhador rural, brutalizado no eito, durante 10 horas e mais de permanência a serviço de outrem, com um descanso de meia hora para enoulin o seu feijão sem sal, com farinha grossa e um pedaco de carne de xarque, allí mesmo, junto à enxada, lavado em suor, acocorado diante da cuia". (64)

Enquanto isso, os feitores dos serviços agrícolas e os vaqueiros percebiam remuneração que variava entre 12\$ a 15\$ diários. São melhor remunerados por se constituírem categorias especiais que cuidam de extrair o máximo de rendimento dos trabalhadores e dos rebanhos. O vaqueiro é também, muitas vezes, administrador da fazenda. Sua presença é praticamente indispensável, por isso raramente é despedido. Em períodos de estia

(63) idem, ibidem, p. 67.

(64) idem, ibidem, p. 69.

gem, sua atuação torna-se mais importante ainda, pois é ele que tem a competência de resguardar dos efeitos da seca os bens do fazendeiro.

Os demais trabalhadores da "região" agro-pastoril, face às estiagens, emigram em sua maioria para a "região" açucareira, juntando-se ao seu já miserável contingente, ou procuram as cidades, onde a fragilidade das atividades urbanas não permite sua absorção no mercado de trabalho.

Além da submissão a ínfimos salários, o trabalhador rural é também explorado através das compras nos barracões, onde seus patrões trocam os vales por gêneros de primeira necessidade, com preços bastante majorados. Segundo Adhemar Vidal, tal situação é particularmente mais grave nas usinas de açúcar, nas quais o trabalhador

"Não recebe dinheiro. Não vê dinheiro, antes de tudo, porque o barracão é que lhe dá o bacalhão, a farinha e o kerozene, bem assim, precisando, alguns metros de pano para fazer uma calça ou uma camisa. Em compensação lhe é exigido o máximo de seus esforços. E, para remate, quando chega ao fim do ano, por ocasião do balanço, não recebe um tostão, porque deve ao usineiro os cabellos da cabeça..." (65)

Não dispondo de terras nem de quaisquer direitos trabalhistas a esmagadora maioria dos trabalhadores rurais, quer seja do litoral, quer seja do interior tinha de se subordinar às imposições dos latifundiários. A ideologia do coronelismo contribuía para maciar as relações de exploração, através do compadrio e do favoritismo, facilitadas pelas relações pessoais

(65) Adhemar Vidal, op. cit., p. 154.

de produção. Assim, o "morador", o "meeiro" e demais adrega dos eram reduzidos a curral eleitoral do "coronel" e, portanto, garantidores do poder das oligarquias. Quando procuravam ter acesso à terra, na condição de arrendatários, não escapa vam da sujeição ao potentado rural, que lhes impunha contratos verdadeiramente onerosos. Destarte, a "legislação" dos "co ronéis" lhes outorgava todos os direitos, inclusive o de uti lizar a força policial para obrigar os arrendatários a cumpr rem os deveres estipulados arbitrariamente nos contratos. Pa ra o roceiro não restava nenhum direito a não ser o de traba lhar sem descanso, doando sua força de trabalho ao "coronel" e no dia da eleição votar nos candidatos por ele indicados.

Aliás, a legislação rural é praticamente ausente em to do o Brasil. Não obstante a lei de sindicalização rural te r si do instituída desde 1903,⁽⁶⁶⁾ funcionava apenas nas fazendas de café de São Paulo, como meio de garantir a permanência e o controle dos imigrantes. Na Paraíba, ela é totalmente ignora da. Todavia, entre as sugestões apresentadas ao governo esta dual em 1931, em obra antes citada, o agrônomo José Galvão de Melo, autor do capítulo sobre a indústria açucareira, recomen da a instituição do regime de

"... cadernetas contracto para tornar o trabalhador de canna um cidadão responsável pelos seus actos, evitando que elle se transfira de uma para outra propriedade sem solver os compromissos de ordem monetaria a que se obrigar".⁽⁶⁷⁾

(66) No Brasil, diferentemente de outros países, a lei de sin dicalização rural antecedeu a urbana. Cf. Edgard Caronê, A república velha, p. 246.

(67) Cf. José Galvão de Melo in Problemas e necessidades da Paraíba, p. 189.

O processo de regionalização do Nordeste, como já vi^{mos} (68), foi acompanhado pelo aprofundamento da latifundiza^{ção} de sua tradicional estrutura agrária e de seus padrões de dominação, possibilitando, desta forma, a afirmação do corone^{lismo} e de sua consolidação na Primeira República. Paralela^{mente}, as contradições sociais foram aguçadas, levando os tra^{balhadores} rurais a reagirem. Muitos buscaram na emigração a escapatória. De início, o destino era a Amazônia cujo mito da riqueza da borracha atraiu levas de nordestinos nos fins do século XIX e início do século XX. Nos anos vinte, a atração passa a ser o Sudeste com seu crescimento urbano-industrial. Os que permaneceram também reagiram e o fizeram logicamente em consonância com as limitações objetivas e subjetivas do univer^{so} em que estavam inseridos, exteriorizando suas insatisfações, embora inconscientemente, através do messianismo e do canga^{ço}. (69) As determinações destes movimentos estão lucidamente expostas por Rui Facó em seu excelente ensaio, "Canga^{ceiros} e fanáticos", no qual refuta as teses que confundem os efeitos - ausência de justiça, analfabetismo, precariedade dos transpor^{tes} e comunicações e baixos salários - com as causas reais, des^{tacando} que

"... tudo isto já resultava da tremenda desigualdade social, do débil desenvolvimento do capita^{lismo}, do lentíssimo incremento das forças produ^{tivas}, da concentração da propriedade da terra, que dava poder econômico ilimitado a uma insig^{nificante} minoria de latifundiários. A grande mas^{sa} de habitantes da região não dispunha de recur

(68) Ver o capítulo I e o item I deste Capítulo.

(69) Canudos (1896-1897), Juazeiro (1901-?), Caldeirão (1936-1938) e Cangaço (1870-1940). Consultar Rui Facó, **Canga^{ceiros} e fanáticos** e Carlos Alberto Dória, **O cangaço**.

... os normais para viver, nem mesmo a possibilidade de vender com segurança sua força de trabalho. Quando a consequência era em condições tais que correspondiam à semi-servidão". (70)

O movimento messiânico que mais teve influência na Paraíba foi o de Juazeiro. O cangaço teve grande atuação em nossos sertões. (71) Suas origens estão diretamente ligadas à estrutura de poder dominante que, desde a Colônia, se apoiava em contingentes armados. Das ordenanças do período colonial às milícias da Guarda Nacional no Império, o mandonismo local foi se afirmando e, na República, sua consolidação foi acompanhada do suporte dos "cabras", elementos de sua confiança recrutados entre seus adreçados, que lhes obedeciam cegamente. Muitos trabalhadores rurais são, assim, treinados no manejo das armas para defender os interesses dos "coronéis" nas lutas de famílias e disputas eleitorais, permitindo-lhes a autoridade do "eu quero, posso e mando".

Com a ascensão da economia algodoeira, as terras do Sertão e Agreste foram valorizadas, tornando-se, assim, de mais difícil acesso para os trabalhadores. Muitos "moradores" nasceram a pagar "renda". A concentração populacional nestas zonas transformou a seca em um problema social, desorganizando a produção, fomentando as migrações e propiciando a formação de bandos armados que passam a atuar de forma independente. Contudo, este incipiente processo de independência das massas tra

(70) Rui Facó, op. cit. p. 33.

(71) Os principais foram Antonio Silvino (1889-1914) e Lampião (1920-1938). Além destes José Octávio afirma que na década de vinte tiveram atuação na Paraíba os bandos de José de Totô, Senhor Padre e Chico Pereira. Ver José Octávio, A Paraíba e a década de vinte in João Pessoa, a Paraíba e a revolução de 30, p. 202. e Carlos Alberto Dória, op. cit.

balhadoras não implicava, ainda, na sua separação total do coronelismo, uma vez que os cangaaceiros estabeleciam relações com os "coronéis" que atuavam como seus cúmplices, chamados de "coiteiros". (72)

Destarte, o cangaço nasceu de dentro do coronelismo como via de "ascensão" para trabalhadores rurais que, embora inconscientemente, protestavam contra a ordem que os derou. Para Carlos Alberto Dória,

"O cangaço independente modelava-se à imagem e semelhança da ordem patriarcal, consolidando a sua própria clientela, e constituindo-se inclusive em forma de acesso a áreas de realização, não apenas econômica, até então inatingíveis para a maioria da gente simples. Enquanto que a distribuição de poder e prestígio na sociedade patriarcal era função da fortuna, idade, sexo e linhagem, o cangaço abria uma via "democrática" para a ascensão social, através de atributos individuais e adquiridos, tais como a valentia e a destreza no manuseio das armas". (73)

José Américo de Almeida atribuiu às obras contra as secas do governo Epitácio Pessoa o mérito de realizar "... a profilaxia do banditismo", salientando que

"Essa criminalidade específica, não sendo do caráter geral da população nem do instinto da raça, pode ser eliminada pela nova mentalidade que as obras contra as secas geram na região (...). A repressão é nesse extenso território um problema de

(72) Segundo Carlos Alberto Dória in op. cit., p. 29. "Coiteiro, (...) era originalmente o coronel que mantinha relações com essa gente (bandas em armas, constituídas de escravos fugidos, criminosos comuns, pessoas perseguidas pelo alistamento militar, etc.) que vivia homiziada em coutos e velhacoutos" (Grifo do autor). As afirmações deste parágrafo fundamentam-se neste mesmo autor.

(73) Idem, *ibidem*, p. 35.

fácil transporte. É tão manifesta a função social do trem de ferro que o sertanejo confessa: "onde chega o "vapor de terra" desaparece o canaço".⁽⁷⁴⁾

Refutando o autor acima citado, e outros que comungam com este ponto de vista, Rui Facó mostra que o avanço das comunicações, em si mesmo, não contribuiu para destruir o canaço. Afirma ele, que os defensores dessas teses conservadoras

"... Esquecem que os jagunços de Floco Bartolomeu foram conduzidos de trem de Touatu a Fortaleza... Que Lampião viajou com seu bando em caminhões e ocorreu cidades servidas pelo telégrafo (...). Não se percebe que as estradas de nada valeriam sem a penetração, ainda que limitada, do capitalismo no meio rural, sem o estabelecimento de uma rede comercial que favorecesse sua penetração, sem os créditos bancários que já haviam aparecido no Cariri nos começos da década de 20, em suma, no vas relações de produção e troca que se iam criando, mesmo quando subsistiam- e subsistem em lar a escala ainda hoje - fortes remanescentes das relações anteriores. Mas as novas é que operam a mudança. Desenvolvem-se, bem ou mal, as forças produtivas, e esse desenvolvimento, embora lentíssimo, é que constitui a força motriz das transformações operadas que atingem o meio social (...). Não é que a estrada e o caminhão espantem o canaço eino. A estrada e o caminhão trazem para a cidade o canaço eino de amanhã".⁽⁷⁵⁾

E, portanto, de dentro do movimento de mudanças que se opera o declínio do canaço. O surto urbano-industrial do Sudeste atraindo imigrantes nordestinos, o relativo desenvolvi

(74) Cf. José Américo de Almeida, *A Paraíba e seus problemas*, pp. 560/561.

(75) Rui Facó, op. cit., p. 35.

mento de cidades nordestinas, o avanço das forças produtivas que, também, como já referimos ⁽⁷⁶⁾, atingia a Paraíba, foram os fatores decisivos para sua metamorfose em violência urbana sem mudar, em essência, o seu caráter coronelístico e oligarquico. Neste sentido, as obras contra as secas já eram uma de corrência desse processo de mudanças e continuaram seguindo nessa mesma direção.

O clima de euforia proporcionado pelas obras contra as secas do governo Epitácio Pessoa forneceu ao trabalhador rural do Nordeste a ilusão de progresso. Trabalhava entusiasticamente, não obstante os insignificantes salários e as péssimas condições de alojamento, pensando em proximamente usufruir dos frutos da redenção da terra.

"Esse entusiasmo era o misticismo da própria salvação na salvação da terra". (77)

Assim, punham toda a confiança na eficiência das obras, cumprindo rigorosamente as ordens dos técnicos estrangeiros. As estradas de rodagem, os caminhões, os automóveis e a luz elétrica, incutiram no nordestino uma nova e ilusória concepção de vida. Por isso, ao

"Invés de levantar os braços para o infinito os trabalhadores sertanejos tinham-nos revolvendo a terra doente, sanando-a com a ferramenta do trabalho, adorando nas horas de descanso as máquinas salvadoras e tendo confiança nas próprias e neraias combativas. (...)

O padre Cícero, outrora tão influente no espírito místico das populações, vendêra muito de seu pres

(76) Ver item anterior.

(77) Orris Barbosa, op. cit., p. 21.

*tião fascinante de thaumaturgo em frente da me-
chanica e da eletricidade, criadoras de novas fon-
tes de proGRESSO e de uma outra attitude moral em
face da realidade". (78)*

Contudo, findos os três anos de agitação, quase febris, suspensas as obras em 1922 pelo presidente Bernardes, os tra-
balhadores ficaram desempregados e sem a mínima perspectiva
de dias melhores. Como diz Orris Barbosa

"...a avalanche de prosperidade passou deixando
uma profunda marca de inquietação no espírito do
povo nordestino, que se viu mais pobre do que an-
tes das obras dispersamente encetadas (...)
(...) E que o progresso esboçado e sem utiliza-
ção prática é peior do que o primitivismo dos
meios de vida, pois cria nas massas necessidades
que não se satisfazem". (79)

Criava-se, assim, no Nordeste, um contingente de desem-
pregados transformados pelo Estado em proletários que emigra-
vam para as cidades, cuja frágil estrutura industrial deixa-
va-os à margem das mudanças.

É sobeiamente conhecido que os frutos das obras contra
as secas foram colhidos pelos "coronéis" e oligarcas do campo
e, agora, também, das cidades. As massas trabalhadoras do cam-
po em nada se beneficiaram com essas mudanças. A acudagem, sem
nenhuma função irrigatória, beneficiava, apenas, os latifun-
diários. A este respeito, são bastante ilustrativas as opi-
niões de um trabalhador rural, a seguir transcritas. (80)

(78) idem, ibidem, pp. 22 e 24.

(79) idem, ibidem, p. 24.

(80) Trata-se de trechos de Virgínius de Gama e Melo, Tempo de vingança. O enfoque central desta obra são os acontecimentos
da Paraíba após a morte de João Pessoa, apresentados através de per-
sonagens fictícios, que ocupam o lugar dos reais. A ques-
tão social está presente na conversa entre o padre João
e o sertaneio Teobaldo, de onde transcrevemos os textos citados.

"Aquele ãou parada, morta, do acudão, ficou para o novo, assim com jeito de canela, guardando mistério de muito poder. Pacamento de necado, com certeza, esse sofrimento maior - a terra seca, com aquele marzão bem dentro, sem ninuêm aproveitar (...) ãoua de benefício são mesmo caída do céu, que não distinguia lugar nem gente, caía em toda parte, que tudo é do mesmo barro, iã se diz nas escrituras.

O que se via de muito tempo era que, em miseria tanta a riqueza do coronel aumentava. Mesmo antes do acudão. Até a seca favorecia o homem. Nessa ênoca ele encolia as criações miúdas, os fins de necado que o cadão dele aproveitava. O novo se ia deixando as casas e as terras de benfeitória. Muita vez fiquei imaginando que terra também tinha preferência - ao coronel dava tudo, a nós não dava nada ..."(81)

Em que pese o misticismo do desabafo, o seu conteúdo social é muito revelador da hipertrofia porque passara o poder dos "coronéis" com as mudanças em questão.

Também o trecho seguinte mostra como os "coronéis" monopolizaram as terras em função da pecuária e em detrimento das culturas de subsistência:

"Tempo houve também em que o coronel descobriu uma plantinha enracada, umas folhas largas, assim da grossura de um dedo, plantinha que não precisava de ãoua. Essa tal servia para comida do gado, tinha caldo muito e doce, além da carne macia. Nunca mais que o coronel plantou milho ou keijão; da mandioca são ficou a lembrança. A terra toda foi enchendo de comida pros bichos, de palma santa para o gado, tancendo para bonce a comida de gente,

(81) idem, *ibidem*, p. 44.

o milho, a feijão, a mandioca, que é boa para o cristão.

Gado cabdo e gente macra, gente que só servia mesmo para preencher a comida dos bichos..." (82)

É lapidar essa lamúria camponesa, sem ódio de classe mas prenhe de indicadores de um processo ininterrupto de ex pan são do capitalismo no campo que não teria mais paradeiro.

Outro aspecto interessante refere-se às medidas do gover no para conter o surto migratório para o Sudeste, que estava causando escassez de mão-de-obra no campo. Com as cores plás ticas da ficção, Virgínius da Sama e Melo assim pinta aquela **Trágica aquarela:**

"Baixaram as ordens e o delegado começou a pre nder, nos caminhões viajantes, cho len e passa cei ra. Era uma prisão que nós não conhecíamos antes. Ter na prender gente, só se tinha visto se fosse de lun ta. Ac ora a terra estava prendendo os vivos. Não se podia sair que o governo não deixava (...). E, à força, ou de vontade mesmo, o novo foi f ic c ando e enchendo aque le m un do: enchendo de no cei ra que a enxada levantava, enchendo de nobreza que, comida e trabalho, mal rendido, não dava de feito nenhum..." (83)

O poder do coronelismo enchia, assim, o cotidiano do homem do novo com uma atmosfera de terras. Entretanto, o sur to imigratório não foi contido. Celso Mariz afirma que na Pa ra íba ele foi intenso, que grande número de famílias foram atra ídas pela lavoura paulista e que as nossas safras de algodão só foram apuradas graças ao trabalho de

(82) idem, *ibidem*, pp. 44 e 45.

(83) idem, *ibidem*, p. 45.

"todas as mulheres camponesas e até as crianças (...) mobilizadas para a colheita". (84)

Por conseguinte, o avanço das forças produtivas, concentrando capitais no Sudeste, enfraquecia os movimentos sociais rurais do Nordeste, demonstrando, assim, o seu caráter ainda conjuntural e transitório. Romeiros e jagunços são, progressivamente, substituídos pelos "paus-de-arara". O aprofundamento da divisão nacional do trabalho impunha a Paraíba, e ao Nordeste em geral, a função de fornecedora de mão-de-obra barata para custear o desenvolvimento capitalista do Sudeste substituindo desta forma, os imigrantes europeus mais esclarecidos e, portanto, menos dóceis à exploração do capital industrial. Não obstante, a nossa estrutura econômico-social não era afetada e o poder dos "coronéis" e das oligarquias continuava se fortalecendo. Muitos trabalhadores ainda permaneciam presos às relações não capitalistas de produção e, quando se fazia necessário, lançava-se mão do contingente de reserva de mulheres e crianças. A luta de classes e os movimentos sociais, em geral, ocorridos, no Nordeste, e na Paraíba, em particular, nesta fase, contribuiu decisivamente para as mudanças econômicas que descrevemos. O coronelismo e oligarquismo demonstraram ter "fôlego de gato". As mudanças quantitativas operadas foram perfeitamente integradas às novas formas de dominação que os "coronéis" conseguiram constituir. A mudança assumiu o caráter de metamorfose e os "coronéis" e as oligarquias mudaram apenas de roupa. Em essência, antes mesmo de morrer, o milagre da ressurreição se operou. À IFOCS cabe o mérito dessa tragédia.

(84) Celso Mariz, op. cit., p. 66.

2.3-AUGE DO CORONELISMO E DA DOMINAÇÃO OLIGÁRQUICA

A estrutura de poder na Paraíba durante a Primeira República constitui significativo exemplo do movimento de redefinição do mandonismo local e do auge da política oligárquica, no bojo do processo de reestruturação do espaço nordestino. Todavia as peculiaridades da produção econômica na Paraíba plasmaram um movimento próprio que direcionou a composição de suas oligarquias e seu posicionamento na hierarquia do poder. (85)

Vimos, no início deste capítulo, que o algodão, a partir de 1865, já predominava na pauta das exportações da Paraíba. Tal fato, permitiu o fortalecimento dos "coronéis" do Sertão e Agreste que são estimulados a associar à atividade pastoril a cultura, o beneficiamento e o comércio do algodão. Destarte, o dinamismo da cotonicultura favoreceu a divisão do trabalho campo-cidade redundando em relativo processo de urbanização, redefinição dos polos de comércio e da oligarquia agropastoril. As novas cidades-polo passam a ser aquelas que concentram o beneficiamento e comércio do algodão. Neste sentido, como já salientamos, destaca-se Campina Grande favorecida também pela sua posição geográfica de cidade contacto e pelo caráter da estrutura agrária do Agreste. Neste contexto, as oligarquias locais assumiram posição privilegiada junto ao poder estadual, alcançando a cargos de representação política dire

(85) A este respeito ver o Capítulo I, itens 2 e 4 e o início deste Capítulo.

ta. (86) Ao mesmo tempo, o próprio dinamismo econômico estimu-
lou as contradições inter-oligárquicas que se refletiram no
plano político em acirradas disputas entre a facção situacio-
nista e oposicionista. (87)

* A conjuntura favorável, proporcionada pela I Guerra

(86) A trajetória político-financeira de Christiano Lauritzen é, no nosso entender, a expressão mais acabada do di-
namismo da economia açucareira, do posicionamento de Cam-
pina Grande como polo comercial atraindo forasteiros em
busca de enriquecimento e da especificidade de sua estru-
tura oligárquica. Dinamarquês, de origem humilde, simples
mascate de ióias, ascendeu à posição de grande comercian-
te e político mais influente da cidade. Na condição de
denro do mais rico comerciante e chefe político da oli-
garquia venancista local, facilmente galgou cargos de
representação política e, a partir de 1894, com a morte
do sogro, assumiu a chefia do Partido Autonomista (venan-
cista). Mais tarde, nomeado prefeito do município por Al-
varo Machado, cargo que ocupou durante dezenove anos con-
secutivos (segundo Elódio de Almeida), aderiu ao Parti-
do Republicano (alvarista). Foi um dos estímulos da conso-
lidação do elitismo. Estas informações fundamentam-se
em: William Tejo, **Política Campinense na república velha**
in *Gazeta Ilustrada*, 25/09/1983; José Joffily, **Porto Po-
lítico**, Elódio de Almeida, **História de Campina Grande**
e Enaminondas Câmara, **Datas campinenses**.

(87) Vale salientar que situacionistas e oposicionistas cons-
tituem, ambos, segmentos da classe dominante representa-
das por sua oligarquias, separadas apenas pela captura
ou não do aparelho de Estado.
A facção oposicionista em Campina Grande era constituí-
da por grandes fazendeiros, comerciantes e beneficiado-
res de algodão que tiveram como líderes o coronel João
Lourenço Porto, Afonso Campos, o coronel Salvino Figuei-
redo e mais tarde, Acácio Figueiredo. Levando-se em con-
sideração os obstáculos impostos às oposições pela "po-
lítica dos governadores" pode-se considerar que as oli-
garquias da oposição em Campina Grande tinham realmente pa-
so político, não obstante o poder de veto estar nas mãos
dos situacionistas. Durante a Primeira República, circu-
laram dois jornais oposicionistas em Campina Grande: **A**
GAZETA DO SERTÃO E A PAZÃO. As disputas inter-oligárqui-
cas, objetivando simplesmente a troca da fração dirigen-
te, eram violentas. Para que o elitismo tivesse vitó-
ria nas eleições de 1915, Christiano Lauritzen (chefe
situacionista) e seus correligionários fizeram por onde
anular o pleito que indicava a vitória dos oposicionis-
tas. Cf. William Tejo, **O pastoril da política de Campi-
na Grande e "A PAZÃO"**, um jornal danado de brabo in *Ga-
zeta Ilustrada*, 12/02/1984 e 03/07 e 14/09/1983.

consolidou o poderio das velhas oligarquias⁽⁸⁸⁾ e enseiou a emergência de novas frações oligárquicas, ligadas à expansão do comércio, especulação e atividades industriais. Vale salientar, no entanto, que as bases da estrutura de poder permanecem essencialmente rurais, montadas na propriedade da terra e na dominação exercida pelos "coronéis" do algodão - pecuária e do açúcar e na representação política de suas respectivas oligarquias, como se pode constatar no Quadro III.

Não obstante a modesta posição da oligarquia açucareira paraibana, no quadro geral do Nordeste, do ponto de vista interno, ela mantém expressiva liderança política e participação efetiva nos cargos de representação política direta, salientando-se, na chefia do poder executivo do Estado, conforme demonstra o Quadro III. O surto exportador da década de vinte e o processo de modernização da indústria açucareira deu-lhe

(88) O coronel José Pereira, considerado o maior chefe político do sertão paraibano é a figura mais representativa da consolidação da oligarquia pecuária sertaneja, face ao incremento da economia algodoeira. Chefe político de Princesa exerceu o cargo de deputado estadual no período de 1916-1919, mediante a vitória dos elitistas na campanha de 1915, na qual foi um dos maiores responsáveis pelo êxito alcançado. Atuou intensamente junto aos presidentes Solon de Lucena e João Suassuna (juntamente a este combateu candacairos e perseguiu a Coluna Prestes), conquistando maior prestígio, porém, sempre obediente à autoridade do chefe supremo Epitácio Pessoa que lhe dedicava grande consideração. Seu prestígio, na realidade, foi fundado na própria estrutura de dominação do espaço sertanejo, onde aliava habilmente, o mandonismo e um certo Populismo, conseguindo, assim, contar com a simpatia e o apoio dos seus subordinados. Além de produtor de algodão e pecuarista, tornou-se comerciante, mantendo frequentes ligações com exportadores de Recife, relações estas facilitadas pela situação limítrofe do seu município com Pernambuco. Com uma base de poder tão bem edificada pode arrematar um contingente armado de 2000 homens para enfrentar a força pública que lhe contrapunha João Pessoa. Estas considerações se apoiam em: Inês Caminha Lopes Rodrigues, *A revolta de Princesa*; José Américo de Almeida, *10 anos do négo*; Joaquim Inojós, *República de Princesa*; Delmiro Pereira de Andrade, *Evolução histórica da Paraíba* e José Octávio, *A revolução estatizada*.

ANTECEDENTES ECONÔMICOS FAMILIARES DA FRAÇÃO DOMINANTE DA ELITE
POLÍTICA PARAIBANA (1889-1930)

ANTECEDENTES OCUPACIONAIS DOS PAIS	SENADORES		DEPUTADOS FEDERAIS		GOVERNADORES	
	Quant.	%	Quant.	%	Quantidade	%
1. Senhor de engenho	2	18.2	3	11.5	2	20.0
2. Senhor de engenho que per- deu sua posição	0	-	2	7.6	1	10.0
3. Proprietário de terra rico	0	-	2	7.6	1	10.0
4. Proprietário de terra rico perdeu sua posição	1	9.1	2	7.6	0	-
5. Fazendeiro - sem mais in- formação	0	-	5	19.2	0	-
6. Modesto fazendeiro	0	-	2	7.6	0	-
7. Médico e fazendeiro	0	-	1	3.8	0	-
8. Rico comerciante	4	36.3	1	3.8	2	20.0
9. Comerciante - sem mais in- formação	1	9.1	1	3.8	1	10.0
10. Proprietário da Fábrica	0	-	1	3.8	0	-
11. Servidor Público	2	18.2	1	3.8	2	20.0
12. Padre	0	-	1	3.8	0	-
13. Professor	1	9.1	1	3.8	1	10.0
14. Proprietário de escola	0	-	1	3.8	0	-
15. "Família da terra"-Única informação	0	-	1	3.8	0	-
16. Barbeiro ("família da terra")	0	-	1	3.8	0	-
TOTAL	11	100.0	26	100.0	10	100.0

FONTE: Linda Lewin, "Político: and parentela in Paraíba - A Case Study of oligarchy in Brazil in Old República", Colúmbia University, 1975, Table 5.23, p. 291, tradução de Joanildo Albuquerque Bu-
rity

novo alento. O número de senhores de engenho aumentou consideravelmente - sobretudo no Brejo, face a substituição do café pela cana - e a mercêcia de usineiros, contribuiu para a reabilitação econômico-financeira desta oligarquia.

O algodão foi, a um só tempo, elemento mais dinâmico e o maior beneficiário do incremento econômico-comercial da década de vinte. A especulação desenfreada de seus preços enriqueceu pequenos comerciantes. A ampliação da divisão técnica do trabalho com o emprego de novos maquinismos de prensagem e beneficiamento do produto acarretando a implantação de grandes usinas, o impulso da indústria têxtil, as maiores facilidades de crédito (criação das Caixas Rurais, Banco da Paraíba, Agência do Banco do Brasil em Campina Grande e o Banco Auxiliar do Povo, também nesta cidade)⁽⁸⁹⁾ e os incentivos governamentais viabilizaram o crescimento e a diversificação da economia algodoeira, em segmentos distintos. Entretanto o processo produtivo no campo permanece fundamentado nas relações de produção tradicionais ("moradores", posseiros, etc.) subordinadas à dominação direta dos "coronéis". A maioria dos comerciantes e/ou beneficiadores do algodão eram também fazendeiros, de onde pode-se inferir a inconsistência da tese que procura explicar as disputas inter-oligárquicas como produto do choque de interesses rurais x urbanos. Entendemos que na formação econômico-social da Paraíba na Primeira República não há, prática

(89) O Banco da Paraíba fundado em 1923, a agência do Banco do Brasil em Campina Grande, no mesmo ano e o Banco Auxiliar do Povo, em Campina Grande, em 1925. É sintomática a proliferação de empresas de beneficiamento de algodão, fábricas e outras empresas durante os anos vinte em Campina Grande. A este respeito, consultar Epaminondas, Câmara, op. cit.

camente, diferenças entre o rural e o urbano. Já vimos anteriormente que as cidades paraibanas, nesta fase, têm seu crescimento ligado às atividades complementares da zona rural, beneficiando e comercializando os produtos agrícolas. A classe dominante que nelas reside, exercendo estas atividades e ocupando cargos de representação política, tem o foco de sua dominação nas fazendas ou nos engenhos, através da estrutura coronelística.

Assim, não obstante a economia algodoeira haver proporcionado a criação de vários ramos de atividade, não aprofundou a divisão social do trabalho a ponto de promover a separação completa entre agricultura e indústria. Esta, muito incipiente ocupa um reduzido contingente de trabalhadores, não tem condições de absorver a massa que emigra do campo. Por outro lado, a população rural permanece submetida a formas de trabalho baseadas nas relações pessoais de dominação e dependência, contando com acesso à terra que lhe assegura a subsistência, completando com a produção artesanal suas necessidades mais prementes. Destarte, as condições de trabalho a que estão submetidos a massa rural concomitantemente favorece a dominação dos "coronéis" pelos laços de dependência pessoal, garante o baixo preço do produto e os lucros do fazendeiro. Consequentemente, o não aprofundamento da divisão social do trabalho não transformou os produtores em proletários nem os latifundiários em capitalistas. (90) Reproduz-se assim a estrutura de produção e dominação fundada na economia agro-exportadora e nos mecanismos coronelísticos. As diversas frações da classe dominante encontram-se mais diversificadas, sem, no entanto, se defrontarem com interesses opostos. Seus conflitos

(90) Consultar V. I. Lenin, *El desarrollo del capitalismo en Rusia*.

se fundamentam na competição pelo controle de terras e mercados, conflitos estes que foram acirrados face à expansão da demanda externa do algodão e às maiores oportunidades de acumulação de rendas. Monopolizando os meios de produção e a máquina estatal, a elite política da Paraíba, portanto, estava unida no controle da massa trabalhadora através das relações de dominação direta: circunscrevendo, assim, o conflito político às diversas facções oligárquicas. A configuração da oligarquia paraibana é definida por Linda Lewin como:

"... uma coligação facilmente identificável de umas três dúzias de famílias extensivas ou parentelas, que exerciam um monopólio sobre a terra, os mercados, o trabalho e outros recursos numa economia de extrema escassez. Seu sistema político, de redes baseadas em parentesco, informalmente definido, dependia economicamente, em grande parte, do seu domínio da produção e do mercado do algodão. A competição para adquirir o controle de terras e de mercados, conseqüentemente, desencadeou a base do conflito entre as principais famílias". (91)

As parentelas disputavam entre si o controle da política dos municípios, destacando-se comumente uma delas que monopolizava o poder de empreguismo e os cargos burocráticos. Alguns exemplos da Paraíba, no período que ora tratamos, eram: os Dantas - de Teixeira, os Suassuna - de Catolé do Rocha, os Cunha Lima - de Areia, os Pessoa - em Umbuzeiro, os Sátiro - em Patos, etc. As lutas entre famílias foram uma constante na

(91) Linda Lewin, **Alcunas implicações históricas da organização de parentesco para a política baseada na família no nordeste brasileiro**, tradução de Clélia Maria Martins Pereira, p. 7.

Paraíba durante a Primeira República. A corrupção e a violência caracterizavam as lutas entre a oligarquia situacionista e oposicionista nos municípios. Era comum "coronéis" mandarem seus "cabras" emboscar e adredir elementos adversários, quando não se articulavam com bandos de cangaceiros para maior eficiência do "serviço". A situação ideal era ser governista, o que dava carta branca a parentela no poder do município, permitindo-lhe manobrar o aparelho administrativo burocrático, militar, a justiça e a autoridade eclesiástica.

A conquista da administração do município corresponde ao corolário do poderio da oligarquia mais prestigiada localmente. O poder executivo municipal era constituído por nomeação do governador do Estado. Assim, a oligarquia dirigente do município ficava atrelada ao compromisso de apoio incondicional ao executivo estadual e este, em contrapartida, dava-lhe plena liberdade de atuação. Argemiro Figueiredo, em 1931, no memorial a respeito da organização municipal da Paraíba, sugeria que a revolução instituisse a eleição para prefeitos municipais, alegando que

"O prefeito por nomeação é um fructo da oligarchia e do despotismo". (92)

Os prefeitos geralmente eram os "coronéis" mais influentes no município, ou pessoas por eles indicadas que lhes obedeciam cegamente e permaneciam indefinidamente no cargo, mesmo comprovadamente corruptos. (93) Os maiores abusos de poder pratica

(92) Argemiro Figueiredo, Tese vigésima quinta in **Problemas e necessidades da Paraíba**, p. 129.

(93) A este respeito José Octávio registra os casos de Patos e Pombal, no primeiro, representante do coronel Pedro Firmino dominou treze anos consecutivos e no segundo, São Cavalcanti ainda governava em 1929, apesar de haver sido acusado de irregularidades desde 1923. Cf. José Octávio, *op. cit.*

dos pelos prefeitos ocorriam por ocasião das eleições que eram totalmente manipuladas. No trabalho acima referido, Ardemiro Figueiredo salienta que os prefeitos utilizavam os cofres mu
nicinais, a polícia, enfim tudo que estivesse ao seu alcance para impor a vitória de seus candidatos. (94)

Outro episódio significativo do nível da disputa pelo poder entre as oligarquias da Paraíba foi o resultado do pleito para a sucessão do governador Gama e Melo e renovação da As
sembléia, ocasião em que dois executivos e duas câmaras fora
m eleitos e empossados. A situação foi definida pela presid
ência da República que, de acordo com o critério da "política
dos governadores", que favorecia o grupo situacionista, reco
ncebeu os eleitos pelo Partido Republicano. (95)

Destarte, os compromissos mútuos entre os situacionistas, das diversas esferas do poder, institucionalizados na "política dos governadores" realmente funcionavam. Caso fosse
m eleitos elementos do partido da oposição, a comissão de reco
ncehecimento se encarregava da "degola", eliminando a possibil
idade de que estes assumissem os cargos.

A batalha eleitoral era iniciada muito antes do pleito. Durante o alistamento, cada facção procurava recrutar maior

(94) Em Campina Grande, Christiano Lauritzen, que ocupou o poder executivo por dezenove anos consecutivos, dissolveu o Conselho Municipal porque a oposição havia obtido a maioria das vagas. Para isso, conseguiu que o governador João Machado alterasse os limites do município como pretexto para anular a eleição. Consultar Elpidio de Almeida, História de Campina Grande e William Tejo, Política campinense na república velha in Gazeta Ilustrada, 02/10/1983. O autor esclarece que, na referida eleição, a oposição elegeu 6 dos 9 candidatos.

(95) Sobre este fato, consultar Celso Mariz, Apanhados históricos da Paraíba e Apolônio Nóbrega, História republicana da Paraíba.

número de eleitores, recorrendo, inclusive, ao alistamento clandestino. (96)

Na escala hierárquica dos chefes políticos, aqueles cujo prestígio abrangia a esfera do poder central eram obedecidos plenamente pelos chefes subalternos, ou seja, por aqueles prestigiados apenas na esfera do poder estadual e/ou municipal. Na Paraíba, o chefe político de maior prestígio na Primeira República foi, indubitavelmente, Epitácio Pessoa. A respeito da submissão dos chefes políticos a Epitácio são bastante ilustrativas as "orientações" que este envia ao governador João Suassuna acerca da formação da chapa para a Assembléia. Após designar os nomes que deveriam compor a chapa e relacionar os princípios que norteiam sua escolha, Epitácio Pessoa objetiva

*"alargar o princípio renovação para atender ius
tas aspirações outros amigos".*

Logo em seguida, afirma

"Quanto menor for número exclusões, tanto mais combinação tenderá caráter político para assumir eleição pessoal, daí adotar reeleição como regra e aumentar as excessões".

Quanto à indicação de João Pessoa, para a sucessão de Suassuna, justifica sua escolha, dizendo não ter nenhuma aspiração política e, declarando isenção pessoal, conclui:

(96) Em 1920, o jornal da facção oposicionista de Campina Grande, A PAZÃO denunciava que os governistas haviam levado o livro de alistamento para a casa de um correligionário, onde se fazia o alistamento clandestino. Cf. William Tejo, "A PAZÃO" - Um jornal demado de brabo, in Gazeta Ilustrada, 28/08/1983.

*"É sem dúvida por estar convencido desta minha i
sencão que o senhor declara sô ter candidato se
eu não o tiver".* (97)

A palavra do chefe não podia ser contestada, daí ter Suassu
na encampado a candidatura João Pessoa, apesar de preferir o
seu chefe de polícia Júlio Lira. Delmiro Pereira de Andrade,
comentando a atitude de Suassuna, mostra as razões do seu com
portamento:

*"Soldado disciplinado e coerente com seus princí
pios concluiu que cumprir fielmente o programa
do seu partido político e prestar obediência ao
seu chefe e amigo seria melhor que discutir."* (98)

Além dos cargos públicos, outro privilégio bastante dis
putado pelas oligarquias era a condição de contratantes na cons
trução de estradas, escolas e demais obras para as quais as
verbas governamentais eram fartas, principalmente nas obras
contra as secas. Através dos contratos firmados sob a influ
ência dos oligarcas mais influentes, os "coronéis" ou seus cor
religionários, recebiam comissões de 10 a 15% sobre o total
dispendido e tinham oportunidade de distribuir benesses com
os amigos fornecedores de materiais e ampliar sua clientela,
distribuindo empregos. As obras se prolongavam por tempo inde
terminado, consumiam enormes somas de dinheiro público e mui
tas vezes eram fictícias ou totalmente inviáveis. Entre os a
cúdes das secas, muitos simplesmente não existiam, e o traçado
das estradas tinha como critério o maior dispêndio de recursos.

(97) Epitácio Pessoa, Na política da Paraíba (2.^a fase 1912-
35), correspondência enviada a João Suassuna, pp. 358 e 360.

(98) Delmiro Pereira de Andrade, op. cit., p. 222.

Além disto, os contratantes auferiam lucro também explorando os trabalhadores das obras. Estes, não raro, recebiam seus insignificantes salários através de vales a serem trocados por mercadorias a preços exorbitantes nos "barracões" dos "coronéis" contratantes. (99)

Assim, desenvolveu-se a "indústria da seca", realimentando as oligarquias nela expansão de seu patrimônio financeiro e das suas prerrogativas de poder. Exemplo significativo da irracionalidade de obras públicas sob efeito da influência clientelística é o caso da construção do porto da capital. A pretexto de por fim ao desvio do comércio da Paraíba por Pernambuco, a Associação Comercial da capital pleiteou a Eutácio Pessoa, então presidente da República, a construção de um porto internacional no Sanhauã, apesar de técnicos no assunto haverem mostrado, desde os fins do século XIX, as inconveniências deste local e aconselhado sua construção em Cabedelo. (100) Todavia, Eutácio, atendendo o pedido dos comerciantes da capital, conseguiu empréstimos em Londres e Nova York para a construção do porto no Sanhauã e para as obras contra as secas. Na mesma oportunidade, firmou contrato com três empreiteiras (2 inglesas e 1 americana) para assumir as obras.

Quanto aos interesses que motivaram a realização desta obra tecnicamente desaconselhada, José Joffily afirma:

"Esclareça-se que 'a irresistível pressão do comércio paraibano' era exercida, por coincidência,

(99) Estas colocações baseiam-se em José Joffily, **Porto político**, n. 24 e José Octávio, **Revolução estatizada**, p.266.

(100) Desde 1864, André Rebouças declarava a excelência do porto de Cabedelo, e, em 1898, o engenheiro Retumba argumentou sobre a inviabilidade do cais da capital para um empreendimento de tamanho porte. Consulte José Joffily, **Porto político**.

pelos principais fornecedores de material de construção, os agentes da companhia de vapores, além dos interessados nas desapropriações de imóveis exigidas para a abertura de 'largas avenidas' de acesso ao 'incomparável' porto do Varadouro. Eis alguns deles: Souza Campos & Cia. Ltda., 'Painha da Moda' (Avelino Cunha), F. H. Verhaara & Cia., Manoel Londres, Alfredo Atayde". (101)

Depois de grande desperdício de dinheiro público gasto perdulariamente, locupletando as empreiteiras e setores das oligarquias locais, as obras do porto foram abandonadas, restando apenas quatro estacas de concreto armado

"... semi-submersas que por vezes repontam no Sa nhauã, além de uma velha draga desativada pela ferrugem. Ferro e cimento naturalmente exportados pelos ingleses..." (102)

O epitacismo corresponde ao apogeu da ordem oligárquica na Paraíba. O ano de 1915 marca sua efetiva consolidação, ocasião em que sua vitória eleitoral consubstanciou o poderio da facção do Partido Republicano Conservador da Paraíba chefiada por Epitácio. Todavia, a trajetória política de Epitácio Pessoa remonta à fase inicial do governo republicano na Paraíba e se confunde com os arranjos e remanejamentos das suas oligarquias dirigentes. Por isso, julgamos pertinente fazermos uma digressão sobre as coligações partidárias que antecederam e viabilizaram a consolidação do epitacismo.

De acordo com a periodização constante no Quadro IV, va

(101) Idem, ibidem, pp 35/36.

(102) Idem, ibidem, pp 38/39. A respeito da reação de Epitácio perante a falência da obra, Joffily mostra que ele reconheceu o desperdício das verbas, julgando-se traído e assegurando que jamais voltaria à Paraíba, como de fato aconteceu.

mos resumir como se processa a formação do alvarismo-venancismo e as condições da transição para o elitismo. Conforme se pode observar no quadro acima indicado, a nomenclatura dos partidos está associada à coligação de parentelas sob a liderança de um chefe político de maior destaque, tal é a identificação entre partido e chefia. Neste sentido, a figura do chefe personifica o partido.

O primeiro presidente⁽¹⁰³⁾ republicano da Paraíba (Quadro V) era reconhecidamente monarquista, mas não militara em política até então. Sua nomeação deveu-se à indicação de seus irmãos generais que tinham prestígio junto a Deodoro.

A crise do governo Deodoro e a ascensão de Floriano repercutiu na Paraíba com a queda de Venâncio Meiva que, não obstante seu curto mandato, teve tempo de utilizar a máquina do Estado preenchendo os cargos mais importantes e rentáveis com seus familiares.⁽¹⁰⁴⁾ Epitácio Pessoa foi seu Secretário Geral de Estado.⁽¹⁰⁵⁾

Alvaro Machado⁽¹⁰⁶⁾ foi nomeado por Floriano e iniciou

(103) Convém não esquecer que na Primeira República utilizava-se a denominação de presidente também para o chefe do executivo estadual.

(104) Consultar Senador Coelho Lisboa, **Oligarquias, secas do norte e clericalismo**, in Edgard Carone, **A primeira república**, pp. 90-93. e **A república velha**, pp. 283.284.

(105) Epitácio Pessoa, depois disto, ocupou os seguintes cargos: deputado e senador federal, ministro da Justiça e do Supremo Tribunal, procurador geral da República, embaixador do Brasil no Congresso de Paz de Versailles, juiz da Suprema Corte Internacional de Haia e presidente da República.

(106) Alvaro Machado era major do exército quando foi nomeado para presidente da Paraíba por indicação de um tio. A descrição contida neste parágrafo e nos subsequentes baseiam-se em Celso Mariz e Apolônio Nóbrega, **ops. cit.**

QUADRO IV
COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS DAS PRINCIPAIS PARENTELAS NA PARAÍBA
 (1892-1915)

I. 1892-1908

<p>A Coligação Dominante Partido Republicano da Paraíba (Alvaristas) Machado/Milanez/Santos Leal Almeida Costa Ramos Sousa Campos Porto Leite Nóbrega St^a Cruz de Oliveira Dantas Corrêia de Góis Meira Henriques Silva Mariz Lôbo Maia de Vasconcelos</p>	<p>A oposição Partido Automomista (Venancistas) Neiva/Figueirêdo/Pessoa Lucena Cavalcanti de Albuquerque Lauritzen Montenegro Pereira Cunha Lima Agripino Maia Arruda Câmara Carvalho Nóbrega Melo Cavalcanti Bezerra Cavalcanti</p>
---	--

II. 1908-1912

<p>A Coligação Dominante Partido Republicano Conservador da Paraíba (Alvaristas e Venancistas) Machado/Milanez/Santos Leal Neiva/Figueirêdo/Pessoa Almeida Leite Silva Mariz Montenegro Bezerra Cavalcanti Lucena Nóbrega Pereira Agripino Maia</p>	<p>A oposição Partido Democrático (Dissidentes e velhos liberais inconformados) Sousa Campos Porto Lôbo Maia de Vasconcelos St^a Cruz de Oliveira Dantas Corrêia de Góis Costa Villar Dantas Saldanha Queiroga Lima Mindêlo Lima Filho</p>
--	--

QUADRO IV - Cont.

 III. 1912-1915

Transição do domínio Alvarista para o Epitacista

IV . 1915

A Coligação Dominante	A Oposição
Partido Republicano Conser <u>v</u> vador Paraibano	Partido Republicano Conservador da Paraíba
(Epitacistas)	(Valfredistas)
Neiva/Figueirêdo/Pessoa/ Lucena	Santos Leal/Machado/Milanez
Cavalcanti de Albuquerque/ Lauritzen	Almeida Leite
Bezerra Cavalcanti	Silva Mariz
Suassuna	Dantas Corrêia de Góis
Agripino Maia	Nóbrega/Carvalho
Queiroga M'	Sousa Campos
Montenegro	Agra/Porto
Pereira	
Cunha Lima	
Holanda/Soares	

FONTES: Linda Lewin, "Political and parentela in Paraíba - A case study of oligarchy in Brazil in ~~1915~~ República", Columbia University, 1975, Table 3.2, pp. 134-35, Tradução de Joaquin do Albuquerque Burity, Inês Caminha, República Velha e Oligarquias na Paraíba in Paraíba - Conquista, Patrimônio e Povo. Série IV Centenário, A UNIÃO Ed. 1983, pp.58.59.

QUADRO V

IDADES E LOCAIS DE NASCIMENTO DOS GOVERNADORES
DA PARAÍBA
(1889-1930)

Governador Período de Governo	Idade em que foi eleito	Geração Política ^(a)	Município de Nascimento
Venancio Neiva (1889-1891)	40	Últimas déca- das do Império	Areia
Alvaro Machado ^(b) (1892-1896) (1904-1908)	35 47	1888	Areia
Antonio Gama ^c Melo (1896-1900)	47	Últimas deca- das do Império	Capital
José Peregrino de Araújo (1900-1904)	60	Últimas déca- das do Império	Santa Luzia de Sabugi
Valfredo Leal (1904-1908)	49	1888	Areia
João Machado (1908-1912)	46	1888	Areia
João Castro Pinto (1912-1915)	49	1888	Manangapá
Antonio da Silva Pessoa (1915-1916)	52	1888	Umbuzeiro
Camilo de Holanda (1916-1920)	54	1888	Capital
Solon de Lucena (1920-1924)	43	1910	Bananeiras
João Suassuna (1924-1928) c (1924-1928)	37 37	1910	Catolé Rocha
João Pessoa (1928-1930)	40	1910	Umbuzeiro

FONTES: Linda Lewin, "Politics and parentela in Paraíba - A case study of oligarchy in Brazil in Old Republic," Columbia University, 1975, Table 4.2, pp. 177-178. Tradução de Joãoildo Albuquerque Burity.

a) As gerações políticas foram determinadas de acordo com os critérios estabelecidos no cap. V, pp. 240-44. Cf. Linda Lewin, op. cit.

b) Co-Governador com Valfredo Leal. Para efeito de médias, cada um foi contado uma vez: Álvaro em 1892 e Valfredo em 1904. idem, *ibidem*.

o predomínio da coligação oligárquica alvarista (Quadro IV) que se prolongou por 20 anos, até sua morte em 1912. Durante este período obteve dois mandatos no governo do Estado (revezando-se constantemente com seu vice o monsenhor Walfredo Leal), foi senador e, desde que assumiu a presidência do Estado, fundou o Partido Republicano da Paraíba, enfrentando a oposição do Partido Autonomista criado por Venâncio Meiva que tinha Eutácio Pessoa como seu principal aliado. Álvaro Machado demonstrou grande habilidade política, conseguindo, inclusive, cooptar antigos venancistas (Autonomistas). Estes, se desorganizam, com a dissolução do seu partido, em 1902, face seu enfraquecimento a partir da implantação da "política dos governadores" que, obviamente, fortalecia o alvarismo (PRP). Venâncio Meiva já integrado na magistratura federal afasta-se da política, enquanto que Eutácio vai conquistando crescente prestígio na esfera do poder central, o que lhe assegura a manutenção de correligionários em cargos federais, ampliando consequentemente sua liderança local.

Ao fim do governo Peregrino, alvaristas e venancistas fizeram acordos que possibilitaram a progressiva absorção dos segundos pelo alvarismo. (107)

Assim, contando com o apoio incondicional de Walfredo Leal, Álvaro Machado consegue impor a predominância do seu partido (ou seja, a sua), apesar da crise que o atinge por ocasião da sucessão de Peregrino. Por meio dos cambalachos habi-

(107) Logo que assumiu o seu segundo mandato de presidente, Álvaro cooptou os venancistas Pedro da Cunha Pedrosa, João Tavares, Christiano Lauritzen e Felix Daltro, a quem entregou as chefias dos respectivos municípios. Mais adiante, por intermédio de Cunha Pedrosa, todos os venancistas apoiavam o alvarismo.

tuais na Primeira República e ele consegue anaziquar seu parti do. Celso Mariz, assim descreve o complicado jogo utilizado para debelar as insatisfações dentro do Partido:

"entre a antipatia das ruas e a desconfiança de Álvaro, Simeão, eleito 1º vice-presidente do Estado, renunciou esse mandato por uma cadeira na Câmara. Esta cadeira foi a de Valfredo que passou a vaga de Álvaro no Senado, enquanto Álvaro, aliás, forçando a Constituição o eleia vice-presidente (1905), passando-lhe o governo e ao senado voltava (1906). Esses jogos eles resolviam entre si: depois, então, o eleitorado, ou o bico de pena, em dia certo pela lei, ratificava-lhe a vontade..."(108)

Em 1907, nova crise rebentava no Partido situacionista, resultando desta vez em sua cisão. Os dissidentes lançaram Gama e Melo como seu candidato a presidente. Todavia, foram derrotados, tendo que se conformar com o reconhecimento de três deputados, o terço que à época era concedida à oposição. Para o governo do Estado o eleito e empossado foi o irmão de Álvaro, João Lopes Machado.

O período 1912-1915 constitui a transição entre o alvarismo e o epitacismo. Com o falecimento de Álvaro, Valfredo e Epitácio assumem a chefia do então Partido Republicano Conservador. Por acordo firmado em 1911, haviam combinado que a atuação de Valfredo ficaria restrita ao plano local, enquanto Epitácio dominaria o Partido, cabendo-lhe sempre a última palavra. Quanto à sucessão de João Machado, ambos abdicam dos nomes de sua preferência (o preferido de Epitácio era seu ir

(108) Celso Mariz, *Apanhados históricos da Paraíba*, p. 192.

mão Antônio Pessoa e o de Valfredo era ele mesmo) e indicam Castro Pinto como candidato de conciliação.⁽¹⁰⁹⁾ Além disto, acertaram providências no sentido de esvaziar a candidatura Rego Barros que era apresentada em nome das "salvações".⁽¹¹⁰⁾

Parte do acordo de 1911 foi tornando-se inviável face ao crescimento do prestígio de Valfredo. Epitácio acha que ele está consolidando sua liderança e prejudicando-o, após usufruir de seu prestígio junto ao governo federal.⁽¹¹¹⁾

Assim, às vésperas das eleições de 1915, ocorre o rompimento entre Epitácio e Valfredo, a despeito das tentativas de conciliação dos correligionários da cunula do Partido Republicano Conservador. Em consequência, o PPC da Paraíba cindiu-se em duas facções: a epitacista e a valfredista. (Quadro IV).

(109) Epitácio evitava, assim, que Valfredo (nome já indicado por Alvaro) assumisse mais uma vez a presidência do Estado e o superasse em prestígio, contrariando, desta forma, seu plano de liderança incontestada. Consultar: Inês Caminha Lopes Rodrigues, **República velha e oligarquias na Paraíba** in **Paraíba, Conquista, Patrimônio e povo**, publicação da série IV centenário.

(110) A época da presidência do Marechal Hermes da Fonseca, o corria um movimento de desestabilização das tradicionais oligarquias de alguns Estados do Nordeste (Alagoas, Ceará, Pernambuco), cujos governos foram substituídos por militares. A oposição na Paraíba, animada por estes sucessos e declarando ter o apoio do general Dantas Barreto que alcançara a presidência de Pernambuco, promove a candidatura do Coronel Rego Barros. Vários chefes políticos locais, ressentidos com o alvarismo apóiam a campanha que culminou em luta armada. Os "coronéis" Franklin Dantas e Augusto Santa Cruz enfrentam a força pública. As lutas terminam após a intervenção de Epitácio junto a Hermes da Fonseca. Este, envia batalhões do exército contra os revoltosos e neutraliza a campanha salvacionista, abortando, assim, a candidatura Rego Barros.

(111) Sobre as acusações que Epitácio faz a Valfredo, consultar Edgard Carone in **A primeira República**, pp. 112 a 115.

da crise da República oligárquica no plano nacional, uma vez que extrapola os limites desta dissertação. Faz-se mister, no entanto, traçar o quadro geral do processo, objetivando esta belecer seus liames com a conjuntura de 1930 na Paraíba.

A crise do oligarquismo tem suas determinações implícitas na própria estrutura do regime político-econômico e nas modificações ocorridas em consonância com as necessidades políticas do capitalismo brasileiro. A dependência e a vulnerabilidade da economia agro-exportadora brasileira aos interesses do capital internacional foram agravadas, face à intervenção do Estado em prol da "valorização" do café.⁽¹¹⁶⁾ Ao mesmo tempo, os mecanismos utilizados em defesa do setor cafeeiro geraram insatisfações internas. As classes subalternas penalizadas pela "socialização das perdas" cresciam seu descontentamento enquanto que os grupos agrários, desvinculados do café, manifestavam-se contra os privilégios dos cafeicultores. A este respeito, são ilustrativas as declarações contidas no CORREIO DE CAMPINA, auto-denominado "Ordão de oposição ao P R Paulista - pró Aliança Liberal", em 1929, sobre o empréstimo de 80 mil contos que os banqueiros ingleses arranjaram para o Estado de São Paulo, criticando a atitude do governo que aduçou mais ainda

*"... a fome dos fazendeiros paulistas e sô servi
rão para salvar da ruína alguns espertalhões que*

(116) Através da política de "valorização" do café, o Estado criou mecanismos para garantir os lucros da cafeicultura através da elevação do câmbio e da estocagem do excedente da produção financiada, através de empréstimos ao capital financeiro internacional. Assim, os prejuízos da superprodução de café foram repassados aos assalariados, ao que Celso Furtado denomina a "socialização das perdas". Consultar Celso Furtado, **Formação econômica do Brasil**.

se amparam no PRP para arranjar seus negócios
 ..."(117)

O esgotamento do bloco oligárquico evidenciava-se, tam**ã**m, nas manifestações de rebeldia dos anos vinte, consubstan**ci**adas, sobretudo, no tenentismo. Apregoando a moralização po**l**ítica e a queda das oligarquias, os tenentes prescreviam me**d**idas reformistas, atra**in**do contra si medidas repressivas por parte do bloco dirigente.⁽¹¹⁸⁾ A exaustão do sistema mani**f**estava-se dentro de sua pr**óp**ria tecitura, atrav**ê**s das cisões nas oligarquias, no rompimento do pacto que legitimava o pre**d**omínio das oligarquias cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais. Oligarquias de outros Estados, sobretudo gaú**ch**as, reivindicavam maior participação no poder federal. Tratava-se, fundamen**t**almente, do esclerosamento do sistema de compromissos entre as situações dominantes estaduais e o governo federal, dese**q**uilibrando o sistema. Durante o governo Epitácio Pessoa, as dis**pu**tas inter-oligárquicas acirravam-se colocando em xeque o re**l**acionamento entre os governos estaduais e o governo federal nos moldes da "política dos governadores". Este presidente es**t**imulou a relação direta entre "coron**ê**is" e governo federal sem a intermediação das oligarquias, atrav**ê**s do programa de combate às secas, revitalizando, assim, o coronelismo. Artur Bernardes e Washington Luis mobilizaram os "coron**ê**is" do ser**t**ão, fornecendo-lhes armas e dinheiro para combater a Coluna Prestes e cangaceiros, face à ameaça que tais manifesta**ç**ões representavam para a estabilidade do sistema. Por conseguinte,

(117) CORREIO DE CAMPINA, 07/12/1929

(118) Sobre o tenentismo consultar Virgí**n**io Santa Rosa, O sentido do tenentismo; Maria Cecília Spina Forjaz, Te**n**entismo e política e Edgard Carone, O tenentismo.

o velho pacto oligárquico foi superado frente aos novos interesses e a pressão exercida por frações emergentes da classe dominante, fazendo-se necessário um novo compromisso entre as elites políticas sem, entretanto, golpear as estruturas coronelístico-oligárquicas. Diz-nos Carlos Alberto Dória que,

"Assim, ao término da década de 1920, a política das oligarquias estava irremediavelmente comprometida, evidenciando a inutilidade do sistema partidário que por mais de trinta anos servira para dar sustentação à velha república. Deste ponto de vista, a Revolução de 1930 viria a significar, para o Nordeste em especial, a consolidação de uma nova ordem, em que não seria tão necessário golpear as bases coronelísticas do velho sistema mas, sim, recobri-lo de uma nova legitimidade. Consoaravam-se, assim, as novas forças que, através da competição no próprio seio das classes dominantes, haviam atrelado seu destino à nova fase de expansão do capitalismo em nosso país."⁽¹¹⁹⁾

Na Paraíba, o esquema de dominação oligárquica, através de sucessivos arranjos, manteve relativa estabilidade durante a Primeira República, conforme já vimos anteriormente. A presença de seu maior oligarca, Epitácio Pessoa, em cargos de grande prestígio nas esferas do governo federal, proporcionou condições para esta estabilidade. Contudo, nos fins da década de vinte, a crise do sistema oligárquico atingia também nosso Estado, na medida do acirramento das disputas inter-oligárquicas frente ao retraimento dos mercados externos que representavam o centro de interesse das oligarquias locais. Concomitantemente, o agravamento do "candaco" e a passagem da Coluna

(119) Cf. Carlos Alberto Dória, *A crise do sistema oligárquico* in *Brasil história texto e consulta*, vol. 4, p. 60.

Prestes contribuíram para reforçar a articulação entre o gouverno estadual e os "coronéis" que, por sua vez, mantinham-se, também, ligados, diretamente, a Eupitácio, não obstante sua permanente ausência da Paraíba e mesmo do Brasil. Tal situaução permitia a Eupitácio não somente impor os presidentes do Estado, como também, ditar-lhes as decisões como se pode comuprovar nela a leitura de sua correspondência. Quando da indicação de seu sobrinho, João Pessoa, para a presidência do Estaudo, preteriu o nome sugerido pelo então presidente Suassuna. (120) Suas justificativas refletem as contradições do sistema oliugárquico. Ao mesmo tempo que manifestava a preocupação em não preterir velhos correligionários, alegava a necessidade de inudicar elemento estranho às contendas locais e indicava um memubro de sua família.

"Para mim, a primeira condição do candidato, hoje, sob o ponto de vista do nosso interesse interno, seria o ser de fora do Estado, não estar envolviudo diretamente na sua política e, portanto, não ter nela preferências ou prevenções de pessoas ou de grupos. Isto lhe daria isenção e autoridade bastantes para resistir a certas injunções, por cobro a uns certos abusos, selecionar e moralisar a política..." (121)

A atuação de João Pessoa aponta no sentido da construução de uma ordem racional-legal, no contexto de uma dominação tradicional. Como ministro do Supremo Tribunal Militar, havia

(120) Suassuna sugeria a candidatura de seu chefe de polícia Júlio Lira. Mas Eupitácio imupos João Pessoa e, como era de praxe, para conciliar, indicou Júlio Lira como 2º vice-presidente e deslocou Alvaro de Carvalho da Câmara para a 1.ª vice-presidência, reservando sua vaga para Suassuna. Ver Eupitácio Pessoa, *Na política da Paraíba* (2.ª fase: 1912-35).

(121) Idem, *ibidem*, p. 360.

juizado severamente os tenentes revoltosos que pretendiam destruir as oligarquias. Como presidente do Estado, empreendeu uma política de reformulação do coronelismo-oligarquismo para adequá-lo aos novos tempos. Neste sentido, concordamos com Humberto Mello quando ele afirma:

"... percebendo o caráter anacrônico da política de clientela e do mandonismo coronelesco, ele (João Pessoa) pretendeu implantar sua mentalidade no Estado, criar uma nova base de poder, firmar os alicerces de uma política renovada e renovadora que via como condição de sobrevivência de sua classe diante das novas perspectivas que se anunciavam. A administração foi o instrumento de que para isso se serviu. Longe de procurar, consciente ou inconscientemente, destruir, por destruir, o comando de sua família e de sua classe, ele queria reafirmá-lo, sobre novos fundamentos. Não queria aguardar que os novos tempos que se prenunciavam os afastassem a si e aos seus, da cena política: procurava antecipar-se, com a realização de reformas que se impunham. Nesse ponto, ele bem afinava com a conhecida frase de Antônio Carlos: "Fazemos a revolução antes que o povo a faça". "(122)

Duas linhas de ação nortearam a administração de João Pessoa: a tentativa de depurar o coronelismo, impondo-lhe a tutela governamental e o estabelecimento do centro comercial do Estado na capital- esvaziando assim, a dependência ao Recife ao mesmo tempo que promovendo a autonomia econômica da Paraíba no plano regional -, e favorecendo sua articulação direta com os mercados externos.

(122) Humberto Cavalcanti de Mello, *A administração do presidente João Pessoa* in João Pessoa, *A Paraíba e a Revolução* de 30, p. 244.

Quanto às medidas saneadoras de João Pessoa, destacaram-se: substituição das chefias municipais por outras: subordinação do fisco, da polícia e da justiça diretamente às suas ordens; eliminação do acúmulo de cargos, fazendo com que o titular optasse por um deles; desarmamento dos "coronéis"; prisão de criminosos homiziados em suas fazendas; administração direta das obras públicas, apesar de manter o tradicional sistema de empreitadas, e fiscalização - pelo governo - dos "coronéis" contratantes de obras. (123)

José Joffily, apesar de criticar o autoritarismo do presidente, reconhece que seu governo:

"... trouxe um sopro de moralização e dinamismo."

Quanto a reação das oligarquias locais a estas medidas, afirma o referido autor que

"A princípio, as oligarquias não absorveram as modificações administrativas e as medidas saneadoras do novo governo. Mas, num segundo tempo, vendo garantidas as estruturas, alguns segmentos das classes dominantes aceitaram as inovações, enquanto outros reagiam, provocando irremediável traumatismo político". (124)

Os comerciantes da capital deram total apoio as medidas administrativas de João Pessoa, sobretudo a reforma tributária, que, como veremos mais adiante, foi por eles inspirada. Além destes, alguns grupos empresariais, ligados às atividades fabris, também apoiaram o presidente, em face das medidas fis -

(123) Consultar Humberto Cavalcanti de Mello, op. cit., José Octávio, *A revolução estatizada* e José Joffily, *Revolta e revolução*.

(124) José Joffily, *Revolta e Revolução*, pp. 216-217.

cais e creditícias que lhes favoreciam.⁽¹²⁵⁾ A oligarquia algodoeira-pecuária e açucareira resistiram à política de João Pessoa, uma vez que esta atingia seus vínculos comerciais com os mercados externos. José Octávio coloca esta questão em termos de tensões entre o poder público versus poder privado defendendo a tese da atuação do Estado para promover a acumulação capitalista, frente a fragilidade dos grupos econômicos locais. Para ele, a política modernizadora de João Pessoa, apesar de concentrar-se no algodão, atingia "o velho coronelismo" algodoeiro destituindo-o de certas regalias que até então usufruíam e acrescenta que

"... a idéia de tutelar política e institucionalmente a economia paraibana perseguia João Pessoa e só será aceita pelos setores algodoeiros mais destituídos de poder econômico - vale dizer, os pequenos proprietários, comerciantes e beneficiadores do litoral, com exclusão dos grandes produtores sertanejos e exportadores campinenses articulados com o porto do Recife. Seguramente por isso João Pessoa jamais conseguirá em Campina Grande o prestígio alcançado na capital."⁽¹²⁶⁾

Discordamos do autor acima citado pela dicotomia que faz entre poder público e privado, ao justificar os conflitos entre o governo estadual e os "coronéis". Entendemos que am

(125) "Surpreendentemente, essa reforma de João Pessoa vinha beneficiar os algodoeiros paraibanos, sobretudo aqueles que tinham pequenas indústrias de fiação e prensa-gem. Aparecem, pelo menos, dois homens ricos, com vocação empresarial local, que são Lafayette Cavalcanti, em Campina Grande, entusiasta de João Pessoa, e os Veloso Borges, Manuel e Virgíneo, donos de Tibiri. Esses ficaram com João Pessoa. Agora, aqueles potentados sertanejos que preferiam vender o algodão diretamente para Pernambuco, esses, evidentemente, ficaram contra, e justamente aí é que vem a guerra de Princesa. A guerra de Princesa é consequência da guerra tributária. Tinha algodão aí dentro." Cf. Geraldo Irineu Joffily, in *João Pessoa, a Paraíba e a revolução de 30*, pp. 259-260.

(126) Ver José Octávio, *A revolução estatizada*, pp. 253-255.

bós constituem faces de uma mesma moeda, que se interpenetram e cujos interesses se confundem. Levando em conta o baixo grau de desenvolvimento da estrutura econômica da Paraíba, sua dependência aos mercados externos e a fundamentação da ordem oligárquico-coronelística, a política de João Pessoa, ao tentar racionalizar o coronelismo, submetê-lo, tutelá-lo, rompia o compromisso em que ele se assentava, ou seja, o apoio recíproco entre as chefias dominantes locais e o governo estadual, contribuindo, assim, para o desequilíbrio do sistema, sem que houvesse condições históricas para a instauração de outra estrutura de poder, isenta das influências do mandonismo local. Neste contexto, a pretensa moralização da ordem política perseguida por João Pessoa é frustrada, e ele próprio se enreda nas malhas dos compromissos oligárquicos, como ocorreu com a composição da chapa para a renovação da bancada federal da Paraíba, quando, embora defendendo o princípio de rotativismo, contraditoriamente, indica Carlos Pessoa para a reeleição.⁽¹²⁷⁾

A oligarquia açucareira também reagiu à política de João Pessoa, não obstante os entendimentos iniciais mantidos

(127) Em nome do princípio de revezamento, João Pessoa, na qualidade de chefe do Partido Republicano, impôs novos nomes para o Senado e para a Câmara, conservando, contudo, seu primo Carlos Pessoa, provocando, assim, o rompimento de velhos próceres do Partido, entre os quais João Suassuna e José Pereira. Justificando sua atitude, declara João Pessoa: "*Fiel ao princípio do rotativismo e renunciado em outros manifestos, o Partido substituiu, em quase sua totalidade, a representação da Câmara, (...) É indicado a reeleição o deputado Carlos Pessoa, sem ferir o critério adotado, por ser o mais novo dos nossos representantes e, portanto, não incorrer, como os demais, nos motivos que determinaram a sua substituição*". João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, **Manifesto do Partido Republicano da Paraíba** apud a UNIÃO, 18/02/1930. Outro exemplo foi a nomeação de oito parentes seus para ocupar cargos na administração estadual. Cf. José Octávio, **A revolução estatizada**, p. 300, apud DIÁRIO DA PARAÍBA, 18/12/1929.

entre o governo e usineiros⁽¹²⁸⁾, processando-se o rompimento político do seu grupo mais representativo (Ribeiro-Coutinho), que aderiu ao **esquema da oposição**:⁽¹²⁹⁾

Entre as explicações colimadas quanto a esta querela, acreditamos que sua determinação maior está relacionada ao impedimento do livre comércio que os usineiros mantinham com Pernambuco através do grupo Pessoa de Queiroz que exportava o açúcar do vale do Paraíba para os portos do norte.⁽¹³⁰⁾ Esta questão fica melhor esclarecida, se atentarmos para a reforma

(128) João Pessoa mantivera acordos com os **chefes** políticos do vale do Paraíba, João Ursulo e Flávio Ribeiro Coutinho, no tocante ao estabelecimento da "Cooperativa Assucareira do Estado da Parahyba" e também para a incorporação do Banco do Estado e construção da ponte da Batalha para ligar as usinas aos centros fornecedores de cana. Consulte-se José Octávio, **A revolução estatizada**, pp. 257/258.

(129) Segundo José Joffily, este **rompimento** foi motivado pelo não pagamento da quantia com que os usineiros haviam se comprometido referente ao custeio das obras da ponte de Batalha, e pela negativa do presidente em avalizar os compromissos dos usineiros com a Cooperativa Açucareira de Pernambuco. Cf. José Joffily, **Revolta e Revolução**, pp. 144. José Octávio refuta este argumento e atribui o rompimento à reação dos usineiros contra a interferência governamental em seus domínios, contra os entraves que João Pessoa interpunha ao mandonismo local: coibição de falências fraudulentas, aceleração dos inventários para impedir a continuação da prática corrente de grilagem de terras, cobrança de impostos e cadastramento das propriedades, demissão do promotor e juiz de Santa Rita (município sob dominação da oligarquia Ribeiro Coutinho), captura de foragidos em suas propriedades e proteção aos foreiros, Cf. José Octávio, **A revolução estatizada**, p. 259.

(130) "Habituais soneadores do fisco, os Pibeiro Coutinho logo se sentirão premidos, à proporção que, através da Alfândega, um irmão de João Pessoa não deixava passar, por via marítima, o contrabando açucareiro, também bloqueado na fronteira com Pernambuco e Rio Grande do Norte, pelos postos fiscais (porteiros), instituídos pela presidência, que criou, inclusive, corpo de guardas fiscais subordinados a sua própria designação, conferindo-lhe atribuições policiais". Cf. José Octávio, **A re**volução estatizada, p. 265.

tributária empreendida por João Pessoa, e da qual trataremos em seguida. De antemão, vale considerarmos a situação crítica que atravessa a economia açucareira, limitada ao abastecimento dos mercados internos e previda pela corrida da baixa de preços. Neste contexto, a oligarquia açucareira apedava-se aos favores do Estado, tentando, assim, reduzir os efeitos da crise, como fizeram os ustineiros paraibanos ao pleitearem a liberação dos impostos de exportação sobre o açúcar, não sendo, entretanto, atendidos por João Pessoa.⁽¹³¹⁾ Entendemos, portanto, que os conflitos entre as oligarquias açucareiras e algodoeiras e João Pessoa tiveram como eixo os obstáculos que este colocou ao livre desempenho do comércio.

Como vimos no início deste capítulo, a economia algodoeira paraibana, que desde 1925 ocupava o primeiro lugar nas exportações, atingiu seu volume máximo em 1929, passando, então, a escoar, preferencialmente, para os mercados europeus. Foi, portanto, o algodão o principal fator de equilíbrio da economia paraibana, permitindo sua estabilidade financeira, não obstante os efeitos da Grande Depressão.

O recolhimento das rendas estaduais continuava, todavia, sendo limitado pelos desvios do comércio através dos Estados vizinhos, principalmente por Pernambuco. O traçado das ferrovias facilitava a captação da produção agrícola paraibana para o porto de Recife e as rodovias ligaram cidades sertanejas da Paraíba com os centros comerciais dos Estados limítrofes. Assim, o Ceará e o Rio Grande do Norte também eram be

(131) Cf. José Octávio, op. cit., p. 267.

neficiados pela rede viária. (132) O maior escoamento da produção da Paraíba fazia-se através de Cambina Grande, cuja função de cidade polo mercantil era facilitada pela ligação ferroviária que permitia a comercialização direta com a sede polo de comando regional representada por Recife. (133) Assim, o porto da Paraíba tinha um movimento insignificante, prejudicando, conseqüentemente, as rendas do Estado e os interesses dos comerciantes da capital.

A Associação Comercial da Paraíba, em 1926, manifestava-se contra tal situação, sugerindo ao governo do Estado uma política tributária que neutralizasse as facilidades do comércio com Recife, revertendo a situação em proveito da Paraíba. Quanto aos impostos de exportação, recomendavam mudanças

"... restabelecendo a diferença de taxa entre as barreiras e a de nosso porto de mar",

pleiteavam a equiparação dos fretes marítimos de Cabedelo ao de Recife, aumento dos impostos de incorporação,

"... fiscalizando-os e cobrando-os com rigorosa e exactidão"

e a implantação de uma nova tabela de tributos de indústria e profissão. Concluíam, assim, que a concorrência dos mercados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte era facilitada de

(132) Através de Cajazeiras, toda zona limítrofe com Ceará era atraída para o comércio com Fortaleza por Ca tolé do Rocha o comércio era desviado para o Rio Grande do Norte através de Mossoró. Ver o MAPA IV e o item 1 deste capítulo.

(133) A respeito da conceituação de sedes polo mercantil e de comando ver o Capítulo I, item 2, deste trabalho.

los menores impostos de exportação cobrados no sertão em relação aos da capital. (134)

Assumindo o governo do Estado em 1928, João Pessoa, visando a aumentar a arrecadação, procedeu a centralização tributária, retirando a máquina fiscal da influência dos "coronéis", controlando-a rigorosamente, através da Secretaria da Fazenda. Ao mesmo tempo, empreendeu a reforma tributária de acordo com os ditames da Associação Comercial, tentando reduzir o papel intermediador das praças comerciais vizinhas. Através da lei 673 de 17/11/1928, criou novo imposto de incorporação ou de "barreira" (a incorporação era uma espécie de registro de chegada do produto), regulando a importação e exportação de mercadorias. Instituiu alíquotas diferenciais para as transações na capital e no interior, favorecendo as primeiras em detrimento das segundas. As alíquotas sobre as exportações variavam entre 2% a 4%, conforme o produto. (135) Nas importações, a diferença era marcante, uma vez que o tributo sobre as mercadorias entradas através da capital, correspondia em média, a um quarto do que era cobrado às mercadorias comercializadas pelas praças do interior diretamente com os Estados vizinhos. As diferenças das taxas de exportação, relativamente pequenas; não alteraram significativamente a saída de mercadorias através dos centros comerciais do interior para as

(134) ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA PARAÍBA, Livro de Atas nº 3, 15/04/1925 a 20/05/1931, apud José Octávio, **A revolução estatizada**, pp. 184 e 217, nota 71.

(135) As exportações dos municípios interioranos diretamente com outros Estados sofreram uma majoração relativamente pequena. Por exemplo: a taxa do algodão em pluma exportado pela capital era de 11%, enquanto que pelo interior era de 13%. Quanto às taxas sobre os couros, a diferença era de 4% entre um e outro caso. Consultar Inês Caminha, *op. cit.*, p. 48.

praças vizinhas, uma vez que as maiores facilidades de transportes e comunicações compensavam a majoração dos impostos. Assim, as exportações continuaram crescentes, motivadas, sobretudo, pelo incremento da procura do algodão. Em contrapartida, as importações pelo interior tornaram-se praticamente inviáveis, havendo mercadorias em que a nova tributação impôs aumento de até 900%.⁽¹³⁶⁾ Desta forma, João Pessoa procurava estimular a concentração do comércio na capital, neutralizando as facilidades comerciais existentes entre as cidades do interior e os estados vizinhos, sobretudo com o porto de Recife, como afirma Barbosa Lima Sobrinho:

"... Concluindo a tarefa que o Sr. Epitácio Pessoa iniciara com as verbas federais da Inspeção de Obras Contra as Secas, procurou o Sr. João Pessoa criar a autonomia comercial da zona litorânea, arrancando para a capital o cetro que se conservava nas cidades sertanejas, especialmente Campina Grande".⁽¹³⁷⁾

A reação dos comerciantes de Campina Grande, perante a desigualdade de tratamento, registrada pelo autor, acima referido, esclarece as razões do descontentamento reinante.

"Uma folha de Campina Grande, O SÉCULO, apontava as desigualdades das medidas, referindo-se às elevadas tributações para os gêneros que se destinam ao interior, enquanto os que se incorporam na capital pagam a quarta parte, recebendo ainda

(136) A mercadoria cujo percentual de aumento foi menor, o automóvel majorado em apenas 20%. Produtos alimentícios tiveram os seguintes aumentos: arroz 67%, banha 114%, feijão 233%. Os aumentos maiores incidiram sobre tecidos 400% e cadernos 900%. Cf. Inês Caminha, *idem* *ibidem*.

(137) Barbosa Lima Sobrinho, *A verdade sobre a revolução de outubro - 1930*, p. 114.

outras concessões, como sejam taxas e relatividade de peso, do modo que o interior nãoa qualquer volume como se fosse de 75 quilos". (138)

Entre os comerciantes de fora do Estado, os primeiros a protestar foram os do Ceará que dirigiram representação ao presidente da República solicitando providências e denunciando "a violação da liberdade de comércio" e o estabelecimento

"de formidável muralha em torno do Estado, impossibilitando o intercâmbio commercial do alto sertão parahybano com o Ceará e demais Estados limítrofes". (139)

Os comerciantes de Pernambuco reagiram vigorosamente, alegando a inconstitucionalidade da lei 673 apelaram para o governador de seu Estado, para o presidente da República no sentido da sua revogação e, através de sua Associação Comercial, conseguiram o apoio de suas congêneres de várias partes do país. O JORNAL DO COMMERCIO de propriedade dos irmãos Pessoa de Queiroz liderou uma verdadeira campanha contra os novos impostos

(138) Continuando Barbosa Lima fornece exemplo que esclarece a diferença de tributação: "O querosene, por exemplo, chegando à Paraíba pelo porto de Cabedelo, pagava, sobre o imposto antigo, uma majoração de 3%; mas, se vinha pelo interior, a majoração era de 40%." Consultar Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 115.

(139) Cf. Inês Caminha, op. cit., p. 49.

tos que ficou conhecida como a "guerra tributária".⁽¹⁴⁰⁾ A noderosa firma J. Pessoa de Queiroz & Cia arrendimentou 40 empresas pernambucanas e deu entrada na justiça a um mandado proibitório contra o Estado da Paraíba.⁽¹⁴¹⁾

Perante a intensa divulgação da campanha contrária a sua reforma tributária, que conseguiu a adesão da grande imprensa do país, João Pessoa permaneceu intransigente, reagindo rispidamente:

"Os descontentes tem um remedio prompto em suas mãos: mudem-se para o Ceará ou Pernambuco, vivam por lá, pagando ou não pagando impostos, mas não se lembrem de voltar, porque, voltando, terão de pagar a incorporação, talvez mais acrescida".⁽¹⁴²⁾

Desencadeou-se, assim, o conflito intra-oligárquico . De um lado, estava, João Pessoa apoiado por comerciantes e in---

(140) Os irmãos Pessoa de Queiroz - Francisco, João, Epitácio e José - eram primos do presidente da Paraíba. Eram só cios em empreendimento comercial de grande destaque em Recife, constituído de uma cadeia de lojas e armazéns com penetração nos Estados vizinhos, sobretudo no sertão paraibano. Contavam com influência política fortalecida pelo prestígio do tio Epitácio. Francisco era deputado por Pernambuco. Eram proprietários do JORNAL DO COMMERCIO cuja presença se fazia sentir em todo o Nordeste. A reforma tributária atingiu de cheio seus interesses comerciais na Paraíba, onde realizavam vultosos negócios, em especial com Princesa, articulados ao "coronel" José Pereira. "A "guerra tributária" consubstanciou-se na a cirrada polêmica entre o JORNAL DO COMMERCIO e A UNIÃO orgão oficial da Paraíba. As graves acusações de parte a parte culminaram com as trocas de ataques pessoais cuja repercussão se alastrou pelo Brasil afora. A este respeito, Ver Inês Caminha, op. cit., Joaquim Inojosa, op. cit.; José Joffily, Revolta e Revolução e José Octavio, A revolução estatizada.

(141) Esta demanda, justificada na pretensa inconstitucionalidade do imposto de incorporação, foi julgada improcedente. A sentença do juiz Francisco de Gouveia Nóbrega, dt vulgada em 08/07/1929, pôs fim a polêmica. Ver José Joffily, Revolta e Revolução p. 231.

(142) JORNAL DO COMMERCIO, 23/04/1929, p. 3., apud Inês Caminha, op. cit. p. 52.

dustriais da capital e a opinião pública da capital e do interior que viam na política do presidente o empenho para a libertação econômica do Estado. De outro lado, uniam-se a burguesia comercial-exportadora da sede polo de comando, e as oligarquias açucareira e algodoeira, cujos interesses comerciais estavam sendo contrariados. De nada adiantaram os constantes apelos de Epitácio aos sobrinhos em luta, preocupado com o baixo nível do debate

"... sob o riso encaninho dos nosso inimigos" (143)

e, sobretudo, com o desgaste político da oligarquia que comandava e que tinha a predominância na Paraíba. Os desentendimentos prosseguiram golpeando o epitacismo e preparando o ambiente para a luta política de 1930 na Paraíba. Os desdobramentos deste conflito engendraram a luta de Princesa e, posteriormente, interrelacionados à conjuntura do país desembocaram na chamada Revolução de 1930.

Ainda como parte da reforma tributária, João Pessoa conseguiu que a Assembléia Legislativa aprovasse o imposto de trânsito que também gerou insatisfações. (144)

Quanto aos efeitos da reforma tributária, para a econo

(143) Ver a correspondência de Epitácio ao presidente da Paraíba e a Francisco Pessoa de Queiroz in Epitácio Pessoa, **Na política da Paraíba (2ª fase 1912-35)**.

(144) As taxas de pedágio, instituídas pela lei 1545 de 30/11/1928, eram cobradas por trechos de 20 kms de estradas transitadas, variando de acordo com uma tabela que, curiosamente, onerava mais os carros de bois e carroças de burro que veículos automotores. Os motoristas profissionais impetraram "habeas corpus" contra este imposto conseguindo ganho de causa. Mas a ambiguidade da decisão judiciária permitiu a permanência da cobrança das taxas que eram asseguradas pela pressão de reforços policiais. Por conta deste imposto atribuiu-se a João Pessoa o apelido de "João Porteira"; Ver Inês Caminha, op. cit.

nia da Paraíba, Ademar Vidal é de opinião que ela proporcionou sua emancipação comercial permitindo-lhe um verdadeiro surto de progresso:

"Afora as rendas do Tesouro aumentarem, as classes conservadoras se desligaram de qualquer influência de fora, deixando, pois, de constituírem protetorado da praça pernambucana". (145)

Em vários pontos, a afirmação do autor merece reparos. Em primeiro lugar, o surto de progresso por ele referido foi determinado, principalmente, pela conjuntura favorável do mercado internacional e pela abundante pluviosidade que permitiu grandes safras. A principal fonte de rendas do Estado, o algodão, como já vimos, bateu o record das exportações em 1929. Quanto à proclamada independência das classes conservadoras da Paraíba, os fatos subseqüentes demonstram a invalidade desta tese. O protetorado pernambucano não se acabou totalmente, foi apenas reduzido. Em contrapartida, a partir de então as classes conservadoras, se quiseram permanecer como tal, tiveram de subordinar-se ao novo protetorado imposto pela redivisão nacional do trabalho personificado no bloco dominante do Sudeste.

A este respeito, Robert Levine mostra como o poder político de Pernambuco foi decaindo à proporção que o Nordeste declinava. Para ele,

"O eclipse político de Pernambuco sob a federação abrangeu quatro fases distintas, a última das quais terminou por imposição do Estado Novo em novembro de 1937..." (146)

(145) Ademar Vidal, **João Pessoa e a revolução de 30**, p. 32.

(146) Robert Levine, **Pernambuco e a federação brasileira (1889-1937)**, p. 123.

De acordo com a periodização do referido autor, 1930 corresponde ao limite da terceira fase, iniciada em 1911,:

"O descaso federal, a renovada intervenção militar e acerbas cisões políticas locais assinalaram o período, durante o qual Pernambuco manteve uma fachada de influência nacional (deteve a vice-presidência de 1922 a 1926), ao passo que a sua capacidade de manipular a política de coalizão regional rapidamente se dissipava mercê do seu continuado declínio econômico em relação aos Estados do Centro-Sul. A quarta fase (1930-1937) assinalou a perda dos restos da influência política de Pernambuco ..." (147)

Uma breve avaliação da política econômica de João Pessoa demonstra que efetivamente caracterizou-se pelo esforço no sentido de dinamizar a economia. Uma série de obras públicas e medidas de fomento à produção, sobretudo, algodoeira, foram postas em prática. Ao mesmo tempo, fica evidente a preocupação em incentivar a concentração de rendas na capital transformando-a em principal centro polarizador da produção. Era uma política realmente modernizante, no sentido de adequar-se aos novos interesses do imperialismo substituindo as ferrovias por rodovias e implantando empresas multinacionais (envidou esforços para atrair grupos europeus para a instalação de indústrias de cimento)⁽¹⁴⁸⁾. Identificava-se, ao mesmo tempo com a nova divisão nacional do trabalho tentando afastar a Paraíba da satelitização de Pernambuco para integrá-la diretamente aos polos do capitalismo do Sudeste como fornecedora de matérias-primas e consumidora de manufaturados. Por conseguinte, a estru-

(147) Idem, ibidem, pp. 123-124.

(148) Cf. José Octávio, *A revolução estatizada*, p. 202.

tura de produção e dominação tradicionais seriam apenas rede finidas e redirecionadas. Entretanto, o baixo grau de desenvolvimento da estrutura econômica da Paraíba e sua tríplice dependência - ao imperialismo, ao capitalismo do Sudeste e ao capital comercial do Recife - ao mesmo tempo que não permitia uma distribuição equitativa de seus benefícios com as diversas frações oligárquicas dificultava o redirecionamento da economia redundando no acirramento das disputas inter-oligárquicas pelo acesso ao aparelho de Estado, favorecendo-lhes a ampliação de seus espaços de manobra.

Por conseguinte, as lutas entre liberais e perrepetistas na Paraíba tinham como substância o aducamento do conflito pela posse do aparelho de Estado, que permitia direcionar a política econômica em prol dos pressupostos da facção dirigente. As disputas locais, inscritas no processo interno de redefinição político-econômica, acresce-se e entrelaca-se o rompimento do pacto oligárquico entre São Paulo e Minas Gerais e a emergência do Rio Grande do Sul como força política, a desagregação, enfim, da República Oligárquica. (149)

A instabilidade político-econômica que vinha desgastando a Primeira República foi agravada pelas disputas em torno da sucessão presidencial. A unidade do bloco dirigente, fundamentada nos compromissos da "política dos governadores" que legitimava o revezamento, na presidência da República, de representantes de São Paulo e Minas Gerais foi esfacelada, face

(149) Os limites deste trabalho impede-nos de explicitar o processo político de 1930 no plano nacional. Contudo, vale lembrar que suas determinações estão inscritas na sua vinculação com a conjuntura da crise econômica de 1929 (a Grande Depressão) no plano internacional e nas alterações do quadro econômico-social que vinha ocorrendo desde o início dos anos vinte.

ã preterição do líder mineiro- Antonio Carlos - que deveria suceder a Washington Luis. Daí para a formação de um bloco de oposição foi um passo. Antonio Carlos logo articulou entendimentos com as oligarquias descontentes para a formação da Aliança Liberal e a composição de uma chapa de oposição, encabeçada por representante das oligarquias gauchas em ascensão e unidas, agora, contra a predominância paulista e mineira. A Paraíba, por decisão de seu maior oligarca, Epitácio Pessoa, aderiu à Aliança em troca da vice-presidência para João Pessoa.

Entretanto, a unidade da oligarquia epitacista, como já salientamos, estava ameaçada frente aos desencontros de interesses que se acudizavam a partir da reformulação político-econômica intentada pela administração João Pessoa, em especial por conta da "guerra tributária". Por outro lado, as tradições da Aliança Liberal⁽¹⁵⁰⁾ e sobretudo, sua ligação com os tenentes não se coadunava com o reacionarismo do presidente da Paraíba que declarou-lhes, peremptoriamente,

"Prefero mil vezes Júlio Prestes a uma revolução"
após fazer sérias acusações aos revolucionários.⁽¹⁵¹⁾

O rompimento definitivo da oligarquia epitacista precipitou-se após o golpe dado por João Pessoa na escolha dos candidatos à representação federal, já aludido anteriormente. A este respeito, invocamos o testemunho de José Américo que, na

(150) A Aliança Liberal reuniu a dissidência da oligarquia dirigente, que se constituía em oposição, sob uma plataforma imprecisa carente de profundidade centrando sua campanha na instituição do voto secreto e da anistia. A partir do segundo semestre de 1929, sua ala mais radical busca o apoio do tenentismo. Cf. Edgard Carone, *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)*.

(151) Cf. José Américo de Almeida, *O Ano do Negro*, p. 38

qualidade de Secretário de Interior e Justiça, cuidava das questões políticas. Segundo este, João Pessoa insistia no critério de revezamento, não obstante as recomendações de Epitácio pela manutenção de alguns nomes:

"ia ele pela segunda vez debrontar-se como facção que sô aguardava o ensejo para romper. (...) iria exigir que alguns votassem pela exclusão de pessoas de sua família ou de suas relações (...) Opinaram pela reeleição de toda a chapa, e segue-se um silêncio.

Foi convocada outra reunião para tomar as assinaturas do manifesto e João Pessoa deu o golpe, apresentando ele mesmo a lista completa, com os nomes de sua preferência. Cometeu o erro, em vez da substituição total conservou um parente, poupondo a sensibilidade do tio. Já estando em luta com um ramo da família, evitava outro atrito.

A ala descostosa encontrava, por fim, um motivo que justificasse sua atitude". (152)

Poucos dias depois, efetuou-se o rompimento definitivo. José Pereira, aliado incontestemente de João Suassuna (excluído da chapa), transferiu-se para a oposição (perrepista), preparando se, assim, para a batalha política que evoluiria para a luta armada de Princesa e para o movimento de outubro de 1930.

Não entraremos nos pormenores das lutas da Paraíba, nesta fase. Para os fins deste trabalho, convém, sobretudo, salientar seu caráter e suas limitações. Do nosso ponto de vista, a chamada "guerra tributária" constituiu-se no cerne da questão que, acrescida das demais medidas de João Pessoa interferindo nos domínios coronelísticos e no jogo político das oligarquias,

(152) Cf. José Américo de Almeida, *O ano do negro*, p. 42.

tentando reorientá-las, acabou por criar-lhe embaraços. Os fatos demonstram que a força maior que impulsionou José Pereira a desafiar o governo estadual foi o apoio e o estímulo dos irmãos Pessoa de Queiroz, como garante Joaquim Inojosa, ao refutar a tese de que a revolta de Princesa era fruto da politicagem perrenista:

" Isto não é basicamente certo, pois a origem daquela reação partira do apoio garantido a José Pereira pelos Pessoa de Queiroz, levados estes por desavenças com o presidente da Paraíba, a quem esperavam derrubar por uma intervenção federal no estado, a qual lamentavelmente não veio". (153)

Aliavam-se, assim, o descontentamento de representantes da burguesia comercial de Recife pelas altas tarifas impostas pelo presidente da Paraíba, que praticamente bloqueara o vantajoso comércio com o sertão paraibano, e os coronéis-comerciantes desta zona atingidos em seus interesses econômico-comerciais e políticos. A disputa inter-oligárquica, como é por demais sabido, enveredou para o plano das **retaliações** pessoais culminando com o assassinato de João Pessoa que deu novo ânimo ao movimento de rebelião.

O movimento aliancista vinha, então, se arrastando vagarosamente. Vargas recuava, articulando entendimentos com Washington Luis. Antonio Carlos manifestava-se contrário à luta armada enquanto os tenentes preparavam-se para deflagrá-la apenas quando tivessem certeza da vitória que só seria viável com a participação dos políticos. As atitudes temerosas e protelatórias das lideranças políticas da oposição retardavam a

(153) Cf. Joaquim Inojosa, op. cit., p. 52. Ver também Inês Caminha, op. cit.,

luta pela tomada do poder. Antenor Navarro compreendeu que o retardamento da Revolução era motivado pela sua dependência aos políticos, a quem

"... faltava coragem ou sobrava ambição que os a mendrontava da empreitada". Em seguida, acrescentava que as dificuldades ficavam por conta da "... desconfiança e falta de sinceridade dos po líticos receosos de se metteram numa lucta em que poderiam perder as posições, boas ou más, até então conquistadas. E por conhece-los de muito perto é que João Pessoa não tinha muita fé". (154)

O programa da Aliança Liberal revelava sua carência de princípios revolucionários, limitando-se ao reformismo. Algumas declarações de suas lideranças, conforme vimos no capítulo anterior, denotavam a preocupação em conter o movimento nos limites da estrutura vigente. Por outro lado, os concilia**bulos** de Vargas com o governo federal, às vésperas do movimento de outubro, como comprova Barbosa Lima Sobrinho, revelam sua preocupação em manter as posições políticas conquistadas. A utilização do dinheiro público na campanha política era prática comum às duas facções.

"Fazia-se, aliás, na Aliança o mesmo que no acampamento contrário, cujos recursos derivavam do tesouro público de São Paulo..." (155)

Não obstante, é fora de dúvidas que a campanha da Aliança Liberal conseguiu galvanizar a opinião pública em torno de seu vago programa reformista. Tal repercussão foi viabilizada, como já referimos, pela crise conjuntural consubstanciada na ins

(154) Antenor Navarro, **Apontamentos para a história da revolução** in A UNIÃO, 19/09/1931, n. 1.

(155) Barbosa Lima Sobrinho, op. cit. n. 172.

tabilidade político-econômica e anuçada sob os efeitos da Grande Depressão. O regionalismo forneceu o substrato ideológico ao movimento. Os discursos aliancistas e a propaganda revolucionária confundiam a dominação oligárquica com o predomínio dos grandes Estados. Assim, os perrepistas são apresentados como representantes das oligarquias, como lacaios do Cateete, defensores da tirania a que se contrapõe a Aliança Liberal "para redimir a República" como afirmou João Neves da Fontoura, acrescentando que

"É necessário que a opinião pública analyse a procedência das candidaturas. A Aliança Liberal é filha legítima da República o passo que os adversários são filhos da bastardia do Cateete." (156)

Barbosa Lima Sobrinho chama a atenção para a importância do regionalismo como força aglutinadora do movimento de 1930:

"... Aludimos às paixões regionalistas, que oferecem apoio e repercussão aos princípios agitados pelos próceres discrepantes da candidatura oficial. A atitude do Sr. Antônio Carlos converte-se em reivindicação dos direitos de Minas Gerais à direção política do país; a Paraíba resguardava prerrogativas do Estado, na decisão do problema mais importante da vida partidária do Brasil; a candidatura do Sr. Getúlio Vargas era o grande momento do Rio Grande do Sul, a oportunidade tantas vezes desejada, de equiparar-se aos grandes Estados, no direito ao posto supremo da República, Sob este aspecto dos sentimentos regionalistas, e em face dos Estados a que governavam, os gestos dos presidentes dissidentes valiam de motivo de aplauso e de maior popularidade." (157)

(156) João Neves da Fontoura, A UNIÃO, 01/02/1930, p. 3.

(157) Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 174.

Na Paraíba, João Pessoa conseguiu empolgar a opinião pública desde sua adesão à Aliança Liberal, que o impediu de apoiar a candidatura do Catete. Tal fato, que passou ao conhecimento público como sendo o "dia do nego", teve ampla repercussão, como testemunha José Américo de Almeida.

"Nesse momento, ninguém era contra. Parte da população que se incompatibilizara com João Pessoa, pela inflexibilidade de algumas de suas providências, perdoava esse rigorismo e vinha contraterminizar com a praça pública.

Toda a Paraíba estava orgulhosa e eletrizada pelo rasgo de coragem com que voltava a face para o Catete. Era uma prova de fogo e todos estavam a postos". (158)

Quando da luta de Princesa, face à ameaça de intervenção federal na Paraíba, a popularidade de João Pessoa aumentou consideravelmente. O jornal oficial explorava devidamente o perigo iminente de intervenção:

*"A insultuosa sugestão intervencionista",
"Mil vezes pior do que a invasão estrangeira"
"... fruto de uma vingança mesquinha contra João Pessoa" (159)*

Associações Comerciais do Estado também movimentam-se em prol da autonomia da Paraíba, enviando protestos à imprensa do Sudeste, ao presidente da República e às lideranças aliancistas. Condenam a campanha terrorista que tem

"... o fim premeditado de prejudicar o governo e os interesses do comércio parahybano". (160)

(158) José Américo, *O ano do nego*, p. 20.

(159) Cf. A UNIÃO, 15/05/1930, p. 3. e 01/06/1930, p. 1.

(160) A UNIÃO, 01/04/1930, p. 1.

Os ânimos se exaltaram mais ainda contra o governo federal face à "denola" dos representantes do situacionismo paraibano.⁽¹⁶¹⁾

O assassinato de João Pessoa forneceu o clima necessário para a retomada das articulações, dando impulso à conspiração revolucionária, exaltando os ânimos e repercutindo em todo o país. Na Paraíba, a revolta enveredou para o delírio coletivo. A palavra de ordem passou a ser vingança contra os perrepistas a quem não poupavam, enquanto o mártir era cultuado como verdadeiro deus.

Vitoriosa a rebelião de outubro de 1930, o editorial do jornal oficial da Paraíba entusiasmamente anunciava o raiar dos novos tempos, o início da **renovação**

"renovação completa da política nacional (...) Vencedores das oligarquias estaduais que vão, uma a uma, cedendo aos anseios legítimos da alma coletiva, os bravos combatentes realizam a formidável obra de regeneração dos nossos costumes..."⁽¹⁶²⁾

Até que ponto a "renovação completa" da política paraibana concretizou-se é o que tentaremos responder no capítulo seguinte através da análise da atuação dos novos ocupantes do poder. De antemão podemos adiantar que não encontramos diferenças substanciais entre o novo bloco no poder e o que foi

(161) Foi posta em prática a política de depuração característica da Primeira República. A comissão de reconhecimento alijou os candidatos liberais da Paraíba, eleitos para o Parlamento, e diplomou os perrepistas não eleitos. O resultado da apuração para a presidência da República apontava que Júlio Prestes tivera, na Paraíba, apenas 10 mil votos, enquanto Vargas obtivera 31 mil; ou seja, a oposição com apenas um terço de eleitorado, teve o direito de compor toda a representação no Congresso. Consultar Barbosa Lima Sobrinho, op. cit. e José Américo de Almeida, **O ano do nego**.

(162) A UNIÃO, 7/10/1930, p. 1.

dele aliado. Aquele que, a partir de 1930, assumia o comando da política paraibana, gerado no seio das disputas oligárquicas, vestia nova roupagem para entrar em cena sob a imposição dos novos condicionamentos históricos.

2.5. CONCLUSÃO

Do exposto, inferimos que a estrutura de poder na Paraíba, no contexto da Primeira República, constitui um exemplo significativo de redefinição do mandonismo local, do apogeu e crise do sistema oligárquico-coronelístico. Ressalte-se, porém, a especificidade deste movimento, tendo em vista as limitações estruturais do espaço paraibano, marcado pela tripla subordinação no plano regional, nacional e internacional. Por conseguinte, o processo de regionalização na Paraíba, nesta fase, ao mesmo tempo que favoreceu a emergência de novos segmentos oligárquicos e a consolidação de velhas oligarquias engendrou, por outro lado, nova correlação de forças políticas e acirrou as disputas inter-oligárquicas que, na conjuntura de 1930, desencadeou a cisão da oligarquia dirigente.

O crescimento da economia paraibana, na década de vinte, proporcionado essencialmente pelo dinamismo da produção algodoeira, estimulou a reprodução da velha estrutura agrária ampliando os latifúndios e incrementando as relações não-capitalistas de produção, reforçando, assim, o coronelismo e, por extensão, as oligarquias locais.

Neste contexto, as contradições de classe eram obscure

cidas pela ideologia coronelística, amaciando as relações de exploração e contendo os conflitos ao seio da própria classe dominante. Assim, facções oligárquicas se defrontavam, constantemente, disputando o controle da máquina estatal e os privilégios dela decorrentes. Entrementes, não obstante a latifundização e o aprofundamento das contradições sociais, as reações dos trabalhadores rurais limitavam-se à esfera das manifestações de rebeldia inconsciente, consubstanciadas no canção e nos movimentos messiânicos.

A divisão do trabalho campo-cidade não foi aprofundada a ponto de configurar um real processo de urbanização. As cidades, mesmo as mais prósperas, tinham como principais atividades o beneficiamento e comércio da produção agrícola, o abastecimento do campo e a prestação de alguns serviços básicos. Neste contexto, os trabalhadores urbanos careciam de condições objetivas para levarem a frente suas lutas. Apesar das várias greves promovidas neste período, o movimento operário padecia de sérias limitações, em consonância com a rigidez da estrutura econômico-social do Estado. Mesmo assim, as frágeis manifestações reivindicatórias ocorridas provocaram o temor do patronato que se precavia apregoando a natureza pacífica e o despreparo dos operários paraibanos para empreender movimentos de subversão contra a ordem estabelecida. Em sintonia com a preocupação do patronato, seus intelectuais logo se apressaram em prescrever a tutela dos trabalhadores pelo Estado, através do corporativismo.

A intervenção do Estado, através das obras contra as secas, durante o governo Epitácio Pessoa, foi de fundamental importância para o fortalecimento do poder oligárquico. Facili-

tando as comunicações com a implantação dos transportes rodoviários, organizando, assim, o espaço paraibano para o capital, o Estado, ao mesmo tempo, empreendia o enriquecimento dos "coronéis" e realimentava o poder das oligarquias.

No bojo de todo este processo, o epitacismo se afirmou sucedendo o alvarismo - valfredismo e monopolizando a política paraibana nos anos 1915-30. A partir da segunda metade da década de vinte já se prenunciava a crise do epitacismo que, no entanto, só se desencadeou nos anos 1929-30, interligada à conjuntura da crise político-econômica no plano nacional e a guçada internamente pela política de João Pessoa. Como pano de fundo da crise, opera-se o retraimento dos mercados externos e o acirramento das disputas inter-oligárquicas consubstanciadas na Paraíba na chamada "guerra tributária". Estava em jogo, essencialmente, o controle dos mercados externos, ponto crítico para os "coronéis" comerciantes, sobretudo de algodão, e para a burguesia exportadora radicada em Recife.

Vimos, assim, que a política de João Pessoa, ao tentar redirecionar o comércio paraibano, esvasiando sua subordinação a Pernambuco, atingiu, também, os interesses da própria oligarquia epitacista e rompeu a unidade do bloco dirigente, desencadeando as lutas de 1930 na Paraíba.

CAPÍTULO 3

CRISE E REDEFINIÇÃO DAS OLIGARQUIAS PARAIBANAS (1930 - 1945)

- 3.1. REDEFINIÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DAS OLIGARQUIAS
- 3.2. O ALGODÃO E O AÇÚCAR NA CRISE DAS OLIGARQUIAS
- 3.3. O MOVIMENTO OPERÁRIO E A REACÇÃO CONSERVADORA
- 3.4. AS FORÇAS POLÍTICAS ORGANIZADAS: CONCILIAÇÃO E CONFRONTO
- 3.5. CONFRONTO, CONCILIAÇÃO E REITERAÇÃO DO PODER DAS OLIGARQUIAS
- 3.6. CONCLUSÃO

CAPÍTULO 3

CRISE E REDEFINIÇÃO DAS OLIGARQUIAS PARAIBANAS (1930-1945)

Os dados empíricos demonstram claramente que em 1930 não se efetuou a ruptura da estrutura do poder oligárquico. Ao mesmo tempo evidenciam-se alterações político-institucionais que, de certa forma, modificam as relações entre as esferas do poder local, regional e central e redefinem o sistema coronelístico-oligárquico. Vimos que antes de 1930 já se prenunciavam mudanças no quadro político da Paraíba, em consonância com o processo de reestruturação do espaço e reconstrução de suas oligarquias. Este movimento assume, nos anos trinta, maior impulso face ao acirramento das contradições e à emergência de novas forças no cenário político, no bojo do processo de transição para a predominância da economia urbano-industrial - no plano nacional - e progressiva centralização político-administrativa. Neste capítulo, tentaremos analisar os desdobramentos deste processo na formação histórica paraibana, no contexto 1930-1945. Enfocaremos a configuração político-administrativa, para, em seguida, analisar os condicionamentos econômico-sociais, as manifestações dos trabalhadores e das forças políticas organizadas em consonância com a reordenação do espaço e redefinição das oligarquias paraibanas.

3.1. REDEFINIÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DAS OLIGARQUIAS

A propaganda, pré e pós a rebelião de outubro na Paraíba, forneceu o suporte ideológico para legitimar os detentores do aparelho de Estado, inculcando uma vaga perspectiva de transformações. Os discursos dos vitoriosos apresentam-se impregnados de entusiasmo pela idéia de destruição do velho sistema político, como se pode observar no trecho abaixo:

"Agora é a Pátria Nova e redimida, agora, é o Executivo que se levanta; é a Marinha que se ergue; é o novo que treme ao clarinar da victoria contra a tyrannia que há quarenta annos nos opprime e avilta".⁽¹⁾

Procura-se incutir a certeza da renovação, da purificação do ambiente político, conforme explicita um dos arautos do bloco dominante:

"A nação está de nê. Levantou-se na madrugada de 4 de outubro: e não se deitará jamais (...)

Para dignificar-se, para sahir da lutulencia que o barbarizava, era mister reagir. E reagiu mesmo o Brasil (...)

Exacto: sente-se ainda, no ambito brasileiro, um odor mephitico de immundice a decompor-se: São restos de politicaem: o esterquilineo do partidarismo dissoluto transformando-se em gazes nauseabundos.

Vae o nosso ar social, vae a nossa atmosphaera politica, aos pouco e pouco, purificando-se. E não desesperarmos..."⁽²⁾

(1) "Ao Clarinar da Victoria", editorial d'O LIBERAL, 2/10 / 1930.

(2) Cf. Generino Maciel, A UNIÃO, 15/01/1931, p. 8.

Até que ponto esta purificação se efetivou é o que tentaremos avaliar nesta seção. No primeiro capítulo, aludimos às reformas implantadas pelo governo federal no sentido de proporcionar a crescente centralização dos quadros político-administrativos, alterando as condições institucionais do sistema coronelístico-oligárquico. Outrossim, vimos que as oligarquias nordestinas não se renderam facilmente aos interventores, não obstante o prestígio do tenentismo que, na conjuntura pós-revolucionária, representava o poder central através da Delegacia do Norte chefiada por Juarez Távora. (3)

A participação ativa da Paraíba na rebelião de outubro, como componente da Aliança Liberal, conferiu às lideranças locais, que já integravam o aparelho administrativo, a permanência no poder, com exceção do então governador Álvaro de Carvalho que se manteve alheio às conspirações revolucionárias (4). Logo após a vitória do movimento armado, José Américo de Almeida foi empossado na chefia do executivo paraibano, por indicação de Juarez Távora, que também lhe delegou a chefia civil do Norte. (5) Távora justificou sua escolha como

- (3) Na maior parte dos Estados os interventores foram recrutados entre os tenentes que participaram da rebelião de 1930. Nos quadros do tenentismo não havia apenas militares. Vários elementos eram civis, denominados, à época, "tenentes civis". Na Paraíba, estes eram representados por José Américo, Antenor Navarro e Odon Bezerra, principalmente.
- (4) Álvaro de Carvalho, vice-presidente da Paraíba, havia assumido o governo com a morte de João Pessoa. Os conspiradores, embora seus auxiliares na administração, mantiveram-no fora das articulações revolucionárias. "José Américo fez a revolução que cautelosamente preparou no seio do meu governo, valendo-se do prestígio que lhe conferira, no governo, o meu antecessor". Cf. Álvaro de Carvalho, *Nas vésperas da revolução*, p. 171.
- (5) José Américo de Almeida, ex-valfredista (sobrinho de Valfredo Leal) e, portanto, opositor do epitacismo, aderiu a este e participou da administração de João Pessoa como seu principal auxiliar. Já conhecido como escritor, destacou-se como articulador do movimento de 1930 na Paraíba.

"... uma merecida homenagem que a revolução presta à Paraíba na pessoa do mais devotado e destemido dos auxiliares do Presidente João Pessoa".⁽⁶⁾

José Américo, elevado, assim, à condição de herdeiro político de João Pessoa, tornou-se, a partir de então, o mentor da política paraibana, aliando, definitivamente, a liderança epítacista.

A oligarquia epítacista, já agonizante desde o governo de João Pessoa, não teve mais condições de reerquer-se. A influência de Epitácio Pessoa na política da Paraíba foi rapidamente substituída pela de José Américo, cujo prestígio junto ao poder central ampliou-se consideravelmente durante sua atuação como ministro da Viação e Obras Públicas. Sua ascensão política, apesar de se iniciar vinculada à influência dos tenentes no Governo Provisório, não sofreu solução de continuidade com a crise do tenentismo. Prosseguiu sua escalada política ampliando, progressivamente, seu prestígio nas esferas do poder central e estadual. Nesta, conseguiu impor-se às aspirações dos remanescentes do epítacismo, inclusive da família Pessoa, que pretendia reabilitar a sua predominância política.

Epitácio Pessoa logo se desiludiu com a política de Vargas, face à sua aproximação com os tenentes, seus inimigos históricos, retornando em pouco tempo à vida particular. Sua correspondência nos anos trinta denota sua crescente decepção com os rumos do movimento de 1930 e sua perda de prestígio. Perante as solicitações recebidas da Paraíba - logo após a revolução - para interceder junto ao governo Vargas, no sentido de

(6) Apud José Américo de Almeida, *O ano do negro*, p. 216.

conseguir empregos e promoções, justificava-se afirmando ser ainda muito cedo para pleitear favores ao presidente. Todavia, manifestava entusiasmo com a vitória da rebelião e confiança no novo governo. Porém, logo tornou-se um dos mais severos críticos do "governo revolucionário". Discordou das medidas trabalhistas do governo Vargas, quanto à redução da jornada de trabalho, aumento de salários, etc, identificando-as como vitórias dos tenentes:

"Vejo que estão fazendo da revolução de agora um prolongamento da de 1922 e 1924. Isto terá por efeito o meu alastamento..."⁽⁷⁾

À medida que a influência tenentista junto ao governo progredia, Epitácio contestava-o com mais empenho. Referindo-se à interdição do comércio programado pela ala militar, defensora do retorno imediato ao regime constitucional,⁽⁸⁾ declarou:

"Os donos da Revolução não cessam de blaterar contra a República Velha, cheia de condescendências criminosas para os amigos e violências e perseguições contra os adversários. Cremos, porém, que ela nunca cheou ao desprante do ato que se vai ler..."⁽⁹⁾

Epitácio não perdia ocasião de atacar os tenentes ortodoxos invocando sempre as críticas que estes faziam aos erros da Primeira República e que, no seu entender, eram muito mais

(7) Epitácio Pessoa, *Revolução de outubro de 1930 e república nova*, p. 14.

(8) A esta corrente representada pelo "Clube 24 de fevereiro", contrapunha-se a "Clube de 3 de outubro", constituída de tenentes ortodoxos favoráveis à continuação da ditadura. Ver Edoard Carone, *A República nova e o tenentismo*.

(9) Epitácio Pessoa, *Revolução de outubro de 1930 e república nova* pp. 24-25.

graves agora.

"É curiosa a noção de liberdade que têm os donatários da Revolução. O mais ligeiro deslize da República Velha quanto aos direitos do cidadão era um crime inominável; as mais abomináveis violências praticadas por eles são manifestações nobilitantes de tal ideologia revolucionária".⁽¹⁰⁾

Acusava Vargas de ser conivente com os tenentes ortodoxos permitindo que na Paraíba se cometam atos atentatórios à memória de João Pessoa nomeando seus inimigos

"... para colaborar na política de sua própria terra, com preterição injusta de amigos devotados".⁽¹¹⁾

As mudanças político-institucionais efetuadas a partir do movimento de 1930 aparelharam gradualmente o poder central de um aparato burocrático que viabilizou seu controle sobre as estruturas políticas regionais preexistentes, subordinando-as e absorvendo/delimitando seu campo de ação. Assim se efetuava a contínua centralização do poder, em consonância com os pressupostos da acumulação/centralização de capital, e da reordenação dos espaços em consonância com o processo de redivisão nacional do trabalho, privilegiando o centro dinâmico do capital. As interventorias e departamentos administrativos constituíram-se em instrumentos eficientes para a centralização, na medida que articulavam as oligarquias estaduais, os ministé-

(10) Idem, ibidem p. 27.

(11) Idem, ibidem, p. 55. Em correspondência dirigida a José Américo, Epitácio demonstra seu desapontamento com o novo governo e, inclusive, com o próprio José Américo, achando que ele foi conivente com a demissão de Gilvandro Pessoa - seu parente - e sua substituição no cargo que ocupava, pelo seu oficial de gabinete. Cf. Epitácio Pessoa, *Na política da Paraíba*, p. 415.

rios e a presidência da República. Destarte, a "política dos governadores", veículo de consolidação do sistema de compromissos mútuos entre as situações dominantes nas diversas esferas do poder, foi substituída por um sistema, cujas deliberações convergem para o governo federal através da intermediação dos interventores e departamentos administrativos. Ao mesmo tempo, o controle das economias regionais fazia-se através de uma série de órgãos técnico-econômicos, institutos, autarquias e conselhos técnicos que funcionavam como agências de coordenação e centralização do governo federal nos diversos campos da economia. (12)

Criou-se uma máquina burocrática que escapava ao controle direto das oligarquias regionais, centralizando o poder. Todavia, esta centralização foi viável, na medida que resguardou os fundamentos do poder local e a sobrevivência das oligarquias. Contudo, a relação entre estas e o poder central é reordenada, estabelecendo-se novos canais de acesso para o atendimento de suas demandas, conforme conclui Maria do Carmo Campello de Souza:

"... a recomposição do poder oligárquico regional se efetivou sob a cláusula de sua simultânea vinculação ao sistema burocrático governamental..." (13)

O papel dos interventores foi, portanto, fundamental na tarefa da centralização. Sua condição de elemento de confiança do governo federal, por ele nomeado conferia-lhe certa independência em relação às oligarquias locais, uma vez que não

(12) As deduções deste parágrafo baseiam-se em Maria do Carmo Campello de Souza, **Estado e partidos políticos no Brasil**.

(13) Cf. Maria do Carmo Campello de Souza, *op. cit.* p. 103.

thes devia sua permanência no cargo, o que até certo ponto enfraquecia as prerrogativas oligárquicas. Por outro lado, naturalmente identificados com coronéis e oligarcas, estes interventores tinham facilidades de promover a convivência entre as facções dominantes e o governo central, mantendo os alicerces do mandonismo das primeiras e favorecendo a autonomia necessária ao segundo, permitindo-lhe a prática de uma política econômica viabilizadora da concentração/centralização de capital no Centro-Sul.

Diferentemente dos Estados mais desenvolvidos, onde os conflitos entre interventores e a elite dominante chegaram ao rompimento, na Paraíba, as interventorias impuseram-se pela repressão e/ou cooptação como força maior disciplinadora da ordem oligárquica, como se pode constatar pela análise de sua atuação. Assumindo o ministério da Viação, José Américo foi substituído na interventoria da Paraíba (OUADROVI) por Antenor Navarro.⁽¹⁴⁾ Segundo Maria Antonia Alonso, em trabalho intitulado "Uma Perspectiva Histórica do Poder na Paraíba", a atuação de Antenor Navarro pautou-se na política anti-coronéis

(14) Antenor Navarro auxiliou na administração de João Pessoa. Participou ativamente no movimento de 1930, desde a conspiração à rebelião armada. Segundo Luis Pinto, sua indicação para a interventoria deveu-se a Juarez Távora e a quiescência de José Américo. *"Destémido, apaixonado pela causa da revolução, Juarez era seu guia, seu verdadeiro chefe. Seus atos políticos eram mais orientados por Juarez que por José Américo..."* Cf. Luis Pinto, **Fundamentos da história e do desenvolvimento da Paraíba**, p. 123. Na opinião de Joffily, Antenor Navarro era *"Na Paraíba um dos únicos paladinos capazes de elaborar um programa de realizações sócio-econômico culturais..."* José Joffily, **Revolta e revolução**, p. 174. É consenso entre os conhecedores da gestão de Navarro que seu maior destaque foram as medidas em prol da educação. Neste sentido, unificou o ensino primário estadual, ampliou consideravelmente a rede escolar, utilizou 18% da receita do Estado para a instrução pública e suspendeu todas as taxas antes cobradas. Cf. A UNIÃO, 09/11/1931.

INTERVENTORES DA PARAÍBA (1930/1945)

INTERVENTOR PERÍODO DE GOVERNO	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	IDADE EM QUE ASSUMIU	TRAJETÓRIA POLÍTICA ATÉ A INTERVENTORIA
José Américo de Almeida (04/10 a 25/11 de 1930) a	Areia	43	1908-ingressou no partido de Gama e Melo fazendo oposição ao valfredismo 1915-valfredista 1928-secretário do governo João Pessoa 1930-tenente civil chefe da Revolução na Paraíba
Antenor Navarro (1930-1932) b	Capital	31	1928-auxiliar administrativo do governo João Pessoa 1930-tenente civil
Gratuliano Brito (1932-1934) c	São João do Cariri	27	1928-delegado de polícia no governo João Pessoa 1931-secretário do governo Antenor Navarro
Argemiro de Figueiredo (1935-1937) d (1937-1940) e	Campina Grande	34	1929-ingressou no Partido Democrático que mais tarde aliou-se a Aliança Liberal 1932-secretário do governo Gratuliano Brito
Ruy Carneiro f (1940-1945)	Pombal	39	1930-participou do ataque ao quartel do 22º B.C. 1930-Chefe de Gabinete do Ministro da Viação . 1934-eleito deputado federal pelo Partido Progressista 1937-secretário da presidência do Banco do Brasil

FONTES: Luiz Pinto, Fundamentos da história e do desenvolvimento da Paraíba (1574-1970), Rio de Janeiro, Ed. Leitura, 1973 e Apolônio Nóbrega, História Republicana da Paraíba, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1950.

- a) assumiu o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas.
b) faleceu, vítima de acidente aéreo.
c) candidatou-se a deputado federal.
d) 1ª fase de seu governo, eleito pela Assembléia Legislativa.
e) 2ª fase de seu governo, nomeado interventor por Vargas após o golpe de 1937 e deposto em 1940
f) no período que precede o governo de Ruy Carneiro governou interinamente Antônio Galdino Guedes (29-07 a 16-08-1940). Ruy desincompatibilizou-se do cargo para disputar a eleição estadual, governaram em seu lugar até 1945, José de Borja Peregrino (set. a out. 1940), Samuel Duarte (jul. a nov. 1945) e Severino Montenegro (06.11.1945 a 13.02.1946).

tica de João Pessoa. Colocou nas prefeituras dos municípios pessoas estranhas ao meio, civis ou oficiais da Polícia Militar, frequentemente remanescentes da Aliança Liberal, instruídas para marginalizar e até hostilizar os chefes perrepistas. Não obstante declarações da interventoria em contrário, militantes e simpatizantes do perrepismo paraibano foram sistematicamente perseguidos, logo após a vitória do levante de outubro, quando ainda governava José Américo. Suas principais lideranças foram violentamente perseguidas, enquanto funcionários eram exonerados sob o pretexto de haverem participado na campanha política contra João Pessoa.

As deliberações que, segundo o porta-voz da interventoria (A UNIÃO), Antenor Navarro nós em prática, denotam relativa independência dos interesses do coronelato. Visando aumentar a arrecadação do Estado, aboliu algumas isenções fiscais, suprimiu uma mesa de rendas, criou vários postos e estações fiscais extinguiu alguns cargos, tornou efetiva a proibição de acumulações remuneradas e baixou decretos reorganizando o quadro geral dos funcionários públicos, segundo o critério de capacitação. (15)

De acordo com as determinações contidas no Código dos Interventores⁽¹⁶⁾ foram instalados os Conselhos Consultivos nos Estados e em alguns municípios. Segundo Edgard Carone, o Código dos Interventores foi produto da instabilidade política e econômica do país, dos abusos dos tenentes-interventores

(15) Estas informações são fundamentadas em A UNIÃO, 08/10/1930, p. 3, 21/12/1930, p. 1; 13/09/1931, p. 1 e 10/01/1932, p. 1.

(16) De 28 de agosto de 1931.

e da reacção das oligarquias, sobretudo de São Paulo, contra estes. Vargas, pressionado pelas lideranças políticas, procurou instrumentalizar-se com dispositivos legais para cercear os tenentes.⁽¹⁷⁾ Entretanto, o Código em questão não reduziu substancialmente o poder dos interventores. Os membros dos Conselhos Consultivos dos Estados eram nomeados por Vargas de acordo com as indicações dos respectivos interventores, enquanto que os dos municípios eram nomeados diretamente pelos interventores, recrutados entre os componentes da elite local e de acordo com as suas preferências políticas.⁽¹⁸⁾ Os prefeitos municipais também estavam subordinados diretamente aos interventores. Assim, concentravam-se nas mãos dos representantes do governo federal amplas prerrogativas de poder. Todavia, a eficiência de aparelho político-administrativo no processo de centralização, não redundou, como já salientamos, no alijamento das oligarquias locais, cujos componentes foram nele inseridos.⁽¹⁹⁾

A interventoria de Antenor Navarro coincidiu com o apogeu dos tenentes. Entendemos que sua atuação no governo foi dificultada face à sua inserção entre projetos conflitantes quan

(17) Consultar Edgard Carone, *A segunda República*, p. 28.

(18) A este respeito, o Código dos Interventores determinava: "Art. 39) Os Conselhos Consultivos Municipais compor-se-ão de três ou mais membros nomeados pelo interventor da seguinte forma:

a) um a três, dentre os maiores contribuintes do município;

b) um indicado pelo prefeito municipal;

c) um ou mais, de livre escolha do próprio Interventor no Estado". Apud Edgard Carone, *A segunda República*, p.29

(19) A composição do Conselho Consultivo de Campina Grande, empossado em 05/04/1932, constitui um exemplo da participação da oligarquia local no aparelho de Estado. Ver Epaminondas Câmara. *Datas Campinenses*, pp. 160-161.

to aos desdobramentos do movimento de 1930. De um lado, era pressionado pelo governo federal a conciliar com as oligarquias locais integrando-as ao novo esquema político-administrativo. De outro, sua identificação com o ideário tenentista afastava-o dos planos de Vargas. A este respeito é elucidativa uma carta em que José Américo alertava-o para o fato de que Vargas já vinha percebendo sua hostilidade.⁽²⁰⁾ Tratava-se, no nosso entender, de uma velada reprimida a Antenor Navarro que exprimia o temor do ministro frente a força dos políticos do sul e, ao mesmo tempo, uma recomendação para que o interventor da Paraíba assumisse uma política de maior colaboração com o governo federal. Destarte, José Américo intermediava as relações entre a interventoria da Paraíba e o governo central, afastando o clima de tensão existente entre os dois. A defesa do jornal oficial da Paraíba às acusações assacadas pelo DIÁRIO DO RECIFE contra Antenor Navarro corroboram as apreensões de José Américo. Segundo este órgão, Navarro censurou o gover

(20) Nesta carta José Américo transcreve trecho contido em carta confidencial do presidente a Osvaldo Aranha, no qual, afirma suas apreensões quanto a Antenor Navarro: *"Esse rapaz, a quem nomeei contrariando a vontade expressa de todos os irmãos de João Pessoa, para atender às indicações de José Américo e do Távora, parece não me estar compreendendo."* José Américo lamenta o fato e afirma que não poderá continuar como ministro "... se a Paraíba fica em divergência com o governo de que sou auxiliar". Acrescenta que lá no Rio, o seu valor é produto tão somente das boas referências que João Pessoa fez à sua pessoa, que não dispõe de elemento para enfrentar as forças políticas do sul. Avisa que o interventor está enganado quanto aos rumos da ditadura. *"Você de longe labora um grande erro de interpretação quanto aos rumos da ditadura. Nós do norte só podemos contar com Juarez. E Juarez só tem dois amigos verdadeiros entre os políticos civis do sul: Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha..."* Indaga sobre a viabilidade de sua permanência no ministério perante o clima de desconfiança que se criou. "... com que força moral me sinto eu para estar com a sua pessoa (Vargas) e o seu governo incorrendo aqui em tremendas prevenções se a impressão que se vem formando é que se diversificam as nossas atitudes em relação a política central?" Carta de José Américo a Antenor Navarro, Rio, 1931, in *Correspondência de José Américo*, Fundação Casa de José Américo.

no central publicamente, por ocasião da recepção que ofereceu a Irineo Joffily quando este deixava a interventoria do Rio Grande do Norte:

"O dr. Athenor Navarro mandou receber o sr. Irineo Joffily debaixo de estrondosas manifestações e ainda censura o governo central.

Todo o Brasil que pese a vaidade infantil desses vice-reis improvisados, estranhos as batalhas campees.

O DIÁRIO CAPIOCA diz que o dr. Navarro, articulou uma série de censuras graves e ao terminar de taça em punho, apellou para todos dizendo confiassem na accção resoluta do bravo itinerante general Juarez, que saberia decidir e tomar conta dos reaccionarios da ala direita da Revolução".⁽²¹⁾

Concordamos com Maria do Carmo Campello, quando afirma que os conflitos que marcaram esta fase imediatamente pós-1930 resultavam da contradição entre as tentativas de institucionalizar um poder pós-revolucionário sobre a estrutura política tradicional.⁽²²⁾ No caso específico da Paraíba, o cenário político em recomposição apresentava de um lado, a interventoria inspirada - no período Navarro - no tenentismo, subordinada, porém, a José Américo que lhe tolhia os passos, conciliando com antigas oligarquias e com o bloco no poder central, evitando assim reformas mais radicais. Do outro lado, agrupavam-se ex-liberais descontentes com a interventoria e finalmente, a maior parte dos remanescentes do perrepismo, mantidos à margem do aparelho do Estado.

Athenor Navarro apoiou a organização da Legião Re

(21) Cf. A UNIÃO, 14/01/1931, p. 8, transcrito do DIÁRIO DO RECIFE.

(22) Ver Maria do Carmo Campello de Souza, op. cit.

volucionária da Paraíba.⁽²³⁾ Sua implantação foi saudada como "Fructo do idealismo dos verdadeiros revolucionarios" objetivando a defesa da obra da revolução e a efetivação de seus ideais, segundo instruções recebidas de Távora pelo delegado local, o cônego Mathias Freire, que declarou também pretender implantá-la em todos os municípios.⁽²⁴⁾ José Américo absteve-se de participar das legiões revolucionárias, alegando não querer embarçar suas atividades administrativas e também para evitar envolver-se com política, ter que atender pedidos e fazer concessões. Mais adiante, desliga-se do clube 3 de Outubro a pretexto de que esta adremiação estava usando seu nome, arrolando-o entre os que se punham contra a imediata restauração constitucional e fazendo sérias críticas a sua atuação no ministério.⁽²⁵⁾ Nota-se, portanto, o progressivo afastamento de José Américo da corrente reformista do tenentismo, em contraoposição à interventoria de Antenor Navarro que continuava reiterando seu apoio à pretensão tenentista de embarçar a implantação imediata do regime constitucional, conforme pode-se observar nos editoriais do seu porta-voz. Argumentou ele que os objetivos da revolução ultrapassavam em muito a mera tomada do poder, tinham uma significação mais profunda, implicando não apenas na substituição dos homens, mas também nas instituições, para efetuar-se uma transformação radical. Acresta que há um programa mais amplo a ser cumprido, uma série de reformas, que demandam mais tempo, a serem

(23) Segundo Carone, as legiões revolucionárias representavam a ala centrista do tenentismo que, neste primeiro momento, predominava sobre a corrente conservadora e liberal. O "Clube 3 de Outubro" correspondia a sua organização a nível federal e aglutinava as legiões estaduais. Consultar Edgard Carone, *A República nova*, p. 388-389.

(24) Mathias Freire in *A UNIÃO* 08/03/1931, p.1.

(25) Cf. *A UNIÃO*, 14/04/1931, p. 8 e 31/12/1931, p.1.

feitas.⁽²⁶⁾ Destarte, a postura da interventoria estava perfeitamente em acordo com a opinião de Juarez Távora, que manifestava-se totalmente contrário à convocação da Constituinte, por enquanto, pela certeza de que ela iria

"... reproduzir exactamente os erros do passado, quer dizer, iríamos apenas mudar alguns homens, continuando a mesma mentalidade..."⁽²⁷⁾

Portanto, no período pós-revolucionário os conflitos entre os tenentes e as oligarquias refletiam-se também na Paraíba. Entretanto, a relativa fragilidade econômica das oligarquias locais e sua dependência da proteção do Estado não lhes permitiu romper com o tenente-interventor Antenor Navarro. Neste contexto, a interferência constante de José Américo, identificado com o projeto político de Vargas, capturava as forças políticas, encaminhando-as no sentido da centralização e da efetivação de sua própria preponderância política na Paraíba. Em outras palavras, José Américo agenciava a integração das chefias políticas paraibanas ao controle do governo central, ao mesmo tempo que garantia a efetivação de sua liderança sobre estas chefias, encaminhando, assim, a recomposição das oligarquias.

O processo de reconstrução oligárquica na Paraíba, em

(26) Como exemplo, citou a legislação eleitoral "Para demonstração disso, basta citar os vícios da legislação eleitoral, responsáveis tantas vezes pela fraude e pela mentira pelas coações e pelo suborno, base onde assentava a máquina das oligarquias opressoras". Salienta que não estava defendendo a perpetuação da ditadura e sim procurando evitar a reorganização da República nos moldes constitucionais anteriores. Acusa os constitucionalistas de demagogos, de "saudosistas do poder em férias forçadas". À volta imediata ao regime constitucional", editorial d'A UNIÃO, 13/01/1931, p. 1.

(27) Juarez Távora, entrevista a A UNIÃO, 13/01/1931, p.1.

tretanto, não se operou de forma tranquila. As contradições internas das oligarquias foram acentuadas face ao impacto inicial da reordenação político-administrativa comandada pelo governo central. Durante os anos 1930-34, o bloco no poder, enfrentou a oposição de ex-correligionários de 1930 insatisfeitos quanto a distribuição de cargos e o crescente prestígio de José Américo. Destarte, os remanescentes do epítacismo disputam agora a predominância política utilizando, ambas facções, a herança política advinda da repercussão do assassinato de João Pessoa. O "sacrifício do grande presidente" era evocado nelos que estavam no poder como meio para legitimá-los como continuadores da obra de João Pessoa. Enquanto isto, os dissidentes evocavam a memória do ex-presidente para lamentar os rumos tomados pelo movimento revolucionário. Joaquim Pessoa, irmão de João Pessoa, nomeado prefeito da capital pela interventoria, logo demitiu-se do cargo, rompeu com Antenor Navarro e articulou-se com antigos epítacistas decencionados com o Governo Provisório e que já empreendiam uma campanha de oposi-ção através da imprensa. Ao iniciar estas articulações, Joaquim Pessoa lamentava a situação política da Paraíba:

*"A Paraíba a contar da sua 1a. luta, Princesa ,
ainda não deve assistir razões de alegrias (...)
Estacelou-se (...) o rico patrimônio moral que
o malogrado João Pessoa nos lecou; Já ninguém tem
mais entusiasmo por coisa alguma. Tudo se desfez,
tudo falhou; o desânimo invadiu todos os corações
bem formados (...) Os políticos paraibanos (eu
inclusive! ?) estão se degladiando. Mais do que
isso: estão se comendo uns aos outros; se devo
rando como fêras (...)
(...) nós, os paraibanos do inesquecível João Pes
soa, os revolucionários nela moralidade dos cos*

tumes e pela libertação do Brasil, pela dignidade da raça e pela fraternidade universal, pela "Representação e Justiça" (...) estamos desarticulados, desagregados, desunidos e malquistados nele, são, deprimente sentimento de ambição! (...) Está aí, (...), o que nos resta dos tempos áureos de João Pessoa: tristezas, desilusões. Mas, também, há muita energia patriótica dormindo (...) com os olhos abertos. Continuemos, pois, na luta para harmonizar e vencer". (28)

Face às inquietações, quanto aos rumos que o movimento de 1930 vinha tomando, alguns intelectuais, estimulados por líderes políticos descontentes, fundaram jornais para veicular a campanha contra o Governo Provisório. No início no 1931, o BRASIL NOVO, em Campina Grande, e o LIBERDADE, na capital congregavam os remanescentes do elitismo, canalizando suas expectativas quanto à nova ordem. (29) O editorial de apresen-

(28) Carta de Joaquim Pessoa a Tancredo de Carvalho, 01 de setembro de 1931 in Tancredo de Carvalho, *Memórias de um brejeiro*, pp 63-64

(29) O LIBERDADE, fundado em 1931, era dirigido por Aderbal Piragibe que, em 1930, esteve a frente de O LIBERAL (editado nas oficinas de A UNIÃO), reforçando a campanha da Aliança Liberal. Segundo Fátima Araújo, o LIBERDADE não era tão combativo como se propunha, mas zelava pela "... independência e descompromisso com a oficialidade". Circulou até 1943. Fátima Araújo, *Tudo Sobre Imprensa*. O BRASIL NOVO, surgiu em 10/01/1931 em Campina Grande, dirigido por Tancredo de Carvalho e tendo José Tavares Cavalcanti como redator. A partir de 1932 foi transferido para a capital. Seu diretor justifica seu surgimento nos seguintes termos: "A Revolução de 30 começou a falhar nas suas promessas de salvação nacional e de redemocratização do Brasil. Campina Grande surgia como um centro que começava a dar os primeiros sinais de inquietação, mas faltava-lhe um jornal que se dispusesse a fazer uma campanha com esta finalidade. Foi então que comecei a receber cartas chamados dos ilustres campinenses (...) convocando-me para transferir para a "rainha do sertão", as oficinas do "Correio de Moreno". Cf. Tancredo de Carvalho, op. cit., pp. 31 e 52. Além dos dois novos jornais citados, na década de trinta surgiram também: 1932 - REAÇÃO, boletim mensal editado pela Liga Parahybana Pró-Estado Leão; A RUA, fundado por Eudes Barros; e A BATALHA, por Pedro Targino Teixeira; 1934 - A ORDEM, fundado pela Loja maçônica de Campina Grande, para defender-se das perseguições feitas por líderes da loreja local, sustentando séria polê-

tação do BRASIL NOVO deixa transparecer a preocupação em intervir na reordenação política:

"A inexistência de partidos políticos, nesta fase transitória da vida nacional, exclui logo a hipótese de ser o "Brasil Novo" um órgão de feição partidária.

Também não é uma folha de grupos políticos. Surge por uma necessidade decorrente desse ambiente de reorganização, em que o povo espera dos governantes a aplicação positiva dos princípios que nortearam o movimento revolucionário de outubro!..) É inegável que ainda estamos no período de ebridade revolucionária, em que bem poucos divisam o verdadeiro caminho para a grandeza da pátria!..) Até agora só temos procurado castigar os vencidos. Nada de reformas úteis. E não é o caso isolado, o nosso..."(30)

As críticas ao governo central tornam-se cada vez mais severas. O jornal acima citado afirma que praticamente nada mudou, permanecendo os mesmos homens de antes, habituados aos processos desonestos de antes, beneficiando amigos e correligionários e que os "castelos sonhados" estão quase por terra, restando poucos que cumprem a risca o juramento feito, e, destes, destaca Juarez, que enfrenta com altivez

"as iras do poder central que lentamente vai des

mica com o jornal da arquidiocese A IMPRENSA. Entre os que se diziam independentes, destaca-se O DIA, surgido em 1935, sob a direção de Manuel Formiga, que nos pareceu o mais combativo. Entretanto, é difícil analisarmos os jornais surgidos nesta fase, pela inexistência de suas coleções nos arquivos do Estado, encontrando-se apenas números esparsos em poder de particulares.

(30) BRASIL NOVO, 10/01/1931, apud Tancredo de Carvalho, op. cit., pp. 52 a 54.

truindo o ideal dos revolucionários puros". (31)

Durante a rebelião de 1932 em São Paulo, a Paraíba participou ativamente, enviando tropas para colaborar na reação empreendida pelo governo federal. Apresentando o movimento paulista como subversivo, a interventoria utilizou-o como forma de empolgar a opinião pública, de legitimar o regime implantado em 1930. O regionalismo foi explorado matreiramente, apresentando o Norte como um bloco coeso em prol da defesa da revolução, conforme afirmava José Américo:

"Em nosso meio não há discrepâncias. O Norte mobiliza-se numa extraordinária vibração cívica para lutar onde o Governo determinar".

Por ocasião da exortação às tropas da Paraíba que seguiam para combater os paulistas, Gratuliano exaltava a memória de João Pessoa:

"... Marchae soldados da Parahyba que a victoria é certa. Sô tenho duas cousas a pedir-vos: no aceso do combate, lembrae-vos de que antes de tudo soes parahybanos e que o espírito de João Pessoa paira por sobre as vossas cabeças, illuminando as vossas trincheiras e abençoando a vossa bravura".

Em São Paulo, dirigindo-se aos nortistas da Paraíba, José Américo

(31) Idem, 31/01/1931, p. 6. A facção dissidente liderada por Joaquim Pessoa e Botto de Menezes batia-se pela constituinte através das colunas deste jornal. Neste sentido, empreendeu verdadeira campanha, enviando manifesto de apoio a João Neves da Fontoura e realizou, inclusive, comício em janeiro de 1932, ocasião em que Joaquim Pessoa foi aclamado "... como futuro presidente constitucional da Parahyba" idem, 23/01/1932.

rico animava-os à luta apresentando-a como a resistência que atentaram contra a autonomia da Paraíba e financiaram os cangaceiros de Princesa, definindo-a como uma homenagem a João Pessoa:

"... E dar a São Paulo a certeza de que estamos dispostos a derramar todo o nosso sangue para não macularmos o sangue de João Pessoa, para não sermos inícuos ao sacrifício do nosso grande martyr". (32)

Concomitantemente, o Governo Provisório intermediado por José Américo investia politicamente no Nordeste, através dos serviços de obras contra as secas, consolidando seu prestígio e construindo as imagens de Vargas e seu ministro como benfeitores da região. Assim, consoante à reformulação político-econômica que, então se desencadeava, reforçava-se a ideologia regionalista, canalizando-a em proveito da legitimação da ordem vigente.

A crise econômica que atingia todo o país manifestava-se com mais gravidade no Nordeste e - como é óbvio - recaía sobre a classe subalterna aprofundando as contradições sociais. Em 1931, o quadro de miséria era agravado sob os efeitos da seca que se iniciava forçando levadas de sertanejos famintos à retirada e a invasão de centros urbanos, como descreve Orris Barbosa:

*"Foi uma crise de arrasar tudo.
Grandes levadas de famintos, invadindo várias cidades sertanejas, assaltavam casas de comércio ou*

(32) Cf. A UNIÃO, 23/08/1932, p. 5. A primeira e a segunda citações deste parágrafo foram extraídas de: A UNIÃO, 13/07/1932, p. 1 e 321/07/1932, p. 1 respectivamente.

investiam, inopinadamente contra os feirantes, estabelecendo uma atmosfera de pânico em todo o Nordeste". (33)

Por conseguinte, a estabilidade do processo de recomposição política das oligarquias pressupunha medidas de caráter prático no sentido de promover a ordem necessária à consolidação do regime. Fazia-se mister legitimar o bloco no poder, solidificando a dominação oligárquica e, assim, viabilizando a redefinição econômica. Neste sentido, o Governo Provisório e as interventorias puseram em prática medidas concernentes à promoção da ordem social. Enquanto realizavam conchavos com seus adversários das oligarquias locais, acenando com cargos e posições políticas, empreendiam uma ação persuasiva e coercitiva junto à classe subalterna.

Na Paraíba, logo no mês seguinte à vitória de outubro, a interventoria promoveu um Congresso Operário, cuja finalidade era

"amparar os proletários (...) auscultando-lhes as suas mais prementes necessidades". (34)

A abertura deste Congresso foi feita solenemente, revestindo-se de uma homenagem a João Pessoa. (35) Apesar dos tão propagados objetivos em debater-se a questão social e colher suges

(33) Orris Barbosa, op. cit., pp. 75/76.

(34) Cf. O LIBERAL, 07/11/1930, p. 1.

(35) O oração da imprensa oficial assim descreveu o evento: *"Instalação onte-ontem no Teatro Santa Rosa do Congresso Proletário, na ocasião o retrato de João Pessoa envolvido com os navilhões da República e da Paraíba, ocupava no recinto o lugar de maior destaque. O senhor Fiuza Lima, que presidiu a sessão, pediu que todos permanecessem de pé, por um minuto, em silêncio como homenagem ao grande e inolvidável estadista sacrificado pela inveja e pelo ódio dos poderosos de então e ainda como reverência a memória dos proletários mortos da Revolução".* A UNIÃO, 097 11/1930, n. 3.

tões para a solução dos problemas do operariado, após o término do Congresso, a imprensa nada mais informa a respeito. Em 1931, Antenor Navarro constituiu uma comissão de comerciantes, industriais, técnicos e bacharéis para diagnosticar as condições gerais da Paraíba e propor sugestões, resultando no já citado trabalho "Problemas e Necessidades da Parahyba". No capítulo referente à assistência social, evidencia-se a preocupação em conter a questão social através do corporativismo, promovendo, assim, a colaboração entre patrões e trabalhadores. (36) No que se refere aos trabalhadores rurais, a atuação da interventoria limitou-se a auxiliar o ministro José Américo na assistência aos flagelados da seca, fornecendo terrenos do Estado para abrigá-los.

Pelo que conseguimos apurar, parece-nos que a relação entre a interventoria Navarro e a classe operária foram relativamente amistosas. Em julho de 1931, as Associações Operárias Benéficas fundam o jornal A VOZ OPERÁRIA cujo teor reflete o clima de expectativas favoráveis ao encaminhamento e solução dos problemas da classe trabalhadora. Demonstra-se satisfeitos pela liberdade de expressão.

"Ja que hoje em dias, todas as classes e associações têm liberdade de pensar vamos por meio d'A Voz Operária, trabalharmos para o bem estar de todos os operários e do progresso da patria, porque todos têm o direito de caminhar sempre para um porvir radioso de luz e esperança".

Um mês depois o jornal deixa patente o bom relacionamento entre as Associações Operárias e a interventoria, ao agradecer

(36) Consultar Adhemar Vidal, These vigesima oitava in **Problemas e necessidades da Parahyba,**

a concessão de licença gratuita para a sua circulação e garantir que

"Os dignos dirigentes do Estado, receberão pontualmente exemplares deste jornal, e terão conhecimento das nossas queixas e das nossas necessidades e principalmente do que se torna imprescindível ao bem estar da massa trabalhista".

Assim, no momento em que os representantes da oligarquia se dividiam, e a facção dissidente alardeava pela imprensa o fracasso da revolução, as lideranças operárias depositavam confiança na obra renovadora. Acreditavam que seriam, a partir de então, vistos e ouvidos, que problemas como o analfabetismo e a falta de proteção ao trabalhador seriam solucionados,

"... principalmente agora quando a Revolução nos trouxe novos horizontes e outros caminhos, com visão grandiosa para o destino da Pátria querida e amada".

Outra constante no discurso operário é o culto à memória de João Pessoa, que atinge conotação de fanatismo. Para eles, João Pessoa é o Santo, o Apóstolo:

"É também o patentejar, insotismável dos grandes ensinamentos democráticos que levou ao povo brasileiro o Grande Desaparecido, o Santo Civil da República, o Apóstolo João Pessoa..."(37)

Assim, o culto a João Pessoa atuava ideologicamente como forma de unir a classe subalterna ao projeto político do bloco dirigente. No plano das realizações, a assistência prestada pe

(37) As citações deste parágrafo foram transcritas de A VOZ O PERÁRIA, das seguintes edições e títulos, respectivamente: Francisco Marques de Souza, "Avante Proletários", Antonio de Carvalho Santos, nº 6, 09/8/1931, p. 6. e "Nosso Programma", nº 1, 05/07/1931.

Los serviços das Obras Contra as Secas, alardeado como a "salvação do Nordeste", inculcava na massa rural e urbana a imagem paternalista do Estado. A legislação trabalhista complementaria a tarefa de cooptação do operariado. Simultaneamente, o Estado já iniciava a ação repressiva sobre os movimentos sociais. A Secretaria de Segurança Pública da Paraíba enviou contingente militar para repressão ao movimento que eclodiu no 219 B.C. de Pernambuco em 31 de outubro de 1931 com a participação de operários. Este movimento não se estendeu além de Recife, face à prontidão com que as unidades do exército aquarteladas em Natal, João Pessoa e Maceió combateu-o violentamente. (38)

Debelada a revolta, o órgão da imprensa oficial da Paraíba publicou editorial no qual mostrava a necessidade de prevenir a mais remota possibilidade de manifestação de rebelião, do que foi exemplo o movimento de Recife. Ao mesmo tempo, procura deturpar o sentido desta rebelião, creditando-a aos descontentamentos dos decaídos. Afirma que os insatisfeitos por terem sido desalojados pela revolução dos cargos que desonraram, estão insinuando entre os militares

"... o veneno da discordia, da indisciplina e da desordem, e acenando-lhes com promessas perigosas

(38) "Dominada a revolta militar, projectou-se o fuzilamento de centenas de soldados e operários envolvidos (...), os quais foram encurralados nas prisões de Recife e Fernando de Noronha". Cf. Orris Barbosa, op. cit., p. 62. Além de enviar tropas para Recife, a Secretaria de Segurança da Paraíba publicou nota de advertência aos paraibanos, na qual prevenia-os de que "... tomará as mais enérgicas medidas de repressão aos boateiros e elementos que tentem explorar os últimos acontecimentos de Recife, perturbando por qualquer forma a paz e a tranquilidade pública". A UNIÃO, 30/10/1931.

sas e absurdas". (39)

Face ao jogo político de Vargas, que até então repre-
sentara o papel de árbitro das facções em luta, e após a rebe-
lião de São Paulo, procurava descartar-se da interferência dos
tenentes determinando o retorno constitucional (40) o situacio-
nismo paraibano rende-se ao fato consumado. Assim, a interven-
toria da Paraíba lamenta que o Governo Provisório não tenha
disposto de condições para satisfazer as aspirações dos revo-
lucionários, para implantar reformas radicais e criar, conse-
quentemente, o ambiente adequado para abolir os vícios do re-
gime anterior. A enumeração das medidas que aponta como efi-
cientes à reforma pretendida permite-nos avaliar seu conteúdo
puramente elitista. Tratava-se de simples retoques institucio-
nais para favorecer a classe dominante, tais como revisão das
leis eleitorais e da justiça e adoção de novo sistema tributá-
rio

*"... que desafocasse as classes productoras e cohi-
bisse o abuso do industrialismo fictício..."* (41)

Enfim, correspondiam às aspirações protecionistas da elite a-
grária-exportadora paraibana, premida pela crescente subordi-
nação aos interesses do espaço privilegiado do Sudeste.

Logo, porém, a interventoria saudava a Constituinte e
punha fê na futura Constituição. Em seguida, encampava a can-

(39) "Antes prevenir...", editorial d'A UNIÃO, 06/11/1931. Não obstante, o constante trabalho de interventoria, aliciando lideranças o-
perárias e ameaçando medidas repressivas, durante os anos
1934-35, os movimentos sociais ascenderam, conforme expli-
citamos no item 3 deste capítulo.

(40) A corrente reformista do tenentismo perdeu terreno para
os setores legalistas que conseguiram o retorno da ordem
constitucional. Em 26/10/1932, Vargas reorganizou a co-
missão para elaborar o anteprojeto da Constituição e mar-
cou eleição para 03/10/1933. Consultar Edgard Carone, *A
República Nova*.

(41) "A Futura Constituição", editorial d'A UNIÃO, 15/11/1932.

didatura de Vargas para presidente constitucional. José Américo propagava o mérito de Vargas como benfeitor do Nordeste e o decorrente compromisso histórico da região de apoiá-lo.

Em função das eleições para a Constituinte as disputas entre a elite política da Paraíba foram acirradas. As facções oligárquicas organizaram-se em partidos e reeditaram o tom das campanhas político-eleitorais pré-1930. O grupo que em 1930 levantara a bandeira da Revolução, agora dividido, concorre pela predominância na política estadual, no bojo do movimento de reconstrução do poder oligárquico. A conjuntura histórica favoreceu a facção dirigente sob a chefia do Ministro da Viação, impondo-se, assim, o americismo⁽⁴²⁾ apoiado por coronéis e oligarcas, correligionários e adversários de 1930.

3.2. O ALGODÃO E O AÇÚCAR NA CRISE DAS OLIGARQUIAS

Antes de procedermos a análise da conjuntura econômica paraibana, faz-se mister lembrar que, no período em estudo, sua configuração estava intrinsecamente associada ao contexto da crise econômica e política. Do ponto de vista externo, os efeitos da Grande Depressão⁽⁴³⁾ propagavam-se na economia brasileira, repercutindo intensamente, face à sua vulnerabilidade e dependência aos mercados externos, agora bastante reduzi

(42) Por americismo compreende-se a correlação de forças liderada por José Américo. Utilizamos, aqui, esta nomenclatura com o sentido de oligarquia, conforme explicitamos na nota 7 do Capítulo I.

(43) Trata-se da conhecida crise econômica deflagrada no mundo capitalista em 1929 a partir do "crack" da Bolsa de Nova Iorque.

dos. A economia cafeeira, como sabemos, setor predominante na balança comercial do Brasil já vinha apresentando sintomas de enfraquecimento frente às crises de superprodução. Ao mesmo tempo, processou-se a crise política que redundou na rebelião de 1930. Esta conjuntura de crise, por sua vez, impôs a adoção de medidas que contribuíram para reformular a economia brasileira, concomitantemente à redefinição de sua estrutura política. A intervenção do Estado se fez no sentido de propiciar um novo modo de acumulação, e de redimensionar os espaços em função da nova divisão nacional do trabalho, direcionando a transição do primado da economia agro-exportadora para o setor urbano-industrial.⁽⁴⁴⁾ A este respeito, Francisco de Oliveira esclarece que:

"O desenvolvimento industrial da "região" de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais riososamente, começou a forjar uma divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao "arquipélago" de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior. Derrocaram-se as barreiras alfandegárias existentes entre os Estados, na rota das transformações operadas pela Revolução de 1930, pois existiam na forma de um imposto estadual sobre as importações provenientes de quaisquer outros Estados; instituiu-se o Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país, e aboliu-se a capacidade que detinha cada Estado de legislar sobre co

(44) Apesar da predominância do setor urbano-industrial só efetivar-se a partir de 1956, quando a renda deste setor, pela primeira vez, superou a da agricultura, o processo de transição inicia-se nos anos trinta. Consultar Francisco de Oliveira, **A economia brasileira crítica à razão dualista.**

bre comércio exterior..."(45)

Tratava-se, assim, de uma fase de transição em que os mecanismos de acumulação foram redefinidos, promovendo-se a redivisão nacional do trabalho e a concentração/centralização do capital no Sudeste sob a égide do Estado nacional. Este, através dos organismos político-institucionais então criados (interventorias, institutos, autarquias e grupos técnicos) impôs a todo o território nacional o equivalente geral da economia industrial, estimulando, assim, uma concorrência desigual que beneficiou, naturalmente, os espaços econômicos dotados de maiores condições de produtividade, em detrimento do Nordeste, como salienta Francisco de Oliveira:

"Nota-se em tais condições de agravamento do chamado aumento das disparidades regionais de crescimento; em verdade, riosamente, não se está em presença de nenhuma estagnação das "economias regionais"; o que existe e impõe sua lei é a nova forma de crescimento do capital. A estagnação, quando existe, é ela própria uma fase do ciclo. Quanto às relações entre a "região" Centro-Sul comandada por São Paulo e o "Nordeste", tanto a çucareira-têxtil quanto algodoeiro-recuário, esse movimento começa exatamente pela destruição dos capitais no "Nordeste" (...)

As disparidades são, concretamente, o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre os "Nordestes" e o Centro-Sul, e assiste-se à destruição ou fechamento de fábricas, à invasão de produtos agrícolas do Centro-Sul, a ritmos de acumulação diferenciais que implicavam, no final, no predomínio das mercadorias do Centro-Sul sobre as dos "Nordestes", em todos os seto -

(45) Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião*, pp. 64-65, grifo do autor.

res..."(46)

A história da economia paraibana, a partir dos anos trinta, constitui a evidência do processo acima descrito. Como veremos, é nesta fase que a Paraíba perde a posição de principal Estado algodoeiro, frente ao avanço da agricultura paulista, não obstante a predominância da oligarquia algodoeira no bloco dirigente do Estado. Entendemos que as oligarquias paraibanas, a exemplo das nordestinas, foram incorporadas ao projeto de redivisão nacional do trabalho, ao novo modo de acumulação, tendo como contrapartida a preservação de seus interesses específicos.

Como vimos, no capítulo anterior, a produção agrícola da Paraíba vinha em franco crescimento durante a segunda meta de da década de vinte. Sua principal cultura, o algodão, em 1929 bateu o record das exportações. Em 1930, a produção algodoeira continuava crescendo e a Paraíba mantinha o primeiro lugar entre os Estados produtores. Em 1931, face a estiagem, limitou-se a área de cultura; Todavia a Paraíba permanece ainda sendo o maior produtor, como demonstra a tabela seguinte.

(46) Idem, ibidem, p. 66.

TABELA VII
PRODUÇÃO DE ALGODÃO DOS ESTADOS DO NORDESTE
(1930-1931) (em quilos)

Anos	Ceará	P.G.do Norte	Paraíba	Pernambuco
1930	19.956.440	18.380.304	28.936.730	21.952.084
1931	13.969.508	9.978.220	17.960.796	12.971.794

FONTE: Orris Barbosa, **Secca de 32 (Impressões Sobre a Crise Nordestina)**, Rio de Janeiro, Adersen-Editores, 1935, p.60.

A situação da economia açucareira era bem mais precária. Pernambuco, principal produtor, tinha suas usinas operando com apenas 50% da capacidade ^{de} produção de açúcar, procurando compensarem-se com a fabricação de álcool e, em muitos engenhos, não se sabia o que fazer com as novas safras.⁽⁴⁷⁾ Na Paraíba, a produção açucareira, já de pouca expressão, foi reduzida, mal dando para abastecer o mercado local.

TABELA VIII
PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DOS ESTADOS DO NORDESTE
(1930-1931) (em sacos de 60 quilos)

Anos	Ceará	P.G.do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas
1930	610.000	175.930	310.920	5.738.500	1.817.360
1931	660.360	146.870	301.000	4.414.560	1.541.980

FONTE: José Joffily, **Revolta e Revolução - Cinquenta Anos Depois**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 73; Orris Barbosa, **Secca de 32 (Impressões Sobre a Crise Nordestina)**, Rio de Janeiro, Adersen-Editores, 1935, p. 64.

(47) Ver Orris Barbosa, op. cit., p. 60.

Em 1931, já se manifestavam os sinais da estiagem que eclodiu de forma angustiada no ano seguinte, alastrando-se por todo o Sertão, acarretando a queda da produção do algodão Mo
cô. O clima era de desânimo como descreve Orris Barbosa:

*E no anno seguinte (1931), o desanimo invadiu o espirito de agricultores e commerciantes. Ninguém sabia aonde ia parar o salto no escuro da Revolu
ção de Outubro, sem diretrizes predeterminadas pa
ra a tomada violenta do poder, e já corroida pelas
dissenções aticadas por varios chefes ambiciosos
de sêde de mando. (...)*

*Os jornaes opposicionistas, dentro das aperturas
provincianas e no desespero das pequenas tiragens,
investiam contra os novernantes, descendo até ao
ataque pessoal. Os contribuintes gritando contra
os impostos extorsivos. Os agricultores com as sa
fras pendentes sem collocação. E as camadas traba
lhadoras quasi passando fome à custa de salarios
que mal davam para a carne do ceará, a farinha e
o feijão..."(48)*

Era realmente uma situação de instabilidade econômica, social e política, reflexo, como já falamos, dos efeitos da Grande Depressão, entrelaçada à conjuntura de crise do país. Passemos a analisar a política econômica das interventorias da Paraíba nos anos trinta, tentando, assim, apreender o sentido e os limites de sua atuação.

Havia, na Paraíba, uma expectativa favorável às mudan
ças que o movimento de 1930 traria ao Estado, concedendo-lhe
um tratamento especial, face a sua participação ativa na rebe
lião. Antenor Navarro propôs-se a pôr em prática o plano de o

(48) Idem, *ibidem* pp. 59 e 64.

bras de João Pessoa, inclusive a construção do porto de Cabe
delo, apelando para a ajuda do poder central, uma vez que a
 situação financeira do Estado era deficitária, por conta do
 desfalque resultante das despesas da campanha de Princesa. Na
 varro reconhecia, entretanto, que a construção do porto não
 era suficiente para impedir o desvio do comércio da Paraíba
 para Pernambuco, fazendo-se necessário ligar as zonas produ
 toras à capital através de uma estrada de penetração, reverten
 do, assim, a preferência dos agricultores do Sertão pelo co
 mércio com o Recife. Segundo o porta-voz oficial, a presença
 de José Américo no Ministério da Viação contribuiu para a nor
 malização das finanças do Estado. Odon Bezerra, então secretá
 rio do governo, mostrava-se otimista, declarando que a situa
 ção financeira da Paraíba era

"... de franca convalescença",

e que o empréstimo fornecido pelo Banco do Brasil possibilita
 ra a amortização da

"... irrisória dívida flutuante"

e a continuação das obras iniciados por João Pessoa.⁽⁴⁹⁾

Mesmo a revogação das barreiras alfandegárias entre os
 Estados, extinguindo as taxas de exportação, que haviam sido
 a principal razão do conflito de Princesa, foi saudada como
 adequada ao sistema tributário implantado por João Pessoa, que,
 segundo Navarro, só necessitaria ser retocado para enquadrar-
 se ao novo decreto.⁽⁵⁰⁾ Assim, enquanto agentes do poder cen

(49) Cf. exposição de Antenor Navarro a O JORNAL, Rio de Ja
 neiro, apud A UNIÃO, 11/06/1931, p. 1 e entrevista de
 Odon Bezerra, A UNIÃO, 15/07/1931.

(50) "O nosso sistema tributario em face do decreto federal
 nº 19.995", editorial d'A UNIÃO, 14/08/1931.

tral, os interventores endossavam a política de centralização do capital e de divisão regional do trabalho nacional, em nome da pretensa unidade nacional.

Entretanto, a chamada "questão regional" avultava no discurso da facção oligárquica dissidente, que proclamava as diferenças entre o Norte e o Sul, o antagonismo, a rivalidade e a discriminação. Dizia que tudo se concedia ao Sul e nada ao Norte, a não ser esmolas ("Somos uns exilados dentro da pátria, mendigos na terra de chanaan"), e jogava com o quadro de miséria da maioria da população nordestina:

"A procissão macabra e tenebrosa dos sem pão, sem lar e sem trabalho transborda as ruas estendendo a mão mirrada à generosidade pública. Passam tropeços, as quedas, e, as vezes, sinistros como os demônios do inferno de Dante". (51)

A dissidência denunciava também que os grandes Estados já se agitavam para assumir a liderança do processo político, daí, a necessidade de que os Estados pequenos se organizassem em blocos para obstacular sua subjugação. (52)

Enquanto isto, o ministro José Américo enfatizava a necessidade de que o Norte se mantivesse alheio às "máquinações da política" que prejudicavam a região, criando-lhe embaraços à realização de seus interesses. Acrescenta que o Norte não

(51) José Leite, "O Norte e o Sul", BRASIL NOVO, 28/03/1931, p. 1. Em editorial com o título "Comunismo ou fome", da edição de 18/04/1931, este mesmo jornal alertava para o perigo de que a fome provocasse as condições para "o comunismo automático da fome, antes que nos assaltem os cos sacos da própria fome...".

(52) "Hegeemonia política dos Estados leaders", editorial do BRASIL NOVO, 09/05/1931.

pode prescindir do apoio do Sul e do Centro "para que não lhe falte assistência às suas necessidades essenciais". Aconselha, portanto, que o Norte se omita das competições políticas e se concentre na reivindicação de medidas administrativas. Segundo ele,

"A hegemonia do país é prêmio alto demais para as forças do norte, que precisam ser, poupadas nesse prelio em que são lhes poderia tocar uma função secundária..."(53)

Mais adiante, o interventor Argemiro de Figueiredo reiterou esta opinião, declarando a firme disposição dos Estados do Norte em apoiar o governo Vargas, negando qualquer formação de bloco regional e enfatizando que

"... os governadores do septentrião do país cogitam (...) de fortalecer, cada vez mais, o prestígio e autoridade do poder central para a firme consolidação da unidade nacional e das instituições republicanas".(54)

Assim, a ideologia regionalista se impõe com mais força. Os interesses das oligarquias nordestinas são confundidos com os interesses do "Norte" e José Américo, como representante da facção oligárquica em ascensão (comerciantes-exportadores de algodão), prescreve sua subordinação à burguesia do Sudeste, travestida, no discurso, de "Sul", como forma de resolver seus problemas imediatos.

O empenho de incorporar o Nordeste à economia do Sudeste, estimulando o caráter de complementaridade da economia nordestina, também partiu de Agamenon Magalhães e Assis Chateau

(53) José Américo de Almeida, "Interesses do Norte", JORNAL DO BRASIL, cf. A UNIÃO, 20/08/1933, p. 1.

(54) Argemiro de Figueiredo, A UNIÃO, 18/04/1936.

briand (respectivamente Ministro do Trabalho e empresário dos "Diários Associados"). Este último organizou uma caravana de banqueiros e economistas de São Paulo em direção ao Nordeste, cujo objetivo, explicitado por Agamenon Magalhães, traduzia-se:

"... na necessidade de expansão da riqueza nacional(...) É a conquista de um mercado que movimentará os valores da riqueza paulista. O Nordeste consome 33% da produção industrial de São Paulo (...) se São Paulo é o grande parque industrial do Brasil, o Nordeste é o celeiro opulento de matérias primas - fibras e plantas oleaginosas - que estão a desafiar organização e capital. O crescimento econômico de São Paulo teria necessariamente de culminar no transbordamento da seiva para o Nordeste. O fenómeno da industrialização realiza aqui e como já o fez nos Estados Unidos, a migração de capitais em busca de novas actividades, de novas riquezas. Allí foi o movimento para o Oeste, aqui é para o Nordeste..."(55)

Esta declaração, comprova a pertinência da tese de Francisco de Oliveira, citada anteriormente, segundo a qual, o desenvolvimento industrial de São Paulo definiu a divisão do trabalho em escala nacional. Opera-se, então, o rearranjo do espaço regional de forma a preservar a reprodução da classe dominante ao mesmo tempo que se constitui o Estado Nacional.

A assistência prestada ao Nordeste pelo governo federal por ocasião da seca de 1931/32, como já salientamos, favoreceu a percepção do poder central como o benfeitor junto à população diretamente atingida, e, do ponto de vista da classe dominante local, contribuiu para legitimar o Estado Nacional

(55) Agamenon Magalhães, "São Paulo e o Nordeste" in A UNIÃO, 13/11/1936, p. 1.

como promotor da manutenção da ordem social. Ao mesmo tempo, o americismo ascende pelo crescimento do prestígio de José Américo como "o ministro do Norte", o intermediador junto a Vargas e realizador da "obra redemptora". (56)

O prolongamento da estiagem agravou a situação do trabalhador rural do sertão nordestino e provocou reações de temor na classe proprietária. (57) Na Paraíba, várias entidades representativas da classe dominante, notadamente a Associação Comercial, enviaram apelos ao interventor Navarro e ao ministro José Américo para que fossem tomadas providências urgentes - principalmente a implantação de serviços que garantissem a subsistência dos flagelados -, fixassem as levas de retirantes e realizassem obras - construção de açudes e estradas - para favorecer a produção. (58) Portanto, fazia-se necessária a intervenção do Estado para garantir a própria ordem oligárquica. A este respeito, Orris Barbosa afirma:

"Urge a intervenção do Estado no sentido de evitar o mal maior dos conflitos que resultariam dos entrechoques violentos dos que não queriam morrer de fome com os que não tinha nenhuma obrigação social de amparar, em massa, a miséria clamante". (59)

Destarte, a Inspetoria de Secas agilizou o plano de obras e sua imediata execução. No Ceará, onde a situação era mais grave, para evitar que as levas de retirantes invadissem

(56) O porta-voz oficial diariamente elogiava o trabalho de José Américo - "o ministro das secas" - em prol dos flagelados. Consultar A UNIÃO, 1932/1933.

(57) "Multidões errantes aterrorizavam as cidades que clamavam para os poderes públicos, retransidas diante de as saltos iminentes às suas reservas pelas massas nauseabundas e terríveis". Cf. Orris Barbosa, op.cit., pp. 80-81.

(58) Esta foi a tônica da imprensa desde 1931 a março de 1932.

(59) Orris Barbosa, op. cit., pp. 76-77.

as cidades, foram improvisados campos de concentração, que, segundo Orris Barbosa, alojavam mais de cem mil fládelados em caixas monstruosas, na maior promiscuidade.⁽⁶⁰⁾ Destes aglomerados, partiam os fládelados - inclusive mulheres e crianças - para os serviços de ajuda e construção de estradas de rodagem.

Na Paraíba, a Inspetoria implantou três centros agrícolas - em Alagoa Grande, Guarabira e Bananeiras - que absorveram mais de quatro mil retirantes. O núcleo de Alagoa Grande foi instalado em terras da usina Tanques, sendo que 25% dos lucros da safra de cana-de-açúcar foram entregues ao proprietário da usina.⁽⁶¹⁾ Assim, o Estado pagava insignificantes salários aos fládelados e dividia o lucro com o latifundiário fornecendo-lhe, portanto, mão-de-obra gratuita.

O plano de obras contra as secas propiciou um clima de entusiasmo de tal forma eficiente à legitimação do bloco no poder, inculcando a idéia de efetivas mudanças, que contagiou até mesmo Orris Barbosa, cuja obra denota consciência do problema social. Mostrava-se otimista quanto aos resultados das obras que, segundo ele, possibilitariam a umidade necessária às terras e sua posterior desapropriação e divisão em pequenas propriedades e cooperativas. Afirmava tratar-se de uma revolução econômica por imposição do Estado que proporcionará o desaparecimento da "região semi-desértica" e o "surgimento de um mundo novo". Não obstante criticar a desorientação do movimento de 1930, declarava que:

(60) "Esses campos, ocupados por vastas caixas monstruosas - muitas das quais tinham as paredes incertas formadas de bosta de boi cimentando alhos seccos - chegaram a comportar num só dia 105.000 fládelados", Orris Barbosa, op. cit., p. 78.

(61) Orris Barbosa, op. cit., pp. 88-89.

"As obras contra as secas, realizadas em 1931-33, salvaram a reputação da Revolução de Outubro, perante a história, marcando na terra nordestina os sinais indelevelis de sua evidencia politica nos açudes, canaes de irrigação e estradas de rodagem". (62)

Mais adiante, enaltece João Pessoa e José Américo como os artífices da redenção das massas agrárias e enfatiza o papel desempenhado pelas obras contra as secas, para a legitimação do movimento de 1930:

"Do desespero de massas do Nordeste a Revolução de Outubro tirou o que podia tirar para alimentar a sua victoria. (...)
Por fim das contas, as obras contra as secas são effectivamente, a pagina humana do outubrismo. Talvez a unica". (63)

Assim, o Governo Provisório contou com um trunfo eficiente para fazer face às dissensões oligárquicas, aos que se opunham à centralização política em nome da autonomia dos Estados. Promovendo a ordem social necessária e garantindo, portanto, a solidez das oligarquias estaduais, criava o consenso à efetivação do Estado Nacional.

Todavia, levando-se em consideração que as secas, em si mesmas, não constituem o fator determinante da miséria nordestina e sim apenas um agravante das condições de exploração em que vive o trabalhador rural submetido ao jugo dos latifundiários, é evidente que qualquer plano de obras posto em prática, por melhor que seja, não propiciará mudanças, mas refor

(62) Idem, ibidem, p. 119.

(63) Idem, ibidem, pp. 191 e 197.

çará a estrutura de expropriação e dominação vigentes. Por consequente, as obras contra as secas, do período em estudo, contribuíram também para reproduzir a base material do poder das oligarquias estaduais, só que a partir de então, redefinindo-o em consonância com o processo de reorganização do espaço que se desencadeava.

A análise mais expressiva do sentido das obras do IFOCS⁽⁶⁴⁾ é, a nosso ver, a de Francisco de Oliveira. Não descartando o mérito dos especialistas que dedicaram grandes esforços no estudo e conhecimento físico do Nordeste semi-árido e de alguns trabalhos produzidos⁽⁶⁵⁾ ele declara não haver ocorrido nenhum avanço no sentido de apreensão de sua estrutura, sócio-econômica:

"Sianificaram simplesmente um reforço das condições da própria estrutura produtiva, tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação e da apropriação".⁽⁶⁶⁾

Neste sentido, o Estado empreendeu várias obras, principalmente açudes e estradas. Os açudes, em sua maioria particulares, (durante a seca de 1931/32 foram construídos 22 açudes públicos e 51 particulares) nas propriedades dos coronéis, contribuindo duplamente para o seu maior enriquecimento. Garantiam a alimentação do seu rebanho durante a estiagem e estimulavam a

(64) A Inspeção Federal de Obras Contra as Secas foi criada em 1909, subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas. A partir de 1945 foi transformada em DNOCS.

(65) Francisco de Oliveira é de opinião que os êxitos das obras contra as secas foram notáveis no que concerne à construção de estradas. Ver Francisco de Oliveira, Elegia para uma re(11)gião, p. 48. Na Paraíba, iniciou-se a construção da ferrovia de penetração como parte do plano das obras contra as secas. Em 15/10/1932, A UNIÃO noticiava a inauguração do trecho até Pombal.

(66) Francisco de Oliveira, Elegia para uma re(11)gião, p.46.

produção de subsistência assegurando, assim, o baixo preço da força de trabalho dos moradores, meeiros e pequenos sitiantes. Nos momentos de agravamento das secas, por ocasião das denominadas "emergências" como foi o caso já descrito da instalação das frentes de serviço, os coronéis eram mais uma vez favorecidos. Como explicita o autor acima referido, os trabalhos realizados pelos flanelados nas barragens, estradas e centros agrícolas constituíam uma espécie de acumulação primitiva para os coronéis:

"Tal acumulação primitiva utilizava os recursos do Estado para a implantação de benfeitorias nas grandes propriedades, e sua forma de financiamento chegou a constituir-se em outro pilar da força e do poder político dos "coronéis" da oligarquia algodoeira-pecuária". (67)

Freqüentemente, coronéis-comerciantes financiavam as obras, naturalmente com grandes lucros, fornecendo mantimentos às frentes de trabalho. Além disto, tinham a oportunidade de fornecer empregos à sua clientela, criando trabalhadores reais e fictícios, conforme salienta F. de Oliveira.

"Obras - fantasmas e trabalhadores, 'cossacos' - fantasmas, povoavam as frentes de trabalho das secas". (68)

Vale salientar, também, a importância das estradas em

(67) Idem, ibidem p. 49.

(68) Idem, ibidem. A respeito da participação das oligarquias da Paraíba no fornecimento de créditos e mantimentos, encontramos, no jornal oficial, despachos telegráficos do interventor Gratuliano de Brito dirigidos ao presidente Vargas e a José Américo, solicitando atendimento ao apelo da Associação Comercial no sentido de que fossem pagas as contas aos fornecedores das obras contra as secas, pois o atraso estava provocando prejuízo ao comércio. Ver A UNIÃO, 06/12/1933.

preendidas pela IFPCS como meios de favorecer a reorganização do espaço regional e nacional em função da redivisão nacional do trabalho. Utilizando a mão-de-obra barata dos flagelados construiu-se uma rede viária que agilizou a articulação entre os espaços regionais, facilitando, assim, o intercâmbio de mão-de-obra e matérias-primas nordestinas e dos manufaturados do Centro-Sul.

Além da já comentada seca de 1932, durante o período em estudo, a imprensa paraibana registrou a de 1937 cujos efeitos se estenderam por dois anos, e a de 1942, que foi anunciada como de grandes proporções. As notas dos jornais da época demonstram que as oligarquias locais reagiam prontamente à emergência de mais uma seca, vislumbrando a oportunidade de novos investimentos do Estado. Alardeavam a necessidade da sua intervenção para socorrer os flagelados, evitando, assim, maiores conseqüências. A este respeito, o trecho abaixo é ilustrativo:

"O que vemos por todo o sertão é a indiscriminável perspectiva de um infortúnio público sem precedentes na história daquela região (...). Afirmando com inteira convicção e sem nenhum exatômetro: se o governo federal demorar por mais quinze ou vinte dias as suas providências salvadoras iremos assistir aos mais trágicos dramas que possam surgir de estômagos vazios, sem esperança de saciedade."(69)

Alegando a necessidade de auxiliar os flagelados moradores de suas terras, fazendeiros paraibanos anunciavam à imprensa a pretensão de construir açudes médios em regime de

(69) Entrevista de Janduhy Carneiro a A UNIÃO, 08/04/1942, p. 3.

cooperação com a IFCCS.⁽⁷⁰⁾ Assim, as oligarquias paraibanas encampavam o aparelho de Estado, fortalecendo-se e atendendo aos seus interesses de reprodução da estrutura econômica e social. Entretanto, do ponto de vista de sua posição no contexto político-econômico nacional, é inegável que nos anos pós-30 ocorre a gradativa redução da sua importância, no bojo do processo de centralização político-administrativa e concentração /centralização do capital no Sudeste, como veremos em seguida.

É a partir dos anos trinta que o Nordeste perde a posição de maior produtor de açúcar e algodão do país. As demarques da economia algodoeira e açucareira, nesta fase, refletem os mecanismos em curso de concentração/centralização do capital no Sudeste. A propósito, vejamos concretamente a trajetória destes produtos na Paraíba, tentando captar no seu movimento o papel de suas oligarquias face à reorganização político-econômica que se opera.

Vimos que, até 1931, a Paraíba era o maior produtor-exportador de algodão.⁽⁷¹⁾ Entretanto, a partir de 1932, ela perde esta posição para São Paulo conforme indica a tabela a seguir:

(70) Cf. A UNIÃO, 08/04/1942, p.3.

(71) Em 1931 os Estados nordestinos produziam 86,3% do total do algodão brasileiro; enquanto que em 1940 sua participação foi reduzida para apenas 22,8%. Cf. Amélia Cohn, **Crise regional e planejamento.**

TABELA IX

COMPARATIVO DAS PRODUÇÕES DE ALGODÃO EM CAROÇO (em Kg) ENTRE OS ESTADOS DA PARAÍBA E SÃO PAULO (1930-1940)

Anos	Paraíba	São Paulo
1930	18.000.000	10.500.000
1931	23.000.000	21.500.000
1932	9.676.017	34.700.000
1933	23.330.745	105.000.000
1934	40.000.000	124.000.000
1935	48.833.000	176.345.000
1936	35.414.000	215.667.000
1937	37.998.000	245.790.000
1938	32.000.000	287.901.000
1939	35.000.000	295.240.000
1940	50.000.000	307.372.000

FONTE: Silvano Alberto de Vasconcelos, Ascensão e queda da economia algodoeira de Campina Grande, Suplemento TUDO, DIÁRIO DA BOBBOREMA, Campina Grande, 10/04/1983, p.6.

As razões da queda brusca da produção algodoeira da Paraíba estão relacionadas a vários fatores, sobretudo à concorrência de São Paulo. Desde 1918, quando uma violenta queda atingiu os cafezais do Centro-Sul, empreendeu-se a diversificação da sua lavoura, implantando-se a produção de açúcar e algodão. Quando a crise de 1929 bloqueou os mercados internacionais do café, as medidas protecionistas do Estado favoreceram a transferência de capitais do café para o algodão e o

açúcar. Ademais, a demanda da Alemanha e do Japão (este estimulou inclusive a imigração de seus súditos para São Paulo e o incremento de sua produção) ampliou consideravelmente o mercado algodoeiro para o Brasil. Conseqüentemente, a produção do Sudeste, dotada de melhores estímulos, facilmente abriu concorrência com a nordestina e esta perde a hegemonia do mercado, justamente na fase mais promissora em que a demanda cresce sob o efeito do aumento das exportações e do consumo interno.

O algodão representava, a essa época, a maior fonte de renda da Paraíba, o fator de equilíbrio de suas finanças, conforme demonstra a tabela abaixo:

TABELA X

RENDA DA EXPORTAÇÃO DA PARAÍBA (1934-1938)

Anos	Exportação Geral contos de reis	Exportação de Algodão contos de reis	Porcentagem do algodão
1934	116.114	85.232	73
1935	167.565	130.539	78
1936	180.914	135.919	75
1937	183.015	153.967	84
1938	173.666	109.331	63

FONTE: Otavio Bezerra, "A situação econômica do nosso Estado" in A IMPRENSA, 12/10/1939, p.3.

Arqu岸ando com a importância do algodão para a economia e finanças da Paraíba, a classe proprietária local constantemente reclamava da interventoria subsídios fiscais e facilidades de créditos. Em 1939, face ao agravamento da retra

ção da demanda e queda do preço - sob o efeito da guerra - a oligarquia algodoeira, alegando que sua tão expressiva contri
buição tributária não estava sendo recompensada com o trata-
mento merecido, apelava para a redução do imposto sobre o al-
godão e para a concessão de financiamento a preço módico. As
medidas implantadas pelo governo estadual, neste sentido, be
neficiaram, de certa forma, os grandes produtores, sobretudo
no referente à política creditícia através das Cooperativas im
plantadas. Contudo, os pequenos produtores permaneceram à
margem do protecionismo governamental. (72)

Desde o início dos anos trinta, a interventoria preocu
pou-se, sobretudo, em superar as deficiências técnicas da pro-
dução algodoeira. Antenor Navarro estabeleceu medidas de pro-
teção e fomento ao algodão (decreto estadual nº 31 de 08/12/
1930), exigindo que todo o algodão da Paraíba fosse classifi-
cado de acordo com os padrões do Ministério da Agricultura. O
Serviço do Algodão, por sua vez, adotou medidas em prol do au
mento da produção e da melhoria de sua qualidade. Passou-se,
a partir de então, a exigir que a produção algodoeira da Pa-
raíba fosse racionalizada dentro de critérios impostos pelos

(72) Sobre as informações iniciais deste parágrafo, consultar os números de A UNIÃO dos dias 29/01/1938; 02, 03, 04 e 10/02/1938, onde se encontram notas das Associações Comerciais da capital, Campina Grande e Cajazeiras pleiteando ao interventor a redução dos impostos sobre o algodão. Quanto às reclamações e exigências de financiamento, ver A IMPRENSA, 12/10/1939, p.3. O financiamento governamental era praticamente inacessível aos pequenos produtores. O governo cobrava uma taxa de todos os lavradores e estabelecia como condição para o fornecimento de empréstimos ser sócio de alguma cooperativa. Em 1937, o juro foi majorado de 3% para 8% ao ano. Mesmo assim, o Estado não cumpria a determinação de fazer o depósito que lhe competia para auxiliar os lavradores. A este respeito, o deputado Delfino Costa declarou que "...o pequeno beiradeiro, o chamado Mané Xique-Xique, nunca fez outro movimento em torno da Caixa de Fomento da Agricultura paraibana, senão pagar as taxas de suas produções!"

órãos oficiais.⁽⁷³⁾ Tratava-se, portanto, da imposição do equivalente geral, conforme explicita Francisco de Oliveira e já aludimos anteriormente, que estabelecia teoricamente condições iguais para as diversas regiões produtoras, mas, no entanto, favorecia o Sudeste que tinha melhores possibilidades de atender as exigências decretadas.

Face à exigência da classificação oficial, comerciantes de algodão de Campina Grande reagiram, sob a alegação de ser prejudicial sua aplicação imediata. Solicitaram a suspensão do decreto nº 31 durante a safra 1931/32 e das multas nele estipuladas. Antenor Navarro suspendeu por poucos dias a execução do decreto e, após consultar firmas do Rio e São Paulo, que se manifestaram favoráveis à classificação padronizada, reativou-o plenamente. Além disto, Navarro iniciou negociações para o estabelecimento do "Convênio do Algodão". Tratava-se de um contrato de exclusividade de compra e venda entre a Bolsa de Mercadorias de São Paulo e exportadores ligados à Associação Comercial da Paraíba.⁽⁷⁴⁾

Com o crescimento da demanda internacional e a alta do preço do algodão no início da década de trinta, abre-se uma polêmica entre os comerciantes locais e industriais textéis do Sudeste. Estes pedem a intervenção do governo federal para forçar a baixa do preço, provocando a revolta dos comerciantes locais, que afirmavam ser uma pretensão absurda e lembravam os inúmeros sacrifícios que o governo tem feito para defender o café sem que o Nordeste reclamasse. Assim, não obstante a conjuntura favorável dos mercados externos à demanda

(73) Ver A UNIÃO, 11/06/1931.

(74) Consultar A UNIÃO, 04/02/1931.

e preços do algodão, a burguesia industrial-têxtil do Sudeste procurava forçar sua baixa, inclusive importando algodão brasileiro que estava estocado em Liverpool e, ainda mais, exigindo a dispensa das tarifas alfandegárias. (75)

Em 1932, João Maurício de Medeiros (delegado da Superintendência do Serviço do Algodão na Paraíba) alertava a respeito da ameaça que pesava sobre a economia algodoeira paraibana. Afirmava que

"... nenhuma dúvida nos assiste neste particular, tendo já a Delegacia do Algodão dado a conhecer seu ponto de vista a respeito, no relatório ao sr. Interventor Federal (...). São Paulo, que sempre foi o nosso principal mercado, já está produzindo e em grande quantidade, algodão de fibra curta superior ao nosso, dado o conjunto de qualidades que reúne e que às do nosso sobrepõem, tais como comprimento e uniformidade, principalmente..."

Acrescentava que São Paulo preparava-se para produzir também fibra média e longa em quantidade suficiente para abastecer sua indústria o que implicaria na perda do mercado paulista e redundaria no fatal comprometimento do comércio da Paraíba. Contudo, mostrava que ainda havia uma possível salvação, uma vez que a Paraíba era dotada de ambiente mais apropriado ao cultivo do algodão, desde que os seus poderes públicos propor

(75) As afirmações deste parágrafo fundamentam-se em: "A alta do algodão", editorial d'A UNIÃO, 23/12/1931; Memorial da Associação Comercial de João Pessoa ao interventor contra o pleito dos industriais do Sudeste, A UNIÃO, 29/12/1931 e A UNIÃO, 11/02/1932, transcrição do DIÁRIO POPULAR, São Paulo, onde denunciava que a simples presença deste algodão fez cair a cotação de 67\$000 para 53\$000 e sugeria que tratava-se na realidade de algodão dos Estados Unidos disfarçado de nacional.

cionassem os recursos necessários aos lavradores para aumentarem suas culturas. Lembrava o empenho da Associação Comercial da capital junto ao governo do Estado, solicitando seu apoio ao algodão e enfatizava que ela estava a par

"... melhor do que ninguém do futuro que nos aguarda se não cuidarmos seriamente do nosso algodão, em seu benefício empregando o Estado pelo menos 10% da renda proveniente de sua exportação, d'esse algodão, e não apenas 2% dessa renda, como vem acontecendo..."(76)

Face ao êxito da lavoura algodoeira paulista em 1932, no ano seguinte, os comentários da imprensa local concentraram-se nas especulações a cerca dos motivos da perda de hegemonia da produção do Nordeste. Invocam motivos de ordem climática, os processos rotineiros e as deficiências técnicas. O governo estadual anunciou medidas mais sérias para melhorar a produção - distribuição de sementes selecionadas, divisão racional das zonas de cultura, proibição de soltar gado nas plantações do arbóreo - inclusive, importação de sementes de São Paulo. A este respeito, em 1936, o dr. Alpheu Domingues (ex-diretor na Paraíba do Serviço de Plantas Textéis), em artigo publicado na imprensa, afirmou que a importação de sementes de São Paulo, em 1934, obedeceu a razões políticas e que estava havendo difusão da praga "Fusarium" nos algodoads da Paraíba. (77)

(76) Entrevista de João Maurício de Medeiros à A UNIÃO, 11/12/1932, p.5.

(77) Gratuliano Brito protestou afirmando tratar-se de descontentamento do técnico pelo seu afastamento do alto posto no Serviço do Algodão. Ver A UNIÃO, 05/04/1936, p. 1.

Impotente para recuperar a antiga posição de maior produtor de algodão do Brasil a Paraíba ainda conservou-se, durante a década de trinta, como principal produtor do Nordeste.⁽⁷⁸⁾ No início da década seguinte, todavia, a produção paraibana foi superada também no âmbito regional, passando à posição de segundo produtor do Nordeste, conforme pode-se confirmar na tabela abaixo:

TABELA XI
 PRODUÇÃO DE ALGODÃO - PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES
 (1942-1946)
 (em toneladas)

Anos	Ceará	R.G.Norte	Paraíba	Pernambuco	São Paulo
1942	19.048	11.862	18.471	14.002	282.665
1943	27.071	19.331	25.258	14.665	375.098
1944	27.665	22.664	29.222	22.339	445.572
1945	26.868	24.380	20.497	19.753	248.509
1946	29.199	21.261	20.515	21.062	241.837

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, Ano VII, Rio de Janeiro, IBGE, 1947.

Portanto, a oligarquia algodoeira local, não obstante haver capturado o aparelho de Estado e dominar a Associação Comercial, foi incapaz de deter a submissão da produção parai

(78) Em 1939 a produção dos Estados nordestinos apresentou os seguintes resultados em toneladas: Ceará 28.065; Rio Grande do Norte 22.080; Paraíba 39.269 e Pernambuco 23.783. Cf. Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/1940. O algodão representava 75% do valor das exportações da Paraíba. Cf. A IMPRENSA, 12/10/1939, p.3.

bana aos interesses do Sudeste e das potências imperialistas. As medidas postas em prática pelas interventorias refletiram sua rendição aos mecanismos impostos pela nova divisão nacional do trabalho. Assim, a partir de 1934, a interventoria concentra esforços no sentido da diversificação da lavoura, incentivando outras culturas⁽⁷⁹⁾ e propagando processos racionais e modernos para incrementar a produção algodoeira, importando técnicos e sementes de São Paulo.

Levando em consideração as reais condições da estrutura agrária paraibana, esta propaganda de estímulo à modernização da cultura algodoeira era totalmente ineficaz, uma vez que as relações não-capitalistas de produção eram constantemente reproduzidas nos domínios coronelísticos. Contando com um contingente de trabalhadores submisso à sua dominação pessoal, os latifundiários não sentiam-se estimulados a abandonar o tradicional processo produtivo, oferecendo, assim, o produto e reduzindo sua renda. Pelo que podemos perceber, havia, sim, a preocupação em deter as migrações de trabalhadores para o Sudeste. A este respeito, a imprensa da época várias vezes chamou a atenção para o recrutamento de trabalhadores locais por agentes enviados de São Paulo. Tratava-se, portanto,

(79) Neste sentido, A UNIÃO desenvolve intensa propaganda sobre as vantagens da policultura estimulando, assim os lavradores a produzirem as mais diversas culturas. Porém, somente por ocasião da Guerra Mundial e a consequente diversificação da demanda de matérias-primas, várias culturas foram realmente produzidas em maior escala, tais como a mamona, o caroá, a oiticica e o sisal. Este último, apresentou amplas perspectivas de recuperar a economia paraibana, em crise, face a concorrência de São Paulo na produção algodoeira. Segundo renomado agrônomo paraibano, a economia sisaleira da Paraíba não alcançou maiores êxitos por causa da interferência dos trustes que impediram, inclusive, a criação do Instituto do Sisal. Cf. Lauro Pires Xavier, entrevista à autora em 24/02/1984.

de fixar o trabalhador à terra garantindo aos latifundiários poderem contar com um exército rural de reserva, objetivo este que os serviços de obras contra as secas muito ajudou a atingir.

Em 1935, travou-se o debate em torno da penetração dos trustes na economia algodoeira paraibana. Os exportadores locais enviaram memorial ao governador Argemiro de Figueiredo no qual demonstravam sua desconfiança em relação ao capital estrangeiro, chamavam a atenção para o risco de desestabiliza-ção das organizações já em funcionamento e invocavam a inter-venção do Estado co através de atos que projetassem e estimulassem as pequenas empresas industriais existentes que se constituíram em

"... verdadeiras células de nossa expansão al^godo^eira".

Recusavam-se a aceitar a concessão de facilidades a elementos estranhos em detrimento das iniciativas já existentes. Afirmavam sentir

"o inimigo a vista (...) o imperialismo capitalis^ta que poderá estabelecer o controle de nreco num astrixante monopólio de fato da maior reserva e conômica do Estado".

Finalizavam, apresentando uma série de sugestões que visavam melhorar a qualidade do produto e evitar o monopólio.⁽⁸⁰⁾ Argemiro de Figueiredo propôs-se a considerar as sugestões dos exportadores, contudo concedeu subsídios para a instalação de

(80) Cf. A IMPRENSA, 28/05/1935, p. 3.

Anderson Clayton e Sanbra.⁽⁸¹⁾ De outubro a dezembro de 1936, na Assembléia Legislativa (constituída em sua maioria por representantes da oligarquia algodoeira-pecuária) travaram-se intensos debates a cerca destas empresas. O deputado Octávio Amorim confessou que, apesar da desconfiança dos comerciantes paraibanos ele recebeu com otimismo a entrada das poderosas firmas estrangeiras. Ele como outros se entusiasmaram com a aplicação de vultosos capitais que estimulariam o cultivo e a produção da Paraíba. Mais tarde, porém, reconhecendo seu engano ele declara:

"Agora, porém, que essas firmas estrangeiras já revelaram, com factos alarmantes sua sinistras intenções de monopolizar toda a atividade comercial em torno do algodão, afastando os concorrentes e escravizando os produtores, hoje quando não é mais possível a essas empresas dissimular o seu plano de acambramento e asphyxia, urgo que os poderes publicos tomem medidas protectoras da nossa lavoura algodoeira ameaçada de um colapso mortifero".⁽⁸²⁾

Face à campanha empreendida pela Assembléia Legislati-

- (81) A Sanbra iniciou-se na Paraíba, associada a Pinto Alves & Cia. do Recife. Logo depois desligou-se e incorporou a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro ampliando-se em 9 usinas. Anderson Clayton & Cia. Ltda encampou a S/A Wharton Pedrosa e rapidamente expandiu suas usinas e prensas desde Cabedelo até Cajazeiras. Cf. Celso Mariz, **Evolução Econômica da Paraíba**, pp. 166-167.
- (82) Octávio Amorim, discurso na Assembléia Legislativa, A **UNIÃO**, 03/10/1936, p.2. Outros deputados endossaram a argumentação de Octávio Amorim: Delfino Costa, João Vasconcelos, Fernando Móbrega, Aluisio Campos, Emiliano Móbrega, e Ascendino Moura. Todos pleitearam medidas protecionistas para as empresas locais. Foi constituída uma comissão de deputados que elaborou um projeto de defesa da produção algodoeira do Estado, regulamentado como decreto nº 766, porém, raramente cumprido, sobretudo, no que se refere as obrigações sociais (escolas para operários e filhos e assistência médica), que, aliás, a maioria dos deputados não aprovou. Ver A **IMPrensa** 29/11/1935 p. 1.

va contra as empresas estrangeiras, estas contã-atacam. Em artigo publicado no jornal oficial, refutam o discurso do deputado Octávio Amorim. Negam a existência de um "trust" monopolizando os negócios do algodão e impondo preços baixos. Afirmam que as duas companhias estrangeiras deflagraram a concorrência estimulando o preço, e que os lucros fantasiosos destas empresas sã existem na imaginação dos denunciantes. Centralizam suas críticas no ponto fraco dos coronéis do algodão e pecuária, salientando que demagogicamente apresentam os lavradores como as maiores vítimas das empresas estrangeiras, quando, na realidade, são eles próprios os seus maiores exploradores.

"... Mas elle agora, o nobre Jeca tão calunniado é quem não sobre, porque não se vê arrostado em especulações aventureiras como as que o envolveram no famoso "Corner" de 1932; porque não está mais escravizado ao fornecedor de gêneros, podendo agora adquirir-os de quem os vende mais barato, visto como pelo seu algodão recebeu do comprador dinheiro a vista; porque tem quem lhe a diante dinheiro a juros razoáveis para cultivo da terra, com liberdade de vender o seu algodão a quem mais lhe paraue..." (83)

Tudo indica que os deputados paraibanos logo desisti-ram de combater as empresas estrangeiras, limitando-se a procurar compensações elaborando projetos para o fornecimento de subsídios aos pequenos maquinismos de beneficiamento, tal como a dispensa do imposto de indústria e profissão. (84)

(83) Adolpho Cardozo Lyra, "O algodão do Nordeste", A UNIÃO, 18/10/1936, p. 1.

(84) Projeto de Delfino Costa, A IMPRENSA, 16/12/1936.

Celso Mariz é de opinião que a penetração dos trustes não provocou prejuízo para as firmas locais e sim, uma "emolção salutar", estimulando os comerciantes a modernizar suas empresas. Reconhece, entretanto, que a partir de então, os pequenos "vapores" foram eliminados.⁽⁸⁵⁾ Assim, apenas os grandes comerciantes conseguiram sobreviver. Estes adotaram a mesma política das empresas estrangeiras que consistia em: comprar apenas algodão em caroço, pagar um preço superior àquele vigente no mercado e financiar os agricultores.⁽⁸⁶⁾ Tratava-se, portanto, da submissão aos interesses capitalistas externos, ao mesmo tempo que reforçava as formas não-capitalistas de produção localmente, uma vez que tal política não alterava as tradicionais relações de produção. As empresas locais sobreviventes associavam-se, assim, às duas estrangeiras, impondo o monopólio e extraíndo lucros extraordinários, sobretudo através da "compra na folha"⁽⁸⁷⁾ aos pequenos lavradores.

Em 1938, no rol dos exportadores da Paraíba, firmas locais ainda ocupavam o primeiro e segundo lugares, Clayton e Sanbra apareciam em terceiro e sexto lugares respectivamente, como demonstra a tabela seguinte.

(85) "A cada chaminé de Anderson Clayton, da Sanbra e do aru no moderno que se aparelhou ao aparecimento destes, paravam 50 vapores em torno". Celso Mariz, Evolução Econômi-ca da Paraíba, pp. 169-170.

(86) Ver Silvano Alberto de Vasconcelos, op. cit., 17/04/1983, p.7.

(87) A "compra na folha" era o mecanismo pelo qual as grandes empresas especulavam com as safras dos pequenos produtores adiantando-lhes o pagamento do algodão no período das entre-safras a preços pré-fixados, independente das variações para cima que os preços pudessem ter no mercado internacional, mas sem a contrapartida das possíveis variações para baixo. Ver Francisco de Oliveira, Eleição para Uma re(li)gião, p. 42. Segundo artigo publicado em jornal paraibano, os pequenos agricultores, não contando com créditos oficiais, viam-se forçados a vender o seu algodão na folha sob a condição de entregá-lo 2 a 4 meses depois, na ocasião da colheita, com um abatimento de 50 a 70 por cento do valor corrente. Cf. A IMPRENSA, 08/08/1939, p.4.

TABELA XIÇ

PRINCIPAIS EXPORTADORES DE ALGODÃO DA PARAIBA E QUANTI
DADE EXPORTADA (Julho de 1937 a Junho de 1938)

Exportadores	Fardos	Quilos
José Henriques & Cia.	37.301	6.823.396
Abilio Dantas & Cia.	26.862	5.739.536
Anderson Clayton & Cia. Ltda.	23.413	4.269.197
Araújo Rique & Cia	23.115	4.228.613
Soares de Oliveira & Cia.	22.660	4.165.422
Soc. Ald. Nordeste Brasileiro	19.779	3.715.712
José de Brito & Cia.	19.896	2.001.934
Claudino Nóbrega & Cia.	8.963	1.696.743
Nicolau da Costa	9.970	1.691.248
Demóstenes Barbosa & Cia.	8.470	1.550.647
Companhia América Fabril	7.819	1.477.096
João Araújo & Cia.	7.882	1.437.557
Exp. de Produtos Brasileiros S/A	7.076	1.307.871
Vieira Filho & Cia.	4.272	805.780
Marques de Almeida & Cia.	3.559	576.586
S A C E I - Lois Dreyfus & Cia.Ltda.	2.702	475.099
Araújo Lucena & Cia.	2.317	425.089
S/A Ind. Reunidas F.Matarazzo	2.272	374.687
Aluisio Silva & Cia.	672	122.240
José Simões & Filhos	591	110.059

FONTE: Celso Mariz, *Evolução Econômica da Paraíba*, João Res
soa, A UNIÃO, Ed., 1939.

A safra algodoeira da Paraíba, em 1935, superou os índices anteriores. Todavia, o mercado cada vez mais se reduzia, face à concorrência de São Paulo e, no início de 1936, os estoques invendáveis acumulavam-se de forma crescente. Tentando escoar esses estoques, a oligarquia algodoeira, por intermêdio da Associação Comercial e de seus representantes no governo do Estado (Ardeiro de Figueirêdo) e no Parlamento, pleiteou ao governo federal a liberação da exportação dos tipos baixos através sistema de marcos compensados.⁽⁸⁸⁾ A imprensa do Rio de Janeiro manifestou-se contrária, empreendendo verdadeira campanha contra esta medida. O deputado Pereira Lira - encarregadado das questões junto ao Conselho Federal de Comercio Exterior - refutou, alegando que o Norte não estava pedindo favor ao governo federal e sim solicitando um tratamento igual ao dado aos cotonicultores do Sul, as mesmas condições de exportação que os beneficiou em 1935. Afinal, depois de dois meses de tramitação, das negativas iniciais e da interferência pessoal do governador, foram incluídas 62.000 toneladas de algodão de tipos baixos na lista de mercadorias a trocar com a Alemanha, conforme convênio firmado com este país. A imprensa oficial da Paraíba decantou esta medida como vitória dos representantes deste Estado. Contudo, mais adiante, o Senador Duarte Lima, em sessão do Senado, lamentou a precariedade do

(88) Por "tipos baixos" entendem-se os tipos inferiores de algodão, não classificáveis, cuja exportação era praticamente proibida, uma vez que só a Alemanha adquiria este produto e a mesma tinha sua moeda bloqueada. Cf. A UNIÃO, 18/02/1936. O sistema de "marco compensado" foi justamente a forma utilizada para viabilizar o comércio com a Alemanha, com a qual trocavam-se produtos. Cada país determinava as mercadorias a trocar e os seus preços, procedendo-se, então, a troca. Consultar Edgard Carone, A República Nova, p. 65.

convênio acima referido com relação ao algodão, cuja cota estipulada foi muito aquém da solicitada pela Alemanha, deixando um estoque de 60 milhões de quilos armazenados e posteriormente escoado pelos "trusts" do Sul. Enquanto isso, os produtos exportados pelo Sul (café, laranja, carne, etc) tiveram sua taxa aumentada.⁽⁸⁹⁾ Em 1937, a Federação dos Industriais balistas investe contra as exportações do algodão do Nordeste solicitando que o Conselho de Comércio Exterior abolisse a liberação concedida, no ano anterior, para a exportação dos tipos baixos e resíduos de algodão.⁽⁹⁰⁾ Assim, sem condições de concorrer com São Paulo nos mercados de tipos superiores, os comerciantes locais ainda ficavam presos às limitações impostas à exportação dos tipos inferiores, tendo que constantemente pleitear ao governo federal a concessão de quotas que thes permitissem disputar o mercado residual.⁽⁹¹⁾

Percebe-se, portanto, como a oligarquia algodoeira da Paraíba encontrava-se subjugada aos mecanismos de favorecimento ao Sudeste nos marcos da redivisão regional do trabalho em escala nacional.

(89) Tais considerações baseiam-se em: A UNIÃO, 16/02/1936, 01/03/1936, 04/03/1936, 08/03/1936, 13/03/1936, 21/04/1936 e 20/06/1936 e A IMPRENSA, 05/01/1936 e 19/02/1936.

(90) O deputado Octávio Amorim chamou a atenção para a gravidade do fato e a urgência de providências da Paraíba para impedir sua aprovação, pois isso significaria o fim das exportações do Estado que somente eram possíveis como câmbio baixo. Cf. Octávio Amorim, A UNIÃO, 12/01/1937.

(91) Neste sentido, a imprensa divulgou constantes apelos encaminhados pela Associação Comercial e pelo Sindicato dos Exportadores de Algodão, bem como as gestões dos interventores junto ao presidente da República. Consultar A UNIÃO, 15, 22 e 30/10/1938, 22/11/1938, 05/02/1939, 02/04/1939, 12/02/1939, 22/09/1939, 30/09/1939, 05/10/1940 e A IMPRENSA, janeiro de 1938.

Com a eclosão da II Grande Guerra, novas dificuldades atingiram o escoamento da produção algodoeira paraibana. A retracção dos mercados e queda do preço somou-se a impossibilidade de exportação dos tipos ^{baixos} para a Alemanha que vinha sendo o principal comprador da Paraíba. Pestou a oligarquia algodoeira paraibana recorrer mais uma vez ao governo federal no sentido de aprovação de novas quotas e licenciamento para proceder a exportação para a Espanha. (92)

Com relação a oligarquia açucareira, não resta dúvida que seu prestígio estava bastante reduzido. Entretanto ainda contava com certa influência junto ao governo estadual. Em 1931, face ao aducamento da crise da economia açucareira, foi realizado em Recife o Congresso da Lavoura do Açúcar, objetivando estudar meios de ampará-la. Do contato previamente havido entre os usineiros locais e o interventor ficou decidido que o representante da Paraíba não interviria nas questões referentes à exportação, que no momento não interessavam a Estado, uma vez que sua produção mal estava dando para o consumo interno. Assim, a representação da Paraíba só deveria opinar no que se referisse a valorização do produto.

Enquanto a produção açucareira das usinas paraibanas praticamente estagnava, os engenhos rapadureiros multiplicavam-se espalhando-se desde o litoral até o Sertão. Segundo Celso Mariz, em 1939 a Paraíba contava com mais de mil engenhos rapadureiros cuja produção superava o montante da produção do açúcar. (93) Assim, os efeitos do controle exercido pe

(92) Tratava-se, nesta fase, do único mercado em condições de absorver grande parte do excedente da produção local. Cf. A UNIÃO, 11/12/1940. Ver também A UNIÃO, 10/11/1940, 04/01/1941 e A IMPRENSA, 12/10/1939.

(93) Celso Mariz, op. cit., pp. 179-180.

lo IAA sobre a produção açucareira teve na Paraíba repercus-
são diversa daquela ocorrida entre os grandes produtores nor-
destinos.⁽⁹⁴⁾ Aqui, a intervenção do Estado através do IAA a-
tingiu sobretudo os senhores de engenho, na medida em que ta-
xou a produção de rapadura e limitou a sua produção. Por con-
ta disto, os senhores de engenho do Brejo manifestaram sua re-
volta contra as determinações do IAA com argumentos autõnio-
sos:

*"Como se o nobre rapadureiro fosse um concorrente
poderoso na balança da safra de assucar"*⁽⁹⁵⁾

Acusaram os usineiros de haverem criado o IAA em prol de seus
interesses e ainda determinaram a taxa de \$ 600 por carga de
rapadura. Insistiram que a rapadura não é o mesmo que açúcar
e é a base da alimentação dos trabalhadores do campo. A ques-
tão foi levada para a Assembléia Legislativa, onde os deputa-
dos Duarte Lima e Delfino Costa assumiram a defesa dos rapadu-
reiros. Argumentaram que a taxação e a limitação imposta pelo
IAA aniquilaria a produção e denunciaram que

*"... o IAA atira contra os pequenos fabricantes
de rapadura para apenas servir a uma parcella
de usineiros ambiciosos e poderosos"*.⁽⁹⁶⁾

O deputado Duarte Lima apresentou requerimento - aprovado por
unanimidade -, pedindo que se fizesse um protesto junto ao IAA.
Os rapadureiros conseguiram uma solução conciliatória: foram

(94) Ver o Capítulo I, item 04 e Nota 83.

(95) "Rapadura versus assucar", A IMPRENSA, 22/08/1935, p. 1.

(96) José Guerra de Araújo, (Engenho Serrotinho, Alagoa Gran-
de) "Assucar verso rapadura", A IMPRENSA, 03/10/1935, p. 3
5, e Duarte Lima, pronunciamento na Assembléia Legisi-
lativa, A UNIÃO, 11/10/1935, pp 1 e 8.

liberados os limites à produção e as taxas dos dois exercí-
cios que se achavam para cobrança. Em contrapartida, o IAA pro-
pôs a instalação de uma destilaria de álcool anídrico no Bre-
jo, com 50% dos recursos que ele forneceria, complementados pe-
lo governo do Estado. O senhor de engenho que intermediou o
acordo com o IAA afirmou haver sido uma saída honrosa que não
expôs os rapadureiros à inimizade com este órgão

*"... que inevitavelmente representa uma grande tor-
ça para os destinos económicos das zonas açucarei-
ras". (97)*

No início dos anos quarenta, entretanto, face à precá-
ria situação financeira da Paraíba⁽⁹⁸⁾, as oligarquias locais
movimentam-se em busca de novas concessões dos organismos es-
tatais. Neste sentido, os senhores de engenho do Brejo, às vol-
tas com uma superprodução de rapadura, solicitaram à interven-
tória para que interferisse junto ao IAA objetivando "conces-
sões mais liberais". Argumentaram que a cotação da rapadura es-
tava abaixo do preço de custo, prejudicando seus lucros, enquan-
to o açúcar e o álcool favoreciam grandes lucros. Gestões foram
feitas no sentido de atender aos reclames dos senhores de en-
genho, resultando em medidas paliativas, as quais, a exemplo
daquelas conseguidas pelos comerciantes de algodão, refletiam
a subordinação às medidas conciliatórias impostas pelo Estado
Nacional. Este, através de seu eficiente aparelho burocrático,

(97) José Inácio de Miranda, A IMPRENSA, 08/11/1935, p. 6. Ver
também a UNIÃO, 06/11/1935.

(98) Da euforia transmitida pela imprensa oficial até então,
passou-se, a partir de 1940, a mostrar a aflitiva situa-
ção econômico-financeira do Estado provocada, principal-
mente, pela queda das exportações do algodão e redução do
seu preço, que repercutiu nos demais produtos agrícolas.
Ver A UNIÃO 20/08/1940, 02/10/1940, 27/10/1940, 06 e 28/
11/1940 e A IMPRENSA 30/01/1941.

reorganizava os espaços regionais ao mesmo tempo que garantia a sobrevivência de suas oligarquias, conservando as bases de sua dominação, reorientando-as, contudo, para a nova divisão regional do trabalho.

Portanto, os dados empíricos evidenciam que a oligarquia agrário-comercial paraibana, em suas gestões junto ao governo central, não tendo condições de fazer prevalecer seus interesses maiores, acabou conciliando com as determinações impostas pelo Estado Nacional, que coordenava a reorganização dos espaços nordestinos em prol da reprodução do capital e sua concentração no Sudeste.

3.3. O MOVIMENTO OPERÁRIO E A REAÇÃO CONSERVADORA

Nos anos trinta, a reconstrução do poder oligárquico na Paraíba processa-se entrelaçada ao ascenso do movimento operário que, notadamente, em 1935 assume maior amplitude no bojo do acirramento das contradições sociais implícitas na conjuntura de crise e de reestruturação dos espaços. Em contrariedade, a presença, embora difusa, do trabalhador urbano na cena política paraibana influenciou no rearranjo das facções oligárquicas acelerando sua unificação em torno da centralização política encaminhada pelo Estado Nacional.

Consequentemente, não podemos descartar a presença da classe trabalhadora no cenário político pós-30, apesar de reconhecer suas limitações. Neste sentido, concordamos com Paulo Sérgio Pinheiro quando critica as análises que omitem este

dado. Assim, fazemos coro com a sua opinião de que

"As condições estruturais - ao nível econômico, por exemplo - podem constituir dificuldades para a concretização dos interesses objetivos do proletariado, mas não podem ser entendidos como obstáculo intransponível para a tomada de consciência: essa impossibilidade, a nosso ver, deve ser pensada a partir da crítica da visão anarquista. Caso contrário cairíamos num fatalismo estrutural através do qual a incapacidade do movimento operário seria a conclusão necessária". (99)

Como o autor acima referido, entendemos que a compreensão do movimento operário pressupõe a análise de sua atuação em consonância não somente com o plano econômico, mas, também, com o jurídico-político, o ideológico e a estrutura de classes

No plano econômico, vale relembrar a precariedade da indústria paraibana e a conseqüente insignificância do contingente operário. Como podemos observar na tabela abaixo seu crescimento no decorrer de duas décadas foi inexpressivo.

TABELA XIII
QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E
DE OPERÁRIOS PARAÍBA: 1920 e 1940

EM 10 - IX - 1920		EM 10 - IX - 1940	
Estabelecimentos	Operários	Estabelecimentos	Operários
251	3.635	737	13.210

FONTE: Censo Industrial: Estado da Paraíba. In: - Recenseamento Geral do Brasil (10 de setembro de 1940) Série Regional, Parte VIII - Paraíba, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

(99) Paulo Sérgio Pinheiro, *Política e Trabalho no Brasil*, p.97

Acrescente-se o papel do Nordeste, e da Paraíba em particular, como região satélite, subordinando-se cada vez mais ao Centro-Sul como fornecedor de mão-de-obra e de capital e consumidor dos manufaturados lá produzidos.

No plano da estrutura de classes, entendemos que falar em operariado da Paraíba, nesta conjuntura, é força de expressão. Oriundos da zona rural e condicionados aos ditames do coronelismo, às relações pessoais de dominação e dependência, muito frequentes também nas fábricas, os operários paraibanos dificilmente teriam condições de perceber sua condição de explorados.

Do ponto de vista jurídico-político, os canais institucionais e as disposições legislativas funcionavam como anteparo à expansão das lutas operárias. Aliava-se repressão e cooptação, consolidando, assim, o bloco no poder, incutindo no seio dos trabalhadores o temor de maiores avanços e ao mesmo tempo a idéia de serem beneficiados.

Paralelamente, as condições sociais, políticas e institucionais geravam o clima ideológico de aceitação, por parte do operário, de sua condição subalterna. Como já salientamos, o discurso regionalista, as obras contra as secas e a legislação trabalhista, de certa forma, uniram o operariado em torno do projeto político do bloco dirigente.

O Ministério do Trabalho e a lei de Sindicalização, então criados, constituíram-se nos principais instrumentos para a racionalização do conflito de classes, desviando-o do confronto aberto, intermediando as relações entre trabalho e capital redirecionando-as mais eficientemente para o desenvolvimento capitalista através dos regulamentos e controles do

Estado. Uma série de leis sociais foram então decretadas. Contudo, até 1937 a legislação implantada não passava de uma reatualização e generalização das velhas leis já existentes na Primeira República. Com o Estado Novo, as leis trabalhistas foram realmente inovadoras, consolidando o sindicalismo corporativista.⁽¹⁰⁰⁾ Em consonância com o corporativismo varquista, o governo da Paraíba, no início de 1931, já estimulava os trabalhadores a registrarem-se no Ministério do Trabalho e propunha os benefícios trazidos pela nova legislação.⁽¹⁰¹⁾ Contudo, pelos dados colimados, podemos afirmar que esta legislação não era cumprida na Paraíba. Quando ocorria a prática de alguma das leis decretadas, limitava-se às empresas de maior porte. A este respeito, Osias Gomes testemunhava que

"Em nosso Estado (e honra nos seja: não estamos sós na desdita) só se beneficia da lei os ferroviários da Great Western e os empregados da Empresa Tracção, Luz e Força. Fica assim uma lunda de desigualdade de condições entre cooperadores de empresas conceneres..."⁽¹⁰²⁾

Todavia, oligarcas paraibanos decantavam os benefícios proporcionados aos trabalhadores urbanos pelas leis trabalhistas. A este respeito, o senador Duarte Lima declarou que a nova legislação havia dado ao operário

(100) Consultar Luis Werneck Vianna, **Liberalismo e Sindicato no Brasil** e Antonio Pedro, **Estado e trabalhismo in Brasil - História Texto e Consulta**, vol 4.

(101) Ver A UNIÃO; 17/01 e 14/04/1931.

(102) Osias Gomes "A Chamada Legislação de Assistência Social"; A UNIÃO, 07/07/1933, p. 3. Segundo apuramos, na própria Great Western, todavia, o operário sindicalizado era tido como indisciplinado. Cf. Augusto Siqueira Arcoverde, entrevista à autora em 16/02/1984.

"... um padrão de vida superior ao da torturada classe média burguesa"

e lamentou a total falta de direitos do trabalhador rural.⁽¹⁰³⁾

José Américo manifestava-se veementemente em defesa do trabalhador do campo, salientando que tratava-se de uma injustiça a reparar

"O esquecimento em que jaz o trabalhador rural. O da cidade conseguiu concessões sobre concessões, mas o campo continua escravo pior do que o preto anteriormente".⁽¹⁰⁴⁾

Lamenta o salário irrisório do trabalhador rural, o desconforto absoluto

"... as coleras brutescas dos chefes, dos coronéis, do feudalismo truculento que não morre nos sentões (...). Chegou a hora de por um termo a estas coisas antes que o caboclo se rebelle e compreenda mais cedo ou mais tarde, a miséria de que o tornam vítimas. E ninguém sabe o que ha de ser então a reação desencadeada".⁽¹⁰⁵⁾

Acrescentou que o trabalhador urbano já tinha quase tudo, não oferecendo o risco de aderir ao comunismo. A ameaça neste sentido era representada, portanto, pelo trabalhador rural. Todavia, nenhuma ação prática no sentido de estender a legislação trabalhista ao campo foi empreendida. A única assistên-

(103) Apud A UNIÃO, 01/01/1937, p.1.

(104) José Américo de Almeida, entrevista a O GLOBO, Rio de Janeiro, apud A UNIÃO, 19/10/1932, pp 1 e 3.

(105) Idem, Ibidem.

cia prestada ao trabalhador rural circunscreveu-se à implantação dos serviços das obras contra as secas, que como já comentamos teve como principais beneficiários os "coronéis". Contribuindo para a reprodução dos fundamentos do mandonismo e enriquecimento dos latifundiários, as obras contra as secas forneceram também o clima ideológico necessário à eficiência do sistema de apropriação e dominação. Consequentemente, o trabalhador rural permaneceu totalmente tutelado pelo "coronel", submetido às relações de dominação e dependência pessoal, tendo como participação política o exercício do voto, agora "secreto", na chapa que lhe era entregue para depositar na urna. Mesmo assim, o acirramento das contradições nos anos trinta reflete-se, no campo, no recrudescimento do cangaço somente reduzido após a captura de Lampião e seu bando em 1938.

As condições de vida do trabalhador urbano da Paraíba, todavia, não diferia muito daqueles a que estavam submetidos os trabalhadores rurais. Organicamente vinculados à estrutura rural, continuavam, como já dissemos subordinados objetiva e subjetivamente às relações clientelísticas. Todavia, melhor situados, como participantes de uma vida urbana dotada de certo grau de comunicação com o mundo exterior e piores expectativas favoráveis quanto aos desdobramentos do movimento de 1930, os operários da capital partiram para uma ação mais efetiva em prol da mobilização de sua classe. Um dado indicativo a este respeito foi o aparecimento de alguns jornais editados pelos próprios operários, conforme relacionamos no quadro a seguir. (106)

(106) As imprecisões deste quadro justificam-se pela dificuldade em encontrar os jornais operários deste período. Assim, ficamos limitadas à análise de alguns números esparsos que conseguiram escapar do empenho das forças conservadoras em destruir a memória do movimento operário na Paraíba.

QUADRO VII

JORNAIS EDITADOS PELOS OPERÁRIOS NA PARAÍBA
(1931-1940)

TÍTULO	PERÍODO	PATROCINADOR
A VOZ OPERÁRIA	1931-1935	Associações Operária da Paraíba do Norte
UNIÃO OPERÁRIA	? -1932	União Operária Benfice <u>n</u> te
A ALVORADA	03-05-1933	Allianca Proletaria Be <u>n</u> eficente
A FRENTE	01-05 a 01-08-1934	Alguns Sindicatos de Cam <u>n</u> ina Grande
O CLARIM	1940 a ?	Sociedade União Operária Beneficente "Elisio de Sousa"

FONTES: Arquivo da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais de João Pessoa; Epaminondas Câmara, **Datas Campinenses**, João Pessoa, Departamento de Publicidade, 1947; Maria de Fátima Araújo, **Tudo Sobre imprensa**, João Pessoa, A UNIÃO Ed., 1984.

O primeiro, e de maior destaque, foi A VOZ OPERÁRIA que congregava as Associações então existentes tendo conseguido sobreviver por mais tempo. Até onde pudemos apurar, estes jornais enfatizavam notadamente a necessidade da união dos operários. Acenavam para o Socialismo, porém de forma vaga e destituída de conteúdo e apelavam, principalmente para o aperfeiçoamento moral, intelectual e o respeito às autoridades constituídas, como se pode observar no seguinte trecho do edito

rial d'O ALVORADA:

"... em qualquer lucta que tenhamos de travar, respeitaremos as auctoridades constituídas do paiz e teremos especial carinho e attenção à moral; mas proclicaremos todos aquelles que, sem nenhum resquício de verdade, de moral, de dignidade, procurarem ou venham a procurar destruir-nos com as suas sorrrateiras levandades, fazendo sentir aos homens de bem desta terra que os humildes obreiros da Alliança Proletaria Beneficente jamais se deixarão embair pelas labias desses profuas de todos os bons princípios". (107)

Acrescenta que tudo fará para o progresso do proletaria do, mas dentro da ordem, do respeito à lei, sem contudo virar bajulador. Defende a Alliança Proletaria Beneficente das acusações feitas pelos seus inimigos, denunciando-a às autoridades como subversiva, e defende o direito à liberdade para os trabalhadores:

"Só para vós, sacrada familia proletaria, não ha a democracia do direito e nem as bençãos da liberdade. E, sim, algumas vezes, a vossa classe, veroastada de injustiças, se arremente num movimento libertador e então o que lhes aguarda são cenas de sangue e de desespero, como ocorreu com a malograda, gloriosa e titanica campanha dos sa criticados impereciveis de 19 de maio de 1886, na Revolução de Chicago". (108)

Mais adiante, face à "ousadia" das manifestações de 1935, este e os demais jornais operários não tiveram mais condições de aparecer, suas vozes foram silenciadas violentamente e seus

(107) "Nosso aparecimento", editorial d'O ALVORADA, nº 1, 01/05/1933, p. 1.

(108) Idem, ibidem.

predadores presos, torturados e "desaparecidos". (109)

No capítulo anterior, pudemos constatar que os traba-
lhadores urbanos da Paraíba, apesar de todas as limitações es-
truturais a que estavam submetidos, empreenderam, na Primeira
República, sobretudo em 1917, algumas greves. Após 1930 per-
cebe-se que houve um movimento ascensional dos operários parai-
banos, salientando-se os anos 1934-35 como sua fase de maior
significação.

A criação dos sindicatos (QUADRO VIII), embora contro-
lados contribuiu para estimular a luta pela aplicação das leis
trabalhistas que praticamente existiam apenas no papel. Neste
sentido, os operários da Paraíba pleiteavam principalmente, a
jornada das 8 horas, lei de férias e a lei de acidentes de tra-
balho. (110) Inicialmente, eles assumiam uma postura reveren-
cial em relação ao bloco dirigente, a exemplo das Associações
Beneficentes, mostrando-se no período 1934-35 mais independen-
tes, destacando-se neste aspecto o Sindicato dos Trabalhado-
res na Construção Civil como o mais ativo e combatente. (111) Em
março de 1935 foi fundada a Frente Única Sindical, a exemplo
das que surgiam em todos os Estados. Funcionou na sede da So-
ciiedade Mecânica e foi muito ativa, estimulando a criação de

(109) Pelo que conseguimos detectar, durante o Estado Novo, os operários da Paraíba somente editaram um jornal (QUADRO VII), mesmo assim, mutilado pela censura do D.I.P. So-
mente na fase da redemocratização, foi fundado mais um
órgão voltado para os interesses dos trabalhadores. O
JORNAL DO POVO - editado por um grupo de intelectuais li-
derados por João Santa Cruz. Ver João Batista Barbosa, Santa Cruz e o Jornal do Povo.

(110) Cf. A UNIÃO, 09/11/1932 e o REBATE, 22/10/1932.

(111) Cf. Saturnino Ribeiro Alves, entrevista à autora em 20/
09/1984.

QUADRO VIII
ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES NA PARAÍBA - 1932

DESIGNAÇÃO	SEDE	DATA DA FUNDAÇÃO	Nº DE SÓCIOS
Alliança Prol.Beneficente	Capital	1927	251
Ass. dos Emp. do Comercio	Capital	1915	489
Ass.Prol.Benef. João Pessoa	Capital	1931	103
Centro Benef. dos Barbeiros	Capital	1930	43
" dos Chauffeurs da Paraíba	Capital	1922	134
" dos Trabalhadores	Capital	1931	92
" Prol. A. de Britto	Capital	1930	74
Soc. dos Art. Op. Mec. e Lib.	Capital	1881	142
" da União Op. Beneficente	Capital	1919	119
Sindicato dos Aux. do Com.	Capital	1932	279
" dos Graphicos	Capital	?	?
União Benef. dos Prol. da I.I.P.	Capital	1928	71
" dos Alfaiates	Capital	1925	32
" dos Op. e Trab. Catholicos	Capital	1915	402
" dos Estivadores	Cabedelo	1932	139
" Geral dos Trab. de Transp.Maritimos e Porto	Cabedelo	1931	161
Centro dos Trab.Barreirenses	Stª Rita	1931	72
Sindicato dos Op. Fab. Tibiry	Stª Rita	1931	345
Ass.dos Emp. do Comercio	Campina Grande	1920	119
Soc.Benef. dos Artistas	Campina Grande	1929	312
Sindicato Geral dos Trabalhadores	Campina Grande	1932	95
União Operaria Catholica	Campina Grande	1931	600
Ass.dos Emp. do Comercio	Esperança	1925	24
Sindicato dos Aux.do Comércio	Guarabira	?	?
União dos Art. e Operarios	Itabayana	1916	148
Ass. dos Emp. do Comercio	Patos	1920	38
União dos Artistas e Operarios	Patos	1931	46

FONTE: Anuario Estatistico do Estado da Parahyba, 1932, pp.162-165.

novos sindicatos e reforçando a luta dos operários. (112) Até 1934, a relação entre as representações da classe trabalhadora e a interventoria eram amistosas tornando-se tensas e até mesmo hostis a partir de então. Conforme já salientamos, o culto à memória de João Pessoa, de certa forma, unia a classe subalterna ao projeto político da interventoria. Acrescenta-se o impacto das obras contra as secas e a decretação de leis trabalhistas como instrumentos, de persuasão inculcando a imagem do Estado protetor. Simultaneamente, porém, iniciava-se a repressão sobre os trabalhadores através de reiteradas ameaças da interventoria àqueles que se insurdissem contra a ordem estabelecida. Completando o bloqueio, os vários segmentos da oligarquia paraibana empreenderam uma verdadeira campanha, que cobriu todo o período 1930-45, no sentido de inculcar o anti-comunismo. De forma cada vez mais intensa e sistemática tratou-se de postergar qualquer idéia de mudança criando-se, assim, a imagem do "perigo vermelho". O trecho abaixo do jornal oficial, dá-nos uma idéia do teor inicial desta campanha.

"... Acenando ao proletariado com as vantagens que decorreriam de um regime social sujeito a a quelles moldes, Lenine conseguiu arrasta-lo a tra oica aventura que iria derrubar a sociedade bur guesa da Russia e comprometter a segurança dos governos democraticos (...).

Essa perspectiva igualitaria de um regime economico despido de distincções, é que fez o prestígio inicial da revolução comunista. O novo estava cego. Deixou-se empolarar nela miragem..." (113)

(112) Idem, ibidem.

(113) "Que é comunismo", A UNIÃO, 04/02/1931, p. 9.

A preocupação em incutir uma imagem deturpada do regime soviético também se fazia presente no oração da dissidência oligárquica conforme demonstra a seguinte manchete:

"O Communismo traz as mãos manchadas de sangue humano. Olhar para sua phisionomia, onde se estampanam a hediondez e a ferocidade de criminosos natos, equivale estudar um mundo de projectos, que têm por fim não a paz da sociedade, não o progresso da Patria, mas o systema anarchico, o esmagamento do proletariado, a extinção completa da idéa de Deus". (114)

Este mesmo jornal, transcreve em seguida, o manifesto de Juarez Távora, no qual ele expõe as razões porque combate as idéias de Luis Carlos Prestes contido em livreto publicado pela Secretaria de Segurança. Argumenta que ninguém deve iludir-se com o canto de sereia dos agentes da propaganda comunista. Afirma que no comunismo ninguém possui nada, tudo pertence ao governo, que não há liberdade, que ele destrói o lar e a religião e que a Rússia atual é mais infeliz que antes. Em seguida, apresenta uma estatística dos fuzilados porque não aceitaram o regime, totalizando 1.776.647 pessoas e finaliza garantindo combater o comunismo e conclamando todos os trabalhadores para que o façam arrematando com a seguinte quadra:

*"Fôra o communismo,
Fôra os communistas
Viva a Revolução Brasileira!
Viva a Brasil!" (115)*

É ainda o jornal da oposição oligárquica que alerta na

(114) Cf. BRASIL NOVO, 22/03/1931, p. 1.

(115) Idem, ibidem.

ra o perigo representado pela fome que atinge os trabalhadores, tendo, porém, o cuidado de antes enfatizar seu pacifismo apresentando-os como infensos às idéias comunistas que medram em Recife, Rio e São Paulo e que arrenham os poderes dominantes.

"Os operários de nossas cidades do interior não são uns rebeldes e incendiários. Os trabalhadores rurais são tão pacíficos, como cordeiros. O que existe é muita fome, muita miséria, uma penúria extrema!

O que se deve levar em conta seriamente é a assistência a esses infelizes, tão miseráveis que desconhecem o direito de rebelião pela fome.

(...)

O comunismo é planta exótica em nosso meio. Os nossos operários se sentem felizes quando encontram um patrão que lhes dá o pão pelo seu trabalho diário.

Teme-se o comunismo que ameaça a ordem social, pelo roubo e pela chacina, e não se teme a fome que ceifa vidas e que pode produzir o comunismo automático". (116)

Reforçando a campanha anticomunista, o jornal da arquidiocese fazia sérias críticas ao regime soviético enquanto a bria espaço para a propaganda integralista. Percebe-se que, como os demais já citados, seu objetivo era impor a idéia de fracasso da experiência soviética, conforme explicita o trecho abaixo:

"Os jornais publicam notícias de fontes diferentes da Rússia, as quais informam que lavra naquele país um movimento geral de reação contra os

(116) "Comunismo ou fome?", editorial d'O BRASIL NOVO, 18/04/1931, p. 1.

soviets. Acrescentam as informações que a situação se agravava dia a dia causando, extraordinária a preocupação às autoridades do governo". (117)

O "perigo vermelho" é visto em toda parte. Toda e qualquer alusão em favor da classe subalterna é suspeita. Até mesmo um jornal da maçonaria - A ORDEM - é acusado pelo órgão da arquidiocese de dar guarida a comunistas simplesmente porque noticiou a realização de uma "Semana Pedagógica" em Campina Grande ocasião em que uma professora afirmou

"não se poder fazer ensino rural debaixo da feitoria dos latifúndios".

Assim os desentendimen^{to}s sobre a Igreja católica e a maçonaria, neste contexto, assumem a feição de luta ideológica. A este respeito, editorial do jornal maçônico, (sob o título "o sacro pererê do mundo") diz que A IMPRENSA tem medo de assombração e que critica a publicação maçônica pelo fato de ela abrir suas colunas a pessoas de linha independente e ser, ela própria, independente, pois

"... não endossamos crêdos apaixonados, políticos ou religiosos, por isso apelidam-nos de carbonários, de simpatizantes da Aliança Nacional Libertadora, como nos tempos bíblicos se injuriava o livre pensador dizendo: raça!

(...)

Mas os contrários da A IMPRENSA é que são incoerentes, porque do mesmo passo que têm um medo pânico do terrível papão comunista, pregam ardentemente o integralismo que é uma doutrina tão extremista quanto aquela, quer dizer, é a brasa socialista puxada para a sardinha do clericalismo". (118)

(117) "O regime soviético já não satisfaz aos russos", A IMPRENSA, 13/12/1934, p. 1.

(118) Cf. A ORDEM, 04/05/1935, p. 1.

Vale salientar a influência exercida pela Igreja católica junto ao operariado através de entidades assistencialistas. Em 1931, já se encontravam em funcionamento a União dos Operários e Trabalhadores Católicos e a União Operária Católica, respectivamente em João Pessoa e Campina Grande. (QUADRO VIII) Esta última, atuou em conjunto com a Sociedade Benéfica dos Artistas, dirigida e financiada por integralistas, distribuindo ajuda em dinheiro e sustentando mais de 500 alunos em suas escolas. Em 1932, foi fundado em João Pessoa um núcleo da JOC (Juventude Operária Católica) que se definia como sendo

"... uma associação que se destina à arrecimação de jovens obreiros no sentido de dar-lhes uma consciência de verdadeiro operário".

Neste ano, já congregava mais de 200 operários e inaugurava uma escola para gazeteiros. (119)

No que se refere a participação da Igreja na política local, sua influência se efetivou através da Liga Eleitoral Católica (LEC), cuja orientação era traçada no sentido de interferir no processo eleitoral no plano nacional atuando como grupo de pressão junto ao eleitorado. (120) Na Paraíba, ela se declarava isenta de participação em qualquer partido político pretendendo

"... despertar a consciência cívica dos católicos brasileiros orienta-los dentro dos princípios que defende. (121)

(119) Consultar A IMPRENSA, 30/08/1934 e A UNIÃO, 13/11/1932.

(120) Ver José Ibarê Costa Dantas, *Revolução de 1930 em Serapipe*

(121) Cf. A IMPRENSA, 24/08/1934.

Entretanto, o órgão da diocese deixava claro o seu apoio aos candidatos do partido situacionista. O discurso da Igreja evidenciava seu temor perante o agravamento das contradições sociais, defendendo os privilégios da classe dominante em nome da preservação da família, do direito de propriedade e da liberdade. Assim, atacava veementemente o socialismo e, defensivamente, apoiava o Integralismo.

Com a reconstitucionalização, a deflagração do processo eleitoral e a organização dos partidos, o bloco dirigente envidou esforços para adquirir o apoio dos operários aos seus candidatos. Nos Centros Políticos Operários então implantados, procurava-se atrair as diversas entidades da classe trabalhadora. Neste contexto, as facções em disputa embandeiradas com a legenda de João Pessoa declaravam-se continuadoras de sua obra como forma de conseguir adesão dos operários, que, como vimos, demonstravam grande admiração pelo ex-presidente. Artigo publicado sob os auspícios da Aliança Proletaria Beneficente dá-nos uma idéia do quanto os operários eram assediados pelas oligarquias locais e a sua postura crítica perante tal fato.

"Neste momento em que os nêos-partidos joam programas a torto e a direito, e começam a zoar em nossos ouvidos os canticos maravilhosos de suas ambições". (122)

De acordo com os dispositivos da Constituição Federal de 1934, foi implantada a representação classista nos parlamentos - seguindo, assim, o modelo fascista de representação profissional também preconizada pelo tenentismo - permitindo a

(122) Apud A. ALVORADA, 01/05/1933, p. 2.

participação de representantes operários nas Assembléias Legislativas, porém, sufocados pelo peso majoritário da representação das oligarquias. A Assembléia da Paraíba (1935-1938) contava com quatro deputados classistas, dos quais, apenas um, Anacleto Vitorino, filiado ao Sindicato dos Estivadores de Cabedelo, representava os operários. Durante as greves ocorridas em 1935 foi o único deputado que manifestou-se a favor dos trabalhadores,

"... com referência à situação por que passam", concordando com a justiça de suas reivindicações. Mas, ao mesmo tempo, elogiou a atitude do governo consentindo que os grevistas discutam sua situação em seus sindicatos. Os demais deputados que se pronunciaram durante esta sessão não fizeram nenhum comentário ao movimento grevista. As propostas apresentadas versaram sobre execução de obras, verbas para a manutenção de serviços de assistência social e educativa e maior assistência dos poderes centrais à Paraíba. Quando o governador baixou a violenta repressão de novembro de 1935, foi votada uma moção de solidariedade à sua pessoa. Apenas Anacleto Vitorino e os deputados do P.R.L. votaram contra. Estes últimos, da oligarquia dissidente, entretanto, em 1937 não hesitaram em apoiar a decretação do estado de guerra.⁽¹²³⁾ Fica patente, assim, que face à emergência das massas na cena política, as facções oligárquicas logo uniram-se para melhor combater seus inimigos de classe.

Os movimentos grevistas ocorridos na Paraíba, a partir de 1934, constituem o sintoma mais evidente do crescimento da

(123) Consultar A UNIÃO, 12/10, 06 e 26/11/1935 e 03/10/1937.

mobilização operária. Contudo, convém não esquecer sua vinculação à conjuntura da crise já apontada no início desta seção. Conforme explicitamos no item anterior, esta fase é caracterizada por um processo de transição implícito na reformulação política, econômica e social, direcionada pela redivisão nacional do trabalho em escala nacional. No bojo deste processo, o quadro econômico-social nordestino é agravado, ao mesmo tempo que seus espaços são redefinidos em função da acumulação/centralização do capital no Sudeste. Neste movimento, as oligarquias regionais são submetidas de forma mais efetiva ao bloco agro-industrial do Sudeste e aos interesses do imperialismo internacional, processando-se no âmbito local a sua recomposição. Neste contexto, a classe subalterna foi a vítima real, na medida que os males da crise foram-lhe transferidos. Outro aspecto a considerar refere-se à expectativa de mudanças de que estavam imbuídos os trabalhadores face ao discurso "revolucionário" de 1930. Em Recife, onde o operariado teve participação nas lutas de trinta, segundo Paulo Cavalcanti

"Antes de decorrido um ano do movimento de 30, reinava descontentamento nos setores da populaçãd... A classe operária, que lutara ao lado dos "tenentes" ou por eles se interessara, continuava com seus direitos postergados, (...). A polícia voltava a espaldeirar operários (...). Os velhos conspiradores do Recife, ressuscitaram, então, para novas empreitadas". (124)

Realmente, logo os inconformados de Recife partiram para um movimento armado. Em 1931 ocorreu a rebelião do 21º BC,

(124) Paulo Cavalcanti, *O caso eu conto como o caso foi - Da Coluna Prestes à queda de Arraes*, p. 88.

de cuja repressão, como já vimos, as forças armadas da Paraíba participaram ativamente.⁽¹²⁵⁾ A propósito, deve-se ressaltar a articulação entre as oligarquias de Pernambuco e Paraíba, sempre que necessário, unidas para impedir a expansão das lutas operárias cujo foco maior no Nordeste situava-se em Recife. Isto não impedia, todavia, que as lideranças operárias de Recife, dotadas de maior nível de organização, exercessem influência na Paraíba, reforçando o movimento local.

Pelo que pudemos apurar,⁽¹²⁶⁾ a primeira greve de trabalhadores da Paraíba, nos anos trinta, somente ocorreu em julho de 1934 (QUADRO IX). Foi empreendida pelos telegrafistas e teve caráter de solidariedade aos colegas de outros pontos do país. Ao que tudo indica, teve curta duração.⁽¹²⁷⁾ No mês seguinte, foi divulgada a notícia sobre a greve na fábrica de fiação e tecelagem de Marques de Almeida & Cia. Segundo o periódico da diocese, os operários ligados ao Sindicato dos Operários da Indústria Textil entraram em "greve pacífica", motivada pela dispensa de um dos trabalhadores desta fábrica, que se encontrava enfermo. O boletim do sindicato afirmava que

"... resolveram por unanimidade ficar em greve pacífica contra a prepotência e o chicote dos industriais, que tanto tem feito para reduzir-nos a escravos".⁽¹²⁸⁾

Três dias depois, o mesmo jornal comunicava que esta greve ha

(125) Ver o item 1 deste capítulo.

(126) Não encontrando publicação da imprensa operária referente aos anos 1934-35, tivemos que limitar nossa pesquisa sobre as greves aos periódicos do governo estadual e da arquidiocese, complementando as informações com depoimentos de pessoas que acompanharam este evento.

(127) Cf. A IMPRENSA, 20/07/1934.

(128) Idem, 23/08/1934, p. 3.

QUADRO IX

GREVES

PARAÍBA - 1934-1935

ANO	DIA/MÊS	CATEGORIA E/OU ESTABELECIMENTO	MUNICÍPIO
1934	?/07	Telegrafistas	Campina Grande e João Pessoa
1934	23 a 31/08	Operários da Fab. de Fiação e Tecelagem Marques de Almeida & Cia.	Campina Grande
1935	30/09 a 02/10	Trabalhadores de Cais, trapiches e armazéns	João Pessoa
1935	? a 10/10	Padeiros	" "
1935	04 a 13/11	Ferroviários da Great Western	" "
1935	04 a 10/11	Operários da Construção Civil	" "
1935	04 a 10/11	Operários das Fábricas de Cigarros	" "
1935	04 a 10/11	Telefonistas	" "
1935	04 a 10/11	Operários da Fábrica de Óleo e Saboaria	" "
1935	04 a 10/11	Estivadores	" "
1935	05 a 10/11	Operários da Indústria Mobiliária	" "
1936	10/11 a ?	Ferroviários da Great Western	" "

FONTES: A IMPRENSA, 20/07/1934 a 13/11/1935 e A UNIÃO, 05 a 13/11/1935.

via sido solucionada:

"Segundo declarações do sr. Dionísio Marques, todos os operários poderão voltar ao serviço, com exceção de José Silvestre (o enfermo) e Anancio Ferreira, e dos que trabalhavam na saboaria". (129)

Sem dúvida, o ano de 1935 marca o apogeu das lutas operárias na Paraíba. Em 3 de outubro, O NORTE noticiava que, cessado o movimento paredista dos trabalhadores de cais, trapiches e armazéns, irrompido no dia 30 do mês anterior, através da aceitação por parte dos patrões das principais exigências dos operários, ainda perdurava a greve dos padeiros, uma vez que os panificadores não se submeteram às imposições dos grevistas. O DIA, na edição de 10 de outubro, anunciava o fim da "parede pacífica" dos padeiros uma vez que os panificadores atenderam os anseios dos grevistas dentro de pouco tempo quanto ao horário de trabalho, revezamento de turmas e aumento de salário. Lamenta, porém, que o novo tenha ficado prejudicado pela redução do peso do pão e aumento de seu preço.

Até então, os movimentos grevistas eram tratados com certa tranquilidade. A imprensa não manifestava apreensão, nem falava em repressão por parte do Estado. Entretanto, em novembro, o tom das notas demonstra que há apreensão e até mesmo temor. O movimento é anunciado como "serio". Além disto, percebe-se a elevação do nível das reivindicações e melhor organização dos operários. Em contrapartida, a reação está presente, a polícia ostensivamente atua no sentido de "manter a ordem". As greves de novembro de 1935 têm início no dia 4 com os operários da Great Western da construção civil, das fábricas

(129) Idem, 31/08/1934, p. 3.

de cigarros e telefonistas, secundados pelos estivadores e operários da indústria mobiliária (QUADRO IX). O órgão oficial afirmava que a primeira era uma ramificação da greve dos ferroviários de Recife e anunciava que, para evitar atos violentos "que já constavam", a polícia avisava que daria garantias aos que voltassem ao trabalho e que não seriam permitidas reuniões fora da sede dos sindicatos reconhecidos, garantindo, assim, a ordem e a preservação da normalidade.⁽¹³⁰⁾ O porta-voz da diocese traz informações mais detalhadas e constantes sobre as greves. Informa que os operários tabacistas reivindicavam: aumento de salário, o direito de beber água fria, higiene geral e mais respeito às operárias, proibindo-se os revistamentos. Ainda segundo aquele órgão da imprensa, a questão referente aos operários da construção civil não se prendia a aumento de salário, uma vez que já houvera entendimento do seu sindicato com os empregadores a esse respeito. O sindicato, porém, resolvera não mais aceitar o combinado, enquanto que os empregadores - por sua vez - negavam-se a novo acordo. Sobre os operários da Great Western, afirma o jornal diocesano que eles solicitavam aumento de salário dentro de 24 horas. Fazendo coro com o órgão do governo, justifica a presença da polícia como medida de precaução contra os extremistas responsáveis pela anormalidade da situação:

"A cidade amanheceu guardada por forças da polícia por medida de precaução nos pontos mais estratégicos da capital. Tudo no entanto vinha se processando normalmente se não fora a atitude de elementos extremistas arrancando trilhos da es

(130) A UNIÃO, 05/11/1935. No dia seguinte, este mesmo jornal afirmou que a polícia estava informada de que alguns grupos exaltados estavam incitando a generalização da greve. Por isso, punha-se em campo para evitar violências.

*trada de ferro e cortando linhas telegráficas.
... Também por mãos criminosas foram ateados fo
go em dois vagoes da Great Western contendo uns
70 fardos de algodão (...) e outros 416 sacos de
milho procedentes de Campina Grande, um prejuizo
avaliado em 100 contos". (131)*

Nota-se que a greve dos ferroviários incomodou mais que as outras a classe dominante. Entendemos que tal fato se explica por tratar-se de um setor de fundamental importância para a economia paraibana, atingindo os interesses da oligarquia agro-exportadora, notadamente da facção algodoeira. Daí porque, após os incidentes acima citados a Associação Comercial expôs ao governador - Ardemiro de Figueirêdo - a gravidade da situação e pediu as seguintes providências: a substituição do dr. Dusan Miranda (inspetor do Ministério do Trabalho) sob alegação de que era ele o fomentador das greves, o fechamento dos sindicatos que estavam funcionando irregularmente, e a garantia do direito de propriedade através de um policiamento eficaz. O governador respondeu que estas medidas se impunham e que, apesar de acatar o direito do operário, de defender seus interesses, condena

"as pretensões que tivessem um caracter inoportuno e exagerado"

e afirma que empregará os meios

"mesmo os mais enérgicos"

para manter a ordem. Imediatamente, caminhões carregados de forças policiais foram espalhados pela cidade e novos destacamentos foram enviados para os centros operários. Uma comissão

(131) Cf. A IMPRENSA, 06/11/1935, p. 1.

de operários, tendo a frente o deputado Anacleto Vitorino es
 tivera com o governador expondo as razões do movimento grevista
 ta. O governador reprovou os meios utilizados pelos trabalhado
 dores em suas reivindicações e aconselhou-os a encaminhá-las
 aos empregadores de acordo com os recursos legais,

*"procurando o equilíbrio indispensavel entre o
 capital e o trabalho, isolando-se de elementos
 perturbadores da ordem que a autoridade cumpria
 combater". (132)*

Logo que se iniciaram as negociações entre empregadores
 res e operários da construção civil intermediadas pelo secret
 tário do interior do Estado, o porta-voz do governo apressou
 se em anunciar o término do movimento grevista de uma maneira
 geral. Todavia, o movimento prosseguia irreduzível como notici
 ciou o jornal da diocese lamentando que

*"A massa grevista mal orientada toma atitudes contr
 traditorias. Os propositos conciliatorios de algu
 uns perdem-se deante da balburdia que reina dentro
 tro dos sindicatos.
 E a demora do greve vem ocasionando um mal estar
 aeral na cidade. Percebe-se que por traz dos pobre
 bres operarios ha quem esteja empecendo a resolução
 ção do caso". (133)*

Acrescenta, ainda, que o prosseguimento da greve resulta
 ta da negativa dos operários da construção civil em aceitar
 a proposta dos empregadores que lhes prometeram o aumento sala
 larial para o dia 15/12 e descreve o clima de repressão rei-
 nante. As sedes dos sindicatos continuavam cheias de pessoas
 que se espalhavam pelas redondezas e a policia dispersava es

(132) Cf. A UNIÃO, 06/11/1935, p. 1.

(133) Apud A IMPRENSA, 08/11/1935, p. 1.

ta multidão mantendo a cidade amplamente coberta pelo aparato bélico. Presidentes de sindicatos e lideranças grevistas eram presos. Enquanto isto o governo ameaçava tomar medidas mais sérias e aplicar os recursos que a Lei de Segurança lhe dava direito. No seu editorial o porta-voz da Igreja apela aos operários para acabarem com a greve que

"há quase uma semana sobressalta a cidade".

Reconhece que o operariado necessita de um "reajustamento econômico", mas não tem a mentalidade formada para resolver seus problemas e deixam-se "explorar para gaudio dos fabriqueiros de situações sociais insustentáveis". Afirma que os patrões não sabem sentir as angústias de seus empregados. Enfatiza muito "a exploração dos agitadores" e conclui:

"Operario paraibano! honrai a vossa tradição de cordura e patriotismo. O vosso problema não é apenas um aumento de salario arrancado sob ameaça das injunções coletivas. É muito mais complexo. É dentro da paz e da ordem que constroí alguma coisa. Temei a intromissão dentro de vossa classe de elementos que vos quer explorar para servir de palha na fogueira social que a toda hora pretendem atar". (134)

No dia seguinte, em mais um editorial A IMPRENSA insistia com o operariado para terminar a greve a acusava diretamente a A.N.L. e os comunistas como responsáveis.

"A greve continúa. E continúa a intranquilidade da familia paraibana. Já se pensa, com razão, que os nossos pobres operarios - o homem honesto que conhecemos, incapaz de violencias e da rapina -

(134) "Acabemos com greve", editorial d'A IMPRENSA, 08/11/1935, pp. 1 e 5.

estão inconscientemente servindo a trama de um plano preparado pelos "inocentes" idealistas da Aliança Libertadora (...)

A tática dos comunistas foi sempre esta: provocar a intranquilidade em primeiro lugar, depois, de insustentabilidade pelas greves gerais para, no momento azado, aparecer o golpe armado". (135)

Acrescenta, ainda, reconhecer o direitos dos operários fazerem seus pleitos pelo salário justo, mas não como instrumentos de agitadores. Conclama os homens a voltar à pureza dos Evangelho do "amai-vos uns aos outros". Finaliza, apelando para os ricos, na qualidade de apenas "administradores dos bens de Deus", lembrando que seus gestos supérfluos são um a cinte "a miséria do irmão que tem fome e não tem casa e que

"A paz no mundo não pode ser apenas o reflexo de uma justiça social. Para a sua construção se faz mister antes de tudo da caridade". (136)

Este mesmo jornal, ouviu o presidente do Sindicato dos Operários de Construção Civil que afirmou:

"Estamos certos de que já não é mais possível um acordo, vamos então pedir a arbitragem do Ministério do Trabalho e comunicar a ele o que estamos sofrendo da policia (...). A policia está nos tendo como extremistas o que não somos. Todo este quartelão está sob vigilância da policia em balada. Já se dispersou as nossas reuniões. E a ameaça de nos fechar os nossos sindicatos. É esta a nossa situação. A policia é quem é extremista". (137)

(135) "Ami-vos uns aos outros", editorial d'A IMPRENSA, 09/11/1935, p. 1.

(136) Idem, ibidem.

(137) Cf. A IMPRENSA, idem, ibidem.

Comentando a declaração acima, o órgão da diocese lamenta a sorte dos grevistas "homens bons e ativos", colocando-os como vítimas "dos planos sinistros de terceiros inconscientemente explorados por fabriqueiros de perturbação". Em seguida, justifica a intervenção da polícia que fechou os sindicatos

"como medida de prudência..."

mediante rumores de caráter extremista

"que levaria as greves daqui às do sul do país..."⁽¹³⁸⁾

Neste mesmo dia, o jornal do governo divulga nota da polícia culpando "a exaltação e a intransigência de certos elementos" como responsáveis pela continuação da greve, comunicando ter em seu poder o plano dos orientadores da parede e avisando estar disposta e aparelhada para qualquer emergência.⁽¹³⁹⁾

Vemos, portanto, que o Estado e a Igreja tratam o movimento grevista como inadmissível e insistem ser produto das maquinações dos comunistas. A diferença é apenas no tom do discurso. Enquanto que o Estado vai diretamente às acusações e ameaças, a Igreja explora o caráter pacífico, a bondade dos trabalhadores apelando para o sentimento de concórdia e fraternidade entre as classes. Entendemos que ambos convergem no sentido de construir a imagem da incapacidade dos trabalhadores de lutar pelos seus direitos, legitimando, assim, a permanente tutela do Estado.

No dia 10 de novembro os jornais noticiam o término do movimento grevista, após acordo firmado no palácio do governo

(138) Idem, ibidem.

(139) Cf. A UNIÃO, 09/11/1935.

entre uma comissão de representantes dos grevistas liderada por João Santa Cruz⁽¹⁴⁰⁾ e o Secretário do Interior e Segurança Pública (José Mariz). Segundo A IMPRENSA ficou acertado que a condição preliminar para qualquer entendimento seria a volta imediata ao trabalho. Em contrapartida todos os sindicatos seriam abertos naquele mesmo dia e seriam soltos todos os detidos durante a greve e que foram marcadas reuniões na sede do Sindicato dos Operários em Construção Civil e na Federação Única Sindical, cujo desempenho foi o responsável pelo maior nível de organização do movimento, para comunicar aos operários as condições do entendimento havido. Nos dias subsequentes a imprensa nada informa sobre os desdobramentos desta negociação. Somente no dia 13 volta-se a falar sobre greve anunciando o fim da greve dos ferroviários que se estendia a vários pontos do Nordeste.⁽¹⁴¹⁾

O governo Ardemiro de Figueirêdo que não exercera nenhuma intermediação junto aos patrões no sentido do cumprimento da legislação trabalhista em vigor, no entanto, levou a efeito severa fiscalização e violenta repressão sobre os trabalhadores desde os movimentos grevistas de 1935. (QUADRO X) Nos sindicatos e nos locais, de trabalho, agentes do governo exerciam constante fiscalização para identificar os operários mais politizados. O Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, por apresentar maior combatividade, foi o mais visado. Na

(140) João Santa Cruz foi o maior mentor dos trabalhadores, segundo Saturnino Ribeiro Alves (entrevista cit.). Em 1930 foi nomeado Procurador Fiscal do Estado, porém logo abandonou este cargo e passou a dedicar-se à advocacia, dando preferência às causas populares e, assim, atuando juntamente às entidades operárias. Cf. João Batista Barbosa, op. cit.

(141) Consultar A UNIÃO e A IMPRENSA, 10 a 13/11/1935.

Great Western também ocorreram perseguições por parte do superintendente, que demitiu grande quantidade de operários.⁽¹⁴²⁾ Além de operários, também outras pessoas que atuaram junto aos grevistas foram perseguidas. No transcurso do movimento, João Santa Cruz foi chamado a prestar depoimento na polícia sobre o seu envolvimento. Acusado de instigador das greves, declarou que os operários orientavam-se por si e que nenhuma participação tinha a não ser oferecer o seu concurso de advogado aos trabalhadores da sua terra.⁽¹⁴³⁾

Com a eclosão do levante militar em 23 e 24 de novembro em Natal e Recife, a chamada "Intentona Comunista", a repressão recrudescceu também na Paraíba. Situada entre os Estados sublevados, funcionou como verdadeira barreira à articulação entre ambos e provável expansão do movimento. Além disto, exerceu um papel significativo no combate às rebeliões vizinhas, através do concurso de seus efetivos armados. Segundo João Medeiros Filho (delegado de polícia do Rio Grande do Norte), os contingentes armados e o material bélico enviados por Argemiro de Figueirêdo, viabilizaram a ocupação de Natal e a retomada do poder já em mãos dos insurretos.⁽¹⁴⁴⁾ A vitória inicial dos revolucionários em Natal pôs em polvorosa as oligarquias. Assim, no combate cerrado aos insurretos do Rio Grande do Norte mobilizaram-se também chefes políticos do interior deste Estado, a exemplo de Dinarte Mariz de Caicó que recrutou um efetivo de civis e, com o auxílio do material bélico fornecido pelo governador da Paraíba, reclutou as forças revolucionárias

(142) Cf. Saturnino Ribeiro Alves e Augusto Siqueira Arcoverde, entrevistas à autora em 20/09/1984 e 16/02/1984 respectivamente.

(143) Ver A IMPRENSA, 10/11/1935.

(144) João Medeiros Filho, 82 horas de subversão.

em marcha pelo sertão. Na Paraíba, difundiu-se o temor entre os "coronéis" da zona fronteiriça, que também se mobilizaram, organizando colunas e destacamentos provisórios para a defesa, conforme orientação do deputado Américo Maia que percorreu to da a fronteira com o Rio Grande do Norte alertando-os neste sentido. Chefes políticos de outras zonas do Estado puseram a disposição do governo grupos de civis armados para participar no combate aos revolucionários. (145)

Assim, frente ao fortalecimento das massas e a presumí vel ameaça de perda de seus privilégios, "coronéis" e oligar cas esqueceram suas dissensões internas. Não foi à toa que jus tamente durante o governo Argemiro de Figueirêdo a reconstrução da política oligárquica alcançou seu ponto máximo. Atra indo antigas chefias municipais decaídas em 1930 e elementos do partido adversário, Argemiro ampliou consideravelmente seu espaço político, permitindo-se, desta forma, manobrar paralela mente ao americanismo e usufruir do apoio de Vargas, que o man teve no governo após o golpe de 1937.

Debeladas as rebeliões de Recife e Natal, a ação represiva na Paraíba efetivou-se com todo ímpeto. Sob pretexto de haver descoberto um plano comunista que objetivava a participação da Paraíba nos levantes de novembro junto com os Esta dos vizinhos, procederam-se inúmeras prisões de trabalhadores e intelectuais pretensamente envolvidos, (QUADRO X) sob os a plausos das forças conservadoras e votos de solidariedade da Associação Comercial, Assembléia Legislativa e chefes políti cos de vários municípios. O jornal da diocese freqüentemente

(145) Idem, *ibidem* e A UNIÃO, 27/11, 03 e 04/12/1935.

QUADRO X

PESSOAS LIGADAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS E VÍTIMAS DA REPRESSÃO
 PARAIBA 1935-1937

NOMES	REFERÊNCIAS
Altair de Albuquerque Maranhão	
Altino Francisco de Macedo	Comerciário - João Pessoa
Analia Maria da Conceição	
Antonio Austerliano de Lima	
Antonio Angelo Custodio	Alfaiate-presid. da Soc. dos Alfaiates
Antonio Domingos da Silva	
Antonio Honrato dos Santos	
Antonio José	
Antonio Lucas	
Antonio Pereira de Araujo	
Antonio da Silva Moreira	
Bibiano Mendes de Souza	
Carlos Andrade de Pacce	Bancário - Campina Grande
Chateaubriand Coutinho de Carvalho	Comerciário - João Pessoa
Cicero Brasil	
Clodoveu d'Avila Fernandes	" " "
David Falcão	Ex-operário da Fábrica Tibiri
Edmilson Lima de Noronha	
Eliad Gomes de Araujo	
Francisco Calixto	
Francisco Ferreira de Lima	Ex-praça do Batalhão Policial
Francisco Henrique	
Francisco José de Farias	
Francisco Xavier da Silva (Parú)	Operário da ETLF-João Pessoa
Gabriel Alves	
Henrique de Miranda Sã Jr.	Telegrafista-João Pessoa
Henrique Siqueira Arcoverde	Eletricista - " "
Ignacio Assumpção	
Ignacio Elias	
Ignacio de Loyola	Sapateiro - Santa Rita
João André da Costa	
João Assumpção	
João Baptista da Silva (João Gato)	Estivador
João Bellarmino Feitosa	
João José	
João Medeiros Filho	
João Rozendo	
João Santa Cruz de Oliveira	Advogado - João Pessoa
João Vicente	
João Victaliano da Silva	
José Augusto de Amorim	Médico - " "
José Arthur Filho	
José Balduino da Silveira	Fundidor
José Guilherme dos Santos	
José Fortunato Gomes	
José Francisco da Silva	
José Pedro de Oliveira	

NOMES	REFERÊNCIAS
José Bezende	
José Sabino	Ex-praça do Batalhão Policial
José Simplicio de Freitas	
Leonel do Valle Mello	
Luiz Gomes da Silva	
Manuel Alves de Oliveira	
Manuel Antonio Fagundes	
Manuel Bianor de Freitas	Alfaiate - Campina Grande
Manuel Cipriano	
Manuel Gomes de Miranda	
Manuel Henrique de Miranda	Sapateiro - João Pessoa
Manuel Isidoro	
Manuel José	
Manuel Luis Dias Paredes	Operário - " " (87 anos)
Manuel Paz dos Santos	
Manuel Valentim Maranhão	Sapateiro - Campina Grande
Marcos Evangelista	
Mariano Rozendo	
Minervino Fiuza Lima	
Neu Pinto	
Nicolau Francisco da Costa	Negociante - " "
Nilo Tavares de Mello	
Olívio Ramos	
Raimundo Gomes da Silva	Marceneiro - " "
Sebastião Alves de Oliveira	
Severino Alves Ribeiro	Artista - " "
Severino de Albuquerque	
Severino Candido da Silva	
Severino Cruz	
Severino Dias do Ramo	
Severino Diogo dos Santos	Marceneiro - " "
Severino Izidoro da Silva	
Severino Osorio da Silva	
Severino Ramos da Silva	
Silvino José Lucas	
Valeriano Maranhão	

FONTES: A UNIÃO, 11/12/1935; 01/03 e 28/06/1936; 06 e 19/10/1937 e A IMPRENSA, 29/01/1936.

endossava a repressão. Segundo ele, o movimento de novembro colocou a polícia a par

"dos tenebrosos planos que aqueles maus brasileiros a soldo de Moscou pretendiam realizar com a vitória da sublevação". (146)

A UNIÃO, publicou um relatório da Delegacia de Ordem Política e Social "Sobre as Actividades Extremistas na Parahyba" onde, pretensamente fundamentado em depoimentos dos presos políticos, tenta provar que foi tramado e enviado de Recife pelo capitão Octacilio Lima um plano de assalto ao 220 BC dirigido ao dr. João Santa Cruz, cuja execução fora tentada. O aludido relatório, afirma que as greves de 1934-35 na Paraíba foram promovidas pelos comunistas e acrescenta que

"Indícios vagos tornam suspeitos de actividades marxistas mais de 200 pessoas, umas residentes nesta capital, outros no interior..." (147)

A IMPRENSA publicou trechos deste relatório no tocante aos depoimentos dos indicados e comenta que

"Ao ler as declarações, das contabulações em torno de planos sinistros para a instauração do terror entre nós, o coração paraibano se enche de revolta por aquela tenaz propagação que o nosso inconsciente liberalismo permitia e estimulava entre pobres liçuras de operários joquetes inconscientes nas mãos de chefes ideologicamente pervertidos". (148)

Portanto, sem colocar a menor dúvida quanto à fidedignidade

(146) "O surto extremista de novembro na Parahyba", A IMPRENSA, 29/01/1936, p. 1.

(147) Relatório do Delegado de Ordem Política e Social - Praxedes Pitanga, A UNIÃO, 28/06/1936, 2.^a secção, pp. 4 e 5.

(148) "Para a historia do comunismo na Parahyba", A IMPRENSA, 03/03/1936, p. 1.

das informações da Delegacia de Ordem Política e Social, a Igreja referendava os atos arbitrários cometidos por esta. Dezenas de pessoas foram, assim, jogadas nas prisões, humilhadas e torturadas⁽¹⁴⁹⁾ sem condições de defesa, tolhidos em seus direitos pelas imposições da Lei de Segurança Nacional.

Não há um consenso quanto à real existência do aludido plano de sublevação para a Paraíba. O requerimento de "habeas corpus" impetrado pelo dr. Horácio de Almeida, contudo, fornece-nos subsídios para avaliar as limitações do relatório publicado pela Delegacia de Ordem Política e Social. Afirma que acusados e detidos por sua pretensa participação no movimento subversivo de 1935 foram presos desde novembro, logo após a rebelião de Recife, Natal e Rio. Denuncia que "estão sofrendo coacção ilegal, em virtude da falta de legalidade da prisão" e que, na Paraíba, naquela época, não houve movimento armado, mas, apesar disso, prevalecendo-se do estado de sítio, a polícia prendeu seus pacientes que

"se communistas são, não passaram do campo teórico da doutrina soviética. Que, no inquerito, os depoimentos foram extorquidos sob ameaças, violências e espancamentos, resolvendo-se afinal, a Polícia, vendo que se ia extinguir o sítio, a remetter o inquerito a este juízo, a cuja disposição passou ella os presos".⁽¹⁵⁰⁾

Assim, pode-se inferir a carência de seriedade do relatório

(149) Presos políticos foram torturados para confessar sua participação na tentativa de sublevação em novembro de 1935 e misturados com os criminosos comuns na cadeia pública. Depois, foram transferidos para a fazenda São Rafael, que foi convertida em presídio especial. Cf. Augusto Siqueira Arcoverde, entrevista à autora em 16/02/1984 e A IMPRENSA, 04/03/1936.

(150) "A sentença do dr. Galdino Guedes no caso dos extremistas", A IMPRENSA, 04/03/1936, p. 1.

da polícia, uma vez que suas argumentações basearam-se em depoimentos extraídos sob tortura.

Com o progressivo fechamento do regime, às vésperas do golpe de 10 de novembro - implantação do Estado Novo - a repressão passa a ser feita de forma mais ostensiva.⁽¹⁵¹⁾ Neste contexto, a situação dos presos políticos foi agravada. Segundo João Batista Barbosa,

"No campo-prisão do Buraguinho, para onde foram confinados os presos políticos paraibanos, ocorreram inomináveis atos de tortura e humilhações, sob a direção pessoal do coronel Thomé de Souza, comandante do Batalhão de Engenharia, sediado em João Pessoa, que orientava semanalmente os suplícios físicos e morais impostos aos detentos".⁽¹⁵²⁾

As oligarquias locais, através de seus representantes na Assembléia Legislativa, agora, manifestaram-se unânimes em solidariedade às medidas repressivas do governo estadual e federal. Na mesma sessão em que apoiam o estado de guerra, enfatizam a necessidade de combater o "inimigo vermelho". Um deles elogia a

"feliz coincidência de ter sido publicado, naquela data, um decreto do governo estadual, tornando o

(151) Em 06/10/1937, a chefatura de polícia do Estado convocava 49 pessoas para comparecer à Delegacia de Ordem Política e Social no prazo de 48 horas e comunicava que o não cumprimento desta determinação implicava em prisão imediata. No dia seguinte, divulgava novamente a relação das pessoas convocadas, acrescida de novos nomes e esclarecendo que o comparecimento à Delegacia deveria ser feito assiduamente de 4 em 4 dias, sob pena de prisão. Determinava também que, a partir de então, ninguém poderia viajar da capital para qualquer outro ponto do Estado ou do país sem que estivesse munido de salvo conduto fornecido por aquela delegacia. Ver A UNIÃO, 06 e 07/10/1937.

(152) João Batista Barbosa, op. cit., p. 32.

brigaatõria a propagaanda nas escolas publicas contra os credos extremistas" (153)

A partir da decretacão do estado de guerra, a campanha anticomunista foi intensificada e sistematizada. Em outubro de 1937 já se encontrava instalada na Paraíba a "Commissão Nacional de Propaganda contra o Communismo" que, em nota divulgada na A UNIÃO, solicitava aos estabelecimentos industriais e comerciais, sindicatos de empregadores e empregados, grêmios culturais, desportivos, sociais e políticos enviarem no prazo de cinco dias a indicação de local, dia e hora de seus trabalhos para a sede da comissão que funcionava no gabinete do diretor do Liceu. Ao mesmo tempo, foi constituída a "Commissão Executera do Estado de Guerra na Paraíba". De acordo com o decreto de Getúlio Vargas, foram designados oficiais do Exército e da Armada para executar, junto com o governador, as medidas concernentes ao momento. Completando a rede de pro

(153) Newton Lacerda, discurso na Assembléia Legislativa, apud A UNIÃO, 03/10/1937, p. 2. O elogiado decreto do governador Argeniro de Figueirêdo - lei 162 - segundo comentário do órgão governista, colocava a Paraíba "na dianteira democrática da doutrinação nas escolas", constituindo, assim, um exemplo que deveria ser limitado. Ver A UNIÃO, 10/10/1937, p. 7. Complementando o aludido decreto, a Comissão Superintendente do Estado de Guerra" enviou circular a todos os professores, "primários, secundários e superiores" ^{contendo} "rigorosas prescrições sobre a propaganda anticomunista nas escolas: "1 - Todos os professores deverão iniciar as aulas com uma succinta, mas substanciosa preleção contra o communismo, tendo por fim criar no seio dos alunos uma mentalidade nacionalista sadia. 2 - Deverão ser apprehendidos todos os livros de character didactico, tecnico, politico, social ou literario, que directa ou indirectamente visem a disseminação dos erros marxistas ou, de qualquer maneira, possam contribuir para amortecer os sentimentos de patriotismo" Seguem-se mais três prescrições. A terceira manda que o professor transforme suas aulas "em fôco de civismo", enaltecendo os valores éticos e espirituais: a quarta refere-se especialmente ao ensino da História e Geografia, cujos ensinamentos devem ser orientados no sentido "do verdadeiro amor à Patria, apontando-se aos jovens os feitos heroicos dos antepassados como exemplos dignos de imitação"; a última determina a celebração mensal "com todo o esplendor" das festas patrióticas, relevando o culto da Bandeira. Cf. Mons. Pedro Anísio, A UNIÃO, 22/10/1937.

propaganda e doutrinação foram nomeadas, pelo secretário do Interior e Segurança, as "Comissões Nacionais de Propaganda Sistemática Contra o Comunismo" em cada município. Diariamente A UNIÃO publicava propaganda anticomunista e os editoriais enfatizavam a vigilância "contra o vírus bolchevista". Neste sentido, a Comissão Executora determinou o fechamento das Lojas Macônicas da capital e de Campina Grande por se encontrarem infiltradas de comunistas, enquanto a comissão de propaganda divulgava comunicado a todos os dirigentes a obrigaçãõ de iniciar imediatamente em todas as fábricas, oficinas, indústrias de qualquer espécie, organizações patronais, sociedades esportivas, locais de trabalho intelectual ou material coletivo

"jornadas diárias com preleções curtas, mas incisivas, contra as leis comunistas"

e concluiu avisando que procederã fiscalização sobre o cumprimento desta medida. (154) Viabilizando o controle direto da população da capital a "Sub-Comissão de Fiscalização e Propaganda" dividiu-a em seis zonas (enumerando ruas, casas comerciais e fábricas) e indicou duas pessoas para se encarregarem de cada uma delas. Como se não bastasse, as entidades operárias passaram a ser controladas pela "Comissão Central das Associações Operárias" presidida por um deputado (Miguel Bastos) e secretariada por um antigo dirigente de associação operária (João Belisio de Araújo). Aliás, dirigentes de entidades operárias, a partir de então, sempre aparecem nas cerimônias oficiais, ao lado das autoridades, cooptados, portanto, pelo regime, fornecendo a impressão de que ele contava como res

(154) Consultar A UNIÃO, 22-23-24-26 e 27/01/1937.

naldo popular. Complementando o trabalho ideológico, constantemente eram realizadas conferências nas escolas, nas associações operárias, etc como parte da

"Intensa campanha cultural contra o bolchevismo". (155)

Na Assembléia Legislativa, não faltava quem referendasse a repressão. Elogiando a pronta reação do presidente Vargas, o deputado Raphael Sebas declarou que

"A pedra quebrou os dentes da Besta Apocalíptica antes que ella nos atacasse". (Contudo) "Já temos toda uma geração infeccionada pelo germen Bolchevista. É preciso reeducar esta mocidade que se transviou. É necessario preservar os que ainda não se contaminaram". (156)

Entretantes, a Igreja católica intensificava sua campanha anticomunista. A IMPRENSA alardeava os "horrores" do regime soviético enquanto veiculava a propaganda integralista, agora através de uma secção semanal denominada "Coluna Integralista". Seguindo a orientação do cardeal Leme e da Ação Católica Brasileira, pregava a organização do operariado como condição essencial para o soerguimento da classe. Em outras palavras, tratava-se de desorganizar os operários, que, como vimos vinham alcançando um certo grau de consciência de classe nas suas entidades representativas. Neste sentido, A IMPRENSA divulgava freqüentemente artigos de doutrinação sob a responsabilidade do Circulo Operario Católico de João Pessoa e enfatizava a necessidade da sua fundação em todas as cidades, vilas e povoados. (157) Tudo indica que este trabalho foi realizado, pois, (155) Cf. A UNIÃO, 06/11/1937.

(156) Raphael Sebas, discurso na Assembléia Legislativa, apud A UNIÃO, 10/11/1937, p. 2.

(157) Consultar A IMPRENSA, out.-dez./ de 1937, 1938 e 08/01 / 1939.

no ano seguinte, A UNIÃO informava que fora solenemente instalada a grande reunião dos Circulos Operários da Paraíba. (158) Desta forma, a Igreja exerceu tarefas de grande valia, auxiliando o Estado na desorganização e cooptação do operariado. Neste contexto, vale acrescentar o reforçamento da mobilização da Igreja também na difusão da ideologia anticomunista entre os setores letrados da sociedade, através do Tríduo da Ação Católica, promovido por estudantes da Teologia do seminário local, publicando vários artigos do apostolado leigo. Um deles, apela no sentido de constituir "O Exército Mobilizado de Cristo Rei, A Cruzada do Século XX" contra "a torrente destruidora". Afirma que, antes, as Cruzadas combateram o islamismo; hoje

"nos encontramos diante do perigo maior (...) duma invasão mais devastadora que a dos aqarenos..." (159)

A partir de 1938, consolidadas as instituições representativas do Estado Novo, o jornal da diocese, como aliás toda a imprensa, passa para o controle do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), veiculando matérias por ele instruídas e censuradas. A IMPRENSA, foi então empastelada, porque havia divulgado uma notícia desmentindo uma pretensa ação do governo federal na cidade de Catolé do Rocha. (160) Assim, o órgão que tantos serviços prestou à implantação da ditadura, foi nela mesma silenciado.

Um aspecto interessante é o arrefecimento progressivo

(158) A UNIÃO, 24/02/1940.

(159) A IMPRENSA, 04/11/1937.

(160) Ver Maria de Fátima Araújo, **História e Ideologia da imprensa na Paraíba**, p. 75.

da propaganda anti-soviética durante a Guerra. A partir de 1941, a imprensa já não faz acusações a Moscou, deixando, inclusive, de utilizar os epítetos como "ditador vermelho" e outros. Agora, alardeiam as vitórias dos soviéticos nos campos de batalha, reconhecendo o heroísmo da sua resistência.

Como resultado das pressões e repressões das forças reacionárias, portanto, a classe trabalhadora foi amordacada desde 1935. Suas entidades, que, mesmo na Paraíba, avancaram em direção à organização da classe foram desviadas, retrocedendo à condição de legitimadoras da ordem vigente, sobrevivendo totalmente submissas ao Estado, como meros órgãos assistencialistas. Consequentemente, a presença operária na cena política limita-se à mobilização em prol das candidaturas situacionistas, referendando os arranjos oligárquicos.

3.4. AS FORÇAS POLÍTICAS ORGANIZADAS: CONCILIAÇÃO E CONFRONTO

A deflagração do processo constitucional a partir de 1932 proporcionou a emergência dos descontentamentos e acentuou as dissensões inter-oligárquicas. As facções governista e oposicionista na Paraíba, que, como vimos, desde 1930 competiam pela herança política de João Pessoa, a partir de então, reproduzem as insolentes campanhas eleitorais que marcaram a Primeira República. A falta de partidos políticos nacionais, criaram-se adremiações locais baseadas no interesse de controlar novamente a distribuição de favores. São pequenos partidos organizados, portanto, sob o esquema clientelístico, man

tendo-se, assim, a forma de autoridade fundamentada na máquina coronelística.

A cisão das forças políticas que haviam composto a Aliança Liberal e sustentado o movimento de 1930 na Paraíba cerou os dois principais partidos, (QUADRO XI) no momento em que se deflagrava a disputa pela composição da Assembléia Nacional Constituinte. O grupo que permaneceu no controle do aparelho de Estado, sob a liderança de José Américo constituiu o Partido Progressista (P.P.), enquanto a facção dissidente liderada por Joaquim Pessoa e Antonio Botto de Menezes compôs o Partido Republicano Libertador (P.P.L.).

A despeito de José Américo haver declarado que o P. P. reunia

"... as mesma forças políticas que João Pessoa comandou na defesa da autonomia da Paraíba",

peçoas que sempre foram solidárias à causa da Revolução,⁽¹⁶¹⁾ este partido se compôs também com perrepistas, ampliando seus quadros, absorvendo, assim, tradicionais oligarquias municipais decaídas.⁽¹⁶²⁾ O programa desse partido, segundo "as bases doutrinárias" redigidas por José Américo inspirava-se nas

"... aspirações mais legítimas da ideologia revolucionária (...) a fim de que a Paraíba jamais se

(161) "O panorama político da Parahyba", editorial d'A UNIÃO, 12/04/1933, p. 1., endossando declarações de José Américo ao DIÁRIO DE PERNAMBUCO.

(162) Mais adiante, José Américo justificou a aliança com perrepistas como um esforço no sentido de "congregar a família parahybana". Cf. A UNIÃO, 26/09/1934, p. 1.

desvie das normas de moralidade politica que João Pessoa imprimiu aos interesses de nossa vida pública..."(163)

As principais bandeiras do partido, repetidas constantemente em sua propaganda eram: os princípios legados por João Pessoa, a Revolução e as realizações de José Américo. Defendeu a candidatura de Vargas para presidente constitucional, justificando a como

"... um compromisso de gratidão do Nordeste, que teve, nesse período de administração, o esplendor do seu renascimento material, que só uma assistência sistemática, com diretrizes honestas e patrióticas, pode tornar possível..."(164)

O P.P.L. contou com o apoio de O BRASIL NOVO e LIBERDADE, órgãos da imprensa local que já vinham fazendo oposição ao Governo Provisório. Seu programa, bastante amplo, concentrava-se no protecionismo estatal à lavoura objetivando o aumento de sua produtividade e modernização, salientando-se também a garantia de estabilidade dos funcionários públicos, inamovibilidade e vitaliciedade dos membros do poder judiciário e inelecibilidade dos deputados federais e estaduais, prefeitos e conselheiros municipais para a legislatura seguinte.(165) Epitácio Pessoa, insistentemente convidado para chefiar este partido, negou-se, alegando seu precário estado de saúde e acrescentando que a luta política da oposição irá requerer grande esforço, uma vez que não poderá contar com a neutralidade do interventor que já está comprometido com amigos para a Câmara

(163) A UNIÃO, 03/05/1933, p. 8.

(164) Idem, 20/04/1934, p. 1.

(165) Consultar Antonio Botto de Menezes, **Minha terra - Memórias e confissões.**

e o Senado, nem terá

"como defender-se da racialidade do Governo Federal, em cujo seio, (...) os adversários encontram decidido apoio". (166)

Apesar das reiteradas críticas que o situacionismo veiculava, através de A UNIÃO, contra as práticas políticas do regime decaído, lançou mão delas. Segundo Antonio Botto o P.P., com o apoio da interventoria, procurou até proibir a realização de comícios do P.P.L., fazendo-se necessário recorrer a medidas de proteção e garantia da polícia. (167) Assim, as duas facções, "progressistas" e libertadores", declariavam-se, intrincando-se mutuamente através da imprensa, recorrendo freqüentemente a ataques de natureza pessoal. A facção oposicionista concentrava seus ataques em José Américo, enquanto este revidava em linguagem não raro violenta. (168) Nesta querrela, evidenciava-se a indiferenciação entre as duas acrimiações. Nenhuma questão de princípio entrava nas discussões, limitando-se à disputa pelo acesso e preservação das prerrogativas de poder junto aos governos estadual e federal.

A censura à imprensa que veiculava as críticas à interventoria da Paraíba desde o governo Antenor Navarro vinha se efetuando. (169) Durante o ano de 1933, face à campanha eleito

(166) Idem, ibidem p. 186.

(167) Este autor acrescenta que a campanha contra o P.P. foi "dura e encarniçada". O episódio mais marcante desta disputa foi o tiroteio ocorrido durante a realização de um comício na praça Vidal de Negreiros (na capital), ocasião em que tombou ferido de morte o carroceiro José Lino. Idem, ibidem.

(168) Consultar A UNIÃO, 06 e 07/06/1933.

(169) Cf. Tancredo de Carvalho, op. cit., pp. 69-70.

ral, a censura foi intensificada. Jornais que apoiavam o P.P.L. foram publicados com trechos mutilados pelos censores, jorná listas foram espancados e presos, jornais saíram de circula ção ou passaram a ser vendidos clandestinamente. (170) Estes fatos foram denunciados à Assembleia Constituinte, ocasião em que os representantes do governo da Paraíba justificaram a censura como decisão do próprio ministro da justiça e acres centaram que a linguagem dos jornais de oposição da Paraíba excediam os limites da compostura. Entretanto, pelo que pode mos perceber, a linguagem dos jornais governistas e oposicionistas equilibravam-se, conforme se pode observar nos trechos de seus editoriais abaixo:

"... insultaram o eleitorado do interior com epi thetos ianobeis (...) que a cada instante, se em bandeira insinceramente com o nome de João Pes soa (...) convocou contra a situação revoluciona ria da Paraíba a turba dos descontestes (...). Des de o governo do saudoso Anthenor Navarro se ac cendeu essa animosidade que vem da fome de empre aos e de posições (...) Mas a escassez de empre aos e a maior escassez ainda de idoneidade dos espontaneos candidatos, fel-os retroceder de attitude (da trêoua que a imprensa oposicionista fez quando Gratuliano assumiu a interventoria) e houve até quem dissesse do lado de lá, que conti nuava 'aritando' até que lhe chegasse um osso pa ra roer. Eis ahí o tamanho, as pronorações moraes desses adversarios que combatem a situação para hubana". (171)

(170) Idem, ibidem. O BRASIL NOVO E A RUA em face das restri ções que lhe foram impostas chegaram até a suspender sua circulação. A IMPRENSA, 13/12/1933.

(171) "Elles...", editorial d'A UNIÃO, 07/06/1933, p. 1.

"A nossa Paraíba não podia descer mais. Nem se esperava mesmo que meraculhasse tanto no fundo da coisa, como dizia o Presidente João Pessoa. Mas nada nos surpreende neste deserto imenso de homens e de caracteres. Nesta nocilaa interven rial de homens neutros e de homens nulos.

(...)

A Nação Brasileira, deve saber pelos seus intē retes legítimos, que a Paraíba está convertida, desarracadamente, num campo raso de vinditas mes quinhas, de ilegalidades flagrantes para audio de rapazolas investidos, do dia para a noite, por uma katalidade infeliz, nas funções do Estado, on de se descomede e elastece a teia da violência e da desordem". (172)

Nas eleições para a Assemblêia Constituinte, além do P.P. e P.R.L. concorreram também a Liga Prô-Estado Leigo e o Partido Popular Parahybano, pequenas adremiações constituídas por grupos mais independentes das facções oligárquicas em disputa. (173) A vitória coube ao P.P. por grande margem de votos (174) elegendo, assim, todos os deputados paraibanos para a referida Assemblêia. Acreditamos ser pertinente lembrar a insignificância numérica do contingente eleitoral da Paraíba em

(172) "Cidade sob o regime do terror e da violencia", editorial d'O BRASIL NOVO, 20/03/1934, apud Tancredo de Carvalho, op. cit., p. 104.

(173) Segundo Epaminondas Câmara, op. cit., a Liga Prô-Estado Leigo congregava comunistas, protestantes, espíritas e alguns maçons, dirigidos no Estado por Osaias Gomes, Hôrácio de Almeida e João Santa Cruz e, em Campina Grande, por João Arlindo Correia, pastor João Ximenes, etc. Osias Gomes informou-nos, que esta adremiação foi organizada para contrapor-se à Liga Eleitoral Católica que interferia politicamente, fazendo manobras e vetando candidatos. Cf. entrevista à autora em 18/02/1984.

(174) O resultado da eleição de 03/05/1933 foi o seguinte: P.P. - 17.087; P.R.L. - 3.324; Liga Prô-Estado Leigo - 412 e Partido Popular - 3. Cf. A UNIÃO, 08/12/1933, p. 10.

1933, representado por apenas 2,35% da população.⁽¹⁷⁵⁾ Durante e após o pleito, A UNIÃO decantou a importância do evento em manchetes tais como:

"Um Pleito Eleitoral que é uma Conquista Revolucionária", "O Voto Secreto Afetador da Mentalidade de um Povo", "Ordem e Liberdade do Pleito Constituinte", "A Primeira Vez que o Brasil Votou", etc.⁽¹⁷⁶⁾

O conteúdo destes artigos concentrava-se em proclamar a queda da oligarquia, do profissionalismo político, a vitória do idealismo revolucionário. Acentuava que na Paraíba não imperavam mais "os conluios e cambalachos" e sim o "torneio das ideias", um ambiente de "tranquilidade e respeito" e que a primeira experiência do voto secreto não foi "de nenhum modo contaminada dos vícios e crimes que degradaram o regime de cahido". Em outra ocasião, este jornal assumia uma postura defensiva perante as acusações dos "libertadores" de que o governo havia cerceado a liberdade do pleito, exercendo pressão sobre o eleitorado dos municípios do Sertão e do Brejo e terno rebanho dos coronéis, dos chefes políticos, dos senhores de engenho, que compram votos e consciências com roupas de brim, botina de vaqueta e chapeus de couro...". Em suas refutações, argumentava que

"Nos brejos e sertões palpítam verdadeiras colmeias de trabalho honesto e produtivo. O sonho da civilização já varreu também os charadões da Borburema (...)

Pensem bem os que agora lerem tão a fundo os

(175) Cf. José Joffily, entrevista à autora em 02/02/1985.

(176) Ver A UNIÃO, 03-05-06-07 e 10/05/1933.

brios desse novo digno e altivo, que, não faz muito tempo, andou pelos brejos e sertões uma caravana 'libertadora' à cata dessa cobiçada 'enxurrada de cedulos' abalando coroneis e senhores de engenho implorando esse mesmo voto 'cego' e 'inexpressivo'". (177)

Enquanto as facções oligárquicas disputavam o poder, o integralismo insinuava-se na Paraíba através do jornal da arquidiocese. Em 1932, artigo de Plínio Salgado comentava a incompetência dos políticos e condenava o partidarismo regionalista inócuo, as lutas estêreis, a cabala eleitoral, as discussões parlamentares, a licenciosidade da imprensa, enfim o ambiente político que estava favorecendo a incompreensão entre as classes e levando o país a anarquia. Todavia, em artigos subsequentes a ênfase é o anticomunismo. Em 1933, com a presença de Plínio Salgado empossava-se o 1º triunvirato da Ação Integralista da Paraíba com apoio de autoridades civis e religiosas e representação da Legião Paraibana do Trabalho. (178)

Em 1934, mais uma vez as facções oligárquicas locais se confrontam eleitoralmente para a escolha da representação no governo federal e para a Assembléia estadual. A tônica da campanha é a mesma, porém, mais aduçada e plena de retaliações pessoais. Os "progressistas" procuram, agora, dividir os "libertadores", através de denúncia contra Antonio Botto, acu

(177) "Ferindo os brios de um novo digno e altivo", editorial d'A UNIÃO, 10/05/1933. p. 1.

(178) Odon Bezera, que era o chefe legionário local, o 1º triunvirato da A.I.B. na Paraíba foi constituído por Pedro Batista, Hortensio Ribeiro e Chileno de Alverca. Cf. A IMPRENSA, 08/08/1933.

sando-o de haver traído o presidente João Pessoa.⁽¹⁷⁹⁾ Antonio Botto, por sua vez afirma que seu partido foi perseguido implacavelmente, bloqueando-se, inclusive, seus canais de propaganda, mas que contou com o apoio das massas.⁽¹⁸⁰⁾ Novamente, P.P. e P.R.L. acusavam-se de seu caráter oligárquico e de seus propósitos em restaurar o passado. São bastante interessantes essas acusações, uma vez que eles próprios denunciam claramente sua natureza oligárquica. Relacionando a parentela que comunha o P.P., os "libertadores" afirmavam que,

"... o sr. Manuel Velloso Boraes, candidato senatoria Partido Progressista, seu irmão sr. Viránio Velloso Boraes, cunhado Padre Mathias Freire, primo do sr. José Américo, chefe do citado partido. O interventor Gratuliano Brito, seu primo, é candidato a deputado federal. O sr. Ruy Carneiro e seu cunhado sr. José Vieira Lira são candidatos a deputados federais, sendo o primeiro irmão do sr. Alcides Carneiro que é genro do sr. José Américo, candidato a senatoria pelo Partido Progressista. Nas chanas para senadores e deputados federais e estaduais figuram doze parentes e contra parentes do sr. José Américo, bem como seis perrepeistas inimigos ferrenhos do saudoso e grande presidente João Pessoa".⁽¹⁸¹⁾

Revidando esta crítica, os "progressistas" comentam a chana do P.R.L. sucinta e ironicamente dizendo que

"... parece uma casa de família: Carlos Pessoa e

(179) Em investida contra Antonio Botto, tachavam-no de traidor de João Pessoa por haver pleiteado cargos junto a seus adversários, quando servia no palácio do governo, "... e por traz o descumpunha, o injuriava (...) lhe beijava as mãos e lhe lambia os pés e ao mesmo tempo moñ dia-lhe a sombra". Cf. A UNIÃO, 26/09/1934, p. 1.

(180) Consultar Antonio Botto de Menezes, op.cit.,

(181) Cf. A UNIÃO, 08/11/1934, p. 1.

irmão: Estevão de Avila Lins e irmão: Clovis Satyro e irmão, Luiz Galdino de Sales e cunhado, etc". (182)

A despeito de alguma incorreção que possa haver quanto aos parentescos apontados, achamos ser mais que convincente quanto à sobrevivência na "República Nova" do clássico sistema de política familiar.

Após a ferrenha campanha de 1934, realizado o pleito, os "progressistas" obtiveram a maioria das vagas. Dos trinta deputados estaduais eleitos para a legislatura 1935-38, apenas três pertenciam aos quadros do P.P.L., partido que ocupou apenas uma vaga na Câmara federal. (183)

Analisando a composição da Assembléia Legislativa ora eleita, configura-se, no nosso entender, que o significado mais profundo da força absoluta dos "progressistas" residia, sobretudo, na predominância de representantes da oligarquia algodoeira-pecuária em seus quadros. O bloco no poder, portanto, tinha como suporte econômico a fração algodoeira-pecuária, cujo prestígio ficou evidenciado na sua capacidade de impor, através de seus representantes na Assembléia, a candidatura de Argemiro de Figueirêdo ao Governo do Estado. (184)

(182) Idem, 20/10/1934, p. 1.

(183) Antonio Botto foi o deputado federal eleito, enquanto que Severino Lucena, Fernando Pessoa e Ernani Sátiro constituem a bancada oposicionista na Assembléia.

(184) Gratuliano Brito almejava continuar no governo, porém não foi o indicado por José Américo. Este pretendia indicar Virgínio Velloso Borges, mas as lideranças do partido não aceitaram. A bancada de Campina Grande conseguiu o apoio da maioria da Assembléia e de Gratuliano elegendo, assim, Argemiro de Figueirêdo. Cf. Lauro Pires Xavier, entrevista à autora em 24/02/1984. Ver também Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, *Poder, alegria dos homens*. Quanto a composição da Assembléia pelos nossos cálculos, 60% pertenciam à oligarquia algodoeira-pecuária. Consultar Celso Mariz, *Memória da Assembléia Legislativa*.

Por outro lado, convém não esquecer o prestígio do chefe do P.P., José Américo, junto ao poder central e a importância das obras contra as secas na afirmação de sua força política perante os coronéis do Sertão. Apesar das acusações que lhe foram assacadas pelos "libertadores", seus argumentos eram praticamente irrespondíveis, quando demonstrava o crédito político de que era portador perante os beneficiados pelos serviços que implantara, como pode-se perceber nos trechos abaixo:

"... E, acima de tudo e por tudo, os milhares de parahubanos que não morreram de fome, porque comeram nella minha mão dadivosa. Fiz da Inspeção das Sêccas, que era uma coisa inteiramente pôdre, um instrumento de salvação publica.

Por menos disso, quase todo o Norte me consagra a mais carinhosa dedicação. O Ceará, Piauí, Sergipe, Bahia e outros Estados me tratam como filho.

São a Parahuba, em vez de me dar maior força moral e mais autoridade publica para que eu continue a crancear a sua felicidade, procura destruir-me (...) eu sou caluniado e atassalhado por parahubanos aqui e pelo Brasil em fora, pelo anônimo monstruoso, nella publicidade desairoza, por todas as formas de demolição. Mas, não é a Parahuba. Não devo sacudir-lhe o nó das minhas sandalias. São tres ou quatro linhas inexpressivas, a quem eu recusei dar a mão e encher a boca, quase todas marcadas por antecedentes delictuosos..." (185)

Assim, a imagem do "benfeitor", do "ministro das secas" impunha-se sobre qualquer outra pretensão. A presença da família Pessoa nos quadros do P.P.L. e a invocação da memória do

(185) José Américo de Almeida, A UNIÃO, 15/12/1934, p. 3.

presidente João Pessoa não tinha condições de competir com o prestígio nacional de José Américo. Era, portanto, ele o melhor situado para dar as cartas do jogo político das oligarquias paraibanas.

Paralelamente, os fundamentos do mandonismo local eram assegurados, face à reprodução das tradicionais relações sociais de produção - notadamente a mediação - nos marcos da reorganização dos espaços regionais. Destarte, o esquema coronelístico-oligárquico realimentava-se repercutindo sobremaneira na política dos municípios. Na Paraíba, no período em estudo, as disputas políticas municipais eram tão acirradas que, não raro, representantes de um mesmo partido lançavam mão de legendas diferentes por município para contornar as facções locais. (186)

As desavenças inter-oligárquicas nos municípios repercutiam, por sua vez, na Assembléia Legislativa. Durante a curta legislatura de 1935-37 os debates prolongavam-se a partir de eventos ocorridos em diversos municípios envolvendo perseguições políticas, falta de liberdade nas eleições, fatos policiais, enfim, questões típicas de uma estrutura de poder centrada nas disputas oligárquicas. Enquanto isto, questões que diziam respeito aos interesses dos trabalhadores durante os movimentos grevistas de 1935 somente foram tratadas na ocasião de aprovar o voto de solidariedade do governador pela repressão que pôs em prática. (187)

Em 1935, por ocasião das eleições municipais os "liber

(186) Cf. Deusdedit Leitão, entrevista à autora em 22/09/1984.

(187) Vale lembrar, a excessão consubstanciada no pronunciamento em prol dos trabalhadores feito deputado classista Anacleto Vitorino. Ver A UNIÃO, 12/10 e 06/11/1935.

tadores" conseguiram pela primeira vez maioria sobre os "progressistas", no município da capital, onde elegeram 7 vereadores contra 5 do P.P. O partido governista proclamou reiteradas vezes a garantia, liberdade e o clima de ordem em que transcorreram as eleições nos municípios, lamentando tão somente, os choques entre correntes a ele filiadas em dois municípios. Entretanto, comunicados da Justiça Eleitoral publicados pelo jornal A IMPRENSA dão conta das irregularidades ocorridas durante este pleito: urnas violadas, votação não comprovada e seccões anuladas pela constatação de fraudes.⁽¹⁸⁸⁾ Fica assim, comprovada, mais uma vez, que é na instância do poder local que as dissensões oligárquicas apresentam-se com maior intensidade e que a máquina eleitoral é mais eficiente no sentido de fraudar votos em favor dos chefes locais.

A partir deste mesmo ano, todavia, a facção "libertadora" vai enfraquecendo. Alguns elementos de seus quadros deslinharam-se do partido. Um deles, sob alegação de haver sido traído e derrotado no último pleito, em consequência de "conluio" de um companheiro do diretório favorecendo adversários.⁽¹⁸⁹⁾ Mais adiante, a pequena bancada oposicionista na Assembléia foi desfalcada com a passagem de Ernani Sätiro para o P.P., face à "intransigência" de Antonio Botto, negando-se a entrar em acordo com a facção dominante. Os argumentos utilizados por Sätiro, nesta ocasião, demonstram a fragilidade da política partidária oligárquica.

"... nem sequer tivemos o cuidado de situa-lo (o

(188) Consultar A IMPRENSA, 06-09 e 16/11/1935.

(189) Tratou-se de Luis de Oliveira, conhecido militante do P.R.L. Cf. A LIBERDADE, 04/01/1935.

P.P.L.) discretamente numa função fiscalizadora da administração pública (...). Por mais que prequeamos idêios, elas airam em torno dos nomes que as professam; em função deles é que se aceitam ou não". (190)

Esta passagem, evidencia o caráter personalista destas agremiações e sua indiferenciação. A este respeito, consideramos mais elucidativo ainda o seguinte comentário feito por um integralista local:

"Gritam os políticos que Ernani foi um traidor . Mas se analisamos a atitude do ilustre político de Patos, veremos que ele permanece onde estava. Parece não haver nenhuma diferença entre o Partido Libertador e o Progressista. São iguaes os princípios básicos sobre que trousam. E são iguaes os lins que desejam. Somente os nomes e os interesses pessoais são diferentes. Até se juntassem os dois teríamos: Partido Libertador Progressista. Ambos partidos são dependências do velho casarão da Liberal Democracia; um e outro desejam estar de cima mandando e dando. (...) Ernani nada mais fez que sair de uma sala do velho cosanão e se meter noutra sala..." (191)

Enquanto a agremiação "libertadora" se esfacelava, o P.P. consolidava-se, no bojo do prestígio crescente do governador Argemiro de Figueirêdo. A repressão violenta levada a efeito sobre os movimentos sociais, cujo ânice, como já explicitamos, foi em 1935, concedeu-lhe maiores dividendos politicos perante as facções oligárquicas, reforçando, assim, sua estratêica absorção de elementos oposicionistas. Assim, "pro

(190) Ernani Sátiro, carta a Antonio Botto, apud A IMPRENSA , 24/09/1936. n. 5.

(191) J.T.B., "Olhando e ouvindo", A IMPRENSA 14/11/1936, p. 6.

gressistas" e "libertadores", pouco a pouco, foram-se agregando até que em 1937 colidaram-se em função da candidatura de José Américo à presidência da República. Ocorreu, então, a união dos adversários "inconciliáveis", que, esquecidos dos insultos mútuos durante as campanhas eleitorais, agora, festejavam sua unidade, promovendo, inclusive, suas conversões em exemplos de virtude e civismo.

Entrementes, os integralistas não descuidavam da propagação de sua doutrina de forma cada vez mais constante e sistemática nas páginas da IMPRENSA. Em 1935, a polarização de forças e a confrontação entre a Aliança Nacional Libertadora (A.N.L.) e a Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) teve repercussões também na Paraíba. Pelo que pudemos apurar, a A.N.L. contou com um Diretório na Paraíba e teve atuação pública realizando alguns comícios. Seus raros comunicados encontrados na imprensa denotavam a preocupação em refutar as acusações de seu caráter comunista, anti-religioso e terrorista, enfatizando que ele não era um partido político

"mas apenas um movimento em torno de idéias tendentes a livrar o Brasil da exploração estrangeira..." (192)

acrescentando que era favorável à completa liberdade de culto e religião, omitindo, entretanto seu programa anti-latifundiário. Em julho de 1935, de acordo com as ordens recebidas do governo federal, Ardemiro de Figueirêdo determinou o fechamen

(192) Cf. A ORDEM, 04/05/1935, p.7.

to dos núcleos locais. (193) Deflagradas as insurreições em Recife, Natal e Rio de Janeiro em novembro, os aliancistas da Paraíba foram tenazmente perseguidos, presos e torturados a pretexto, conforme aludimos anteriormente, de haverem tentado iniciar a rebelião comunista em João Pessoa. Os integralistas da Paraíba deram total apoio às medidas repressivas contra os aliancistas oferecendo, inclusive, contingente armado para auxiliar o governo do Estado no combate à rebelião do Rio Grande do Norte.

Tal como fazia Vargas, Ardemiro não colocou dificuldades à expansão do integralismo na Paraíba. Assim, foram implantados núcleos na capital e em vários municípios do interior, onde eram instaladas também escolas para filhos de operários. Convém salientar, contudo, que operários paraibanos não aderiram a A.I.B., conservando-se esta aqui também como organização que congregava, principalmente, segmentos das camadas médias urbanas.

O maior evento promovido pelos integralistas da Paraíba e que teve maior repercussão, foi, decididamente um congresso realizado em fevereiro de 1937, durante três dias, no Teatro Santa Rosa. A presença de altas autoridades do Estado neste congresso, inclusive, representante do governador e o dele

(193) João Santa Cruz, presidente do diretório da A.N.L. na Paraíba, envidou esforços no sentido de mobilizar seu núcleo local através de propaganda na imprensa e comícios. Todavia, quando preparava-se para inaugurar sua sede foi chamado a palácio, no dia 05/07/1935, ocasião em que o governador comunicou-lhe haver determinado o fechamento de todos os núcleos da A.N.L. Protestou tal fato em entrevista ao A LIBERDADE e através de boletim. Estando de posse do arquivo da A.N.L., destruiu-o para evitar comprometer amigos. Cf. João Santa Cruz, depoimento à Delegacia de Ordem Política e Social, A IMPRENSA, 03/03 7 1936, pp. 1 e 2.

gado da Ordem Política e Social, denota o grau de aproximação existente entre a A.I.B. local e o governo.⁽¹⁹⁴⁾ O arcebispo não se fez presente. Justificou-se, entretanto, alegando motivo de viagem, em teledrama no qual declara seu apoio ao movimento:

"... Faço votos que grandioso nobre ideal Deus, Patria, Família vem sendo sua brilhante divisa pros sua seu glorioso triunfo como dique ação malefíca inhausto comunismo".⁽¹⁹⁵⁾

Utilizando o veículo de comunicação da Igreja para inculcar a imagem mais torpe possível do regime soviético, perseguindo os que clamavam por justiça social, os integralistas funcionavam, portanto, como efetivos colaboradores do Estado e da Igreja na obra alienadora e repressora da classe subalterna. Em 1937, declaravam-se organizados na Paraíba, em condições de prevenir um golpe comunista confessando seu papel de informantes do Estado.

"Isto significa a dificuldade cada vez maior para um golpe comunista articulado, de vez que os camisas verdes mantem um serviço de vigilância perfeitamente organizado que os habilitam ao fornecimento - às autoridades constituídas - dos elementos precisos para a sua ação garantidora da tranquilidade pública, colaborando os integralistas com os Governos na defesa das instituições de Deus, Patria e Família".⁽¹⁹⁶⁾

O jornal governista até 1938, estrategicamente, não visculava nenhum comentário a cerca da atuação da A.I.B. da Pa

(194) Consultar A IMPRENSA, 22/02/1937.

(195) D. Moisés Coêlho, telegrama à chefia provisória da A.I.B. na Paraíba, apud A IMPRENSA, 04/03/1937, p. 2.

(196) Cf. A IMPRENSA, 18/03/1937, p. 2.

raíba. Na ocasião em ~~que~~ ocorreu o atentado integralista contra o governo federal, entretanto, A UNIÃO criticou-os severamente, afirmando que, na Paraíba, há dias a polícia seguia-os, não obstante eles procurarem despistar, realizando reuniões altas horas da noite e em lugares diferentes. Mas, devido a eficiência da polícia, foi preso o chefe provincial, tomado o fichário, extinguindo-se, assim, a A.I.B. na Paraíba. (197)

As oligarquias locais em 1937 tiveram seus partidos dissolvidos. Mesmo assim, aplaudiram o ditador e saudaram o Estado Novo, identificando-o como a redenção democrática, declarando que

"... a Democracia está viva, bem viva, na sua feição autoritária". (198)

No ano seguinte, desfizeram-se dos seus aliados na tarefa de abafar as vozes "subversivas" e garantir a "paz social". Os integralistas tornaram-se desnecessários e até inconvenientes face ao novo pacto que celebraram com o poder central.

3.5. CONFRONTO, CONCILIAÇÃO E REITERAÇÃO DO PODER DAS OLIGARQUIAS

Levando-se em consideração as agitações políticas do período precedente os anos 1937-1945 foram marcados por rela

(197) Ver A UNIÃO, 20 e 23/03/1938.

(198) Cf. A UNIÃO, 11/12/1937 p. 1. Grifo nosso.

tiva estabilidade, entremeada pelos arranjos inter-oligárquicos e somente abalada pelos reflexos das mudanças na conjuntura internacional. A repressão às forças populares, desde 1935, em todo o país, proporcionou sua desmobilização e o seu consequente afastamento da arena política. A ideologia anticomunista, forneceu, paralelamente, o clima necessário à institucionalização da ditadura, contando com o beneplácito dos representantes das facções regionais que se renderam facilmente à farsa do Plano Cohen. (199) As articulações político-eleitorais em andamento, visando à sucessão presidencial foram, assim, anuladas, frente ao iminente "perigo vermelho". Na Paraíba, às vésperas do golpe que instaurou o Estado Novo, as facções oligárquicas, "progressistas" e "libertadores", coligadas, apoiavam a candidatura de José Américo à presidência da República. Afastado da militância política, desde 1935, quando eleito senador, renunciou ao cargo e, ao mesmo tempo, à direção da política paraibana, segundo ele, porque

"A política destronada pela Revolução ressurgia com as mesmas taras e eu andava desoloso com os rumos tomados nela situação na Paraíba". (200)

Essa situação criada oportunizou a ascensão de Argemiro de Figueirêdo à chefia do partido situacionista. Este, reiteradas vezes, apelou ao ministro a reconsideração do seu gesto solicitando, inclusive, a intermediação de Vargas para convencê-lo. Nomeado ministro do Tribunal de Contas, José Américo despede

(199) Pretenso plano comunista para a tomada do poder divulgado com grande alarde, pelo Departamento de propaganda do governo. A este respeito, ver Edgard Carone, **A República Nova**.

(200) José Américo de Almeida, **A Palavra e o Tempo**, p. 161.

se dos correligionários lembrando os serviços prestados à Paraíba:

"Peço-lhe que nesta hora de meu recolhimento voluntário, seja o interprete dos mais puros sentimentos que devo a Parahyba. Dei-lhe toda a minha capacidade de sacrificio nos perigos de vida da lucta armada, defendendo a causa sagrada de sua autonomia..."(201)

Durante este afastamento de José Américo da chefia política da Paraíba, Argemiro de Figueirêdo substituiu-o eficientemente, demonstrando-se competente organizador das oligarquias paraibanas. Defendeu os interesses da fração dominante - dos coronéis do algodão e pecuária - a quem estava umbilicalmente ligado. Neste sentido, como já salientamos,⁽²⁰²⁾ interferiu junto ao governo federal em prol de medidas favoráveis ao escoamento da produção algodoeira paraibana. Entretanto, submeteu-se às injunções do imperialismo, permitindo a penetração dos "trusts" na exploração da economia algodoeira local, bem como a redivisão nacional do trabalho, que impunha a inferiorização da cotonicultura paraibana em relação à paulista. Ao mesmo tempo, conseguiu difundir uma imagem progressista do Estado através da intensa propaganda, que decantava os esforços para a racionalização e modernização da lavoura. Outra faceta da eficiência da chefia argemirista, nesta fase, foi o fortalecimento do partido "progressista" com a cooptação de perrepeístas e lideranças do P.P.L, sem falar na tenaz repressão aos trabalhadores mais politizados, desmobilizando-os através da intensa propaganda anticomunista, favorecendo a unificação dos grupos

(201) Idem, telegrama a Argemiro de Figueirêdo, A UNIÃO, 18/08/1935, p. 1.

(202) Ver item 2 deste capítulo.

oligárquicos. Neste sentido, atuou também como grande colaborador de Vargas na tarefa da centralização do poder e implantação da ditadura. Conseqüentemente, ainda sob a fachada de um regime constitucional, já exercia poderes ditatoriais, garantindo a correlação de forças favoráveis ao projeto de Vargas e, ao mesmo tempo, silenciando adversários políticos notórios ou em potencial. Desta forma, o ardemirismo emergiu e começou a concorrer com o americanismo.

A campanha pela sucessão presidencial deu ensejo à retomada da liderança americanista. A partir de então, propaga-se através da imprensa local a união das forças políticas locais em prol da candidatura de José Américo. Opera-se a coalizão entre o P.P. e o P.P.L. e constituem-se frentes de apoio as mais diversas. A Assembléia Legislativa, com exceção apenas do deputado Fernando Pessoa, empresta seu apoio ao candidato paraibano. O interessante é que esta campanha reabre o debate sobre os resultados do movimento de 1930 permitindo-nos a observação de que ainda havia ressentimentos acumulados. Nesta oportunidade, Fernando Pessoa manifesta-se na Assembléia Legislativa contra a candidatura José Américo, denunciando as mazelas da revolução

"... A política em continuou desenfileada campeando em todos os Estados tendo apenas mudado os homens que a praticavam e os felizardos que a destruíam..."

Alede não apoiar o "ilustre conterrâneo" porque ele aceitou sua indicação como candidato oficial, a exemplo de Júlio Prestes a quem combateu em 1930.⁽²⁰³⁾ Em carta dirigida por José

(203) Fernando Pessoa, discurso na Assembléia Legislativa, A UNIÃO, 30/09/1937. n. 2.

Américo a Juracy Magalhães, todavia, ele afirma estar disposto ao "sacrifício" em nome dos ideais de 1930, considerando que sua candidatura congregava os desejos de quase todos "os companheiros de 1930". Apresenta-a como "a bandeira da paz", mérito que é reconhecido pelas próprias forças armadas. Enfatiza a necessidade de que seu nome seja levado a Vargas pelos grandes Estados, principalmente por Minas Gerais e que, se mesmo assim Vargas não aceitasse, estaria disposto

"a restaurar a conquista essencial de nossa revolução (...). A Paraíba reassumiria, pelos autênticos valores que eu passaria a reconduzir, sua missão histórica". (204)

A reação generalizada às lutas sindicais desencadeadas, principalmente, a partir de 1935, engendra o malogro da campanha pela sucessão presidencial, evidenciando, assim, os limites ideológicos de 1930. Vargas, facilmente conseguiu articular a correlação de forças necessária ao golpe, inclusive, com o apoio do governo da Paraíba. Dias antes do 10 de novembro, Ardemiro de Figueirêdo, consultado pelos articuladores do golpe, prestou sua inteira solidariedade à conspiração, a despeito de haver encampado a candidatura José Américo. Com este episódio, deu-se o rompimento com José Américo, enquanto o governador, a partir de então interventor, assegurou o seu prestígio junto ao poder central e, com plenos poderes, comandou a política da Paraíba até 1940. Posteriormente, indagado sobre sua atitude de apoio ao golpe de Vargas, Ardemiro alegou dois motivos que, vale lembrar, são bastante pertinentes aos

(204) José Américo de Almeida, carta a Juracy Magalhães, Rio de Janeiro, 21/04/1937, in Correspondência de José Américo, Fundação Casa de José Américo.

oligarcas:

"... dois motivos imperiosos - primeiro a solidariedade - de indetectível que eu hipotecara, em nome da Paraíba, ao Sr. Getúlio Vargas e, segundo, a natureza do movimento: imperativo de salvação Nacional..." (205)

A resposta do telegrama em que Francisco Campos comunica-lhe a promulgação da nova Constituição completa sua colocação anterior:

"... Certo do patriotismo dos homens que deliberaram essa alta providência e conhecedor do ambiente político brasileiro, trabalhado por conspirações attentatorias dos nossos sentimentos e da própria segurança e unidade da Pátria, bem assim pelas lutas partidárias que poderiam enfraquecer as forças de defesa da paz e do progresso nacional, não tenho dúvida em manifestar em meu nome e do nobre povo que dirijo, integral apoio a Constituição..." (206)

Em 1939, ainda reiterava sua submissão à chefia de Vargas:

"Elegemos um chefe antes do Estado Novo e o temos seuido na orientação e nos conselhos com uma fé delidade inexcedível". (207)

Destarte, munido de todas as prerrogativas concedidas nela ditadura de Vargas aos interventores, o ardemirismo as

- (205) Ardemiro de Figueirêdo, resposta ao aparte do deputado José Joffily durante discurso proferido na Câmara, na sessão de 29/05/1947, in **Discursos Parlamentares**, vol. 1, p. 29.
- (206) Idem, telegrama a Francisco Campos, A UNIÃO, 11/11/1937, n. 1.
- (207) Idem, discurso proferido quando Inaugurava o Instituto da Educação, apud Francisco de Lima Moura, **Reminiscências**.

cente fazendo sombra ao próprio americanismo, atingido agora pelo "blefe" imposto por Vargas. Aliás, a habilidade de Vargas permitiu-lhe jogar com os dois - José Américo e Ardemiro - descartando-se do primeiro e, neste contexto, privilegiando o segundo, que lhe possibilitava maior concentração de poderes, por ser mais organicamente ligado às oligarquias, e, assim, facilitar a correlação de forças entre estas e a burguesia industrial do Sudeste, necessária à constituição do poder político da ditadura. O processo de centralização político-administrativa, que já vinha se operando desde 1930, é, então, aprofundado e consolidado. Os interventores, como agentes do poder central nos Estados, exerciam, mais do que em 1930, funções essenciais na centralização. Em contrapartida, Vargas concedeu-lhes ampla autonomia, inclusive, não interferindo no funcionamento tradicional do mandonismo regional.⁽²⁰⁸⁾ Em consequência, Ardemiro continuou a empreender alianças com coronéis adversários de 1930, favorecendo, assim, a recomposição das oligarquias locais ao mesmo tempo que ampliava seu espaço político conforme descreve Marcus Odilon Ribeiro Coutinho:

"Fez um governo sob o aspecto administrativo brilhante, de grandes e duradouras realizações. Os seus auxiliares foram tirados do meio rural. Cercou-se de todos os donos do Estado. Chamou a Palácio os caciques da República Velha. (...) Nos

(208) Não encontramos nenhum indício demonstrativo de interferência permanente do poder central sobre a atuação política das interventorias da Paraíba, mormente nesta fase. Apenas quando os dissídios inter-oligárquicos foram acirrados, envolvendo o interventor - como ocorreu em 1940 -, Vargas interferiu como árbitro entre as facções dissidentes. Tais considerações levaram-nos a fundamentar o enfoque das relações entre a interventoria e o poder central em Aspásia de Alcântara Camargo, *A Questão Agrária: Crise de poder e reformas de base (1930-1954)*.

corredores palacianos, os coronéis andavam de reúnas e esporas, tudo como se estivessem em seus currais. (...) E, o Governador a chamar para junto de si, os Ribeiro Coutinho, os Gaudêncio, os Nóbrega, os Cunha Lima, os Rezerra Cavalcanti, etc..."(209)

Em consequência desta política de aglutinação dos chefes políticos municipais, Argemiro conseguiu que os conflitos inter-oligárquicos fossem absorvidos, permitindo o funcionamento da máquina burocrática subordinada, em última instância, ao poder central. Desta acrescentar, todavia, a relativa independência da interventoria em relação aos potentados locais, na medida em que dispunha da faculdade de governar por decreto. Entretanto, era dependente do poder central, sobretudo, no que se refere à política econômica, cujo controle escapa-lhe, por ser controlada pelos Institutos, Conselhos, etc e direcionada de acordo com os ditames da concentração/centralização de capital nas mãos da burguesia do Sudeste.

Até 1940, Argemiro tinha conciliado, portanto, os interesses das oligarquias da Paraíba. Reprimidos os operários e lideranças combativas, abafadas as vozes dissidentes e, apoiado no aparato repressivo e persuasivo, montado pelo regime, conseguiu realizar um governo, cuja eficiência, em termos de obras públicas realizadas, marcou época.(210)

Perfeitamente identificado com os postulados ideológicos do Estado Novo o governo Argemiro promovia frequentes cerimônias cívicas, palestras, desfiles, etc. A UNIÃO diariamen

(209) Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, op. cit., p. 84, *quips nossos*.

(210) Há consenso entre conhecedores de sua administração quanto ao mérito de seu programa de obras públicas, salientando-se, neste aspecto, o saneamento de Campina Grande.

te fazia a apologia do Estado Novo, além da propaganda realizada através de obras editadas pelo Departamento de Estatística e Publicidade, então criado. Seus discursos exaltavam o fascismo como se pode observar no trecho abaixo:

"Ahi está o exemplo de outras nações. Vistes como Mussolini salvou do caos o seu grande novo; como Hitler reorganizou e restabeleceu a unidade da grande Patria alemã; como Salazar soergueu do abismo a gloriosa nação portuaguêsa. Por que não ve reis agora, quando o exinia imperiosamente a realidade brasileira, o Brasil liberto de todas as desordens (...) liberto por esse homem providencial e predestinado que é o Sr. Getúlio Vargas? ..."(211)

Enquanto Argemiro assim falava, a imprensa divulgava textos de doutrinação, propagava a necessidade de conciliação entre as classes e continuava a campanha anticomunista.(212) O regionalismo e o partidarismo eram combatidos e, em seu lugar, proclamava-se a unidade nacional sob a suprema chefia de Vargas.

A evolução da ditadura, entretanto, foi revelando progressivamente as suas contradições internas. Com isso, as dissensões inter-oligárquicas na Paraíba vão ressurgindo, ao mesmo tempo que vão revelando a progressão de sua própria crise, culminando com a deposição de Argemiro de Figueirêdo após gra

(211) Argemiro de Figueirêdo, discurso no Dia da Bandeira diante do Altar da Pátria. A UNIÃO, 21/11/1937, p. 1.

(212) Para se ter uma idéia do tom a que chegaram as críticas ao regime soviético, é bastante que se observe algumas manchetes: "Estã se devorando a Revolução Russa", "A Traição-Comédia Final da Rússia Vermelha", "Incendiaremos todas as Iarejas do mundo", etc. Ver A UNIÃO, março de 1938.

ves acusações de desmandos administrativos. (213)

O relatório do presidente da Comissão de inquérito em carregada de apurar a denúncia contra Ardemiro fornece, também, elementos que, no nosso entender, ajudam a elucidar as causas da queda de Ardemiro, como é o caso do trecho que transcrevemos abaixo:

"... O Estado da Paraíba oferece um quadro cheio de aristas contradicções, muitas delas compreensíveis em períodos de transição e outras que o Estado Novo não compreende. Há uma divisão de grupos que não se ligam entre si por motivos que não interessa fixar e que combatem duramente o Sr. Interventor Ardemiro de Figueirêdo. Há separações profundas. Fala-se em liberais e verrenistas como se estivessemos ainda no reamen de de sacrecação e preferências que a Constituição de

- (213) Epitácio Pessoa Cavalcanti (mais conhecido como Epitacinho), com o concurso de elementos da facção oligarquica dissidente, que se sentiam desprestigiados pelo governo do Estado, encendrou a denúncia que culminou com a queda de Ardemiro da interventoria. Epitacinho, filho de João Pessoa, gozava da protecção e amizade de Vargas que inclusive lhe possibilitara conseguir bons empregos no Rio de Janeiro. Não satisfeito, fez-se Secretário da interventoria da Paraíba (Ardemiro criou a Secretaria da Educação e Cultura para ele [sic]), de onde passou a conspirar contra o interventor. Reuniu elementos contra a administração de Ardemiro, elaborou a denúncia que enviou a Vargas e divulgou em livro denominado: "Desmascarado um Mistificador". Para se ter uma idéia da virulência desta denúncia, é suficiente que se leia suas frases iniciais. "... história dos crimes de um administrador (Ardemiro de Figueirêdo) e a defesa de um novo violento (...) processo regular contra o interventor paraibano (...) Crimes contra vítimas indefesas, sim, que tombaram ensaquentadas pela fuzilaria dos trabucos de canoaceiros metidos na Polícia do Estado. Crimes contra a economia dos pobres espoliados pelas habências fraudulentas dos protenidos esnertos. Crimes contra as finanças do Estado, nos desvíos dos créditos, na utilização indevida de fundos especiais..." Epitácio Pessoa Cavalcanti, Advertencia in **Desmascarando um Mistificador**, pp. 7 - 8.

1934 *sabia nutrir...*" (214)

Entendemos que, no bojo deste confronto inter-oligárquico, ainda esta^{va} a disputa pelo espólio de 1930 entre seus partícipes diretos e/ou indiretos. Conforme já dissemos, os elementos que apoiavam a Aliança Liberal e que foram os vitoriosos de 1930 cindiram-se desde a interventoria Navarro e efetivamente não mais se uniram. A correlação de forças maior até 1937 agrupava-se em torno de José Américo. A partir de então, os poderes discricionários concedidos ao interventor Ardemiro de Figueirêdo ofuscaram o americismo e impediram os dissidentes que antes haviam se reunido no P.P.L. de se reorganizarem em oposição, provocando, assim, o desequilíbrio do sistema oligárquico. Portanto, a racionalidade e o burocratismo do Estado Novo não se harmonizavam com a estrutura de poder tradicional vigente.

Consequentemente, tratava-se de uma disputa inter-oligárquica que Vargas resolveu a seu modo, garantindo a sobrevivência do regime com base na conciliação das contradições inter-oligárquicas. Atuando como árbitro entre Ardemiro e Epitacinho, optou por um "tertius", também participante de 1930, mas

"... pessoa alheia aos dissídios e prevenções locais capaz de manter a necessária isenção de animo para administrar o Estado",

conforme comunicou a Ardemiro. (215)

(214) Waldemar Niemeyer, relatório ao Ministro da Justiça In Epitácio Pessoa Cavalcanti, *op. cit.*, p. 123.

(215) Getúlio Vargas, carta a Ardemiro de Figueirêdo agradecendo pelos serviços prestados à Paraíba e ao governo federal e concedendo sua exoneração do cargo de interventor, in *A UNIÃO*, 31/07/1940, p. 1. Quanto ao seu pretendido, Epitacinho, que esperava ser o indicado, Vargas desarmou-o desde que lhe comunicou pessoalmente: "Você vai ficar satisfeito, resolvi o caso da Paraíba. Mas, não nomeei você, nomeei seu amigo Puy Carneiro", Cf. Osias Gomes, depoimento à autora em 18/02/1984.

Pelo que podemos apurar, o interventor então nomeado, Ruy Carneiro, reordenou o esquema político-administrativo re^ucompondo os quadros oligárquicos dirigentes. Neste sentido, a^ulijou grupos até então privilegiados,⁽²¹⁶⁾ em proveito de ou^utros, tal como a família Pessoa.⁽²¹⁷⁾ Compôs sua equipe de au^uxiliares administrativos com elementos também ligados ao movi^umento de 1930, entretanto da geração mais nova e mais integra^uda às atividades urbanas.⁽²¹⁸⁾

Logo no início de seu governo, denunciou a grave situa^ução do Estado, atingido por uma crise econômico-financeira, orçamento desequilibrado e um montante de dívidas em excess^o a pagar. Anunciou um severo regime de contenção de despesas a fim de restaurar o equilíbrio financeiro e acusou o governo anterior de haver propagado uma imagem irreal da situação eco^unômico-financeira do Estado.⁽²¹⁹⁾

Outro aspecto desta interventoria foi seu acento popu^ulista. Conseguiu a adesão de figuras populares como João San^uta Cruz que, na imprensa, manifestava-se entusiasmado e ali^uviado pelo término dos abusos da administração anterior.⁽²²⁰⁾ Assim, mesclando populismo à diversificação dos quadros oli^ugárquicos dirigentes, Ruy conseguiu representar os interesses da ditadura Vargasista até seu ocaso.

Entretanto, não podemos esquecer que estas nuances da

(216) Segundo foi-nos informado, os correligionários de seu antecessor foram perseguidos. Os prefeitos foram substi^utuídos por elementos estranhos ao município e funcioná^urios públicos foram removidos. Cf. Deusdedit Leitão, en^utrevista à autora em 21/09/1984.

(217) Consultar Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, op. cit.

(218) Idem, ibidem.

(219) Ver A UNIÃO, 07/09/1940.

(220) Idem, 10 e 22/09/1940.

interventoria Ruy Carneiro foram condicionadas pela nova conjuntura que impunha a necessidade de adequar o sistema oligárquico à fase liberal-populista que se prenunciava, marcada, sobretudo, pelos efeitos da II Grande Guerra. Do ponto de vista econômico, como vimos na seção 2 deste capítulo, o suporte financeiro da Paraíba - o algodão -, atingido pela queda da demand logo no início da guerra, recupera-se gradativamente, a partir de 1941, com a abertura de novos mercados. Nesta fase, outros produtos também tinham sua demanda ampliada (caroá, acave, mamona, etc.) favorecendo a recuperação das finanças estaduais. No plano político, a participação do Brasil na guerra contra os Estados totalitários repercutiu desfavoravelmente à preservação da ditadura. Entrelaçado a este aspecto, ocorrem as pressões pela abertura do regime que ressoa favoravelmente. As manifestações de patriotismo desgastam o quadro ideológico do Estado Novo, que reage em busca de novo respaldo representado pelo queremismo. Enfim, operava-se realmente a desadaptação do sistema repressivo que ainda sustentava a ditadura e, em seu lugar, surgia uma nova etapa na vida política brasileira, cuja tônica passa a ser o populismo, consoante o novo quadro histórico, como argutamente declarou José Américo:

"Voltemo-nos, especialmente, para os problemas do novo. Sim, é preciso conquistá-lo, em vez de revoltá-lo, atraí-lo em vez de escorraçá-lo.

(...)

O melhor meio de abafar os gritos de revolta é encher a boca dos lamintos. Ninguém grita de boca cheia.

(...)

Depois de cada guerra morre um mundo. E há uma ansia de renovação. Ou atendemos a esse inquietude

ou o novo mundo explodirá". (221)

Nesta nova conjuntura, o quadro político da Paraíba também foi progressivamente se alterando. Os presos políticos de 1935, por força da lei de anistia de Vargas foram soltos. As relações entre a interventoria e a classe trabalhadora são relativamente amistosas. Todavia, vale salientar que o esquema de controle e repressão vigente desde 1935 não favoreceu sua politização e, conseqüentemente, o despertar de novas lideranças. Com isto, a representação operária que aparece na cena política é *dominada* por nelegos formados no sindicalismo do Estado Novo. Destarte, quando em 1945, no bojo do movimento pela redemocratização, João Santa Cruz organizou a UNIÃO SOCIALISTA DA PARAÍBA, contou apenas com a participação de um grupo de intelectuais, e, na formação do próprio Partido Comunista, a predominância era da intelectualidade mais jovem, secundada nele operariado. (222)

A reorganização partidária de 1945 demonstra, claramente, a força da classe dominante que, embora dividida em facções que durante os anos 30 não raro se confrontaram, consegue agrupar-se em partidos bastante fortes. Assim, o processo de redemocratização, na medida que eliminou o aparato burocratico do Estado Novo, favoreceu efetivamente a recomposição das oligarquias locais. Com a reordenação partidária emerge a nova configuração das alianças entre as frações. A entrevista de José Américo ao CORPEIO DA MANHÃ, em 1945, cuja fama é decantada como o marco do fim da censura no país, reforçou seu prestígio. Este aliou-se a Argemiro de Figueirêdo, constituindo o núcleo da U.D.N. (

(221) José Américo de Almeida, "Discurso da Fome", in *A palavra e o tempo*, pp. 194-195

(222) Consultar João Batista Barbosa, *op. cit.*, pp. 33-34.

QUADRO XI) que, fundamentada nas forças conjuntas do americismo e ardemirismo, ascende, rapidamente, conseguindo sair vitorioso na primeira eleição, constituindo a maioria da representação parlamentar. Duv Carneiro, tal como os demais interventores, contando com as facilidades da máquina oficial, fundou o P.S.D., que, a despeito deste privilégio, ficou em segundo lugar na representação estadual no Parlamento e no pleito para governador foi derrotado pela UDN, comprovando-se, assim, a força das oligarquias nela coligadas. Dois pequenos partidos oligárquicos também foram criados nesta fase: o P.D.C. e o P.P.S. que mais adiante assumiu a legenda do P.T.B. Para enfrentar o P.S.D., a U.D.N. coligou-se com estes pequenos partidos, não obstante o dirigente do P.T.B. ser o mesmo que engendrou as virulentas denúncias que culminaram com a deposição de Ardemiro da interventoria. Este episódio, entretanto, é comum às oligarquias paraibanas desde a Primeira República e constantemente reeditado até o presente.

O conteúdo desses partidos não apresentava qualquer substância programática, orientando, portanto, sua prática política de acordo com os interesses momentâneos que circunstancialmente coincidem ou contranõem os diferentes grupos oligárquicos. Desta forma, o processo político paraibano desencadeado com a queda da ditadura de Vargas contém debilidades e indefinições que continuarão marcando sua vida política com o monopólio do poder pelas oligarquias.

QUADRO XI
COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS NA PARAÍBA
1930 - 1947

I. 1930

A Coligação Dominante	A Oposição
Partido Republicano da Paraíba	Partido Republicano Conservador da Paraíba
"Liberais"	"Perrepistas"
Epitacistas-Pessoistas	Heraclistas e dissidentes do Epitacismo

II. 1933-1937

A Coligação Dominante	A Oposição
Partido Progressista da Paraíba	Partido Republicano Libertador
"Liberais" e "Perrepistas" cooptados pelo Americismo e Argemirismo	"Liberais" dissidentes

III. 1937 - Alterações na correlação de forças

- Coalizão do Partido Progressista e Republicano Libertador em prol da candidatura José Américo à sucessão presidencial
 - Golpe de 10/11: Vargas extingue os partidos políticos
 - Pompimento entre José Américo e Argemiro de Figueirêdo
-

IV. 1945 - 1947

A Coligação Dominante	A Oposição
Partido Social Democrata	União Democrática Nacional
Dissidência do Americismo	Americismo e Argemirismo

V. 1947

A Coligação Dominante	A Oposição
União Democrática Nacional	Partido Social Democrático

FONTES: Luis Pinto, Fundamentos da história e do desenvolvimento da Paraíba - 1574-1970, Rio de Janeiro, Ed. Leitura, 1973; Jornais A UNIÃO e A IMPRENSA do período; Correspondência de José Américo, Fundação Casa de José Américo.

3.6. CONCLUSÃO

A análise da conjuntura paraibana dos anos 1930-45 revelou-nos os meandros pelos quais o tradicional sistema oligárquico-coronelístico dominante na Primeira República se fez no bojo das alterações implícitas ao processo histórico.

Para nós ficou claro que os aspectos mais marcantes da política da Paraíba deste período foram a disputa entre os vitoriosos de 1930 pela predominância política no Estado, a recomposição das oligarquias e seu ajustamento às determinações impostas pelo Estado Nacional, nos marcos do movimento de reorganização dos espaços locais em prol da concentração / centralização de capital nas mãos da burguesia industrial do Sudeste. A cena política é, portanto, dominada pelas constantes dissensões e arranjos inter-oligárquicos. Evidenciou-se, também, que as divergências entre as suas facções são bastante fluidas e facilmente superadas quando seus interesses convergem. Neste aspecto, o elo mais poderoso para a sua unificação é a ameaça da participação política de seu adversário de classe, como ficou sobejamente demonstrado através dos seus esforços conjungados, visando impedir a politização dos trabalhadores e o seu endosso à estrutura burocrático-repressiva montada pelo Estado a partir de 1935.

A formação dos partidos políticos em 1933 e os discursos das facções situacionista e oposicionista, agrupadas sob as legendas do P.P. e P.P.L., refletem a disputa pelo espólio de 1930, corporificado, sobretudo, na herança política de João Pessoa, ao mesmo tempo, que as suas querelas não descoberto sua indiferenciação e sua natureza oligárquica e personalista.

Neste contexto, o elitismo fenece e o americanismo e merge e vai se consolidando sob o crescente prestígio de José Américo junto ao governo federal e o respaldo pronunciado pela sua atuação durante a seca de 1932, que, beneficiando sobretudo os "coronéis" do algodão e pecuária, pronunciou-lhe uma no derosa correlação de forças. A este respeito, vale relembrar o papel das obras contra as secas realizando, simultaneamente, a reprodução da base material do poder oligárquico-coronelístico, garantindo a ordem social no campo e criando o consenso em favor da eficiência do Governo Provisório e, particularmente de seu ministro da Viação. Entrelaçado a isto, ocorreu-se o rearranjo dos espaços de acordo com os pressupostos da redivisão nacional do trabalho, com o beneplácito de suas oligarquias.

O quadro econômico da Paraíba, nesta fase, constitui de decorrência do processo acima apontado. O exemplo mais expressivo, a este respeito, foi a perda da predominância da produção algodoeira da Paraíba, facilmente superada pela paulista. As reclamações e constantes pleitos da oligarquia algodoeira-pecuária, ao governo federal, por medidas protecionistas, bem como as dificuldades e precariedades de seu atendimento denotam sua condição de parceiro menos aquinhoado na aliança que ora se efetua com a burguesia do Sudeste através do Estado Nacional. Este, por meio de seus órgãos técnico-burocráticos, privilegia os interesses concentrados no Sudeste sem que a elite agro-comercial local tenha condições de revertê-los em seu favor. Assim, resta-lhes conciliar com tal situação, tendo como contrapartida a garantia da reprodução de sua estrutura interna de dominação e apropriação, transferindo, por sua

vez, o ônus para seus trabalhadores, verdadeiras vítimas deste processo.

Onera-se, portanto, a reprodução das relações de produção não-capitalista, perpetuando a submissão dos trabalhadores rurais à estrutura coronelística. Outrossim, a base predominantemente rural da sociedade paraibana e a fluidez da divisão do trabalho campo-cidade impunham sérios obstáculos à emergência do operariado enquanto força política. Todavia, enquanto os primeiros, controlados diretamente pelos "coronéis", presos aos laços de compadrio e clientelismo, isolados, não tiveram oportunidade de evoluir sua consciência de classe, os últimos, menos subjugados, ensaiaram seu aparecimento na cena política através dos movimentos grevistas de 1934-35. O governo estadual, contudo, empreendeu impiedosa repressão sobre os trabalhadores urbanos, com os anlaços e concurso das forças conservadoras que não pouparam esforços para desmobilizá-los. Conjuntamente, Estado, facções oligárquicas e Igreja -puseram em prática, a partir de então, a mais renhida campanha anticomunista, ao mesmo tempo que inculcaram a imagem passiva do trabalhador paraibano, sua absoluta incapacidade para rebelar-se, apresentando-os como inocentes úteis, manipulados por agentes da subversão. Entrementes, as dissensões inter-oligárquicas foram arrefecendo e, sob o patrocínio do governador Ardemiro de Figueirêdo, efetuou-se a "pacificação" política. Assim, uniram-se governistas, oposicionistas e decaídos em 1930, fortalecendo a reconstrução do sistema oligárquico-coronelístico e favorecendo a emergência do ardemirismo.

Em 1937, portanto, a Paraíba já contava com o clima político necessário à implantação do Estado Novo. Ardemiro, le

último representante da oligarquia algodoeira-pecuária, adenciou a consolidação da ditadura varquista, aprofundando a subordinação das oligarquias locais ao poder central, sem no entanto, intervir na autonomia dos chefes políticos municipais. Com o Estado Novo, foi, conseqüentemente, selada a aliança entre a elite agrária local e a burguesia industrial do Sudeste.

A desagregação da ditadura de Vargas, no bojo da nova conjuntura nacional e internacional impunha, entretanto, a reordenação das forças políticas que a sustentavam. Por consequinte, as oligarquias locais se reorganizaram e ressurgiram no cenário político paraibano fortalecidas e reagrupadas nos partidos nacionais oriundos da redemocratização. A polarização das forças oligárquicas concentraram-se, a partir de então, na U.D.N. e P.S.D. Diferentemente do conjunto do país, cuja vitória coube ao segundo, na Paraíba, a coligação das facções americista e argemirista favoreceu a primeira. As forças que almejavam verdadeiras mudanças, restou apenas um insignificante espaço, onde um grupo de intelectuais tentou adutinar os trabalhadores, porém sem grande ressonância e, portanto, com grandes dificuldades para acordá-los do marasmo e tirá-los do temor imposto pela persuasão e repressão da década anterior.

As táticas e estratégias dos partidos políticos dominantes revelam que, não obstante sua nova forma, seu conteúdo reproduz o tradicional esquema político-partidário em que se fundaram e se consolidaram as oligarquias locais neles inseridas.

CONCLUSÕES

Chegamos à fase conclusiva desta dissertação com uma síntese interpretativa sobre o desenvolvimento do poder político na Paraíba, no período 1889 - 1945, cujo processo foi investigado com base no desenvolvimento do poder político nacional, neste mesmo período. O suporte de nossa análise foi o estudo do desenvolvimento do poder das oligarquias da Paraíba. Foi dada ênfase à sua base econômica e às suas contradições, manifestadas nas dissensões inter-oligárquicas e na construção de seu conteúdo, como instrumento de persuasão e repressão contra a classe dominada e como meio de reprodução da formação econômico-social constituída. Com isto, acompanhamos o movimento concreto de consolidação e renovação das oligarquias paraibanas nas etapas de 1889 - 1930 e de 1930 - 1945 onde se pode identificar, de forma bastante precisa, o conteúdo e as formas assumidas por esse mesmo poder na direção da vida política do Estado.

Por outro lado, serviu-nos de pano de fundo a compreensão do processo de formação da região Nordeste, destacando a organização de seu espaço. Recorremos aos mais diversos processos de divisão social do trabalho para explicar os mecanismos responsáveis pela reprodução da ordem dominante local.

Os dois períodos que arbitramos forneceram-nos as seguintes fundamentações interpretativas:

1 - O período 1889 - 1930 é caracterizado por um processo prolongado de constituição da produção capitalista e do de

sencadeamento da proletarização dos trabalhadores rurais. Com isto, proliferam os "nobres do campo, sem terra", e os proprietários "coronéis", base social das oligarquias que irão se consolidar ao longo deste período. Essa fase vai permitir um incipiente desenvolvimento industrial apoiado no excedente da produção do campo, de onde procedem os recursos, realizados na exportação, para o setor industrial algodoeiro-têxtil e açucareiro.

- 2 - O período 1930 - 1945 identifica-se com o fortalecimento da classe proprietária e o incremento dos trabalhadores urbanos e revela claramente que o movimento de 1930 não significou uma ruptura revolucionária. Pode-se afirmar que, nesse período, consolidou-se a elite agrária conservadora e renovou-se sua forma de poder. Por outro lado, as mudanças relevantes, ocorridas neste período, demonstram que o sistema oligárquico-coronelístico foi redefinido e ajustado sob a égide do Estado Nacional. Neste período, portanto, opera-se a fusão do poder nacional burguês, em emergência, com o poder oligárquico-coronelístico, remanescente do conservadorismo anterior, que utilizamos para explicar o fôlego e a capacidade de sobrevivência das oligarquias do Nordeste e da Paraíba, especificamente, até os dias de hoje.

Desta forma, nossa investigação detectou um substancial processo de mudanças no desenvolvimento econômico e social da Paraíba, durante a Primeira República, principalmente na década de vinte, quando ocorreu uma expansão capitalista no setor da produção algodoeira e açucareira. Como consequência, opera-se uma movimentada diversificação e um rígido fortalecimen

to das oligarquias locais. Com isso, ampliou-se a sua base produtiva, permitindo, assim, a reprodução conservadora da estrutura agrária latifundiária tradicional.

Como desdobramento deste processo, verificou-se, na luta pelo poder no Estado da Paraíba, a predominância da oligarquia epítacista, ancorada na correlação de forças da elite agro-pastoril-comercial. Interligando-se ainda a este movimento interno, operava-se a integração regional, direcionada pela divisão regional do trabalho, comandada pelo Estado Nacional que congregava e unificava as oligarquias regionais, através do pacto entre as várias instâncias do poder com a "política dos governadores".

Em 1930, esta rede de compromissos entra em crise, como produto das contradições implícitas na sua fundamentação, provocando a cisão do bloco dominante com o poder central e, no plano local, a crise e o esfacelamento do epítacismo.

A reestruturação política pós-30 se efetivou sob nova forma de articulação entre o poder local, regional e central, consoante a progressiva centralização político-administrativa que impulsionou a transição para o primado da economia urbano industrial no plano nacional. A intervenção do Estado na economia, através de órgãos controladores e fiscalizadores, impôs uma diretriz geral modernizando e atualizando, assim, as instituições burquesas, no sentido de melhor ajustá-las aos novos padrões de acumulação e aos interesses combinados da burguesia agrária e urbana, agora em fase de consolidação. Neste contexto, as oligarquias locais tiveram de subordinar-se ao novo esquema de articulação com o poder central. Reordenaram-se, portanto, mais uma vez, obviamente, os espaços regionais

em função da acumulação capitalista, viabilizando, assim, o aprofundamento dessa via de desenvolvimento industrial do país e, em particular, do Sudeste.

Em consequência deste processo, a economia algodoeira e açucareira da Paraíba ficaram a mercê de medidas paliativas no sentido de garantir um mercado residual e, conseqüentemente, a realização de sua mais valia. As oligarquias paraibanas acabaram conciliando com a política econômica do governo federal, sob a intermediação das interventorias. Em contrapartida, tinham assegurada sua solidez no plano estadual, na medida da preservação da sua tradicional estrutura de apropriação e dominação. Assim, a elite agrária reiterava formas de trabalho não-capitalistas, alimentando o sistema oligárquico-coronelístico. A máquina clientelista, os processos político-eleitorais, as dissensões internas e as coalizões, nos moldes da Primeira República, reproduziram-se, assim, sem grandes percalços. Entretanto, o conteúdo das disputas interoligárquicas, agora, passava a ser sobredeterminado pela redivisão do trabalho em escala nacional, comandada pelo Estado. Neste contexto, emergem na Paraíba o americismo e o argemirismo, como formas renovadas das facções oligárquicas.

Outro aspecto a ser ressaltado trata-se da legitimação do poderio oligárquico que, na nova conjuntura, não pode mais restringir-se aos laços clientelísticos. Com a emergência dos trabalhadores urbanos na cena política, as forças dominantes conjugadas utilizam meios para a sua expropriação política, através de mecanismos de repressão e persuasão. Em consequência, conseguiram atemorizá-los e despolitizá-los e, assim, impor objetiva e subjetivamente sua condição de passividade,

conformismo e despreparo, impedindo-os de interferirem, no cenário político, com um projeto próprio, não obstante sua atuação haver influenciado na reordenação do poder oligárquico.

Com o fim da ditadura de Vargas, a capacidade de organização e unificação das forças oligárquicas evidencia plenamente sua habilidade para adequar-se a situações novas. Facilmente, as oligarquias reagruparam-se e iniciaram, então, uma nova etapa de dominação política, travestidos, agora, de liberais, no seio dos partidos nacionais e dentro dos marcos do liberal-populismo. Portanto, a trajetória do poder das oligarquias da Paraíba demonstra sua sanacidade de mudar as aparências para conservar a essência do arbítrio, escondendo-se por trás do biombo de um sistema de leis rigorosamente formal.

O passado persevera, assim, com toda a sua força, e a ideologia do conservadorismo, arraigadamente impregnada, na estrutura de poder, é o trunfo mais eficiente das oligarquias paraibanas - e nordestinas de uma maneira geral - da qual elas, invariavelmente, lançam mão sempre que vislumbram, no horizonte distante, alguma ameaça a sua dominação.

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1. Manuscritas

- *Arquivo da Fundação Casa de José Américo*. João Pessoa, Correspondência de José Américo de Almeida, 1930-45.

1.2. Impressas

1.2.1. Arquivos

- *Arquivo da Fundação Paraibana do Livro*.
- *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*.
- *Arquivo Público do Estado da Paraíba*.
- *Arquivo Público de Campina Grande*.
- *Arquivo da Secretaria do Interior e Justiça*.

1.2.2. Oficiais

- *Anuário Estatístico do Estado da Paraíba*. João Pessoa, Departamento Estadual de Estatística, Ano II, 1931.
- *Anuário Estatístico do Estado da Paraíba*. João Pessoa, Departamento Estadual de Estatística, Ano III, 1932.
- *Almanach do Estado da Paraíba*. João Pessoa, Imprensa Oficial, 1933.
- *Anuário da Paraíba*. João Pessoa, Departamento Estadual de Estatística, 1934.

- *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano V, 1939-1940, Rio de Janeiro, IBGE, 1941.
- *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano VII, 1942-1946, Rio de Janeiro, IBGE, 1947.
- *Censo de 1920*. Rio de Janeiro, Typografia Estatística, vol. V 1.^a parte, 1927.
- *Censo de 1920*. Rio de Janeiro, Typografia Estatística, vol. IV, tomo I, 1930.
- *Censo de 1940*. Recenseamento Geral do Brasil (10 de setembro de 1940), Série Regional, Parte VIII- PARAÍBA, Rio de Janeiro; Serviço Gráfico do IBGE, 1952.
- *5 anos de Governo*. João Pessoa, Departamento Estadual de Estatística (Serviço de Divulgação e Propaganda), Estado da Paraíba, João Pessoa, Publicação, nº 2, 1940.
- *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba*, em 7 de outubro de 1935 na abertura da sessão ordinária, pelo governador Ardemiro de Figueirêdo, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1935.
- *Problemas e Necessidades da Paraíba* (Sugestões apresentadas pela Comissão que o Governo Revolucionário designou para estudá-los), Imprensa Oficial, João Pessoa, 1931.

1.2.3. Jornais

- A ALVORADA. João Pessoa, 01-05-1933.
- A BATALHA. Campina Grande 1934-35.
- A IMPRENSA. João Pessoa, 1932-42.

- A LIBERDADE. João Pessoa, 04/01 e 10-10-1935.
- A LUCTA. Parahyba, 09.06 1912.
- A ORDEM. Campina Grande, 04/05 e 28-09-1935.
- A UNIÃO. João Pessoa, 1930-45.
- A VOZ OPEPÁRIA. João Pessoa, 1931.
- BRASIL NOVO. Campina Grande, 1931.
- CORREIO DE CAMPINA. Campina Grande, 07-12-1929.
- FOLHA DA MANHÃ. Recife, 31-03-1939.
- GUTEMBERG. Parahyba, Jun a set. 1909.
- JORNAL DO NORTE. Parahyba, ago-set. 1930.
- O CLARIM. João Pessoa, 12-10-1943.
- O DIA. João Pessoa, 05-06-1935 e 09, 10-10-1935.
- O LIBERAL. João Pessoa, out-nov. 1930.
- O NÉGO. Princesa, 29-07: 15-08: 10, 17, 24, 10-1931 e 23-07-1932.
- O NORTE. João Pessoa, 25-08-1932; 14-05-1933 e 03-10-1935.
- O REBATE. Campina Grande, 22 e 29-10-1932, 12-11-1932 e 24-12-1932 e 24-08-1940.
- UNIÃO OPEPÁRIA. João Pessoa, 12-10-1932.
- VOZ DA BORBOPEMA. Campina Grande, 1937-40.

1.2.4. Revistas

- A ORDEM. Rio de Janeiro, nº 9, set. 1945.
- ILUSTRAÇÃO. João Pessoa, nº 14, nov. 1935 e nºs 23 e 24, maio 1936.
- MANAÍRA. João Pessoa, nov. 1943: abr/maio, jun/jul e out/nov. 1944 dez. 1945 e jan/fev 1946.

1.1.3. Oraís

1.3.1. Depoimentos Pessoais

- Augusto de Siqueira Barbosa Arcoverde. 16-02-1984.
- Deusdedit Leitão, 22-09-1984.
- Humberto Nóbrega. 20-02.1984.
- João Batista Barbosa. 24-02-1984.
- José Joffily Bezerra, 02-02-1985.
- Lauro Pires Xavier, 24-02-1984.
- Osias Gomes, 18-02-1984.
- Saturnino Ribeiro Alves. 20-09-1984.
- Sebastião Sival Fernandes. 14-02-1984.

2. FONTES SECUNDÁRIAS

2.1. Livros

- 1 - ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981.
- 2 - ALMEIDA, Elpidio de. *História de Campina Grande*. Campina Grande, Livraria Pedrosa. sd.
- 3 - ALMEIDA, Horácio de. *Brejo de Areia*. 2a. ed., João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1980.
- 4 - ALMEIDA, José Américo de. *Discursos do seu Tempo*. 2 V. João Pessoa, UFPb, 1964-1965.
- 5 - _____ . *A palavra e o Tempo. Discursos (1937- 1945)* 1950.

- 1950) Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.
- 6 - _____ *Eu e Eles (Memórias)*. Rio de Janeiro, Nosso Tempo, 1979.
- 7 - _____ . *Antes que me Esqueça (Memórias)*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- 8 - _____ *O Ano do Meo (Memórias)*. João Pessoa, SEC A UNIÃO, 1978.
- 9 - _____ . José Américo de. *A Paraíba e Seus Problemas*. 3. ed., revista, João Pessoa, SEC/A UNIÃO, 1980.
- 10 - _____ . José Américo de. *As Secas do Nordeste*. 2 ed., João Pessoa, Coedicação da Fundação Casa de José Américo e da Fundação Guimarães Duque, 1981.
- 11 - ANDRADE, Delmiro Pereira de. *Evolução Histórica da Paraíba do Norte*. Rio de Janeiro, Minerva, 1946.
- 12 - ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste* 3^a ed., São Paulo. Brasiliense, 1973.
- 13 - ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia Econômica do Nordeste* 2 ed., São Paulo, Ed. Atlas, 1974.
- 14 - ANDRADE, Manuel Correia de. *O Processo de Ocupação de Espaço Regional do Nordeste*. 2 ed., Recife, SUDENE -Coord. Planej. Regional, 1979.
- 15 - _____ *1930: A Atualidade da Revolução*. São Paulo, Moderna, 1980.
- 16 - ARAÚJO, Maria de Fátima. *História e Ideologia da Imprensa na Paraíba*. João Pessoa, A UNIÃO Ed., 1983.
- 17 - _____ . *Tudo Sobre Imprensa*. João Pessoa, A UNIÃO, Ed., 1984.

- 18 - BANDEIRA, Moniz. *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e Seus Reflexos no Brasil*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- 19 - BARATA, Agildo. *Vida de um Revolucionário*. Rio de Janeiro, Melso, 1963.
- 20 - BARBOSA, João Batista. *Santa Cruz e o Jornal do Povo*. João Pessoa, Gráfica Santa Marta, 1985.
- 21 - BARBOSA, Orris. *Secca de 32 (Impressões Sobre a Crise Nordeste)*. Rio de Janeiro, Adersen-Editores, 1935.
- 22 - BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. Vol 3. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- 23 - BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo, Nacional, 1976.
- 24 - BLONDEL, Jean. *As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957.
- 25 - BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- 26 - CALDAS, Joaquim Moreira. *Porque João Dantas Assassinou João Pessoa*. Rio de Janeiro, Propriedade do Autor, s/d.
- 27 - CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. João Pessoa, Departamento de Publicidade, 1947.
- 28 - CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- 29 - CARDOSO, José Gastão. *A Heróica Resistência de Princesa*. Recife, Artes Gráficas da Escola Industrial, Gov. Agamenon Magalhães, 1954.
- 30 - CAPONE, Edgard. *A Primeira República*. 2 ed., São Paulo,

Difel, 1973.

- 31 - _____ *A Segunda República (1930-1937)* Rio de Janeiro - São Paulo, Difel, 1974.
- 32 - _____. *O Tenentismo*. Rio de Janeiro- São Paulo, Difel, 1975.
- 33 - _____. *A República Velha*. 3.ed. São Paulo, Difel, 1975.
- 34 - _____. *A Terceira República (1937-1945)* . São Paulo - Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- 35 - _____. *A República Nova (1930-1937)*. Rio de Janeiro - São Paulo, Difel, 1976.
- 36 - _____. *Revoluções no Brasil Contemporâneo (1922-1938)*. Rio de Janeiro - São Paulo, Difel, 1977.
- 37 - CARVALHO, Alvaro de. *Nas Vésperas da Revolução* . São Paulo, Empresa Graphica da Revista dos Tribunais, 1932.
- 38 - CARVALHO, Tancredo de. *Memórias de Um Brejeiro* . João Pessoa, ITEPPLAN-Pb Gráf., 1975.
- 39 - CAVALCANTI, Paulo. *O Caso eu Conto, Como o Caso Foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes (Memórias)*. São Paulo Alfa-Ômega, 1978.
- 40 - CHALOULT, Yves. *Estado, Acumulação e Colonialismo Interno : contradições Nordeste/Sudeste, 1960-77*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- 41 - COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento* . São Paulo, Perspectiva, 1976.
- 42 - COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. *Poder, Aleanria dos Homens*. João Pessoa, Gráfica A Imprensa, 1965.

- 43 - DANTAS, José Ibarê Costa. *A Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis*. São Paulo, Cortez, Aracajú, Universidade Federal de Sergipe, 1983.
- 44 - DANTAS, Manuel Duarte. *Agora, A Verdade Sobre os Fatos de 1930*. João Pessoa, SEC/A UNIÃO, 1979.
- 45 - DECCA, Edgar de. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 46 - DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. 2. ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.
- 47 - DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil (1930-45)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 48 - DÓRIA, Carlos Alberto. *O Canoaço*. 3. ed., São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 49 - DOWBOP, Ladislau. *A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil*. Lisboa, Prelo, 1977.
- 50 - FACÓ, Rui. *Canaaceiros e Fanáticos*. 4. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- 51 - FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do Patronato Político Brasileiro*. 2. ed., 2 V. Porto Alegre, Globo, 1976.
- 52 - FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo, Difel, 1976.
- 53 - FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: História e Historiografia* 6 ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- 54 - FIGUEIREDO, Ardemiro. *Discursos Parlamentares e Outros Pronunciamentos*. João Pessoa, A UNIÃO Ed., 1977.
- 55 - FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política*. Rio

- de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 56 - FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil* . 2 ed., São Paulo, Alfa-Ômega 1974.
- 57 - FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata* . 2 ed. São Paulo, Ática, 1974.
- 58 - FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. *História da Paraíba Para Uso Didático* . 2 ed., João Pessoa, A UNIÃO Ed., 1978.
- 59 - FUPTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil* . 13 ed. , São Paulo, Nacional, 1975.
- 60 - GOMES, Osias. *Baruque*. João Pessoa, Ed. Universitária / UFPb, 1980.
- 61 - GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas* . São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- 62 - GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci* . 2 ed., Rio de Janeiro, GRAAL, 1980.
- 63 - GUERRA, Lúcia de Fátima. *A Coluna Prestes e a Paraíba* . João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1980.
- 64 - IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil. (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- 65 - INOJOSA, Joaquim. *República de Princesa (José Pereira X João Pessoa - 1930)* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- 66 - JOFFILY, José. *Fatos e Versões* . Londrina, Gráfica Londrina Ltda., 1976.
- 67 - _____ . *Revolta e Revolução: Cinquenta Anos Depois* .

- Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 68 - _____ . *Entre a Monarquia e a República - Idéias e Lutas de Irenêo Tokkiliu*. Rio de Janeiro, Livraria Kosmos, 1982.
- 69 - _____ . *Ponto Político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- 70 - KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 71 - LEAL, José. *Itinerário da História (Imagem da Paraíba entre 1518 e 1965)* . João Pessoa, Gráfica Comercial Ltda, 1965.
- 72 - LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2 ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- 73 - LENIN, V. I. *El Desarrollo del Capitalismo in Rusia*. Barcelona. Ed. Ariel, 1974.
- 74 - LEWIN, Linda. "Politics and Parentela in Paraíba" - *A Case Study of Olinarchy in Brazil in Old Republic*. Columbia University, 1975.
- 75 - LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *A Verdade Sobre a Revolução de Outubro* . Rio de Janeiro, Onitas, 1933.
- 76 - LINHAPES, Hermínio. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil* . São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.
- 77 - MACCIOCHI, Maria Antonieta. *A Favor de Gramsci*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 78 - MARIZ, Celso. *Evolução Econômica da Paraíba*. . João Pessoa, A UNIÃO, 1939.

- 79 - _____ . *Memória da Assembléia Legislativa*. João Pessoa, Departamento de Publicidade, 1946.
- 80 - _____ . *Figuras e Fatos*. João Pessoa, A UNIÃO Ed., 1976.
- 81 - _____ . *Ananhdos Históricos da Paraíba* . 2 ed., João Pessoa, ed. Universitária/UEPB, 1980.
- 82 - MARTINS, Eduardo. *A União - Jornal e História da Paraíba*. 2 ed., João Pessoa, A UNIÃO Ed., 1978.
- 83 - _____ . *João Pessoa, Através de Suas Mensagens Presidenciais*. João Pessoa, SEC/A UNIÃO, 1978.
- 84 - MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo , Escriba, 1968.
- 85 - MEDEIROS FILHO, João. *Horas de Subversão (Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte)*. Natal, Centro Gráfico / Senado Federal, 1980.
- 86 - MELLO, José Octávio de Arruda. *João Pessoa Perante a História: textos básicos e estudos críticos*. João Pessoa , A UNIÃO Ed., 1978.
- 87 - _____ . *A Revolução Estatizada*. João Pessoa, A UNIÃO Ed., 1983.
- 88 - _____ (Org.). *A Paraíba das Origens à Urbanização*. João Pessoa, Ed. Universitária/UEPB/FUNAPE, 1983.
- 89 - MELO, Virgínius da Gama e. *Tempo de Vindaança* . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- 90 - MENEZES, Antonio Botto de. *Minha Terra - Memórias e Confissões*. Rio de Janeiro, EPASA, 1944.

- 91 - MONTEIRO, Frederico Mindêllo Carneiro. *Depoimentos Bioarâ-
ticos*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Ed. Ltda., 1977.
- 92 - NÓBREGA, Apolônio. *História Perublicana da Paraíba*.
João Pessoa, Imprensa Oficial, 1950.
- 93 - NÓBREGA, Humberto. *História de Uma Cadeia Transformada
em Palácio*. João Pessoa, A UNIÃO Ed., 1962.
- 94 - OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imper-
feita*. 2 ed., Rio de Janeiro, GPAAL, 1977.
- 95 - _____. *Eleia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro,
Paz e Terra, 1977.
- 96 - PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Mandonismo Local na
Vida Política Brasileira*. São Paulo, Instituto de
Estudos Brasileiros, 1969.
- 97 - PESSOA, Epiácio. *Na Política da Paraíba (2ª fase: 1912/
1935)*. Obras Completas, Vol. XV, Rio de Janeiro, ed.,
rev. e org. INL, 1962.
- 98 - _____. *João Pessoa - Aliança Liberal - Prince-
sa*. Rio de Janeiro, INL, 1965.
- 99 - _____. *Revolução de Outubro de 1930 e República No-
va*. Rio de Janeiro, edição rev. e org., INL, 1965.
- 100 - PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*.
2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 101 - PINTO, Luís. *Fundamentos da História e do Desenvolvi-
mento da Paraíba*. Rio de Janeiro, Ed. Leitura, 1973.
- 102 - POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura*. São Paulo, Martins
Fontes, 1978.
- 103 - PRADO Jr. Caio. *História Econômica do Brasil*. 15 ed., São

- 104 - _____ . *A Revolução Brasileira*. 4. ed., São Paulo Brasiliense, 1972.
- 105 - _____ . *Caio. Formação do Brasil Contemporâneo*. 12. ed., São Paulo, Brasiliense, 1972.
- 106 - _____ . *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. 8 ed., São Paulo, Brasiliense, 1972.
- 107 - QUEIROZ, Otacílio Nóbrega de. *O Homem Gôndo do Tauã* João Pessoa, Imp. Universitária, 1968.
- 108 - PIPEIRO JR., José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro*. São Paulo, HUCITEC, 1976.
- 109 - RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A Revolta de Princesa : uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba 1930)*. João Pessoa, SEC/A UNIÃO ed., 1978.
- 110 - RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. 2 ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- 111 - SÁ, Maria Braga de. *Os Engenhos Papadureiros e a Expansão da Agroindústria Açucareira no Município de Areia* Microrregião do Brejo Paraibano, dissert. mestrado. Recife, UFPE, 1980. (mimeo),
- 112 - SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. 3 ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- 113 - SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- 114 - SILVA, Liana Maria Lafayette Aureliano da. *No Limiar da*

- Industrialização: Estado e acumulação de Capital, 1919-37. Tese de doutoramento, UNICAMP, Campinas, 1976(mimeo)*
- 115 - SILVA, SÉrgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- 116 - SILVA, Waldomiro Cavalcanti da. *A indústria Textil Algodoeira Tradicional do Nordeste Brasileiro: A Dialética Espacial de sua Formação*, dissert. mestrado, Recife, UFPE, 1981. (mimeo).
- 117 - SILVEIRA, Rosa Maria Godov. *Repúblicanismo e Federalismo: Um Estudo da Implantação da República Brasileira (1880-1902)*. Brasília, Senado Federal, 1978.
- 118 - _____. *A Regionalismo Nordestino existênciar e consciência da desigualdade regional*. São Paulo, Ed. Moderna, 1984.
- 119 - SKIDMORE, Thomas E. *Brasil - De Getúlio a Castelo. (1930-1964)*. 5. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 120 - SOUSA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil. (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- 121 - TÁVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas*. 3 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- 122 - VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 123 - VIDAL, Ademar. *João Pessoa e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro, GRAAL, 1978.
- 124 - ZENTENO, Paul Benito (org.). *As Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

2.2 - Artigos

- 1 - AGRA, Esmeraldina. *Campina Grande no Século XIX - O Clã Agra e Seus Inventários*. In: - Caderno Especial, DIÁRIO DA BOBODEMA, 11-10-1984.
- 2 - ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. *A Política Econômica Governamental Para o Nordeste, a Máquina Estatal e o Clientelismo*. In: - Clientelismo e Máquina Estatal nas Eleições de 1982. João Pessoa, UEPb, s.d. (mimeo).
- 3 - _____. *Uma Perspectativa Histórica do Poder na Paraíba*. Trabalho apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho "Elites Políticas", AMPOCS, Friburgo, 1981. (mimeo).
- 4 - BUCI - GLUCKSMANN, Christine. *Sobre os Problemas Políticos da Transição: Classe Operária e Revolução Passiva*. In: - Política e História em Gramsci. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- 5 - CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *Carisma e Personalidade Política: Vargas, da conciliação ao Maquiavelismo*. Rio de Janeiro,, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), 1979.
- 6 - _____. *A Questão Aarária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)*. In: História Geral da Civilização Brasileira, III - O Brasil Republicano, Vol 10, São Paulo, Difel, Boris FAUSTO (Direção), 1981.
- 7 - CARDOSO, Fernando Henrique. *A Formação do Capitalismo e as Classes Sociais na América Latina*. In: - Classes Médias e Política no Brasil. Coord. J. A. Guilhaon ALBUQUERQUE. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 8 - BÓRIA, Carlos Alberto. *Coronelismo e Oligarquias*. In: - Brasil História - Texto e Consulta - vol. 3, 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

- 9 - _____. *A Crise do-Sistema Oligárquico*. In: - *Brasil História - Texto e Consulta*. vol.4, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 10 - GRAMSCI, Antonio. *Alcuns Temas da Questão Meridional*. In: - *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Grijalbo, 1979.
- 11 - JOFILLY, Geraldo Irineu. *João Pessoa e o Populismo na Magistratura- Uma Revisão Histórica*. In: - *João Pessoa, A Paraíba e a Revolução de 30*. João Pessoa, A UNIÃO Ed., 1979.
- 12 - LESSA, Renato. *A Ordem Oligárquica Brasileira. Esboço de uma Reflexão Alternativa*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), 1978 (mimeo).
- 13 - LEVINE, Robert. *Pernambuco e a Federação Brasileira (1889-1937)*. In: - *História Geral da Civilização Brasileira*, III - O Brasil Republicano. São Paulo, Difel, vol. 8, Boris Fausto (Direção), 1975.
- 14 - LEWIN, Linda. *Alcumas Implicações Históricas da Organização de Parentesco Para a Política Baseada na Família no Nordeste Brasileiro*, tradução de Clélia Maria Martins Pereira. In: - *Comparative Studies in Society and History*, vol. 21, nº 2, Cambridge University, 1979 (mimeo)
- 15 - MARTINS, Paulo Henrique N. *Coronelismo e Dominação Burgesa*. In: - *Cadernos de História - CLIO*, nº 01. Recife, UFPe, 1983. (mimeo).
- 16 - MELLO, Mário Lacerda de. *O Caso de Campina Grande*. In: - *Os Agrestes - Estudo dos Espaços Nordestinos do Sistema Gado-policultura de uso de recursos*. Recife, UFPe, 1980. (mimeo).

- 17 - MELLO, José Octávio de Arruda. *A Paraíba e a Década de Vinte*. In: - João Pessoa, *A Paraíba e a Revolução de 30*. João Pessoa, A UNIÃO, Ed., 1979.
- 18 - MELLO, Humberto Cavalcanti de. *A Administração do Presidente João Pessoa*. In: - João Pessoa, *A Paraíba e a Revolução de 30*. João Pessoa, A UNIÃO, Ed., 1979.
- 19 - MOURA, Francisco Coutinho de Lima e. *Peminiscências*. In: - *Figuras e Fatos da Paraíba*, vol. 1. João Pessoa, Imprensa Oficial, 1939.
- 20 - NAVARRO, Anthenor. *Anontamentos Para a História da Revolução*. In: - *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, 1932.
- 21 - OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. In: - CEBRAP - *Seleções 1*, 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- 22 - PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica*. In: - *História Geral da Civilização Brasileira*, III - *O Brasil Republicano*, São Paulo, Difel, vol 8, Boris Fausto (Direção) 1975.
- 23 - PEIS, Elisa M. Pereira. *Elites Agrárias, State - Building e Autoritarismo*. Trabalho apresentado, na Reunião do Grupo de Trabalho "Elites Políticas", AMPOCS, Friburgo, , 1981, (mimeo).
- 24 - RIBEIRO, José Hamilton. *Coronel Não Morre*. In: - *Rev. Realidade*, s.d.
- 25 - RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *República Velha e Oligarquias na Paraíba*. In: - *Paraíba, Conquista, Patrimônio e Povo*, publicação da série IV Centenário. João Pessoa,

A UNIÃO Ed., 1983.

- 26 - RUBIM, Antonio Albino Ganelas. *Movimentos Sociais e Meios de Comunicação: Paraíba - 1917-1921*. João Pessoa, Textos UFPb - NDIHR nº 3 1983. (mimeo).
- 27 - SAES, Décio A.M. de. *Coronelismo e Estado 'Buruês: Elementos Para uma Reinterpretação*. In: - *Rev. Estudos Purales Latinoamericanos*, Vol. 01, nº 3, 1978.
- 28 - SILVA, Josefa Gomes de Almeida e. *Os Corbñéis e o Alcaidão*. In: - *Caderno Especial do DIÁRIO DA BOBBOPEMA*, 11-10 - 1984.
- 29 - SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *REGIONALISMO: A Formação do conceito do Nordeste*. - João Pessoa, UFPb, s.d. (mimeo).
- 30 - SINGER, Paul. *O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional (1889-1930)*. In: - *História Geral da Civilização Brasileira*, III - O Brasil Republicano, São Paulo, Difel, vol. 8, Boris Fausto (Direção), 1975.
- 31 - SOUSA, Maria do Carmos Campello de. *O Processo Político Partidário na Primeira República*. In: - *Brasil em Perspectiva* (org) MOTA, Carlos Guilherme. 10 ed., São Paulo, Difel, 1978.
- 32 - TEJO, William. "A PAZÃO", *Um Jornal Danado de Braba*. In: - *Gazeta Ilustrada*, Suplemento Especial da GAZETA DO SERTÃO, 28-08: 07 e 14-09-1983.
- 33 - _____. *Política Campinense na República Nova*. In: - *Gazeta Ilustrada*, Suplemento Especial da GAZETA DO SERTÃO, 25-09 e 02-10-1983.
- 34 - : _____. *Memórias e Confidências de um Líder*. In: - *Gazeta Ilustrada*, Suplemento Especial da GAZETA DO SERTÃO, 27-02 a 06-05-1983.

- 35 - _____ . *O Pastoril da Políxica de Campina Grande* .
In: - Gazeta Ilustrada, Suplemento Especial da GAZETA
DO SERTÃO, - 12-02-1984.
- 36 - _____ . *Campina Grande e o Ciclo do Algodão* In:-
Gazeta Ilustrada, Suplemento Especial da GAZETA DO SER
TÃO, set/out., 1984.
- 37 - VASCONCELOS, Silvano Alberto de. *Ascensão e Queda da Eco
nomia Algodoeira de Campina Grande* . In: - Suplemento
TUDO, DIÁRIO DA BOBBOREMA, Campina Grande 27-02 a 29 -
05-1983.